

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**O CAMPO DO GEÓGRAFO:  
colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde  
(1917-1964)**

**Volume II - NOTAS**

SÉRGIO ADAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Robert Moraes

SÃO PAULO  
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O CAMPO DO GEÓGRAFO:  
colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde  
(1917-1964)**

**Volume II - NOTAS**

SÉRGIO ADAS

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Robert Moraes

SÃO PAULO  
2006

# SUMÁRIO

<b>Notas da Introdução</b> .....	2
<b>Notas do Capítulo 1</b> .....	2
<b>Notas do Capítulo 2</b> .....	36
<b>Notas do Capítulo 3</b> .....	44
<b>Notas do Capítulo 4</b> .....	53
<b>Notas do Capítulo 5</b> .....	71
<b>Notas do Capítulo 6</b> .....	76
<b>Notas do Capítulo 7</b> .....	82
<b>Notas do Capítulo 8</b> .....	84
<b>Notas do Capítulo 9</b> .....	89
<b>Notas do Capítulo 10</b> .....	99
<b>Notas do Capítulo 11</b> .....	105
<b>Notas do Capítulo 12</b> .....	109
<b>Notas do Capítulo 13</b> .....	113
<b>Notas do Apêndice I</b> .....	118
<b>Notas do Apêndice II</b> .....	120
<b>Notas do Apêndice III</b> .....	122
<b>Notas do Apêndice IV</b> .....	128
<b>Notas do Apêndice V</b> .....	129

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se dos seguintes trabalhos: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao “Estado isolado” de Von Thünen*. São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1978. 2 vols., 487 p.; ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000. 226 p.; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *Mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo, Editora da Unesp, 2002. 262 p.
2. Trata-se dos seguintes trabalhos: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1980. 155 p.; ANDRADE, Manoel Correia de. “O Norte e o Nordeste na obra de Orlando Valverde”. In: *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Recife: Ipespe, 1995. 119-130 p.; AB’SÁBER, Aziz Nacib. “Prefácio”. In: VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo/Forense Universitária/Editora da Universidade de Brasília, 1989.

## CAPÍTULO 1

1. No início dos anos 20, o que salta aos olhos no que concerne ao panorama mundial são os conflitos próprios que haviam sido deflagrados pela I Guerra Mundial e pelos efeitos avassaladores da gripe espanhola que atingiu a capital da República brasileira e o país, ambos eventos tendo acarretado abalos nas esperanças cultivadas nos anos da *belle époque*, abrindo por conseguinte as brechas para que se instalasse uma visão de mundo segundo a qual a América passava a ser representada como o espaço do futuro e do novo em contraposição à velha e decadente Europa, idealização esta pensada muitas vezes no prumo de matizes nacionalistas e segundo uma ótica avessa à cópia de modelos estrangeiros (OLIVEIRA, 2000:142-143).

Ao lado desses condicionantes externos, o conjunto das contradições em movimento na cidade do Rio de Janeiro à época de Valverde absorveram a crise do regime político oligárquico com reflexos nítidos na vida cultural do país, gerando o abalo de uma consciência e de uma mentalidade assentada na “ordem senhorial” até então dominante, resvalando para a criação de novas propostas estéticas do movimento modernista como vetor poderoso de desagregação da República de 1889, considerada como prolongamento da ordem escravista. Ademais, é nesse contexto que se tornam emergentes a disputa pelo comando cultural e industrial entre Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar do termo *industrialização* não constar de maneira consistente em programas partidários, o que somente ocorreria nos anos trinta por intermédio das motivações e objetivos distintos de alguns ideólogos como Roberto Simonsen e Azevedo Amaral, ele estava presente como idealização representativa da aspiração de modernidade (PIVA, 2000:70). Conforme referenda (OLIVEIRA, 2000:143): “*O Rio foi assim a arena, o palco, a caixa de ressonância dos empreendimentos culturais, científicos e políticos do país durante o Império e nos primeiros anos da República. Durante a República Velha vai havendo um deslocamento desta posição para São Paulo, que passa a assumir a dianteira tanto no processo de industrialização quanto do comando de movimentos culturais. Nos anos 1920 cresce a competição cultural entre São Paulo e Rio de Janeiro, cada uma das cidades buscando representar a verdadeira identidade nacional (...)*”.

No flanco cultural, os anos vinte gestaram um processo que adquiriria vulto na década de 1930: o “despertar geracional” dos intelectuais que passam a se mobilizar em torno do temário da substituição das elites, nutridos pelo desencanto do período de crise nacional e mundial que assola esses anos. Pleiteam o conhecimento científico do real e do nacional como esteios tradutores das necessidades do país e que, até então, no entendimento comum, haviam sido negligenciadas pelas elites despreparadas, inautênticas ou omissas (OLIVEIRA, 1980:39-54).

No encaço das críticas dirigidas às oligarquias e ao liberalismo nos anos vinte, o tenentismo, embora sob a auto-denominação de liberalismo civilista e munido da opção pela tática insurrecional, desfechava a defesa do centralismo político, o elitismo e o nacionalismo e a bandeira da necessidade de um governo militar, contando com grande apoio dos setores sociais a despeito de sua postura isolacionista ante os mesmos e de prestígio político endereçado a alguns de seus integrantes. Às voltas da busca de um modelo autêntico de desenvolvimento e afeito, inicialmente, às críticas de cunho jurídico-políticas (OLIVEIRA, 2000:70), os “tenentes” desempenharam um papel de destaque no Brasil das primeiras décadas do século XX por serem o grupo urbano mais coeso, possuindo ensino superior e armas numa sociedade que atravessava um momento onde as camadas intermediárias estavam em processo de formação e diferenciação. Fiéis às tradições intervencionistas-salvacionistas do Exército presente desde a proclamação da República, pleiteavam a “regeneração da República”, consolidando a liderança incontestada de Luiz Carlos Prestes a partir da epopéia da Coluna Invicta (VIANNA, 1990a:11).

2. Embora reconhecendo que o tema da Exposição de 1922 é bastante amplo e abre veredas para diferentes abordagens, MOTTA (1992:28), ao identificar a ênfase constante que a mesma atribuía à indagação sobre “o que somos e o que podemos ser”, insiste em chamar a atenção para se perceber como a sua mostra nacional buscou firmar uma determinada imagem de modernidade para o país, onde esta pode ser considerada sua síntese. De acordo com a autora, a ênfase da mostra recaiu sobre as possibilidades de exploração dos recursos naturais. Muito embora os produtos “genuínos” e mesmo “exóticos” da natureza brasileira tivessem sido expostos com destaque, aos visitantes que percorriam os corredores dos pavilhões nacionais não passou despercebido que “*valia mais o ferro do que o ouro; mais a energia elétrica do que as cataratas*”. O pano de fundo mobilizador dessa organização baseava-se no reforço da tese das “inesgotáveis” riquezas naturais do território brasileiro que, num único lance, cumpria o papel de reforçar a idéia da tradicional fonte de atração para os investimentos estrangeiros no país e buscava garantir os caminhos para a sua inserção na nova economia mundial do primeiro pós-guerra.
3. Se, em sua origem, o projeto da obra *Geografia do Brasil* havia sido planejado em dez volumes pela SGRJ, ao cabo de sua consecução contou apenas com a publicação dos números 1, 2, 9 (1ª parte) e 10. Entre seus colaboradores, Fernando Antônio Raja Gabáglia, professor de Orlando Valverde entre os anos 1929 a 1932 no Colégio Pedro II, participou na elaboração do livro 1, redigindo o capítulo III do título II “Aspectos físicos”, discorrendo sobre costas e nesografia, bacias, enseadas e portos naturais, cabos e pontas de ilhas (PEREIRA, 2002:145-146).
4. A Geografia vinha ganhando impulso considerável no Brasil desde o final do século XIX, como atesta a criação de sociedades científicas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), cujas atividades foram iniciadas em 1883. Os trabalhos de ANSELMO (2000:132;138) e, mais detalhadamente, o de PEREIRA (2002), exploram aspectos essenciais desse processo. PEREIRA (2002:124), no que concerne a SGRJ, faz notar que apesar de não haver produzido um saber geográfico num formato contínuo e homogêneo, alguns projetos dessa instituição podem ser considerados como formas de objetivação do conhecimento teórico e empírico sobre o Brasil denominados como Geografia. Ambos trabalhos frisam a

importância da realização, entre 1909 e 1926, dos oito Congressos Brasileiros de Geografia. Tais eventos, em síntese, segundo PEREIRA (2002:133-142), eram justificados de acordo com a preocupação em consolidar um ideal comum de Brasil e continham o objetivo em formar uma imagem única e positiva do país a ser veiculada dentro da nação e no exterior. Nos encontros de estudiosos e diletantes oriundos de diversas partes do Brasil, a escalada rumo ao “todo nacional” nutria e dirigia a tentativa de apreender todos os fatos e conhecimentos acerca do país. Congregados em torno do caráter pragmático que orientava a produção de conhecimentos, seus participantes e interlocutores buscavam subsidiar o poder público com vistas a realizar melhoramentos no país, seguindo uma tendência internacional onde a ciência fosse uma espécie de “conselheiro do governante”. Foi no âmbito dessas orientações gerais que o inventário do “cabedal de riquezas” do território brasileiro visava preencher um desconhecimento manifesto de suas reais possibilidades. Desse modo, tal tarefa despontou como um dos pré-requisitos para que se pudesse alcançar a almejada civilização (PEREIRA, 2002:136,137 e 138). No pensamento político e na cultura brasileira do período, uma abordagem mais ampla acerca da “*intervenção do intelectual no sentido de fazer o povo ingressar na era da civilização*” pode ser encontrada em PÉCAULT (1990:33-42). Sobre a importância e significado da noção de *civilização* no pensamento geográfico brasileiro antes da institucionalização da Geografia nos marcos do Estado Novo, ver MORAES (2002:118-119).

5. Nesse período, a questão da participação do capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais do território brasileiro não permaneceu imune de contradições e polêmicas. Um excelente texto que ilustra o assunto é o de SILVA (1997), dedicado à questão siderúrgica na Primeira República e que comenta os antecedentes e o desenrolar do caso Itabira Iron.
6. No plano político mais circunstanciado à cidade do Rio de Janeiro, lideranças e agrupamentos locais se reuniam em torno da questão da autonomia política frente ao que então era denominada “intervenção externa”, colocando em pauta o problema da legitimidade da atividade política na capital federal, combatendo a fragmentação política e o enorme distanciamento que, na visão destes, a capitalidade da cidade criava em relação à sociedade civil. O campo político carioca desse período já assistia a formação de partidos autonomistas relativamente fortes e disciplinados como, por exemplo, entre 1906 e 1915, o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), e, entre 1916 e 1921, a atuação da Aliança Republicana (AR) desenvolvida no compasso do fortalecimento da liderança do senador carioca Paulo de Frontin (FREIRE, 2000:30-31). Sobre o papel desempenhado por Paulo de Frontin enquanto prefeito do Distrito Federal entre janeiro a julho de 1919, ver MOTTA (2002:194-211).
7. Ao lado da atração exercida sobre as elites por intermédio de suas escolas, teatros, jornais e instituições administrativas, o Rio de Janeiro munido do estatuto de capital política do Império e da República propiciou a solidificação de um referencial para a afluência da massa dos libertos do regime da escravidão, notabilizando-se pela luta travada contra os padrões aristocráticos da velha elite escravocrata fluminense. A esse respeito, OLIVEIRA (2000:140) observa: “*Como capital política do Império e da República, o Rio teve reunidas importantes instituições do governo: o Senado, a Câmara, as faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia, o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional. Foi pólo de atração tanto para as elites, com suas escolas, teatros e jornais, quanto para a massa dos libertos do regime da escravidão.*” “*O Rio, enquanto capital da República, representou a ponta estratégica da modernização do final do século XIX e início do XX. Ali teve lugar a luta contra os padrões aristocráticos, leia-se portugueses, das velhas elites escravocratas fluminenses. Foi inclusive esta forte presença lusa presente na propriedade de lojas comerciais e de imóveis para aluguel que propiciou um intenso sentimento popular antilusitano.*” (Idem *ibidem*, p. 140).

Além dessa peculiaridade, cabe reter que a cidade dos primeiros anos de Valverde foi antecedida por um tempo bem refletido nas páginas de João do Rio (1881-1921) e Lima Barreto (1881-1922), não escapando às lentes do fotógrafo Malta (1864-1957) (OLIVEIRA, 2002:157-159). Falam todos a respeito da nova cidade que irrompe, destruindo e fazendo desaparecer a cidade que até há pouco estava, sob os auspícios de sua reforma cujo ponto áureo ocorreu com a gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1906) que congregou os engenheiros do Clube de Engenharia, criado em 1880, visando não somente sua modernização, limpeza e iluminação das ruas, mas também o saneamento da vida urbana como meio para afastar as “classes perigosas” e controlar os setores radicais (OLIVEIRA, 2000:141) - sobre a reforma de Pereira Passos e suas conseqüências na vida da cidade, ver BECHIMOL (1992).

Com efeito, todos esses eventos foram acompanhados da prevalência na vida cultural da cidade de um movimento que congregava duas visões antagônicas: aquela que se esforçava para distinguir dois mundos e outra que celebrava e incitava na direção do intercâmbio entre eles. No embate entre os arautos da modernização e os celebrantes das manifestações populares, os defensores do projeto urbanístico europeizante se contrapunham àqueles que interpretavam e sentiam os costumes do povo e seus espaços de conagração como “viveiro de tradições”. Estes últimos lamentavam e reivindicavam mudanças de rumo ao desrespeito perpetrado pelas elites quando colocava em marcha a avalanche de suas reformas urbanísticas para afastá-los do centro citadino (OLIVEIRA, 2000:141-142). Sobre os contornos da questão durante as gestões de Pereira Passos (1903-1906), Paulo de Frontim (janeiro a julho de 1919) e Carlos Sampaio (1920-1922), MOTTA (2002:194-211) apresenta e articula elementos expressivos.

No encaço desses processos tensos, a cultura política carioca gestada segundo um referencial de centralidade/capitalidade em relação ao resto da nação operou uma clivagem interna no espaço de poder da cidade justamente em função de sua convivência com esferas de poder de ordem distinta às suas limitações espaciais, acarretando dificuldades adicionais no relacionamento com sua população, suplantado a elaboração e implementação de projetos políticos territoriais para a realidade espacial carioca e/ou fluminense (MACHADO, 2002:8). SARMENTO (2000:34) assim define as “constantes políticas” do Rio de Janeiro: *“fatores tais como a presença do governo federal na cidade e os problemas daí decorrentes, além da própria dificuldade de se lidar politicamente com as populações urbanas, em ascensão no período. A política carioca distinguia-se das demais cidades brasileiras extamente por ter sido marcada, em uma perspectiva de longa duração, por uma cultura política estabelecida sobre um referencial de centralidade em relação ao resto da nação. Por ter sido corte de um império ultramarino, locus da construção do Estado imperial, palco dos principais acontecimentos que resultariam na proclamação da República e, finalmente, capital do Brasil republicano, a cidade se viu marcada pela extrema proximidade com as esferas de poder de ordem distinta à de suas limitações espaciais. A presença das forças governativas da nação no interior do espaço urbano da cidade, interferindo também na dinâmica política de caráter local, geraria uma das características definidoras da cultura política carioca: a radical clivagem interna entre o espaço do poder e o do cotidiano da população. Mundos opostos que parecem não se imiscuir, estas duas esferas estabeleceram formas de convivência e adaptação, criando vias de aproximação entre eixos, que, antes de se portarem de forma complementar, estranham-se e distinguem-se, gerando liames não formais de diálogo.”* Outros trabalhos interessantes sobre a capitalidade do Rio de Janeiro são: NEVES (1991), GOMES (1994) e FREIRE (2002:176-193).

8. A noção de centralidade tributada ao Rio de Janeiro por vários estudiosos, proeminente na ambiência cultural da cidade à época da infância e dos estudos ginasiais e colegiais de Orlando Valverde, guardam alguns desdobramentos importantes. Em primeiro lugar e de forma ampla, essa situação influenciou sobremaneira no processo de construção da identidade do

Rio de Janeiro com reconhecida sobrevida ainda nos tempos atuais das representações políticas lavradas numa “Idade de Ouro” associada à época em que a cidade era Distrito Federal. Do passado da cidade como capital da República, sem naufragar ante a transferência da capital para Brasília em 1960, a memória política carioca hodierna ainda logra extrair, conservar e renovar expedientes cuja peculiaridade é a perenização da idéia de um espaço-síntese da nacionalidade, atribuindo-lhe o papel de centro do país (FERREIRA, 2000:7-13).

9. Aliás, ideário híbrido este que *“alicerçou o ufanismo em seus diferentes matizes, num amplo espectro que vai da aparente singeleza descompromissada de um Afonso Celso à doutrina de segurança nacional da Escola Superior de Guerra”* (LUCA, 1999:86). LUCA (2002:86), analisando a documentação relativa à *Revista do Brasil*, mensário editado em São Paulo que na sua primeira fase circulou ininterruptamente entre janeiro de 1916 e março de 1925, nota que *“o deslumbramento ante as potencialidades da terra, apesar de não estar totalmente ausente das páginas do periódico, foi cedendo lugar a uma discussão a respeito da necessidade dos brasileiros apossarem-se efetivamente desse bem. Especialmente a partir de 1914, o contexto da guerra parecia demandar uma ação decidida para concretizar as nossas sempre decantadas, porém nunca materializadas, riquezas. A geografia, que já não aceitava mais ser reduzida à condição de simples nominata, ansiava por figurar ao lado dos saberes positivos e ofertava à nação projetos para o presente e o futuro”*. A pesquisadora realizou um belíssimo trabalho sobre o assunto elencando rico material empírico, fundamental para se compreender como os mais variados autores da revista articulavam suas representações acerca da geografia do país e fornecendo novas searas de investigação para os pesquisadores dedicados ao estudo do pensamento geográfico. A esse respeito, ver especificamente as páginas 85 a 130. No mesmo viés de reflexão, o contributo de MOARES (1988:98-99) é imprescindível para uma compreensão arguta da questão, pois traz à concreção do pensamento geográfico brasileiro essas veredas interpretativas, demonstrando a sedimentação, ao nível das classes dominantes, da ótica da imagem do “país em construção” e da “defesa intransigente da ‘integridade territorial’” *“de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares”*.
10. *“Os discursos geográficos – no sentido mais amplo do termo (discursos referidos ao espaço terrestre) – variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, dentro de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemés próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana. Nesse sentido, qualquer olhar geográfico já se exercita em uma concepção que sofre determinações históricas, qualquer leitura da paisagem sendo densa de uma temporalidade própria. Se assim é já com os elementos da percepção e da intuição, com muito mais vigor as determinações históricas exercitam-se sobre a elaboração das idéias e a produção dos textos, produtos também de um raciocínio que não foge a tais condicionantes temporais. O conhecimento científico sobre o espaço terrestre e sobre seu uso bem exprime essa qualidade.”* (MORAES, 2002:27-28)
11. *“Para alguns intelectuais da primeira metade da década de 20, não parecia suficiente exaltar as dimensões do país, eles achavam necessário torná-lo o maior do mundo. Este discurso não era apenas para consumo externo, ele estava estampado nos jornais e revistas, os livros didáticos de Moral, Civismo, história, Geografia, nos ensaios sobre o país e era repetido por letrados e políticos. Outros, sem dispensar completamente a graça divina, enfatizavam a ação humana na conquista e manutenção do espaço nacional, caracterizando-a como o nosso maior feito. De fato, a integridade do território ensejava uma possibilidade de recuperação positiva do passado. Geografia e História eram saberes considerados estratégicos para a formação de uma consciência nacional e que deveriam*



*ocupar papel central tanto nos cursos destinados à formação de professores quanto no ensino primário.*” (LUCA, 2002:88-89)

12. A respeito do Colégio Pedro II e a Avenida Marechal Floriano, também conhecida como Rua Larga, GERSON (2000:138-139) observa: *“Mas o que nela existe de fundamental é o Colégio Pedro II, é o Itamarati e é a Light, o que de há muito vem dela fazendo, por excelência, o centro do ensino secundário e da energia elétrica do Rio de Janeiro e da diplomacia brasileira. Na verdade o colégio nasceu longe dela, e antes de 1750, na sacristia da Igreja de S. Pedro dos Clérigos, na demolida Rua de São Pedro (...) Abrigo de órfãos, transformou-se numa casa de ensino ao vir para a Igreja de S. Joaquim, e já agora com alunos que também pagassem mensalidades. Por causa da túnica de linho branco que usavam, o povo os chamava de carneiros. Estudavam, de preferência, latim e cantochão. E cantavam nas missas solenes das outras igrejas e nos enterros pomposos. Chegado D. João VI, requisitaram-no para alojamento da tropa. Desfez-se, pois, o colégio com a remoção dos de mais vocação religiosa para o Seminário de S. José, na Ajuda. Mas em 1821 D. Pedro o restabeleceu, com o nome de S. Joaquim. Em 1831, sob a primeira Regência, passou para a Câmara Municipal, já decadente, para ser em 1837 reorganizado completamente como o primeiro de ensino secundário do país, sob o nome de D. Pedro II ainda menino, e por iniciativa, principalmente, de Bernardo de Vasconcelos. Adaptou-o para esse fim o arquiteto Grandjean de Montigny. Seu primeiro reitor foi o erudito Frei Antônio de Arrábida, Bispo de Anemuria, bibliotecário do Convento de Santo Antônio.”*
13. Movimento cuja origem remonta ao descontentamento das oligarquias periféricas, a Revolução de 1930 começou no Rio Grande do Sul e colocou no poder o gaúcho Getúlio Vargas. O movimento foi capaz de reunir os políticos estaduais em virtude do problema externo, minimizando suas clivagens internas. O gesto simbólico que a consagra é fartamente documentado e comentado pela historiografia: a entrada triunfal de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro portando no pescoço o lenço vermelho dos federalistas. Embora Getúlio procedesse de uma família que militara no grupo oposto dos republicanos, seu gesto simbolizou simultaneamente que os conflitos internos haviam cessado e que diante de um problema maior, os problemas do Brasil, o Rio Grande do Sul havia se pacificado a fim de solucionar seus persistentes problemas. No primeiro discurso de Getúlio Vargas após a vitória, o papel de vanguarda atribuído ao Rio Grande do Sul encontrou eco em frases tais como *“Não foi em vão que nosso Estado realizou a união sagrada”* e *“Não poderás falhar ao teu destino heróico!”*, seguidas de *“O Rio Grande de pé pelo Brasil”*, nas quais sobressaía a fonte responsável pela regeneração moral do país. Consagrava-se, assim, o que já estava presente na propaganda da Aliança Liberal e da Revolução de 30, a projetada superioridade moral e física do gaúcho recolhida nas lutas heróicas do passado e conservadas até aquele momento, além da crença de que, por ser portador das qualidades ideais, seriam eles os destinados a resgatar a Nação corrompida e destruída pelos predadores sucessivos da República, regenerando-a num ato heróico (OLIVEN, 1989).
14. Para CÂNDIDO (1984), a reforma do ensino efetuada por Francisco Campos nos anos 30 objetivava a formação de cidadãos e técnicos preparados para os novos tempos e a forja de novos dirigentes. Após ter sido duas vezes Ministro da Educação, Francisco Campos foi Ministro do Interior e da Justiça no Estado Novo, perante o qual justificava como a garantia da unidade e do progresso contra os conflitos internos a ameaça comunista e a inadequação das instituições anteriores. Com traços próximos ao fascismo e ao integralismo, Campos defendia idéias políticas explicitamente totalitárias que apontavam a falência da experiência liberal-democrática. Os contornos de seu pensamento político são sinteticamente abordados por SCHWARTZMAN *et alli* (2000:79-84).
15. No intervalo entre a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo, a vida da cidade do Rio de Janeiro absorveu conseqüências diretas do crescente processo de centralização política em busca dos pactos político-sociais. A perda da sua posição de centralidade na vida nacional é revertida e a partir dela são lançadas as decisões capitais que afetam a

política e a cultura nacionais. A sua posição como capital cultural do país é reforçada com a centralização política e a luta contra todas as formas de federalismo vigentes na República Velha. Os efeitos dessa tendência na música brasileira, por exemplo, podem ser entrevistados na abordagem de OLIVEIRA (2000:143-144). CAMARGO (1983:16) subdivide a Revolução de 30 em três grandes momentos: a) as **origens** (1920-1930), como sendo o “*período que abarca a crise sucessória de 1929 e se estende até a tomada do poder em 1930*”, no qual é possível detectar “*a presença dos principais segmentos que irão definir o perfil político da revolução*” (oligarcas históricos, jovem oligarquia e tenentes), “*com os projetos embrionários que lhes são próprios*” onde despontou a definição dos “*rumos e a natureza do movimento revolucionário em sua configuração futura*” por intermédio das “*sucessivas alianças que estabelecem entre si antes da revolução*”; b) o de **confronto**, marcado pela redefinição do pacto político e por alianças e conflitos “*entre os diferentes segmentos que tomam o poder e que penosamente buscam a homogeneidade necessária à sua transformação em grupo estável*”, onde o estabelecimento de objetivos programáticos fundam o consenso e a homogeneidade sustentadores do novo pacto político (centralização, controle da participação) e social (industrialização, direitos sociais, controle sindical, nacionalismo); c) o de **consenso** (precário), marcado pelo “*alijamento de um número expressivo de próceres revolucionários*”, no qual “*a acomodação e a estabilidade (1937-1945), sob rígido controle e tutela do Estado, permitirão a performance administrativa, paralisada pelos conflitos e incertezas do período anterior*”, acompanhado pelo parecer dos seus ideólogos de que o Estado Novo seria o “*arremate, racional e necessário*” de um processo revolucionário inconcluso (CAMARGO, 1983:16).

16. A proposta de BIELSCHOWSKY (2000) encontra-se detalhada no Capítulo 3.
17. No registro de suas concepções políticas, Delgado de Carvalho incorporava um modelo prussiano de Estado cujo substrato epistemológico resultava da reunião de tendências funcionalistas culturalistas mais próximas da Escola Francesa (ANSELMO, 2000:198), com repercussões de relevo em suas idéias sobre o papel a ser desempenhado pela Geografia. Somos levados a reconhecer que a Reforma Luiz Alves-Rocha Vaz terminou por conceder expressividade às visões administrativas e educacionais de Delgado Carvalho, atingindo com força a ambiência escolar a qual esteve exposto Orlando Valverde. Dito isso, a título de complementação dos elementos e relações estabelecidos no corpo-de-texto, cabe comentar um pouco os aspectos relacionados com a Reforma Francisco Campos. Desse modo, em 1931, quando a Reforma Francisco Campos passa a vigorar, elimina-se a condição de modelo educacional detida pelo colégio durante toda a Primeira República. Essa reforma educacional reconheceu a execução de novos moldes na educação sob os auspícios do governo federal, estabelecendo a participação direta do Estado nesse âmbito em sintonia nítida com o projeto estatal de formação da Nação. Num movimento nacional pronunciado de centralização e homogeneização do ensino das diversas disciplinas programáticas, a Geografia não fugiu à regra e o ensino primário, até então coordenado pelos municípios, passou a ser responsabilidade do Estado (FERRAZ, 1994:26). Alinhavou-se, assim, o ponto de convergência entre diversos pesquisadores desse período (ANSELMO, 2000:41) que identificam na década de 1930 o “*acoplamento*” da Geografia às posturas do governo Vargas em relação à Nação. A Geografia, embora já estivesse constituída como disciplina obrigatória em todas as séries do ensino desde a Reforma Benjamin Constant (1890) e tivesse sofrido alterações sucessivas ao longo das Reformas do Ensino até o início da década de 30, trilhou novos rumos nesse momento - FERRAZ (1994:18-27), aliás, disponibiliza elementos significativos sobre as reformas educacionais e o ensino de Geografia no curso secundário entre 1890 a 1925. Se, como afirma LORENZO & COSTA (1997:8), “*a crise de 1929 marcou o esgotamento do modelo primário-exportador*” e “*a Revolução de 1930 determinara o colapso do pacto intra-oligárquico que ordenara a vida política durante a República Velha*”, na encruzilhada desses processos a Geografia passou a ser eivada de forte influência do contexto de modernização e de nacionalização geral que o país então atravessava, aproximando-se cada vez mais do ideal ético de uma missão que não

estava desvinculado em seus propósitos de uma grande esperança no Estado. Aliás, sobre o conceito de *modernização* e seu significado no período, ver o excelente trabalho de PIVA (200:55-64).

Vale acrescentar que tanto nesse período quanto no contexto da pós-institucionalização da Geografia no país, a linha vidalina legitimada como representante da Geografia Moderna e seguida por Delgado de Carvalho não se exerceu afastada das nuances da vertente darwinista social que infingiu marcas em seu pensamento. Esta combinação, aliás, predurou tanto nos quadros do IBGE quanto nos quadros universitários. Essa orientação também encontrou eco em Everardo Backheuser e Fernando Antônio Raja Gabáglia (ANSELMO, 2000:217), este último professor catedrático do Colégio Pedro II e, como veremos em seguida, principal motivo de recordação de Orlando Valverde sobre os seus tempos no ensino médio.

18. ALMEIDA (2000:150), a partir das entrevistas que realizou com vários geógrafos do IBGE, salienta que nesse período o papel incentivador do professor de ensino médio ou mesmo de primeiro grau (antigo ginásio) foi fundamental na aceitação da Geografia como área de futuro interesse em suas escolhas profissionais, não sendo portanto parecer exclusivo de Valverde. OLIVEIRA (1995:15-16), em seu estudo sobre a trajetória do sociólogo Guerreiro Ramos, quando discorre sobre o ambiente intelectual da Bahia na Primeira República, faz a seguinte observação: *“Note-se que as Escolas Normais foram muito importantes em todo o país. Na década de 20 foram núcleos onde se realizaram experiências educacionais idealizadas por Francisco Campos (MG), Lourenço Filho (CE), Fernando de Azevedo (DF) e Anísio Teixeira.”*
19. A esse respeito, consultar: ALMEIDA (2000:85), ANSELMO (2000), ROCHA (2000:83-109) e ZUSMAN & PEREIRA (2000:50-81).
20. Assunto devidamente tratado nos seguintes trabalhos: ANSELMO (2000:177, 194, 199); PEREIRA (2002:149-153); MACHADO (1995). MACHADO (1995:321-323). Vale dizer que o Curso Superior Livre de Geografia era destinado a professores do ensino primário. Foi coordenado por Everardo Backheuser (professor da Escola Politécnica), Delgado de Carvalho e Fernando A. Raja Gabáglia (professores do Colégio Pedro II). No âmbito das atividades desenvolvidas no curso, este último ministrava uma das cadeiras de Geografia Humana, *“Movimentos de População”* (PEREIRA, 2002:149-153).
21. Sobre as repercussões da Escola Nova no ensino de Geografia, consultar ANSELMO (2000:160-161). No que tange as raízes do movimento educacional renovador da Escola Nova brasileira e sua origem atrelada ao desejo de transformação de valores e mentalidades objetivando o ingresso do país na modernidade, o trabalho de ADAS (2003) proporciona subsídios esclarecedores. Frisa a pesquisadora uma característica essencial desse movimento, o fato que antepunha o social como norteador do individual, elemento básico que se manifestava sob variados formatos discursivos. A esse respeito, afirma: *“Como em todo momento de rupturas de valores, o movimento educacional renovador brasileiro apresentou variadas vertentes de pensamento; algumas apoiadas sobretudo na Psicologia e, outras, nas ciências vinculadas à ordem social. Contudo, todas as vertentes manifestadas no período caracterizaram-se pela intenção de integrar o indivíduo à ordem brasileira industrializada rumo ao progresso, o que indicava o aspecto socializador do movimento.”* (ADAS, 2003:54).
22. FERRAZ (1994:38-39) lembra que impressionado com as inovações trazidas por Delgado de Carvalho e após várias viagens de aprimoramento à Europa, Gabáglia passou a lutar assiduamente em prol dessa renovação da disciplina. Enquanto catedrático de Geografia no colégio modelo do país, elaborou mudanças curriculares significativas que, mesmo após a reforma Francisco Campos, perduraram e viabilizaram em nível nacional as tendências que

compartilhava com Delgado de Carvalho. Embora, conforme frisado por Valverde em seu depoimento, Gabáglia inicialmente tenha resistido à criação do que mais tarde viria ser o IBGE, no plano ideológico e político publicou um texto em 1936 junto com Honório Silvestre sobre o novo programa de ensino do Colégio Pedro II, no qual argumentavam sobre a premência da *“real identificação das potencialidades nacionais e a realização destas junto as práticas e anseios do seu povo”*. Tal parecer reiterava similarmente o que Delgado Carvalho já havia afirmado em 1925 em discurso proferido a professores (FERRAZ, 1994:39) e em nítida sintonia com os ideais estadonovistas então mais do que incipientes de Vargas. Um dos pontos de convergência entre o pensamento de ambos, portanto, consistia na idéia-força de modernização que impulsionava a intelectualidade brasileira pós-30. Se quiséssemos retroceder ainda mais no tempo, também se encontra certa comunhão de ideais entre o afirmado por esses autores e Roquette Pinto, admirador de Ratzel e membro da Comissão Rondon em 1912, que em 1916 já denunciava *“a inocuidade da atitude contemplativa que se comprazia diante das virtualidades da terra descurando, porém do essencial: encontrar meios eficientes para concretizá-las. E aqui, mais uma vez, o discurso geográfico adquiria fôlego. Porém, geografia, nesse contexto, era mais do que a simples enumeração e descrição da superfície terrestre e de seus habitantes, ela era tomada na nova acepção que, no decorrer do século XIX, Ritter, Humboldt e Ratzel lhe deram: um saber unitário e sistematizado que problematizava a interação homem-natureza. Tal saber sempre interessou particularmente ao Estado pois, a um só tempo, ele oferece um guia eficiente e seguro para nortear as políticas públicas e, graças à sua aura de cientificidade, os argumentos necessários para a legitimação destas”* (LUCA, 2002:116-117). Em outro trecho, a autora complementa: *“Parece claro que, no início do século XX, o discurso geográfico, cuja matriz inicial assentou-se na extensão territorial, adquiriu densidade e importância. Se, por um lado, as dimensões continentais de um país malconhecido, pouco explorado e que guardava nas suas entranhas todas as riquezas que a imaginação desejasse, forneciam elementos para uma descrição ufanista e cheia de confiança no futuro; por outro, era preciso caracterizar a posse como fruto de um esforço coletivo e não simples acaso ou fatalidade. A história foi então chamada a testemunhar a favor da nação. Consagrou-se uma leitura do passado feita segundo as coordenadas traçadas pela geografia que, assim, ultrapassava a contemplação e impunha seu viés à memória. Mais ainda, graças à nova roupagem que lhe deram Ritter, Humboldt e Ratzel, ela também pôde apresentar um conjunto de princípios e propostas para a nação; um instrumental aceito como eficaz para concretizar as potencialidades da terra”* (Idem *ibidem*, 123-124).

Afora essas digressões, o que importa delas reter é que Valverde não esteve imune às preocupações de seu memorável professor dos tempos de colégio. Os elementos reunidos sobre esse período de sua vida permitem compreender que, desde cedo, sua conscientização se processou no bojo de uma ambiência cultural e política na qual não apenas o Estado brasileiro como também os intelectuais buscavam nas concepções científicas uma base teórica que lhes proporcionasse práticas eficientes segundo os interesses do Estado (FERRAZ, 1994:54). No entremeio dessas visões, subjaceu um revestimento de fundo não só latente como explícito composto por elementos ideológicos caros aos interesses e necessidades vislumbradas pelo Estado, formando um caldo de representações e iniciativas no qual o aspecto da neutralidade científica tão apregoado pela Geografia francesa foi ademais considerado como o mais viável para o preparo intelectual dos alunos. Já no início dos anos 30, análises neutras e aparentemente descomprometidas exerceram notória influência na condução dos conteúdos programáticos escolares, endossando a defesa do nacionalismo e do Estado, de conformidade com os pressupostos ratzelianos, afirmando-se como uma das metas básicas do ensino de Geografia no Brasil (FERRAZ, 1994:54). Aliás, anos mais tarde, em 1947, Gabáglia consideraria a Geografia como *“uma das ciências a serviço das realizações do Estado”* (GABÁGLIA, Fernando Antônio Raja. “Geografia Política e Engenharia”, in *Boletim Geográfico*, v. 55, 1947, p. 819.54-55, apud FERRAZ, 1994:54). A mesma orientação é notória em Delgado de Carvalho (FERRAZ, 1994:39-41). PENHA (1993:35), referindo-se aos estudos geográficos da década de 1940, situa Raja

Gabáglia junto a Mário Augusto Teixeira de Freitas e o Brigadeiro Lysias Rodrigues enquanto autores que se dedicaram à temática estatal-territorial do período. Sobre Raja Gabáglia, considera: “(...) estabelecia nexos entre a pesquisa geográfica e o Estado referenciando-se em Estrabão para quem a Geografia servia principalmente às necessidades da administração civil; deveria entrar em todas as operações de governo, pois seguramente administrar-se-iam melhor os negócios. Defendia ele que toda política que se queira realista e previdente tem de se basear sobre dados geográficos, pois o próprio Estado é uma individualidade geográfica. Portanto, afirma ele, onde quer que haja um problema social ou político cabe a palavra do geógrafo, que vai buscar na extensão e na explicação do fenômeno natural o elemento com o qual se achará a solução vantajosa para a sociedade.”

Aspecto devidamente já estudado por MORAES (2002:32-33), em que pese o papel ideológico da Geografia no processo de legitimação do chamado Estado Moderno brasileiro que nesse contexto estabeleceu suas principais bases, em nítida similaridade em face aos países cujas circunstâncias políticas conheceram dificuldades para constituir o Estado (cujo exemplo paradigmático foi a Alemanha), cabe ressaltar a confluência de tendências no ensino de Geografia que atingiu Valverde em seus anos ginasiais. De posse de tudo quanto foi apresentado, as aulas de Gabáglia sobre *Fronteiras Brasileiras e a Obra de Rio Branco* podem ser consideradas um exemplo notório da existência de certo lastro de continuidade entre o pensamento geográfico da década de vinte e a geografia almejada nos marcos do conceito de modernização seja em seus antecedentes mais imediatos seja após a sua institucionalização. Os enunciados e argumentos geográficos desse teor e marcados pela dispersão na década de 20 atingiram a cultura política posterior, firmando nela enraizamento, segundo sua eficácia ideológica ou na doutrinação patriótica, com repercussões na produção material do espaço brasileiro a partir do Estado Novo (MORAES, 2002:43).

Enquanto desde o início do século XX e adentrando o início dos anos 30 a História dedicou-se à consagração dos bandeirantes, a Geografia consagrou-se à narração das fronteiras, utilizando-se para tanto do relato da conquista e da manutenção do território, redimindo não apenas o nosso passado, mas igualmente as regiões tropicais que, ao fim e ao cabo, nos moldes da construção dessa epopéia nacional, passavam a apresentar sinais de poder conviver com a “civilização”. Decerto, não saberíamos excluir desse registro o conteúdo do relato de Orlando Valverde acerca das aulas de Gabáglia. Numa palavra, ficou a cargo da Geografia proporcionar a reconciliação entre a nação e sua história, onde o re-enquadramento do passado tornou-se possível por intermédio de uma modalidade discursiva sobre o território pincelada livre de contradições, tensões e ambigüidades que poderiam obstaculizar a sua utilização na construção da identidade (LUCA, 2002:87 e 97). Com a legitimação da posse do território nutrida em termos de um esforço conscientemente encetado pelos nossos antepassados, suas fronteiras e ocupação não mais eram vistas como dádiva estendendo, graças à via geográfica, uma percepção positiva do passado antes reservada apenas ao futuro, cristalizando e reafirmando uma tendência esboçada desde a Independência de identificar espaço e nação (MORAES, 2002:42; 112 e seguintes).

Diante do que aqui foi esboçado, julgamos válido registrar a contribuição de MORAES (2002:73), quando discorre sobre a nação como construção simbólica razoavelmente recente e a implantação do Estado-territorial como importante componente na consolidação das identidades nacionais, além da pátria como a projeção geográfica de “povo”.

23. Alguns dos 14 militares que participaram do Levante Comunista em 27 de novembro de 1935 no Rio de Janeiro, apenas quatro dias após o Levante de Natal (RN) e três daquele ocorrido no Recife (PE), entraram para as Forças Armadas porque a carreira era estável e oferecia um soldo compensador para jovens de origem humilde, numa época ainda marcada pela parca remuneração e ausência de benefícios no mercado de trabalho em função dos

efeitos da crise de 1929. Este grupo mais tarde participaria da luta antifascista na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), todos contando na época com menos de 25 anos de idade. A esse respeito, ver BATTIBUGLI (2000:24, 53). Em que pese a conjuntura similar entre os casos do ingresso de Valverde na Escola Naval sob a sugestão de sua mãe e os relativos a esses militares, sua trajetória, como se verá adiante nessas notas, foi diversa.

24. Afora os acontecimentos políticos citados no texto que marcaram a cena nacional durante os anos nos quais Valverde esteve na Escola Naval, outros processos de fundo educacional também estiveram presentes como, por exemplo, o positivismo. Com efeito, não obstante o fato de que o conjunto das várias tendências reunidas sob a denominação “positivismo” não implicasse uma aderência cega à doutrina de Augusto Comte (LOVISOLO, 1992), esse registro de pensamento adentrou vários setores da sociedade brasileira e adquiriu notoriedade desde a Reforma Benjamin Constant (1890). MORAES (1997:73-74), em estudo minucioso sobre o assunto, argumenta: *“Partimos da constatação de que no Brasil a doutrina filosófica elaborada por Augusto Comte e epígonos foi interpretada com espírito progressista pelos que a receberam (...) Para Benjamin Constant, em 1890, a educação militar, além de atender ‘aos grandes melhoramentos da arte da guerra’, deveria conciliá-la ‘com a missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos do continente sul-americano’. ‘O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas... jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente...’. Para tanto, precisa de uma ‘educação científica que... o habilite pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela racional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres não só militares como principalmente sociais’. Segue um plano de ‘ensino integral’, obedecendo às leis ‘que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades.”*

Muito embora se reconheça que, especificamente na passagem dos anos 20/30, a influência do positivismo não tenha poupado os três perfis dominantes da intelectualidade brasileira – advogados, engenheiros e homens de cultura – e também os políticos do Rio Grande do Sul (PÉCAULT, 1990:34-35), identifica-se suas primeiras manifestações no Brasil desde 1837 e admite-se que tenham passado a adquirir repercussão mais aberta a partir de 1850 em numerosas dissertações positivistas nos principais estabelecimentos de ensino (Colégio Pedro II, Escola Militar, Escola da Marinha, Escola de Medicina e Escola Politécnica) (LINS, 1964). LOVISOLO (1992) também endossa essa afirmação, salientando que, sob o flanco filosófico, o positivismo adquiriu ampla capilaridade no Brasil por intermédio dos textos de Comte sobre as ciências exatas, abrindo caminho para o seu ingresso nas escolas politécnicas e militares antes de 1870. Nesse movimento, as classes médias e sobretudo seus segmentos intelectuais travaram contato prévio com seu viés cientificista mais do que propriamente com seus aspectos políticos e religiosos, difundindo-o no ensino científico e militar. Se na Argentina o positivismo comtiano não obteve penetração suficiente em virtude do maior número de adeptos do biologismo, do evolucionismo e, sobretudo, do spencerianismo, no Brasil adquiriu notória expressividade em decorrência de ter projetado uma imagem firme do mundo para um contexto carente de instrumentos culturais de organização.

Para o caso brasileiro, ademais, diversas tendências de estudos procuram nas formulações e ações dos positivistas as bases conceituais da ideologia autoritária ressaltando suas influências ideológicas e político-institucionais que, a despeito de suas injunções iniciais, não deixaram de prosperar para além dos marcos da Revolução de 30. SANTOS (1978) sugere que a elaboração ideológica do pensamento autoritário nas obras de Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, produzidas no essencial entre 1914 e 1940, para citar apenas alguns dos nomes mais significativos, pode ser entendida como descendência

da linhagem cientificista comteana e denominada de “autoritarismo instrumental”. Os eixos dessa elaboração, que já estariam presentes nas críticas de Torres e Viana ao funcionamento e à ideologia da Primeira República, baseavam-se na pretensão de realizarem uma análise científica, que permitisse a crítica das propostas “liberais” como ilusórias. Aliás, para uma análise do pensamento de Oliveira Vianna sob o ponto de vista geográfico, vale remeter ao estudo de ANSELMO (1995); para as características gerais do pensamento do autor, ver ALMEIDA (1999: 293-313); e para uma revisão crítica acerca dos estudos que versam sobre Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, sugerimos consultar PIVA (2000), respectivamente, págs. 89-151 e 189-25.

Em sentido complementar, SCHWARTZMAN (1987), num contexto de análise no qual interpreta a nova linhagem de intelectuais de elite surgida no âmbito das escolas politécnicas brasileiras, relaciona o direito e a competência que engenheiros e militares se outorgavam para a gestão da nação por intermédio do cientificismo positivista representado, em termos doutrinários, pelo domínio da tecnologia e das ciências exatas, em nítido descompasso com a cultura vigente dos bacharéis e da Igreja. Citando o autor mencionado: *“Os militares, que ao longo de sua história permaneceram como uma espécie de carreira de engenharia de segunda classe, foram os que se ativeram mais fortemente, e por mais tempo, a esta ideologia; faziam-no, sobretudo, no âmbito do Exército, que sempre teve um componente menos técnico do que a Marinha ou, mais recentemente, a Aeronáutica. Isto não significa, evidentemente, estas corporações não fossem também politizadas, e até mais; mas é no Exército que se desenvolveu uma visão articulada do papel messiânico das Forças Armadas, consubstanciada na doutrina de segurança nacional.”* (SCHWARTZMAN, 1987).

A importância em se ressaltar esse elo entre positivismo de matriz cientificista e pensamento autoritário reside nos desdobramentos que adquiriu no âmbito específico dos discursos e práticas sobre o território cujo fortalecimento foi processado na primeira metade dos anos 30 e que passaram a vigorar com a implantação do Estado Novo. Dentre os muitos méritos do estudo de PENHA (1993:31 e 34) depreende-se a revelação das implicações do pensamento de Alberto Torres nas análises de Mário Augusto Teixeira de Freitas, cujo pensamento, nesse novo contexto, exerceu influência significativa na administração pública brasileira. Sua criação máxima foi a instalação do sistema estatístico no Brasil sob as vestes conceituais do princípio orgânico de racionalização. A questão da unidade nacional sob diversos enfoques, privilegiando a ação estatal através do reaparelhamento do Estado já era discutida por Alberto Torres em 1914, quando na obra *O problema nacional brasileiro* dotava o nacionalismo de sentido considerando-o como veículo de coesão nacional cuja efetivação dependeria da criação de órgãos de solução e de ação para a viabilização do fortalecimento do Estado Nacional. Teixeira de Freitas, também influenciado pelas idéias de Beckeuser, transplantaria esses princípios para a esfera da dimensão territorial do país e para suas necessidades estratégicas.

Esses princípios, como se observa, não estavam em contraposição seja aos legados de Delgado de Carvalho e Gabáglia, em que pese o anti-positivismo radical deste último (MACHADO, 1995:322-323), seja da cultura que vigorou nos meios militares e, sem dúvida, influenciariam as idéias valverdianas sobre a missão a ser realizada pelos geógrafos a partir de seu ingresso no CNG, em 1938, dada a convivência estreita entre ele e Teixeira de Freitas.

No que concerne às imbricações entre esse pano de fundo positivista e o ensino da Geografia nas escolas militares, RUDZIT (1997:4) observa a escassez de obras ou trabalhos que tenham como objeto de análise o ensino militar das Forças Armadas brasileiras, com carência pronunciada de estudos no que se refere à Marinha e Aeronáutica, sendo que a maioria deles está voltada, nesse particular, para o Exército. Dessa maneira, voltando-se para o caso de Orlando Valverde no âmbito da Escola Naval, apesar dessa lacuna antepor

dificuldades adicionais para um esclarecimento sobre o ensino militar adquirido por ele entre os anos de 1932 até final de 1934, ela não elimina as evidências gerais sobre o predomínio do positivismo enquanto um dos pilares formadores de sua geração. De qualquer modo, embora seja este nosso parecer, deve-se reconhecer que o preenchimento da lacuna indicada por intermédio de um estudo sistemático em muito desviaria o foco de nossa pesquisa, o que certamente implicaria o envolvimento do pesquisador no levantamento de fontes documentais que, como se afirmou, são reconhecidamente escassas, não tendo sido, portanto, operacional sua resolução ante os limites e as necessidades de nosso estudo. Sendo assim, dos trabalhos que versam especificamente sobre o pensamento e o ensino militar na primeira metade da década de 1930, optou-se por extrair os contornos mais gerais sobre as “doutrinas” e escolas que então vigoraram. Apesar de girarem em torno dos conteúdos que este adquiriu no Exército, apenas um dos braços das Forças Armadas brasileiras, tais estudos proporcionam elementos importantes para a compreensão de nosso objeto de estudo. Decerto tal escolha não dilui suas complicações de ordem metodológica e o risco na falta de exatidão, porém pareceu-nos a mais viável pelos motivos aventados acima.

De posse dessa ressalva, sobre a data exata da introdução da disciplina Geografia no ensino do Exército, constata-se certa indeterminação entre os estudiosos, conforme levantamento bibliográfico realizado por RUDZIT (1997:3). Enquanto para COSTA (1992:191), “(...) a geografia militar tornou-se disciplina obrigatória nos cursos do exército no início dos anos 30”, MIYAMOTO (1981:92), analisando a Doutrina de Segurança Nacional, considera Goés Monteiro como o responsável pelo retorno da Geografia Militar nos currículos do Exército em 1934, sem explicitar quando essa disciplina teria sido introduzida antes de sua reintrodução no pós-revolução de 1930.

ZUSMAN (1996:96), a seu turno, indica a grande participação de oficiais, especialmente do Exército, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde a sua fundação, fornecendo elementos esclarecedores para se compreender como os oficiais poderiam ter tido contato com obras de autores utilizados entre os seus membros. Muito embora essa contribuição seja significativa, pois não isola em dois movimentos dissociados o desenvolvimento do ensino da Geografia e o pensamento militar, importa enfatizar um dado fundamental oriundo da contribuição de MORAES (1988), cuja relevância é notória para os fins ora perseguidos, pois alarga a compreensão dessa relação.

De qualquer modo e diante das dificuldades esclarecidas, queremos crer que à semelhança dos ingressantes nas fileiras do Exército brasileiro na primeira metade da década de 1930, Valverde também esteve submetido na Escola Naval ao que MORAES (1988:32) chama de “pensamento geográfico”, ou seja, “*um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas*”. Sendo o ensino militar em particular e na sua ambiência em geral um dos “quadrantes da cultura” formulador de uma gama de reflexões discursivas a respeito da espacialidade, fonte de propostas de atuação política sobre o território por intermédio do Estado, não é de todo equivocado supor que Valverde tenha travado contato com certos ideários a respeito do território, mesmo que não inscritos necessariamente no currículo oficial e quaisquer que tenham sido os eventuais conteúdos ministrados em seus cursos.

25. Aliás, uma revisão bibliográfica sucinta embora eficaz a respeito do assunto pode ser entrevista no trabalho de BOMFIM (2001:24).
26. Valverde adentrou uma estrutura universitária eivada por valores nacionalistas e pragmáticos que encontraram operacionalidade em sua organização curricular interna original. Em seu depoimento à *Revista Geosul*, o geógrafo explicita o desejo em fazer os



cursos de Geografia e História no momento de sua inscrição na universidade, tendo sido dissuadido dessa possibilidade em função da “colisão de horários”, optando num átimo pela Geografia graças aos autores e fronteiras atemporais plantados por Gabáglia nos anos do Colégio Pedro II (BUSS *et alli*, 1991:226-227). Num trecho da entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996, Valverde expressa: “*Aquilo... Geografia, não tinha, a perspectiva era ser professor de ensino médio de geografia, que dizer em um minuto eu decidi o roteiro da minha vida e graças a essa coisa de ensino médio...*” É interessante observar que a busca de Valverde pelo curso de Geografia da UDF como horizonte propício para o desenvolvimento de seu interesse em se tornar professor coincide com fato relatado por PAIM (1981:61-62). O estudioso ressalta que a maior preocupação de Francisco Campos durante o período que esteve à frente do Ministério de Educação e Saúde foi, justamente, a formação de professores secundários. Não menos à propósito, SALEM (1982:107, 116-117) ressalta a preocupação singular que católicos e escolanovistas nutriam frente ao problema da erradicação do analfabetismo, municiados ambos os grupos com suas respectivas propostas solucionadoras. Esse aspecto, tomado ao menos tematicamente como comum na intelectualidade do período, também poderia ser aventado como estímulo que levou o jovem Valverde aspirar o magistério. De qualquer modo, essas inquietações reluziriam mais tarde, principalmente em seus trabalhos da década de 1950, sob a égide de políticas específicas colocadas em marcha tanto no segundo governo Vargas (1951-1954) quanto no de Juscelino Kubitschek (1956-1961). De resto, no plano pessoal, os horizontes do magistério também podem ter sido aspirados por Valverde dada a admiração que nutria por sua irmã mais velha, o único ente familiar que parece tê-lo apoiado no momento de sua expulsão da Escola Naval.

27. *Apud* ALMEIDA (2000:152). Em 1991, a área de Memória Institucional do IBGE organizou um projeto de depoimentos com os profissionais da casa onde foram entrevistados três geógrafos: Orlando Valverde, Gelson Rangel Lima e Aluísio Capdeville Duarte, além do importante depoimento de Cristóvão Leite de Castro (engenheiro), organizador da estrutura burocrática que criou o Conselho Nacional de Geografia em 1937.
28. Sobre Alberto Ribeiro Lamego, ALMEIDA (2000:47), referindo-se às atividades do IBGE no período de 1946 a 1950, considera: “*Além dos geógrafos de formação, o IBGE recebia também outros profissionais que mostravam-se capacitados a elaborar estudos geográficos. Um ótimo exemplo de profissional de geologia que sabia escrever sobre os processos de ocupação humana em termos espaciais foi Alberto Ribeiro Lamego que no período compreendido entre 1940 e 1950 escreveu quatro grandes obras para o CNG: O Homem e o Brejo, O Homem e a Restinga, O Homem e a Guanabara e O Homem e a Serra.*” Essas obras foram publicadas, respectivamente, nos anos de 1945, 1946, 1948 e 1963.
29. Ao final de nosso trabalho, no Apêndice I, realizamos uma breve contextualização sobre os delineamentos gerais de cunho político e cultural que acompanharam a criação da Universidade do Distrito Federal. O prumo dessa vereda informativa e complementar nos ajudou a melhor compreender o teor de alguns trabalhos publicados pelo geógrafo Orlando Valverde após esses anos de formação científica incipiente.
30. Nunca é demais lembrar que MORAES (1991), discorrendo sobre o tema da institucionalização da geografia no Brasil, observa que esta já encontrava condições de se efetivar desde as últimas décadas do século XIX. Neste momento, alguns fatores compunham um quadro propício para tanto, tais como: a ampla difusão do discurso geográfico no meio intelectual, a reformulação da questão da identidade nacional imposta pelo advento da ordem republicana e a expressiva valorização material e simbólica do aspecto brasileiro. É diante dessas condições e da “centralidade prática e ideológica” da geografia no país que o autor considera um paradoxo a não-institucionalização da disciplina nesse período (1991:171). Essa somente viria ocorrer mais tarde, na década de 1930, particularmente durante o Estado Novo.

31. Cujo estímulo, aliás, provinha das circunstâncias já apresentadas na nota 28. Para subsídios mais largos a respeito, ver MACHADO (2002:40).
32. Embora o autor ressalte o caráter desinteressado da iniciativa pioneira que foi a Escola de Ciências da UDF (1981:81 e 85), inclusive identificando o esforço de distanciamento levado a cabo por seus idealizadores frente à tradição positivista, acreditamos que suas ponderações nesse sentido mereceriam um estudo mais acurado quando se trata de aplicá-las ao caso específico do Curso de Geografia nessa universidade. Não vem ao caso ensejar argumentos nessa direção tendo em vista as especificidades de nosso estudo. De qualquer modo, como o autor indicado baseia sua análise nas áreas de Biologia, Química, Física, Matemática, Geologia e Botânica da referida universidade, se é pouco convincente que a Geografia tenha permanecido ileso ao “caráter desinteressado” e ao positivismo, não é de todo incorreto situá-la nas preocupações utilitaristas e profissionalizantes que cercearam os ideais educacionais dos cursos da UDF.

Com efeito, o curso de Geografia na UDF surgiu como parte integrante das seções da Escola de Economia e Direito, cuja finalidade era a criação de um centro de documentação e pesquisa acerca dos problemas nacionais, com o intuito precípuo de formar professores e especialistas, o primeiro horizonte tendo sido a grande motivação que impeliu o autor a ingressar no quadro discente da UDF (*Idem Ibidem*, p. 228). Muito embora existisse a Seção III – “Ciências Geográficas e Históricas”, contrariamente ao caso da Universidade de São Paulo o curso de Geografia nos primórdios da UDF foi implantado alijado do curso de História (organizado por Lucien Febvre), independência de áreas que permaneceu válida até o final de 1937, tendo norteado a especificidade do currículo de suas três primeiras turmas. Não obstante a divisão entre os dois cursos, os diálogos entre esses campos de conhecimento foram fluentes tanto em virtude da aproximação física e cotidiana dos alunos e professores que afluíam às aulas no mesmo prédio quanto graças aos estreitos vínculos no campo intelectual e pessoal nutridos seja entre próprios mestres estrangeiros seja entre esses e o perfil acadêmico-intelectual dos professores brasileiros (MACHADO, 2002:47). Em todo caso, a imersão de Valverde na universidade esteve acoplada somente à Geografia até 1939, quando com a transferência da UDF para a Universidade do Brasil essa disciplina passou a formar com a História um único curso. Para uma análise interessante sobre os relacionamentos entre os historiadores e geógrafos das primeiras Missões Francesas nesse período que, em suas respectivas áreas, lecionaram na Universidade de São Paulo, na UDF e posteriormente na Universidade do Brasil: FERREIRA (1999). A pesquisadora tece comentários diferenciadores capitais sobre Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig no que diz respeito às suas relações com linhagens historiográficas francesas diversas nesse contexto (ver, principalmente, páginas 294-296).

Em sentido complementar, vale demarcar ainda que entre os anos de 1935 e 1936, momento no qual ocorreu a entrada de Valverde no ambiente universitário da UDF, essa universidade esteve atrelada aos desígnios dos educadores liberais que desempenharam papel decisivo no amoldamento de seu projeto educacional. Uma de suas iniciativas consistiu na contratação de professores estrangeiros para lecionarem em áreas consideradas sem profissionais, a abertura dos cursos no ano letivo de 1936 tendo contado com as conferências dos mestres da Missão Francesa (PAIM, 1981:80). Essa providência foi inicialmente levada a cabo por Afrânio Peixoto e, em seguida, após sua exoneração em solidariedade à Anísio Teixeira, teve continuidade com a gestão do segundo reitor Afonso Penna Júnior (março de 1936 a dezembro de 1937), que garantiu para o ano de ingresso de Valverde a permanência dos professores (MACHADO, 2002:40-41). Valverde “finaliza” seus estudos quando, ainda em 1937, Alceu Amoroso Lima assume a reitoria da UDF, exercendo-a até o ano seguinte, quando chega o momento de preparar sua extinção contando com franca cooperação política de Gustavo Capanema, atitude que mais tarde foi endossada por Georges Dumas que, ao lado do ministro, articulou a Universidade do Brasil em 1939 (SCHWARTZMAN *et alli*, 2000:229-231). A respeito de Georges Dumas e seus

auxiliares no recrutamento dos professores franceses, Henri Hauser e Robert Garric: FERREIRA (1999:286-292).

33. Para VLACH (1988), a chegada dos mestres franceses em meados da década de 1930 conferiu impulso a um processo que já se havia iniciado nas décadas anteriores, que tinha suas origens nas pressões, estímulos e demandas do ensino médio. A autora pensa, por exemplo, na introdução das idéias lablacheanas por Delgado de Carvalho em 1910, data em foi publicada a obra *Le Brèsil Meridional*. A nosso ver, essa observação é válida, desde que não derive em argumentos sugestivos acerca de uma suposta institucionalização da Geografia em nosso meio antes da implantação do Estado Novo, orientação assumida, entre outros, pelos estudos de PEREIRA (1997; 2002). Razões explicativas para essa ressalva são tecidas mais adiante, no início do item 3.2.
34. Na França, Deffontaines havia sido discípulo deste último cujo falecimento se deu em 1930 e, como é fartamente conhecido, logo de sua chegada ao Brasil, participou do áureo período da Geografia Brasileira cumprindo papel proeminente na fundação da AGB de São Paulo (1935) e, posteriormente, a do Rio de Janeiro (1936), mantendo vínculo direto com o Brasil até 1939. No momento em que se deslocou para o Rio de Janeiro, Caio Prado Júnior era preso em São Paulo em virtude de seu envolvimento na ANL, tendo Pierre Deffontaines deixado a cargo de Pierre Monbeig (1908-1988) a coordenação da AGB paulista e a liderança acadêmica dos cursos da Universidade de São Paulo.

Vale dizer que, assim como o faz Valverde, a importância do professor Pierre Deffontaines também é ressaltada por Caio Prado Júnior, quando em 1935 assistiu suas aulas na Universidade de São Paulo: *“História e Geografia são duas coisas que, infelizmente, sempre foram desleixadas no Brasil, sobretudo a Geografia. Geografia é fundamental. Geografia não é dizer que tem um rio de tantos quilômetros de comprimento. Geografia é compreender as condições naturais, humanas da vida, as relações, a distribuição, a maneira de viver. É uma coisa muito ampla. Eu estudei as duas coisas, História e Geografia, por isso, porque eu me interessei pelo Brasil, quis conhecer o Brasil. Então estudei Geografia e História, que era a teoria. E a prática: viajei este País de alto a baixo, a minha vida inteira. E conheço o Brasil todo. A Geografia foi que me abriu a perspectiva, e foi com o Deffontaines - o maior professor que eu conheci na minha vida. Olha que eu conheci muito professor na minha vida, mas nenhum, de longe... o Deffontaines batia todo mundo. Não que ele tivesse assim uma erudição, ele não tinha. Mas é porque é um homem que vivia o assunto. Para todo mundo que assistia às aulas dele era um divertimento, era um prazer, primeiro pelo entusiasmo dele. Ele tinha um amor, tem até hoje, está vivo, idoso, e continua trabalhando nisso. Grande professor, né? Professor não é o sujeito que sabe muito. Tem muita gente que sabe muito, mas não tem jeito nenhum pra ensinar. Ensinar tem toda uma comunicação, não?”* (CARDOSO, 1978). Sobre a relação de Caio Prado Júnior com a Geografia e, especialmente, a influência de Pierre Monbeig em sua formação no contexto dos primeiros anos das atividades da Universidade de São Paulo: MARTÍNEZ (1999). No tocante ao teor ideológico das idéias geográficas de Pierre Monbeig e o substrato positivista de seu pensamento: BRAY (1983). Acerca de uma contextualização do pensamento desse geógrafo na realidade geográfica brasileira da década de 30 e a aplicação que efetuou do modelo regional de Vidal de La Blache e sua posterior adaptação no novo contexto retomando-se tanto as idéias originais lablacheanas quanto as de André Cholley resultando na noção de “complexo geográfico”: SILVA (2002a).

Aproveitando o ensejo dessa nota, é oportuno salientar que inúmeros trabalhos referendam a participação de Pierre Deffontaines na constituição do campo disciplinar geográfico no Brasil. Somente para citar alguns casos, ALMEIDA (2000), na segunda parte de seu trabalho sobre a Geografia e os geógrafos do IBGE, analisa os processos de transferência de Deffontaines tanto da França para São Paulo em 1934, quanto de São Paulo para o Rio de Janeiro, em 1935. O geógrafo francês conta também com outras referências

importantes. Consistiu em objeto de pesquisa no trabalho de FERREIRA (1998) que faz alusão à sua trajetória recorrendo aos diários pessoais de Deffontaines e de sua esposa bem como do depoimento de seus filhos. Nas pesquisas sobre Gustavo Capanema, SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA (2000:341) disponibilizam uma correspondência de Deffontaines à Capanema datada de 1934, prestando contas de seu trabalho na USP, antes de sua tomada de rumo em direção à UDF, no Rio de Janeiro. MACHADO (2002) ressalta a influência do professor francês nas primeiras turmas do curso de Geografia da Universidade do Distrito Federal. ABREU (1994:204-208; 2002:43-46), no âmbito de uma análise sobre a chegada da Escola Francesa de Geografia no Brasil, tece comentários sobre os artigos de Deffontaines a respeito da origem de nossas cidades, hoje considerados clássicos, num movimento analítico que os coteja com outros contributos. CAMPOS (1997:98-102) destacou, por sua vez, algumas idéias mestras da obra do geógrafo, *Geografia Humana do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1939. BRAY (1993), a seu turno, elaborou uma interpretação sobre as variâncias políticas das idéias geográficas do geógrafo francês, com realce para a “visão de mundo” e “estruturas significativas” de seu pensamento indicando sua ideologia liberal política burguesa respaldada em fundamentos positivistas e cultural-funcionalistas.

Afora as referências citadas, a partir de uma pequena autobiografia escrita e assinada por Deffontaines no final de sua vida, FERREIRA (1998) estabeleceu um eixo organizador sobre a construção de seu conhecimento geográfico. Entre as diferentes etapas desse processo, a pesquisadora relata os contatos iniciais que travou com o geógrafo Jean Brunhes, seu interesse pela geografia humana, sua posterior ida para Paris para realizar estudos na Sorbonne sob a orientação de Albert Demangeon e as razões que o trouxeram para o Brasil. Comenta a autora: *“Sua dupla vinculação - à Sorbonne e a Jean Brunhes, do Collège de France - não era apenas uma questão formal e institucional, mas significava também uma diferença de concepção no conhecimento da geografia. A opção de Deffontaines era seguir os ensinamentos de seu mestre Jean Brunhes na formulação de uma geografia humana ligada às causalidades religiosas e espirituais. Essa duplicidade de orientação custou caro a Deffontaines. Já na defesa de tese, o presidente da banca, Martonne, uma das principais figuras da institucionalização da geografia na França e responsável pela criação e controle da distribuição de vagas no sistema universitário, criticou Deffontaines pelo fato de não ter mencionado no prefácio sua participação na banca. Ao mesmo tempo, surpreendia-se com os agradecimentos dirigidos a personagens que nada tinham a ver com seu trabalho, como era o caso de São Francisco de Assis. Após a defesa da tese de doutorado, o relato indica claramente as dificuldades que Deffontaines enfrentou para obter um posto no ensino superior no Ministério da Educação Nacional. Garantir uma vaga numa universidade católica em Lille não deixou de representar um certo fracasso na carreira de Deffontaines, e isso é trazido em seu relato com uma ponta de amargura. A saída para Deffontaines foi o Brasil, onde conseguiu um posto inicialmente na USP e depois na UDF. As etapas seguintes de sua vida científica são relatadas valorizando sempre as experiências no exterior. A América Latina foi um laboratório de pesquisa privilegiado para o geógrafo francês e responsável por grande parte de sua abundante produção acadêmica.”*

35. A esse respeito, comenta FERREIRA (1998): *“Além de sua intensa atividade intelectual, Deffontaines era um militante católico extremamente atuante. Integrava o grupo católico de Robert Garric [responsável por sua vinda ao Brasil], professor de literatura francesa na Sorbonne e criador das Équipes Sociales, movimento católico voltado para os jovens, que tinha como propósito promover o intercâmbio educacional entre a ‘juventude intelectual e a juventude popular (...) de forma que uma possa aprender com a outra’”. Em outro trabalho, FERREIRA (1999:291) explicita a colaboração do mestre francês na *Revue Jeunes* e o seu lugar como um dos fundadores da União das Três Ordens de Ensino (UTO), órgão voltado para o estudo de temas pedagógicos e a divulgação desses princípios com vistas a garantir a influência católica na educação. A pesquisadora também esclarece as ligações*

estabelecidas no Brasil por Pierre Deffontaines com os grupos católicos que seguiam a orientação de Alceu de Amoroso Lima e com o Centro de Estudos Eugène Albertini, criado em 1936 reunindo alunos e professores da UDF interessados em promover pesquisas e estudos geográficos (*Idem Ibidem*, p. 290 e 292). Sabendo-se das relações entre Jackson de Figueiredo e outros intelectuais solidários com suas idéias e posições de irradiação apostólica, principalmente Alceu de Amoroso Lima, esses subsídios tornam-se interessantes quando comparados com aqueles oriundos da análise de SALEM (1982:104-105), onde demonstra, nas quadras da década de 1920, as relações entre a reação católica que desponta no Brasil e a *Action Française*, movimento reacionário que pretendia a restauração da Monarquia na França e que contou como principais expoentes com Henri Messis, Auguste Viatte e Charles Maurras.

36. Sobre a escolha da opção naturalista pelos geógrafos franceses como necessidade para diferenciar claramente os estudos geográficos daqueles realizados por outros profissionais: ABREU (1994:203-204, 210-211). Para uma abordagem sobre o legado do caráter morfológico da Geografia Humana de Jean Brunhes, baseado em causas físicas ou relacionadas à posição nos estudos de paisagens de Pierre Deffontaines: CAPEL (1981:351-354).
37. Pierre Deffontaines retornou ao seu país de origem no começo de 1939, quando, mais uma vez, tenta conseguir um posto no sistema universitário público francês, objetivo que não foi concretizado. Para a Geografia Brasileira, esse ano marca a chegada de outro geógrafo francês, Francis Ruellan, sobre o qual são tecidas considerações acerca de suas relações com Orlando Valverde no Capítulo 4. VALVERDE (1992:120) referenda o momento da partida de Pierre Deffontaines referindo-se, aos seus assistentes na UDF no final do seguinte trecho: “Ao sair de nosso país, Deffontaines deixou Silvio Fróis de Abreu como sucessor, na presidência da AGB carioca. Na UDF o substituíram: Ernesto Street, nas aulas de Geografia Humana, e o Eng<sup>o</sup> José Carlos de Junqueira Schmidt, nas de Geografia Física.” Decerto, nas aulas e atividades na Escola de Economia e Direito da UDF, Orlando Valverde travou contato com esses assistentes de Deffontaines.
38. Os cinco textos de Pierre Deffontaines traduzidos por Valverde foram: 1) “A floresta a serviço do homem no Brasil”, in *Boletim Geográfico*, III, n. 28, pp. 561-568 (Do original em francês, in *Bull. Soc. Géog. Lille*, n. 2, Pév. Mars 1939); 2) “A população branca no Brasil”, in *Boletim Geográfico*, Ano III, n. 32, nov. 1945, pp. 1969-1071 (Do original em francês, in *Comptes Rendus du Congr. Inter. Géog., Amsterdam*, 1938, t. II); 3) “A evolução dos transportes no Brasil para a aviação”, in *Boletim Geográfico*, Ano III, n. 27, jun. 1945, pp. 370-376 (Do original em francês, in *Bull. Soc. Géog. Lille*, n. do Natal 1936); 4) “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”, in *Boletim Geográfico*, Ano II, n. 14, maio 1944, pp. 141-148 (Do original em francês, in *Bull. Soc. Géog. Lille*, n. 59, t. 82, n. 9, dez. 1937?); 5) “As nossas responsabilidades geográficas nas zonas tropicais”, in *Boletim Geográfico*, VII, n. 75, jun. 1949, pp. 229-233 (Do original em francês, in *Ver. Soc. Geogr. Rio de Janeiro*, t.XLIII, 2º semestre. 1936).
39. Para uma visualização integral das traduções de trabalhos científicos realizadas por Orlando Valverde para além dessas que foram indicadas, ver Anexo - “*Curriculum Vitae* de Orlando Valverde”, págs. 12-13.
40. Nessa obra, teve início o que se poderia denominar, a grosso modo, de trabalhos sobre a urbanização brasileira no IBGE. Essa afirmação ao menos é válida em virtude da obra ter sido publicada quando o CNG já estava em funcionamento, levando-se na devida conta a abstração aqui assumida sobre as eventuais influências nessa comunidade científica do trabalho de MONBEIG (1957), *O estudo geográfico das cidades*, originalmente publicado em 1941, cuja metodologia orientou o labor de vários geógrafos brasileiros por mais de um quartel de século. De fato, uma série de estudos sob essa orientação foi apresentada para

discussão somente um ano após a publicação da obra de Deffontaines, no *IX Congresso Brasileiro de Geografia*, reunido em Florianópolis em 1940 e sob os auspícios tanto do CNG quanto da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Sendo assim, a afirmação é válida ao menos para o período de um ano, justamente aquele entre 1939 e 1940.

Vale esclarecer que no capítulo III da obra de Deffontaines citada no corpo-de-texto, ele analisou as duas maiores cidades do Brasil enfocando a posição e o sítio, o processo de ocupação do solo, o microclima, as vias de comunicações e o abastecimento. No caso de São Paulo, também se debruçou sobre o critério função, em virtude de sua estrutura industrial que já se organizava nos municípios periféricos (São Caetano, Santo André e São Bernardo do Campo). Deffontaines voltaria a tratar da questão sítio/posição em conferência proferida em 1959, abordando-a especificamente dirigida ao caso do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Lysia Bernardes anotou a exposição do geógrafo. Posteriormente, em 1965, foi publicada no *Boletim Geográfico* sob o título “Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro” (v. 24, n. 184, Rio de Janeiro, IBGE, p. 58-59, 1965). Análise interessante sobre as idéias geográficas dessa obra de Pierre Deffontaines pode ser encontrada no trabalho de CAMPOS (1997:99-102).

41. Nele o geógrafo francês apresenta uma classificação de cidades brasileiras de acordo com suas funções (as reduções missionárias, aglomerações de origem militar, as cidades mineiras, as cidades nas estradas: pousos, as cidades da navegação, ruínas de cidades pelas vias férreas, cidades estações ferroviárias e as bocas de sertão). Conforme observa ALMEIDA (2000:183), no contexto norte-americano, Chauncy Harris e Edward Ullman publicaram em 1945 *The Nature of Cities*, obra com enfoque similar ao tipo de classificação adotada e divulgada por Deffontaines no Brasil, onde as cidades eram abordadas como localidades centrais, como ponto de transbordo e como pontos de concentração de serviços especializados.
42. Em verdade, esses foram franqueados num registro epistemológico de análise diverso e contraposto ao determinismo ambiental que acompanhou a concepção político-estratégica que lhe impusera Ratzel em 1891, na segunda parte de sua *Antropogeografia* quando, por exemplo, conferiu aos núcleos urbanos um papel importante na evolução da humanidade (ABREU, 1994:201) ou quando, na quarta parte de sua *Politische Geographie* (a 1ª edição é de 1897) considerou sob essa perspectiva o “*Lage*” como o conceito fundamental da análise geográfica da cidade. Na verdade, Pierre Deffontaines, inscrito em matriz epistemológica historicista tributária dos geógrafos possibilistas franceses que haviam se distanciado dessa corrente e promovido a naturalização (ainda que não determinista) do estudo geográfico da cidade, trouxe portanto como substrato à formação de Valverde o peso do conceito de sítio, com a noção de posição ocupando um nível subsidiário, gradação sutil porém responsável por alçar a cidade à palco de exibição da superioridade da “vontade humana” sobre o jugo ambiental, verdade que cabia ao geógrafo demonstrar. Aliás, até certo ponto, as dimensões teórico-metodológicas desse aspecto é o que permite certa aproximação entre a herança deffontainiana recebida pelo geógrafo carioca com aquela legada por Pierre Monbeig para outros que realizaram na década de 1940 estudos monográficos urbanos na Universidade de São Paulo. Nesse particular, uns e outros guardaram em comum a opção prioritária pelo ideográfico, pelo singular, distanciando-se ademais tanto das sistematizações e das posturas nomotéticas que já cingiam, por exemplo, a geomorfologia, quanto da procura do geral e do uniforme pleiteada pela ecologia humana de Donald Pierson que, a partir de 1939, passou a influenciar jovens pesquisadores na Escola Livre de Sociologia e Política, ademais postulando a importância nesses estudos de temas tais como “relações entre os próprios homens” e “processo social”. Sobre as diferenças fundamentais entre os métodos de estudo das cidades empregados e defendidos por Pierre Monbeig e por Donald Pierson: ABREU (1994:208-213).

Apenas a título de complementação das informações fornecidas in limine, sobre o “Lage”: “Palavra que em português corresponde ao mesmo tempo à posição (isto é, localização segundo as coordenadas geográficas) e à situação, isto é, localização em relação, por exemplo, a outro elemento ou conjunto de elementos” (BACKHEUSER, E. “Os fatos fundamentais da Geografia”, in *Boletim Geográfico*, 2 (16):401, 1944; Apud ABREU, 1994:201).

Importa esclarecer ainda que o deslocamento do estudo dos núcleos urbanos a partir de um eixo preferencialmente estratégico e econômico da posição para novos elementos balizadores após a morte do geógrafo alemão em 1904, é assim considerado por ABREU (2002:44): “Nessa mudança, dois fatores tiveram importância. Em primeiro lugar, a crise do determinismo ambiental, corrente que agregava vários geógrafos alemães, levou ao abandono dos grandes esquemas explicativos que vinculavam a organização do espaço social às exigências do meio natural. Em segundo, o surgimento das correntes historicistas, que defendiam a compreensão das singularidades, valorizou os estudos de escala local/regional. Resultou daí que a primazia do meio foi relativizada e a ênfase que se dava anteriormente ao geral, ao todo, foi substituída pelo privilégio que se passou a dar ao estudo da parte, do que era único.”

43. Em sentido corroborativo, no que tange ao teor de suas idéias políticas e aos matizes ideológicos de seu discurso geográfico, BRAY (1993:60-61) chama a atenção para a existência de certa visão romântica e idealista do liberalismo político encampado pelo autor quando colocava-se em oposição às abordagens que traziam à lume as lutas entre as raças, povos e classes sociais. Identificando Pierre Deffontaines à doutrina liberal política dos funcionalistas-culturalistas, o pesquisador ressalta que o geógrafo de ultra-mar tomou a direção da teoria do consenso, ou seja, extrai-se de suas idéias geográficas uma contraposição à teoria do conflito tanto presente no liberalismo econômico competitivo dos darwinistas sociais quanto nas teses marxistas apoiadas nas contradições e nas lutas de classes. Dessa maneira, continua o estudioso, o discurso liberal político elaborado por Pierre Deffontaines indica que, não obstante as diferenças, a unidade é constituída na diversidade, pressuposto segundo o qual todos os diferentes segmentos devem constituir uma unidade orgânica e social. A tradução dessa visão política processou-se na obra do autor por intermédio dos princípios de “fraternidade” e “solidariedade” entre os povos, grupos étnicos e classes sociais, ambos termos na consonância de uma suposta neutralidade científica que indicava a necessidade de se trabalhar com a noção de “gêneros de vida” para caracterizar a sociedade brasileira da época. Nesse particular, Pierre Deffontaines, segundo BRAY (1993:64), adotando a mesma perspectiva de Gilberto Freyre quanto à ideologia da democracia racial no Brasil – cuja classificação das três raças, desde já convém explicitar, não deixou de estar presente nos escritos de Valverde -, escondia os reais conflitos de interesses entre as classes sociais no Brasil dos anos 30, procurando mostrar uma realidade sócio-espacial harmônica e funcional, onde se consumava a autêntica democracia racial e social.
44. Um apanhado bastante interessante sobre o emprego da noção de “gênero de vida” na tradição da Escola Possibilista Francesa pode ser consultado em MAIA (2001:75-84).
45. “Na época, para a participação internacional da geografia brasileira através da UGI, havia a exigência da existência no país, de um órgão público que utilizasse os trabalhos profissionais dos geógrafos.” (BRAY, 1993:55)
46. Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães foram contratados em 1938, Jorge Zarur em 1939. Em 1940, o mesmo ocorreu com José Veríssimo da Costa Pereira e Lúcio de Castro Soares.
47. A respeito deste, consultar: CARVALHO (1955).

48. “Fui designado secretário e tesoureiro da Associação. Ganhei um livro de atas, fino, mas de capa preta e dura, como os de cartório. As contribuições, que eram de três mil réis por mês, eu as guardava em moeda corrente, no final do livro, dentro de um envelope.” (VALVERDE, 1992:118)
49. As três primeiras palestras na AGB-carioca foram: Pierre Deffontaines - “Geografia Humana de montanha, no Brasil”, Sílvio Fróis de Abreu – “Regiões Naturais da Bahia” e Cristovão Leite de Castro – “O CNG e o Decreto-Lei nacional no 311”. (VALVERDE, 1992:119). Esse último assunto será comentado mais adiante, no tópico 3.
50. Essas influências, ademais, coincidiram com o momento no qual culminou suas desilusões frente às idéias preconizadas pelos integralistas que, mesmo antes do golpe frustrado de 1938 eram mantidos à distância pelos ideólogos do regime de 1937 e que, depois dele, caíram definitivamente no descrédito da opinião pública e foram alvo de acirrada repressão da parte do governo.
51. Os temas da alimentação e das condições de vida, por exemplo, presentes nas obras publicadas até 1940 por Josué de Castro, jamais abandonaria Valverde em seus escritos para além corredores da universidade. Para um elenco das obras produzidas por Josué de Castro até 1940: MACHADO (2002:93, nota 169). Por ora compete tão somente indicar essa relação, cujo conteúdo e explicitamento serão discutidos mais adiante em outro capítulo, quando será demonstrada a presença de certas preocupações do médico e geógrafo pernambucano nos escritos valverdianos da década de 1950. Sem dúvida, à semelhança de outros geógrafos que então iniciavam seus primeiros passos geográficos na Universidade do Distrito Federal, Valverde esteve atento ao pensamento de Josué de Castro. Para se ter uma idéia, mesmo no ensino secundário da época e fora do entorno mais imediato da capital do país, as idéias de Josué de Castro eram divulgadas. Milton Santos, por exemplo, quase dez anos mais novo que Orlando Valverde, já entrara em contato com a obra do geógrafo pernambucano no Instituto Baiano de Ensino, tradicional colégio de Salvador. A esse respeito, reconstituindo a trajetória da infância e juventude de Milton Santos, SILVA (2002b) comenta: “*Havia o culto a escritores e intelectuais, como Castro Alves, Rui Barbosa, Gilberto Freyre, Machado de Assis, Eça de Queiroz, cujas obras eram lidas e comentadas. Milton Santos sempre se distinguiu em Matemática e Filosofia. Na Geografia, era admirador de Josué de Castro, que descobriu através de seu professor do curso secundário, Oswaldo Imbassay. Bem mais tarde, os dois, Milton e Josué, exilados na França, reencontraram-se, infelizmente pouco tempo, pois Josué veio a falecer, sem receber as homenagens que o Brasil lhe devia. Nessa época, como Milton costumava dizer, a Bahia era uma ilha, uma cultura não industrializada.*”
52. Essa afirmação é baseada no cruzamento dos subsídios fornecidos por três fontes. MACHADO (2002) relembra que Carlos Delgado de Carvalho chegou ao Brasil em 1906, municiado com idéias liberais que coadunavam-se ao espírito de progresso e liberdade do homem presentes na época, logo passando a se relacionar com a jovem intelectualidade progressista através de artigos e comentários junto à imprensa mais liberal do Rio de Janeiro (*Notícia* e o *Jornal do Comércio*). Na década de 1930, na esteira dessas afinidades, assume cargos importantes no Conselho Nacional de Educação e no Instituto de Pesquisas Educacionais até 1935, quando é nomeado catedrático de Geografia Humana na UDF. GEIGER (1988:62) chama a atenção para a nomeação, além dos mestres estrangeiros, de vários professores pátrios autodidatas para a Universidade do Brasil tendo em vista sua relação com o poder, num período no qual a UDF conhecia o desmembramento forçoso de seus ideais liberais e progressistas em virtude das medidas avassaladoras do governo central. De fato, conforme ressalta SCHWARTZMAN *et alli* (2000:233), em julho de 1939, em carta de Gustavo Capanema à Alzira Vargas, o nome de Delgado de Carvalho constou como de interesse presidencial para a cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em setembro de 1944, Gustavo Capanema, em



discurso proferido na ocasião da abertura do *X Congresso Brasileiro de Geografia*, realizado no Rio de Janeiro, ressaltou a relevância de Delgado de Carvalho para a Geografia brasileira nos seguintes termos: “Sabemos que o nosso ensino de geografia padecia defeitos essenciais em todo o decurso da história do Brasil. Um ilustre professor aqui presente – o Sr. Jorge Zarur, escreveu, há pouco, um dos volumes da *Revista do Instituto Brasileiro de Geografia*, um trabalho no qual declara que o ensino da Geografia no país comporta dois grandes períodos: o da colonização, até Delgado de Carvalho, e outro, a partir de Delgado de Carvalho para cá, isto é, declarou que até muito pouco tempo a Geografia era ensinada com tal ‘ruindade’, de maneira tão inadequada, com memorização tal que os alunos tinham horror à disciplina. A partir de certo tempo para cá que se começa a introduzir nesse ensino nova metodologia. Devo salientar que, realmente, Delgado de Carvalho representou a este respeito papel de alta importância, porquanto foi o iniciador, quem escreveu os primeiros livros que vieram lutar pela nova causa.” (FGV – Arquivo Gustavo Capanema (GC) – *Discurso proferido no X Congresso Brasileiro de Geografia, sobre problemas relativos ao ensino desta disciplina*. Rio de Janeiro, 1944; Apud MACHADO, 2002:55).

Embora não tenha sido encontrada relação entre Fernando Antônio Raja Gabáglia e os educadores progressistas e liberais, a seu turno esse professor autodidata desde os fins dos anos 20 demonstrava que seus objetivos estavam alinhados na fundação da nova escola de geografia que pudesse desenvolver uma classificação para o território e para a população brasileira. Além de ter se dedicado em 1930 à defesa da ciência geográfica empunhando o projeto de instauração da geografia como ciência natural, ele foi um dos estudiosos da temática estatal-territorial nos anos trinta estreitando relações entre a pesquisa geográfica e o Estado, malgrado sua resistência inicial ao governo de Vargas. Como já foi afirmado anteriormente, de acordo com Raja Gabáglia a Geografia tinha um grande papel a desempenhar na construção da sociedade brasileira, uma vez que deveria se capacitar para instrumentalizar as iniciativas do Estado na feitura de estradas, mapeamentos e levantamento de recursos, entre outras atribuições. Essa vinculação permitiria que a Geografia auxiliasse o domínio do território por parte do governo central e, desse modo, a possibilidade de realização da tão aclamada identidade nacional. As proximidades entre esses pressupostos e aqueles preconizados nas iniciativas embrionárias de formação do Conselho Nacional de Geografia e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levaram com que tanto Fernando Antônio Raja Gabáglia quanto seu irmão João Capistrano Raja Gabáglia (os irmãos Raja Gabáglia) contribuíssem aos projetos do Estado Novo (MACHADO, 2002). Nesse mesmo trabalho, a autora esclarece: “*Fernando Raja Gabáglia não fará parte do corpo docente da Universidade do Brasil, dará continuidade a sua atuação profissional no Colégio Pedro II, como professor e diretor, no IBGE como consultor-técnico do CNG e na Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, como professor de Geografia Humana. Seu trabalho intelectual, no campo geográfico, estará voltado à Geografia Política brasileira.*” (MACHADO, 2002: 65).

Em suma, percebe-se que tanto Delgado de Carvalho quanto Fernando Antonio Raja Gabáglia, em que pese suas nuances pessoais e de posicionamento político, trilham por razões diversas, mas não antagônicas, certo emparelhamento progressivo com os ideais do Estado Novo, atitude que decerto não passou despercebido por Valverde que junto a eles compartilhava concepções científicas e valorações na posição de aprendiz. Seguindo os passos dos mestres, o jovem discípulo passaria a “*agir como sócio a serviço da identidade nacional*” no bojo do processo narrado por PÉCAULT (1990:69 e 73) relativo ao caráter mais “cultural” do que “mobilizador” do regime que esteve entremeadado amplamente com os intelectuais, num quadro no qual “cultura” e “política” foram fundidos no quadro do nacionalismo dirigido à redescoberta das “raízes brasileiras” que, no caso da Geografia, se expressaria na subsunção da nação pelo discurso ancorado no território. Revestidos sob o manto dessa orientação, tal como Pierre Deffontaines os dois primeiros “*defenderam a entrada de um moderno critério de cientificidade pautado no então modelo de ciência*”

*moderna praticada na Europa, principalmente em território francês, a ciência positiva, descritiva, experimental e explicativa*” (MACHADO, 2002:66), sobretudo norteadora dos primeiros estudos valverdianos. No decurso da exposição apresentada, ressaltou-se apenas alguns dos professores que atuaram na área de Geografia da UDF, segundo o critério de relevância dos mesmos para a compreensão da formação inicial de Orlando Valverde e em função de suas respectivas atuações que podem ser consideradas catalisadoras e representativas das diretrizes mestras que acompanharam o ensino dessa disciplina. Para uma visualização mais detalhada sobre outros professores que também lecionavam nessa universidade durante a discência do autor analisado, ver MACHADO, 2002:49-55).

53. Nessa data o Congresso Nacional foi fechado por Getúlio Vargas. Nesse momento, foi definitivamente encerrada a campanha pela Presidência da República, que se iniciara em 1936 com as candidaturas do paulista Armando Sales de Oliveira, candidato dos liberais, do paraibano José Américo, candidato de Getúlio Vargas, e Plínio Salgado, candidato dos integralistas. Esse acontecimento contou com o apoio dos generais Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra desde 1936, Góis Monteiro e Daltro Filho. Diante dele, os integralistas desfilarão com euforia pelas ruas. Logo em seguida ao golpe de Estado, foi outorgada uma nova Constituição, elaborada pelo Ministro da Justiça, Francisco Campos. Como consequência dessa medida assistiu-se ao reforço do Poder Executivo, passando o Presidente Vargas a contar com poderes ilimitados. Os partidos políticos foram abolidos, iniciativa que dirimiu a existência de intermediários entre as massas e o governo, e as instituições liberais foram extintas. Getúlio Vargas passou a intervir nos estados mediante a nomeação de interventores que, orientados pela Nova Constituição, assumiram o poder Executivo. Estes reproduziram nos estados a política determinada pelo governo central cujas diretivas pautavam-se na eliminação do sistema federativo da Primeira República. Após o golpe, apenas uma bandeira passou a existir para todos os estados e, para demonstrar que o sistema federativo tinha sido derrotado, realizou-se, no Rio de Janeiro, um ato simbólico: numa cerimônia cívica ocorreu a queima das bandeiras estaduais para marcar a vitória do poder central sobre os estados (CAPELATO, 2003:116-117).
54. Conforme contribuição de MELO (1993), o municipalismo, desde a República Velha, foi fundido ao ruralismo por intermédio da obra de Alberto Torres, cujas idéias corresponderam a uma crítica ao ideal federativo de Tavares Bastos. Tendo sido o principal articulador ideológico da noção de que o Brasil seria uma nação de vocação eminentemente agrária, Torres versou críticas contra as posições que defendiam a inviabilidade do projeto de um nação tecida através da agregação de interesses individuais e grupais de caráter local. Para ele, a instauração do regime federativo no país nos moldes da Constituição de 1891 havia representado seu "desmembramento" e conduzido à exacerbação do isolamento dos municípios. Esse diagnóstico torna-se compreensível nas idéias que exprimiu na obra *Organização Nacional*. Nela, Torres partiu do agrarismo como um edifício intelectual capaz de descobrir o *país real* expresso no mundo rural – o cerne da brasilidade –, estruturado por clãs locais dispersos nos municípios num imenso território, e o *país legal*, urbano e cosmopolita, idealizado e inorgânico. Esse registro dicotômico de pensamento ensejou certas idéias-força da cultura política brasileira: a da vocação rural da nação e da disjunção entre o país real e o país legal, o que levaria, para sua superação, à necessidade de um Estado forte e centralizado. A distinção apontada pelo autor, inclusive a dimensão territorial nela subjacente e deveras influenciada pelo tema da redenção do mundo rural, permeou o projeto de um importante setor da intelectualidade brasileira composto por Alberto Torres, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e, principalmente, Oliveira Vianna. Este último, no decurso dos anos 30, associou essas noções ao debate paralelo acerca dos processos de urbanização e industrialização do país, arguindo sobre o caráter artificialista de ambos, realçando o aspecto danoso do primeiro contra o “caráter brasileiro”. Ideólogo quase oficial do Estado Novo e pensador influente na formulação das políticas públicas da era Vargas, as tintas agraristas de Oliveira Vianna também conheceram outras manifestações matizadas nesse período (para uma discussão a respeito tanto nas teses desse autor quanto naquelas de

Azevedo Amaral, Francisco Campos e Cassiano Ricardo, ver DINIZ (1993), principalmente capítulos 3 a 6) adquirindo expressão paradigmática nesse período através do programa “Marcha para o Oeste”, lançado em 1941 e, por ora, para o que nos interessa mais de perto, no projeto de modernização administrativa implantado na era Vargas. Com efeito, o agrarismo modernizador fortemente influenciado pelo ideário ruralista e municipalista informou a criação de órgãos essenciais à estratégia de modernização do país, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), este último criado em 1938. Nesses órgãos foi erigida a elite burocrática responsável pela formulação do “municipalismo pragmático da década de 40”. Particularmente no IBGE, justamente por ser um órgão colegiado contando em sua direção com a paridade de representação entre estados, municípios e a União, vicejou uma estratégia clara de construir a nação a partir do município, o que permite considerá-lo à época como instituição central do movimento mencionado. Nesse sentido, a partir do Estado Novo, esse órgão consumou e operacionalizou a concepção em voga desde a Revolução de 30 e que também havia estado presente na Constituinte de 1934 em proposta do ex-tenente e Ministro da Agricultura Juarez Távora (1932-1934) – à época mantenedor de articulações junto à Mário Augusto Teixeira de Freitas e Francisco Campos –, segundo a qual o país necessitava ser reorganizado em uma federação municipalista. Esse princípio programático das elites governamentais e peça importante da estratégia de *nation-building* perseguida também permeou a extensa literatura propagandística e a produção intelectual de pensadores e de juristas “oficiais” do regime, como Almir de Andrade e Francisco Campos, para os quais federalismo e regionalismo eram entendidos como antagônicos aos interesses nacionais e coletivos. Feita essa pontuação, somente à título de complementação, outros aspectos dos pensamentos de Alberto Torres e Oliveira Vianna nos quais o elemento “território” adquiriu destaque na montagem de uma ideologia nacional brasileira podem ser consultados em: MARTIN (1993:185-194).

55. MELO (1993) em trabalho dedicado à análise sobre as origens e o desenvolvimento do municipalismo e sua relação com a modernização do Estado no Brasil no período entre 1920 a 1960, chama a atenção para o fato de que ele se constituiu como uma das mais arraigadas e reiteradas peças discursivas da cultura política brasileira. O municipalismo, segundo o pesquisador, pôde ser apropriado de formas múltiplas em virtude de sua ambigüidade, tendo por isso adquirido o *status* de “leito de Procusto” dessa cultura política, isto é, uma ideologia perene e consensual que não encontrou opositores no campo político. No caso específico do Estado Novo, o autor referenda: “A adoção da ideologia municipalista no Estado Novo representaria um paradoxo. Por um lado, a Constituição de 1937 e a legislação específica sobre municípios é profundamente centralizadora. A autonomia do município em matéria financeira, por exemplo, foi restringida, como também foi proibido o endividamento externo municipal. Por outro lado, a Constituição elege o município ‘como órgão constituinte dos poderes’. O Estado Novo apresenta-se como a encarnação do ‘verdadeiro municipalismo’, o qual, supostamente, transcenderia princípios constitucionais vazios como o de ‘peculiar interesse local’. Para além do idealismo da Constituição – para parafrasear Oliveira Vianna – e suas disposições estranhas ao ‘gênio’ brasileiro, a vida econômica e política local seriam redimidas. O paradoxo entre o ideário municipalista e a prática centralista dissolve-se quando se incorpora à análise a crítica autoritária – e hegemônica nos anos 30 – ao conceito liberal de representação. Embora o projeto político das elites autoritárias da Era Vargas se caracterize por uma profunda centralização política, administrativa e financeira – e, portanto, contrária ao conceito de autonomia que é subjacente ao municipalismo –, ele se baseia numa concepção plebiscitária e corporativa de representação política. Nessa concepção, o município – matriz básica da sociedade política – está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central. Sem mediações – de instâncias territoriais ou político-partidárias – que distorçam essa identidade de fins, a articulação entre os dois níveis está assegurada pela centralização, que aproxima e reúne os dois pólos. O município emerge, nessa perspectiva,

*como uma esfera comunitária – portanto pré-política – que acomoda apenas a coletividade das famílias e seus valores ainda não distorcidos pelas instâncias de representação. Essa reunião entre os dois pólos, no entanto, é que permitiria a instauração da esfera pública sobre a ordem privada, particularista e não-comunitária.”*

56. A fim de se alcançar esses objetivos, os técnicos do IBGE realizaram estudos pautados na uniformização das circunscrições territoriais dos municípios e seus distritos, esforço que permitiu ao Estado controlar a conformação espacial das malhas municipais e distritais segundo critérios técnicos tais como extensão territorial, população e receita. Esses procedimentos e iniciativas viabilizaram a unicidade da toponímia baseada num processo de verificação de homônimos. Isso foi alcançado através de exigência federal postulando a necessidade dos municípios apresentarem seus mapas municipais até o final de 1939, sendo obrigatório a remessa de uma cópia para o IBGE que, por sua vez, o utilizaria no planejamento de organização dos setores censitários. O auxílio técnico aos municípios visando garantir o processo de cumprimento da Lei Geográfica durante os anos de 1938 e 1939 envolveu praticamente todo o efetivo do IBGE e, em março de 1940, a tarefa foi finalizada. A conclusão dos trabalhos permitiu a utilização dos mapas nas atividades censitárias no mesmo período, cuja entrega solene ocorreu em Curitiba com a presença de Getúlio Vargas, ocasião em que os mesmos foram expostos (ALMEIDA, 2000:64, 67 e 133). Os vinte artigos e respectivos parágrafos do decreto-lei 311 pode ser consultado em anexo que acompanha o trabalho de PENHA (1993).
57. Na década de 1970, Valverde publicou um texto no *Boletim Carioca de Geografia* sobre Fábio Macedo Soares Guimarães (VALVERDE, 1977a). Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979) era sobrinho de José Carlos de Macedo Soares que esteve à frente da Presidência do IBGE entre 1936-1951. Foi um dos geógrafos que foram treinados por Pierre Deffontaines na primeira turma de Geografia da Universidade do Distrito Federal, ao lado de Cristóvão Leite de Castro, Jorge Zarur e Orlando Valverde. Trabalhou com o professor francês na formação do primeiro núcleo de geógrafos do futuro Conselho Brasileiro de Geografia entre 1935 a 1938, tendo sido um dos seus fundadores. Sua contratação pelo órgão ocorreu no mesmo ano que Orlando Valverde (1938). Foi nesse período que estruturou suas pesquisas sobre regionalização que resultaram no trabalho *Divisão Regional do Brasil*, publicado em 1941, estudo que contribuiu para que fosse considerado um dos mais completos geógrafos de sua geração. Especializou-se em planejamento regional e sempre foi considerado um profissional que, no início dos trabalhos do CNG, possuía o binômio de conhecimento e liderança, ao que tudo indica em virtude de sua formação anterior de engenheiro. Em 1945, juntamente com Orlando Valverde, foram enviados pelo IBGE para a Universidade de Winsconsin (EUA), onde conheceram o professor Leo Waibel e, posteriormente, o indicaram para um período de pesquisas no Brasil. Participou também, juntamente com o grupo de Leo Waibel, dos estudos para determinação do sítio do futuro Distrito Federal em 1947. Foi Secretário Geral do IBGE entre 30/09/1954 a 22/11/1956. Após sua aposentadoria do IBGE em 1968, lecionou na PUC-RJ até seu falecimento (ALMEIDA, 2000:130).
58. No início da década de 1990, Orlando Valverde elaborou um texto sobre Mário Augusto Teixeira de Freitas, ressaltando seu contributo à geografia ibegeana na ocasião da comemoração de seu centenário: VALVERDE (1991).
59. Observação tecida pelo geógrafo também no texto “Evolução da Geografia Brasileira no após-guerra (Carta aberta de Orlando a Orlando)” (VALVERDE, 1984:6).
60. Em verdade, quando se trata de identificar as características do regime instalado em 1937, grande parte dos historiadores polemizam com análises de cunho diverso a seu respeito. Sejam eles intelectuais militantes ou acadêmicos, embora apresentem em seus estudos uma pretensão à neutralidade e à crítica, não conseguem abster-se de um certo grau de

imponderabilidade no que tange à resolução ou consenso diante de uma dicotomia interpretativa que passamos a indicar. Um ponto de partida para a ambivalência em questão é encontrado nas assertivas do primeiro grupo de historiadores do Estado Novo, no qual ressalta-se os contributos de Francisco Iglésias e Jacob Gorender. Para o primeiro, do ponto de vista político, o Estado Novo foi marcado por um aspecto reacionário enquanto, no campo das iniciativas econômicas, concentrou característica eminentemente modernizadora (IGLÉSIAS, 1986). Utilizando-se de outros termos, ademais não contestadores da afirmação anterior, o segundo historiador considera que a ditadura varguista se solidificou enquanto regime repressivo em virtude da incorporação de inúmeros elementos institucionais do modelo fascista, ao passo que adquiriu, do ponto de vista estritamente econômico do desenvolvimento das forças produtivas, certo caráter progressista (GORENDER, 1986:100). Todavia, em contraponto ao caráter fascista sublinhado pelo último autor, surge uma discordância sobre a qualificação a ser adotada para o regime quando nos defrontamos com a admissão empunhada pelos analistas modernos de que, embora autoritário, o Estado Novo não teria se constituído em fascista ou totalitário. Tal posicionamento, por exemplo, é assumido no estudo de VESENTINE (1986), aliás estruturado segundo uma análise minuciosa e pormenorizada acerca do discurso oficial vigente na época. Sustenta o autor que o conceito de “regime autoritário” parece ter sido cunhado para distinguir, entre outros casos, o Estado Novo dos regimes fascistas e totalitários que à época da Segunda Guerra Mundial aplacaram a Europa. Nesse sentido, em consonância ao parecer de LINZ (1979), para certos historiadores a conotação dessa expressão indica tanto as limitações que impôs ao pluralismo político quanto a ausência de uma ideologia que o teria franqueado para uma mobilização intensiva e permanente alinhada ao nazi-fascismo. De fato, vários estudos publicados até o cinquentenário do Estado Novo e classificados como abordagens gerais evidenciam a não utilização dos conceitos de fascismo ou autoritarismo em sua caracterização. Isso é constatado muito embora não se encontrem referências ao trabalho de Juan J. Linz. Até mesmo no verbete sobre o Estado Novo elaborado por MARTINS (1984) para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* desprende-se uma linha de concordância com a diferenciação conceitual proposta por LINZ (1979), onde são destacadas explicitamente as nuances não identitárias entre o regime chefiado por Vargas e o fascismo. Ademais, o autor salienta em seu verbete que o Estado Novo pode ser considerado como um acidente de percurso no processo de democratização iniciado em 1930 ou como momento culminante do autoritarismo que acompanha inevitavelmente os processos dos capitalismo tardios, o que mais uma vez não contraria a diretriz conceitual lançada por Juan J. Linz. Martins parece, assim, complementar um posicionamento assumido num estudo anterior no qual afirmara que o Estado Novo seria uma concretização ou coroação política dos ideais da Revolução de 1930, aliás plasmando-se desse modo com as enunciações dos detentores do poder do período (“*A revolução de 1930 só se define e se ‘consume’ politicamente através do Estado Novo.*”, MARTINS, 1983:673). Já para FAUSTO (1972), num capítulo dedicado ao Estado Novo nos seus *Pequenos Ensaios de História da República*, o conceito de “regime autoritário” é suscetível de ser assumido, entre outras razões, porque na administração pública há inovação, mas não revolução; a política externa é antes pragmática do que ditada por orientações ideológicas rígidas; a política econômica não seguia um programa rígido, mas era uma adaptação pragmática às circunstâncias.

61. O geógrafo ambienta esse episódio nos seguintes termos: “(...) não existia ainda a carreira de geógrafo, eu fui contratado como Secretário Assistente, ganhando a vultosa quantia de um conto de réis, para você fazer idéia, o nível dos funcionários do Ministério da Agricultura que foram para lá, os que ganhavam mais, ganhavam trezentos mil réis, inclusive o Fábio Macedo Soares Guimarães, porque eram do Ministério da Agricultura, a maioria ganhava duzentos mil réis e havia cem mil réis, eu fui para um conto de réis, o que aconteceu é foi que muita gente achava que eu era um protegido, tinham inveja de mim, outros nem falavam comigo, eu não tinha nada a ver com a Agricultura eu era de outro quadro. Poucos meses depois, aquele grupo se mudou para o Silogeu Brasileiro, aquele prédio do Instituto Histórico onde ficamos alguns anos e depois mudamos para o Edifício

*Serrador na Cinelândia, muito mais tempo e por fim depois de muito tempo para o Edifício Iguacu na Avenida Beira Mar 436.*” (ALMEIDA, 1996). Em outra entrevista concedida pelo geógrafo: “A minha carreira eu devo ao engenheiro Cristovão Leite de Castro que foi o fundador do Conselho Nacional de Geografia. A ele eu devo duas coisas. Primeiro a minha carreira porque ele me nomeou para o IBGE, eu trabalhei três meses de graça para ele quando eu estava na maior desgraça e, depois, quando fui contratado, peguei logo o lugar, ganhando um conto de réis. Meu Deus! Naquela época era como se fosse 50 mil reais hoje. Era uma organização nova, fiquei numa alegria formidável. E outra coisa, quando entrei então para lá, no ano seguinte encontrei Míriam na porta, ela era prima de segundo grau dele, topamos a cara e, pronto!, casamos um ano depois e vamos fazer 61 anos de casados, nunca tive uma briga, ela dá nó em pingo d’água.” (ADAS, 2001).

62. Alguns estudiosos do Estado Novo apontam uma relação estreita entre as temáticas da industrialização e da reforma e racionalização administrativas, manifestando opiniões contraditórias. Nesse sentido, enquanto IANNI (1971), por exemplo, argumenta que o processo de burocratização e a política de planejamento governamental do período estadonovista são perfeitamente racionais em relação ao interesse e às necessidades da burguesia industrial, JAGUARIBE (1969:174 e seguintes) pretende dizer através de seu conceito de “cartorialização” que a ampliação do aparelho de Estado não obedecia a outro objetivo do que o de prover empregos, sobretudo a setores médios da sociedade, garantindo o seu “quietismo”. Sem aprofundar a corredeira tempestuosa dessas polêmicas historiográficas, o que de fato não é o objetivo precípua de nossa investigação, cabe ao menos frisar que outros autores, embora não portadores de textos configurados na categoria de “descrições densas” sobre o período, denotam adesão em seus escritos frente a avaliação segundo a qual é inegável um caráter progressista no quadro econômico-administrativo durante o Estado Novo. Casos ilustrativos dessa tendência são os estudos de José A. G. Tavares e Elisa Reis. Ambos realçam o Estado Novo como momento decisivo do *state building* onde, para o primeiro, o período 1937-1945 é tido como o ápice da criação no país de uma burocracia racional-legal; já para Reis essa questão pode ser enfocada sob um aspecto “objetivo” (medidas administrativas) e um aspecto “subjetivo” (o esforço ideológico para a criação do Estado Nacional). Como complemento a uma melhor substantivação às mudanças verificadas no aparato administrativo, cabe salientar outro estudo que apresenta relevância para se compreender os laços entre Valverde e outros profissionais do governo. MICELI (1979), no último capítulo de seu *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil*, investigou as relações entre os intelectuais e o Estado. Embora a natureza de seu trabalho não se atenha tão somente ao Estado Novo, demonstra como a ampliação do aparelho de Estado, neste período, também amplia as possibilidades de atuação da intelectualidade, o que sem dúvida auxilia o entendimento sobre a arregimentação operada de Orlando Valverde pelos adeptos do campo político do regime.
63. Sob esse prisma, aliás, a incorporação do jovem geógrafo ao aparelho estatal não diferiu de um processo mais amplo que atingiu tanto estudantes recém-formados quanto profissionais e intelectuais de diferentes estirpes ideológicas, provenientes de diversas áreas de conhecimento. De acordo com MICELI (1987), nas circunstâncias políticas da então capital federal, eivada por uma fortíssima ingerência do poder político sobre os destinos da organização universitária, não prevalecia condições mínimas favoráveis para um processo de institucionalização das ciências sociais fundado na profissionalização das três dezenas de licenciados entre 1939-1948; afora as exceções ilustres de Costa Pinto e Guerreiro Ramos, entre outros, os demais não se tornaram docentes e/ou pesquisadores em tempo integral. O pesquisador discorre sobre as cátedras convertidas em alvos do clientelismo, preenchidas rapidamente pelos docentes estrangeiros “acima de qualquer suspeita” doutrinária, por jovens provincianos recém-chegados ao Rio na cola de algum protetor ou mandachuva político e por docentes transferidos de cátedras do ensino jurídico ou médico. Argumenta o cientista político que tudo leva a crer que, sobretudo no período que vai de 1930 a 1945, os mentores intelectuais e políticos à testa do então Ministério da Educação e Saúde Pública

(Francisco Campos e, posteriormente, Gustavo Capanema) foram os responsáveis pela explicitação tanto dos móveis da concorrência quanto dos interesses divergentes entre os diversos círculos de jovens intelectuais em busca de uma “caixa de ressonância” adequada às suas pretensões de influência sobre o poder político.

64. A respeito da interferência histórica do governo federal na vida intelectual do Rio de Janeiro, promovendo a incorporação de muitos intelectuais ao aparelho estatal: ALMEIDA (1989) e LAHUERTA (1999). Para uma interpretação baseada nessas duas últimas abordagens no tocante à criação de um mercado de trabalho capaz de absorver os geógrafos recém egressos da universidade para a consecução das finalidades do governo estadonovista: MACHADO (2002:80-81, 113-114).
65. No que se refere ao desenvolvimento econômico do período relativo ao Estado Novo e o teor das políticas por ele promovidas, digno de nota é o fato de não se encontrar na historiografia condições plausíveis para a aceitação irrevogável da opinião difundida de que ele teria sido decisivo para a industrialização. Duas posições extremas a respeito são as mais comuns: por um lado, considera-se que o crescimento industrial nos anos anteriores teria sido superior do que aquele verificado durante o regime, o que vem a enfraquecer qualquer projeto industrializante; de outro, aquela que afirma que a burguesia industrial teria se apossado do Estado, conseguindo realizar os seus interesses. Esquivando-se desse embate, dispõe-se de outros posicionamentos mais nuançados. É o caso, por exemplo, de autores como PELÁEZ (1972) e BAER (1966) que, apesar de não dirigirem os seus estudos exclusivamente ao período estadonovista, são incisivos quando afirmam que nem antes nem durante o Estado Novo houve uma política industrializante, atribuindo o crescimento da atividade industrial a um resultado não programado cujas causas remontariam à depressão econômica. VILLELA & SUZIGAN (1973), por sua vez, aderem aos contornos dessa análise, afirmando claramente num trabalho conjunto que, no período, não ocorreu uma política de industrialização, sendo a defesa do café e correspondente política monetária e cambial a preocupação prioritária. Ainda nessa vertente interpretativa, destacam-se outros dois estudos. Ao estudar a industrialização de São Paulo, DEAN (s.d.) argumenta que, entre 1937 e 1945, Vargas não possuiu preocupações industrializantes, limitando-se a resguardar o que já existia. Privilegiou antes a produção e o consumo internos e, nesse particular, a burocracia estatal, sobretudo a militar, exerceu pressão para que o incremento da produção também se operasse no setor industrial, tendência reforçada pelo temor à guerra. Esses procedimentos, esclarece o autor, se efetuaram em virtude de haver sido o Estado Novo implantado, entre outras razões, para solucionar a crise geral da retomada da acumulação capitalista. Em seu término e como resultado, ocorreu uma aproximação entre burguesia industrial e regime. Na mesma direção, considera WIRTH (1973) que o problema siderúrgico mereceu grande destaque durante o regime unicamente pela pressão exercida pelos militares, excluindo portanto a possibilidade de ser a industrialização uma estratégia política corporeificada nas diretrizes políticas do regime. BANDEIRA (1999:34), a seu turno, embora concorde com a primeira afirmação de Wirth, assume posicionamento contrário no tocante à segunda. Valendo-se das conexões entre as fontes consultadas, é interessante observar aqui uma certa concordância entre o penúltimo estudioso citado e FAUSTO (1972), podendo-se afirmar com isso que ambos são unânimes na consideração de que a política econômica, como já foi mencionado, não seguia um programa rígido, mas era uma adaptação pragmática às circunstâncias. MARTINS (1984), a seu turno, atrela a discussão a respeito das mudanças econômicas advindas com o Estado Novo à questão das transformações políticas. Para esse autor, tal como a Revolução de 30, o Estado Novo não representou a substituição de uma classe ou fração de classe no poder por outra, mas uma acomodação de elites, assim que não há uma ruptura com a política econômica precedente. No que diz respeito às questões petrolífera e siderúrgica, enfatiza o seu enfrentamento pelos militares e burocratas civis onde, acompanhados pelo desinteresse dos grupos industriais e do próprio Vargas, constituem as comissões técnicas. Parecer similar é apresentado por CARONE (1976), para quem o Estado Novo não se configurou num regime

que tivesse rompido sobremaneira com a tradição oligárquica, sendo o sistema oligárquico-coronelista mantido intacto, apenas sendo reacomodado com o governo federal. As classes dominantes continuariam sendo as agrárias e urbanas tradicionais. SOLA (1971), a seu turno, argumenta que nenhuma classe conseguiu apossar-se do Estado, mas o Estado também não suplantou nenhum grupo dominante, de forma que estes conviveram dentro dele. Todavia, afastando-se dessas interpretações desfavoráveis à opinião corrente que sob o regime teria existido uma política industrializante, em *Estado e planejamento econômico no Brasil*, IANNI (1971) considera o período de 1937-1945 (fase “ditatorial”, segundo a divisão impetrada em seu estudo) como um rompimento inequívoco com o que subsiste do sistema oligárquico, com a ascensão dos grupos urbano-industriais. Nesse estudo, o autor considera o período de 1930-1937 como sendo uma fase “experimental” das políticas ulteriores que seriam advogadas pelo governo Vargas durante o Estado Novo. Já HILTON (1977), apesar de assumir orientações teórico-metodológicas bem distintas, apresenta a mesma posição de forma mais elaborada defendendo a idéia de que Vargas, desde 1930, e muito antes de qualquer pressão militar, foi um fervoroso defensor de um projeto de industrialização generalizada, não apenas restrito ao setor siderúrgico. Corroborando essa linha interpretativa, embora munido de pressupostos analíticos baseados no estudo sistemático do discurso de Vargas, FONSECA (1989) acentua que Vargas sempre defendeu, aliás mais enfaticamente no Estado Novo, a intervenção do Estado na economia e nas relações econômicas afim de expandir as forças produtivas e eliminar os entraves ao desenvolvimento do capitalismo industrial. O Estado Novo seria então um momento de suma importância para o desenvolvimento industrial-burguês. Buscando conciliar essas ambigüidades entre a identificação de elementos progressistas e conservadores na política econômica do período, BIELCHOVSKY (2000:250) argumenta a favor da tese de que nele foram gestadas as “origens do desenvolvimentismo” que somente viria a se tornar hegemônico na segunda metade dos anos cinquenta.

66. Percebe-se, mais uma vez, a ênfase concedida pelo geógrafo à atuação de Cristóvão Leite de Castro, exaltando seus feitos. No entanto, entre os profissionais que vivenciaram a fase inicial (1937-1938) de criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e que mantiveram relações com o geógrafo também esteve o desenhista Miguel Alves de Lima que, posteriormente, tornou-se geógrafo. Entre os aspectos de sua formação e atuação profissional, ALMEIDA (2000:134) destaca: “*Miguel Alves de Lima (1921- ) geógrafo brasileiro especializado em Geomorfologia, iniciou sua carreira em 1938 como desenhista na Seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura, área que foi transferida em 1939, por Cristóvão Leite de Castro, para estruturar o núcleo original do futuro IBGE. Foi aluno de Francis Ruellan no IBGE e de André Cholley e Jean Tricart na Universidade de Paris. Trabalhou em Geomorfologia até a década de 60, quando assumiu cargos de alta direção no IBGE, tendo sido durante muitos anos diretor da área de Cartografia e Geodésia. Lecionou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e foi adido cultural no Uruguai e no Peru.*”
67. Não pretendemos esgotar aqui o teor e os desdobramentos das iniciativas dessa Campanha, procedimento que será doravante realizado conforme se mostrar oportuno tanto nesse quanto em outros capítulos, conforme a ordem de prioridade de questões que ela encerrou. Por ora, cabe tão somente demarcar alguns aspectos relacionados à questão capazes de pontuar sua relevância na ordem cronológica de nossa exposição. Adentrando nessa particularidade, é possível afirmar ainda que a incipiente institucionalização da Geografia brasileira operada nessas plagas do aparato estatal efetivou-se sob os apelos das formas de participação política incentivadas pelo Estado Novo, nas quais sobressaíram, decerto, certas propostas estratégicas de cunho geográfico. Ciente disso e com o intuito de adentrar mais adiante numa análise dos primeiros escritos valverdianos, importa despir um pouco os borges com os quais o geógrafo trajou suas memórias. Tal recurso possibilitará compreendê-los posteriormente no que conservaram de mais próximo com as necessidades ou demandas governamentais nas quais foram visceralmente estruturados. Mostra-se



oportuno, assim, incorrer numa contextualização ainda que prévia sobre a principal forma de materialização das ideologias geográficas estadonovistas.

68. A argamassa desses apelos transpareceram de forma contundente na fala de Vargas de 1º de maio de 1941. LENHARO (1986:19), por exemplo, num estudo lapidar sobre o tema, considera essa peça oratória como tendo sido a mais estratégica em função da síntese e alcance das formulações sobre o significado da “Marcha para o Oeste” para os fins políticos do regime. Em suas palavras tornadas célebres, Vargas recorreu sem poupança ao termo “prosperidade” e hasteou como bandeira “elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros”. Deixou claro que tais intentos somente poderiam ser realizados por intermédio do “aumento do rendimento do trabalho agrícola”, patenteando nesses moldes suas ansiedades com relação a esse setor econômico (aliás, a terminologia utilizada pelo líder político não tardaria a ressoar nas linhas dos textos valverdianos destilados entre a primeira metade dos anos quarenta e mesmo depois).

Entretantes, embora destinando suas promessas aos brasileiros “insulados nos sertões” e “distantes das vantagens da civilização”, o líder patentou nessa fala a ausência de maior clareza com relação à extensão da legislação trabalhista para o campo, sendo este, aliás, um vácuo deveras reconhecido pela literatura historiográfica sobre esse período político brasileiro. Durante o Estado Novo, a ausência de uma legislação trabalhista para o campo numa época em que a massa de trabalhadores rurais formava a parte mais numerosa da população trabalhadora - 9 entre 12 milhões, aproximadamente - é entendida por LENHARO (1986:14) como “*cinismo da chamada política trabalhista de Vargas*”. Ressalvando que somente as legislações extensivas aos acidentes de trabalho e ao salário mínimo atingiram o trabalhador rural, o estudioso identifica a aguda descontinuidade entre a legislação social aplicada ao trabalho urbano e ao trabalho rural, onde este último permaneceu submetido a uma legislação inconclusa. Considera ainda que “*a rigor, a única conquista conseguida foi a extensão dos direitos trabalhistas do operário urbano para os trabalhadores das usinas, assim mesmo somente para aqueles que estivessem empregados em funções técnicas especializadas nas seções industriais das usinas, ficando fora, portanto, os seus trabalhadores agrícolas*” (LENHARO, 1986:79-80). Uma análise detida sobre o assunto pode ser consultada às páginas 81 a 99 da obra referenciada, sobretudo no que concerne ao interesse do regime estadonovista com relação à sindicalização expresso nos termos da Constituição de 1937 e suas relações com o ante-projeto do Código Rural de 1943.

Todavia, mesmo que colocada nesses termos, no que subsiste do significado político dessa proposta, LENHARO (1986:20) adverte que o ponto de partida da “Marcha para o Oeste” consistiu, ao menos no plano do desejo, em espargir para o campo as conquistas trabalhistas asseguradas pelo regime aos trabalhadores urbanos, pois toda a sua estratégia de controle social estava dirigida para a “valorização integral do homem brasileiro”. Desse modo, seguindo o mesmo referendo, aquela lacuna pode ser interpretada como uma atitude defensiva de Vargas, isto é, um indicador real das dificuldades que compartilhou com sua administração em capturar o “campo” e transformá-lo numa época de resistências extremadas para tanto. Essas ambigüidades demarcadas podem ser melhor compreendidas quando se leva em consideração que, em 1930, a oligarquia rural perdeu a hegemonia política, permanecendo, entretanto, como um dos sustentáculos do novo Estado (WEFFORT, 1980:51). Nesse período, apesar das mudanças constatadas, as políticas governamentais tenderam a privilegiar o setor urbano e industrial. Mais especificamente no decurso dos anos trinta e quarenta, isto foi menos visível porque o Estado ainda amparou os interesses agrários afetados pela crise de 1929 (SZMRECSÁNYI, 1984:115), o que em parte também ajuda a explicar as dificuldades de Vargas durante o Estado Novo em fazer avançar as suas intenções para o campo brasileiro. Conforme será possível aclarar a partir do capítulo 4 do presente trabalho, a elite rural do país se defrontaria com uma situação

mais aguda somente após a democratização de 1946. Principalmente a partir dos anos cinquenta, a opção governamental passou a ser nitidamente industrialista.

Ainda ajustando foco no arrazoado de Vargas, em sua malha discursiva também apresentou-se como contraparte coadjuvante daquelas proposições a idéia de desequilíbrio entre a cidade e o campo. Ao ajustar atenção pormenorizada nessa idéia, LENHARO (1986:20) a considera como sendo indicativa dos embaraços do regime em conferir tratamento à temática do êxodo rural. Na verdade, um dos esteios de referência de Vargas desde 1933, esse assunto sempre havia se apresentado como um de seus impasses capitais na posição de dirigente político do país. Numa ilharga, essa problemática, quando antevista como um processo em massa, representaria uma possível deterioração do valor do trabalho urbano e uma ameaça aos níveis de consumo da população trabalhadora fundamentais à produção industrial; noutro flanco, quando imaginada estacionada, carregava o temor da interrupção do suprimento de mão-de-obra, o que implicaria na causação de dificuldades adicionais e nada desejáveis para a indústria numa época em que a imigração estrangeira baixava a níveis quase inteiramente negativos.

É estando a par desses contornos impressos no discurso getulista entoado em 1941 que torna-se possível despreender como a preocupação com a indústria adquiriu uma tonalidade polarizadora na proposta da “Marcha para o Oeste”, fazendo-se acompanhar de propostas transformadoras endereçadas à paisagem social de diversas porções do país e enlaçadas com a idéia viçosa de ampliação do mercado interno de consumo para “absorver a crescente produção industrial”. No mesmo texto, a ênfase aos aspectos ressaltados fizeram-se acompanhar do incitamento de Getúlio Vargas dirigido aos “capitais nacionais” para que se mobilizassem em promover dinamicamente a “conquista das regiões retardadas”. A desarticulação do mercado interno assim como a falta dela decorrente de garantias para a diversificação das produções agrícola e industrial eram carências merecedoras de soluções urgentes. Tomando em riste o desafio auto-imposto em diluir esses impasses diagnosticados, o Estado Novo pincelou um quadro favorável às suas pretensões transformadoras. Nesse sentido, conforme sintetiza LENHARO (1986:24) advogou que *“se o Estado é a extensão territorial do país; se o país encontra-se talhado em duas partes opostas - uma que produz, exporta manufaturas e capitais, a outra que os recebe e remete matérias-primas de volta -, cabia, através do ‘imperialismo interno’, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental.”* Foi de acordo com esse formato, ademais, que tanto a “redenção dos sertões” quanto a “revalorização da Amazônia” foram emoldurados como peças-chave de suas propostas.

Com o propósito de materializar esses objetivos essenciais – principalmente industrialização e ampliação do mercado interno –, Vargas passou a advogar a defesa da pequena propriedade considerando-a como o meio mais eficaz para se aumentar o rendimento do trabalho agrícola, propondo sua irradiação nos rincões da nacionalidade (LENHARO, 1986:20). A conquista do Meio-Oeste e Norte proposta pelo governo Vargas fundamentou-se, assim, num programa de colonização baseado na pequena propriedade onde, ademais, sua viabilização e extensividade em várias partes do território nacional assentava-se na organização de cooperativas. Nesse incitamento e enquadramento avaliativo, a “Marcha para o Oeste” direcionava-se para as regiões consideradas “vazios demográficos”, furtando-se em propor a recolonização das áreas já ocupadas ou a realizar uma reforma agrária efetiva.

Todavia, embora fosse portadora desse acanhamento de cunho político, a opção pela colonização através da pequena propriedade conservou uma meta bastante clara: elevar o nível sócio-econômico dos trabalhadores rurais, transformando-os em pequenos proprietários e consumidores da produção industrial. Além disso, as expectativas com relação ao assunto recaíam no sentido da criação de um novo padrão de ocupação territorial que,

progressivamente, se mostrasse capaz em frear e destruir o padrão colonial herdado, caracterizado pelo latifúndio. Embora reconhecendo-se que essa temática veio à lume nos debates da época muito mais como corolária das discussões paralelas suscitadas a partir da propositura da “Campanha Marcha para o Oeste”, especialmente naqueles mais próximos da derrocada do regime e que congregaram participantes favoráveis à idéia da recolonização de áreas já ocupadas, a postura crítica em relação ao latifúndio gerou um momento de intensa intranqüilidade para a oligarquia agrária. O latifúndio, especialmente o improdutivo, sofreu severas críticas tanto nesses certames quanto, menos calorosamente, nas palavras de Vargas. Considerado a principal causa da miséria das populações rurículas porque obstrutor das possibilidades de acesso à terra, o latifúndio foi também apontado como o maior entrave ao pleno desenvolvimento industrial do país, enquanto fator de inibição à formação de um mercado interno capaz de absorver a produção industrial.

É diante desses contornos que a “Marcha para o Oeste”, em que pese suas ambigüidades e insucessos, pode ser vista como preconizadora de uma intervenção direta no *status quo* rural. Ela consistiu num programa de ocupação do território e de integração nacional pensado nos trâmites de um projeto de desenvolvimento global almejado pelo Estado Novo, cuja prioridade era a construção de um parque industrial sustentado pela demanda interna e que estava a exigir, para além dos entraves colocados pela oligarquia agrária, mudanças substanciais no campo brasileiro. Na esteira dessa interpretação, LENHARO (1986:21) enfatiza que foi de acordo com esses moldes e tensões que a estratégia varguista de colonização se delineou, isto é, ancorada na deliberação em se “*armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo*”. Tratava-se de apoiar a pequena propriedade de modo a que ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola sob as crescentes exigências do desenvolvimento industrial do país.

Ainda seguindo alguns desdobramentos dessas proposituras, foi em consonância com o aspecto frisado que o Estado Novo se ocupou em “encaminhar” as levas de migrantes do Nordeste para a Amazônia e para o Sul, com evidente intenção de esvaziar a tensão social da região, já que exatamente nela o latifúndio resistia e dificultava a intenção transformadora. Ademais, conforme expresso no discurso de Vargas de 1º de maio de 1941, a localização racional do migrante nacional foi planteada de acordo com uma exigência disciplinar da qual não se abriu mão: nada de mais se pedia ao migrante, “além da disciplina de um trabalho metódico e persistente” (LENHARO, 1986:21-22).

Enlaçados nessas e outras propostas, os impulsos da Campanha advogados por Vargas surgiram tal como uma contrapartida necessária ao esforço totalitário de reordenamento corporativo da sociedade e da pretensão pedagógica assumida por sua figura quanto à homogeneização ideológica de todos os brasileiros. Ela pode ser considerada enquanto um recurso precioso de instrumentalização política, a dimensão de conquista do território expressa nesse programa somente pode ser apreendida valendo-se dessa apreciação. De um lado, por intermédio da obra de conquista anunciada, Vargas pretendia fotografar o mapa do país pronto, da mesma forma como se queria demonstrar acabada a obra transformadora do Estado em seu desenho politizado. O mesmo pode ser dito a respeito de seus intentos atinentes ao estabelecimento das vias de circulação no território, assunto já devidamente tratado na literatura geográfica sob o prisma de suas relações estreitas com as propostas de colonização do regime. Para uma análise a respeito da importância dedicada à questão dos transportes durante o Estado Novo e, em particular, do Plano Rodoviário Nacional de 20/03/1944, ver DINIZ (1993:188-203) e PENHA (1993:11-114). Os pesquisadores correlacionam essa temática aos intentos de colonização e argumentos geopolíticos no período. Os dois autores, assim como MONTEIRO (1980:13), também chamam a atenção para a longa série “Geografia dos Transportes” publicada na *Revista Brasileira de Geografia*, de autoria do engenheiro Moacir Silva.

69. Inscrevendo-se num registro de análise mais amplo relativo à sociedade brasileira, reunindo elementos provenientes das Ciências Sociais, a contribuição de MORAES (1991) atinente à história da geografia demonstra, nesse particular, especial interesse. A preocupação fundamental desse autor é demonstrar como os discursos geográficos e as realizações advindas com a institucionalização da geografia atuaram no sentido de forjar uma identidade nacional no Brasil. Segundo o geógrafo e cientista social paulista, é por intermédio do cruzamento entre esses saberes e práticas que torna-se possível compreender, de um lado, a relação entre a centralidade do discurso geográfico e a criação de canais apropriados para sua difusão, e, de outro, compreender situações problemáticas de consolidação ou legitimação social dos Estados nacionais. Nesse sentido, a especificidade do Brasil no que tange a institucionalização de práticas geográficas conduzidas oficialmente pelo Estado, sobretudo no âmbito do Estado Novo cujo maior exemplo foi a criação do IBGE que empunhou as iniciativas anteriormente frisadas por nós e aquelas elencadas por Valverde, é identificada pelo autor como situação própria de países de “capitalismo tardio”, cujos delineamentos estariam ancorados no padrão de expansão territorial decorrente de sua origem colonial. MORAES (1988:168) referenda a questão nos seguintes termos: “*Nos países de formação colonial, notadamente os da periferia ultramarina ou do capitalismo hipertardio, a questão nacional emerge com vigor num quadro de identidade problemática. A ruptura com os laços tradicionais de dominação (coloniais) implicava a construção de um novo Estado.*”

Corolária desse padrão, ainda sob o flanco das idéias do autor, a dimensão da conquista territorial deixou marcas profundas na formação social brasileira ao longo dos séculos, legitimando um discurso geográfico aprumado com a defesa da manutenção da unidade nacional “*num país marcado pelo domínio de vastos fundos territoriais*” (MORAES, 2002:113) ou, no caso do Estado Novo, por “*imensos espaços vazios*” que necessitavam ser articulados às “*ilhas de prosperidade*” da nação. Partindo do pressuposto de uma permanente reconstrução da identidade nacional no Brasil, que se atualiza à medida que o próprio Estado nacional vai se reestruturando ao longo do tempo, o pesquisador identifica na organização do Estado Imperial, na transição para o regime republicano e no Estado Novo períodos em que essa reestruturação apareceu nitidamente. Em todos esses momentos, embora perpassados por rupturas significativas que os distinguem, a dimensão da conquista territorial e do domínio sobre os fundos territoriais enquanto elemento agregador dos diversos interesses regionais podem ser considerados como o lastro de continuidade que os aproxima, deixando de fora do “*pensar a nação*” a própria sociedade que nele vive.

Ainda segundo MORAES (1991:168), é a perenidade dessa perspectiva de construção da nação via ocupação contínua da terra em diferentes momentos históricos que outorga a plausibilidade de uma reflexão assentada na idéia de uma pronunciada “*tendência a se pensar o nacional como um espaço apenas, numa abordagem que reduz o país ao território*”, eixo analítico central sugerido pelo autor para se interpretar, entre outros, o momento que por ora nos interessa. Nesse sentido, a população, a não ser quando instrumento do expansionismo no desbravamento e povoamento das áreas interiores do país, foi omitida como um componente da nacionalidade dando lugar para que os interesses dominantes adquirissem no território nacional uma representação oportuna ou, segundo MORAES (1991:168-169) “*(...) um horizonte referencial unificador de todo o ‘povo’ e também uma justificativa da unidade nacional (tornada projeto) que em si mesma legitima o Estado*”. Sobre as origens dessa concepção que, no padrão discursivo básico do século XIX, estruturou-se em torno do conceito de *civilização*, agremiando uma visão instrumental dos segmentos populares, inclusive com repercussões sobre as políticas imigratória e indigenista, na ideologização do destino do país sob o ponto de vista dos discursos racistas e retóricos sobre a magnitude do território e, ademais, constituindo-se como justificativa para o caráter dilapidador do quadro natural e para a submissão das populações locais, ver MORAES (2002:115-120).

É sob o revestimento dessa interpretação que o período do Estado Novo adquire notoriedade no registro de análise em pauta, tendo em vista a capacidade por ele desempenhada em redimensionar a valorização simbólica e material do território nos moldes mencionados, apresentado certas particularidades tanto políticas quanto no campo mais amplo das mentalidades *vis-à-vis* aos períodos anteriores que, ao fim e ao cabo, concorreram sobremaneira para viabilizar a institucionalização da Geografia. Tanto as políticas territoriais quanto a política cultural de massa colocadas em marcha pelo regime encontraram apoio nos discursos geográficos de autores como Cassiano Ricardo, Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, apenas para citar os mais importantes. Diante da profusão discursiva desses autores, a vontade organizadora do poder central - dirigida para o quadro político centralizador, verdadeiro esforço encetado pelo Estado Novo -, soube extrair os subsídios necessários para a afirmação das suas ideologias geográficas e políticas territoriais voltadas para a reafirmação do mote mencionado relativo à manutenção e conquista dos fundos territoriais, num esforço de adequação do aparato estatal para atualizá-lo ante a “densa espacialidade” contida no conceito de modernização. De acordo com MORAES (2002:121): *“Tal conceito [modernização], central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno.”*

Foi a partir dessa perspectiva de fundo que o Estado Novo edificou órgãos e políticas territoriais sobre os quais foram tributadas as expectativas de materialização de suas ideologias geográficas. Essas estiveram ancoradas sobretudo em dois esteios-mestres: de uma parte, conforme sublinhado, na promoção da “mitologização da hinterlândia” – eixo discursivo agora sob inovação valorativa não mais depositário de uma visão bárbara do sertão, antes considerando-o como “matriz da brasilidade e o santuário do verdadeiro caráter nacional” - e, de outra parte, no conceito de região, alçado como pilar interpretativo central do Brasil, incorporado ao vocabulário oficial em franca atitude de distanciamento face à tendência centrífuga do pacto federativo da República Velha.

A título de complementação do que foi afirmado, vale lembrar, baseando-se em MORAES (2002:120-121), que: *“Por serem dominantes numa época tais juízos projetam-se nas formulações posteriores que os superam, constituindo o conteúdo do velho pensar que se reproduz (ao menos como referência negativa) nos novos discursos. Pode-se dizer que as primeiras décadas do século XX assistem a essa transformação de episteme no pensamento brasileiro. E os anos 30 começam com um novo padrão de interpretação do país, transição já bastante estudada pela literatura especializada. Uma postura cientificista vai aos poucos hegemonizando-se e acaba por fazer a ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência, ao qual se associa a idéia de modernidade. O papel catalisador que a noção de ‘civilização’ cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização.”*

Por último, vale dizer que o trabalho de DINIZ (1993) é a principal fonte analítica para um entendimento tanto das nuances da política cultural quanto das ideologias geográficas e políticas territoriais do Estado Novo vistos sob o interesse da Geografia. O primeiro aspecto é desenvolvido pelo autor no Capítulo 2 de seu estudo, o segundo, como já foi mencionado em nota anterior, foi desenvolvido sobretudo nos capítulos de 3 a 6. Julgou-se mais apropriado disponibilizar os subsídios desse trabalho na malha elucidativa dos escritos da primeira fase de produção de Orlando Valverde, destacando a pertinência dos mesmos conforme a necessidade, procedimento realizado mais adiante. Mostra-se oportuno nesse momento também indicar o estudo de RAIMUNDO (1999) sobre Cassiano Ricardo, autor dos ensaios “O Brasil no Original” (1936) e “Marcha para Oeste” (1940), ambos orientados

segundo idéias geográficas do período, nos quais o bandeirante foi analisado como “fenômeno violentamente espacial”, valorizado pelo autor em sua interpretação da história territorial brasileira tendo cumprido, ainda, papel essencial em sua visão otimista perante os novos núcleos de povoamento.

É diante da síntese expressa nesses aportes interpretativos de largo escopo que torna-se possível compreender a natureza das atividades incipientes da geografia ibegeana e de seus primeiros geógrafos. A exposição desses delineamentos permitem compreender tanto a demanda estatal pela informação pormenorizada acerca do território objetivando a alocação de políticas para nele intervir, característica tão acentuada nos primeiros anos de Orlando Valverde no CNG, quanto o pano de fundo das representações que perpassaram seus escritos iniciais, foco de atenção do capítulo 2.

## CAPÍTULO 2

1. “*Quem realizou, depois de longo período de estagnação, o IX Congresso Brasileiro de Geografia em Florianópolis em 1940, foi o IBGE que financiou, mas promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia, inclusive deu choque entre a geografia moderna lablachiana e a geografia de nomenclatura... Estavam lá o Pierre Mombeig, Aroldo de Azevedo, Nice Lecoq Müller e lá da USP... e do IBGE... Christóvão Leite Castro, eu, Lúcio de Castro Soares, novinho ainda, a lutar contra a geografia de nomenclatura. Nunca houve tantos trabalhos não aprovados numa reunião da AGB.*” (ALMEIDA, 1996)
2. O presente capítulo somente se ocupará dos escritos do geógrafo publicados na primeira metade da década de 1940. Como será possível vislumbrar deste capítulo em diante, a inspiração e a projeção do ideário varguista em seus trabalhos não se restringem aos seus escritos iniciais do período indicado. É até mesmo possível afirmar que a discursividade geográfica de Orlando Valverde sofreu ou operou adaptações conforme os avanços e recuos do líder durante sua presença no cenário político brasileiro. Tal aspecto poderá ser demonstrado, sobretudo, a partir do capítulo 9, no qual o alinhamento do geógrafo com certas prerrogativas do Segundo Governo Vargas (1951-1954) adquirem notoriedade.
3. É interessante notar que, no mesmo período no qual Valverde excursionou essas áreas, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado poucos anos antes, em 1937, enviou o fotógrafo francês Marcel Gautherot para cumprir o desafio de retratar o sertão pelo épico e pelo íntimo. No texto de FROTA (1995:9-21) a respeito da viagem do fotógrafo ao longo do curso do rio São Francisco e Recôncavo Baiano é possível, inclusive, perceber a coincidência entre as localidades por ele registradas e aquelas percorridas pelo geógrafo Valverde.
4. Diferentemente dos demais textos indicados, apenas este último não será analisado, uma vez que não oferece elementos significativos para reflexão, em virtude de sumariar tão somente aspectos técnicos acerca de indexação das referências bibliográficas em trabalhos científicos.
5. Esse trabalho do geógrafo merecerá tratamento nos capítulos 6 e 7.
6. No mesmo período, não poderíamos deixar de mencionar, Conceição Vicente de Carvalho defendia sua tese intitulada *O Porto de Santos* (1944), na Universidade de São Paulo.
7. “*La representación patriótica és una forma de interpelación edológica institucional que busca conformar, en la conciencia colectiva de los ciudadanos ‘Nacionales’ un sentimiento*

*de pertenencia esencial con un ámbito geográfico proscripto, una impuesta como escala territorial legítima de la nacionalidad.*” (ESCOLAR, 1990:7).

8. Tal ponderação, aliás, também explica o trecho do testemunho do geógrafo apresentado no capítulo anterior, no qual, conforme indicado naquela ocasião, discorreu acerca dos feitos geográfico-institucionais de Cristovão Leite de Castro cotejando-os com aqueles até então realizados em solo canadense. Apenas para colocar à disposição do leitor o trecho de Lamounier no qual nos baseamos: *“É possível afirmar com segurança que, nessa época, testemunhamos o surgimento de uma política de cultura; que essa política estava intimamente associada a um processo de construção da nação (por oposição à construção do Estado); e, finalmente, que ambas as coisas teriam efeitos duradouros na cristalização de uma noção inteiramente nova de representação na cultura política brasileira. Essa construção cultural asseverava a implausibilidade de que se desenvolvesse o conflito de soma-zero na sociedade brasileira. Tal concepção tornou-se verdadeiramente envolvente e persuasiva em parte porque foi esposada por intelectuais e artistas influentes, mas também porque refletia traços históricos e sociais importantes. Antes de mais nada, constituía uma celebração do sucesso alcançado no passado com a manutenção da unidade de um tão vasto território, o qual, por sua vez, era sempre associado à idéia de oportunidades ilimitadas. Em segundo lugar, sugeria que a estrutura social brasileira evoluíra de fato no sentido de uma igualdade e mobilidade crescentes - quando nada, no campo das relações raciais. Em terceiro lugar, representava uma concepção sobre a política brasileira. Com efeito, recuperava a experiência do Império, especialmente a conjuntura conhecida como conciliação, quando a coesão e a habilidade da elite puseram fim às lutas regionais e de facções. Nos anos 30, porém, parece ter havido uma sutil mudança de rumo neste campo: ao invés de reforçar a imagem negativa então em curso, esta construção cultural veio a encarar a flexibilidade e o realismo políticos como uma emanção de traços similares que existiriam no sistema social, o que implicava que a política brasileira, no que tinha de melhor, haveria de ser sempre flexível. Finalmente, constituía uma reafirmação em grande escala da concepção conservadora (patriarcal) que considerava o conflito como um comportamento infantil: imagem que só poderia ser persuasiva num país que virtualmente não possuía experiência anterior de política ideológica e que se sentia ameaçado pelo seu surgimento sob a forma do comunismo e do fascismo mobilizador”* (LAMOUNIER, 1987).
9. No âmbito de uma análise que privilegia as particularidades existentes entre os demais países latino-americanos, CERVO (2001) realiza um detalhamento rico sobre as relações econômicas e diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Sua interpretação parte do argumento central da existência de um destino comum perseguido por esses países desde os anos da depressão capitalista. Considera que, uma vez configurados os espaços nacionais, os governos da região orientaram sua ação interna e externa para a meta do desenvolvimento, esboçando o paradigma desenvolvimentista antes mesmo de sua teorização pelos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) na década de 1950. Ao narrar as vicissitudes do “ciclo da diplomacia para o desenvolvimento” entre os anos de 1930-1947, enfatiza as relações comerciais (CERVO, 2001:23-61) e diplomáticas (CERVO, 2001:62-97) entre os países latino-americanos e os Estados Unidos no período em questão, ressaltando os laços de cooperação estabelecidos entre os governos brasileiro e estadunidense em virtude do pan-americanismo (caso semelhante do México), diferenciando o caso argentino no qual imperou a “diplomacia de obstrução” até meados de 1946.
10. O estudo de TOTA (2000) explicita os meandros desse intercâmbio entre os dois países no período considerado, salientando a importância crescente adquirida pela América Latina na campanha de Roosevelt para as eleições presidenciais de 1940, processo que garantiu o apoio de republicanos por intermédio da ênfase concedida à defesa e cooperação continental. A análise do autor parte do pressuposto de que a *realpolitik* colocada em prática após as eleições estadunidenses “ *mascarava a mercadoria sob o manto democrático-liberal*

*da luta contra o nazi-fascismo, contra o totalitarismo*” (TOTA, 2000:57), orientação essencial para se compreender os inúmeros fatos arrolados pelo autor relacionados sob a denominação ampla de “relações culturais” que abrigava desde o intercâmbio de professores universitários até elaborados sistemas de informação e todos os ramos da comunicação de massa, principalmente cinema e rádio. O trabalho do pesquisador é importante para se entender as funções da agência *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* e suas ações no campo cultural, que tinham como objetivo a ampliação das relações culturais entre os Estados Unidos e o Brasil, na ocasião representado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão da estrutura do Estado Novo. De acordo com essa perspectiva de análise, entre outros acontecimentos, o autor esmiuça a chegada de Orson Welles no Brasil antes do Carnaval de 1942 e suas atividades enquanto “embaixador do pan-americanismo”, realça as propostas norte-americanas de alocação de empreendimentos no território brasileiro junto à Vargas e o intercâmbio entre técnicos dos dois países segundo “razões estratégicas” vitais baseadas no reconhecimento das potencialidades naturais brasileiras em função do suprimento da indústria norte-americana. Afora essas observações, as implicações desses intercâmbios entre Brasil e EUA na área educacional serão tratadas no capítulo 9 do presente trabalho, uma vez que constituem assunto essencial para se compreender a posterior participação de Orlando Valverde na Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) levada a efeito por Vargas em seu segundo governo (1951-1954).

11. Esses laços, aliás, balizaram não somente os primeiros escritos de Valverde surgidos antes do término do conflito mundial, como também cumpriram papel essencial em sua trajetória a partir de 1945, quando rumou com outros geógrafos para a Universidade de Wisconsin, inaugurando a segunda fase de sua produção tendo sido discípulo de Leo Waibel. Esse assunto é tratado em pormenores no capítulo 3. No mesmo ano, ocorreu, na cidade de Lorena, a *1ª Assembléia Geral da AGB*, cuja importância é ressaltada por ABREU (1994:217-219) e MONTEIRO (1980:15), ambos salientando a importância adquirida pelos trabalhos de campo a partir dessa ocasião. Orlando Valverde comenta a sua ausência nesse evento: “*Nessa época eu não podia ir na reunião porque eu estava incumbido de tarefas burocráticas, de estruturação do IBGE, eu era Secretário-assistente de lá.*” (ALMEIDA, 1996). Em seu trabalho sobre a geografia e os geógrafos do IBGE, Roberto Schmidt de Almeida disponibiliza depoimento de Speridião Faissol sobre o significado desse evento para os geógrafos brasileiros do eixo São Paulo-Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2000:159). Em seu testemunho, Faissol refere-se aos entendimentos travados na ocasião entre Jorge Zarur e Aroldo de Azevedo (USP) para a fusão entre Rio de Janeiro e São Paulo numa Associação dos Geógrafos Brasileiros nacional (ALMEIDA, 2000:89).
12. A partir do início da década de 1940 muitos profissionais do IBGE passaram a colaborar em atividades representativas da incipiência do planejamento no Brasil, numa época na qual começava-se a romper a associação que durante muito tempo havia perdurado entre essa idéia e as iniciativas do governo bolchevique. Particularmente a partir de 1929, assistiu-se de forma drástica em âmbito nacional e no mundo ocidental em geral a necessidade crescente do planejamento econômico como contrapeso para as distorções do *laissez-faire*. Esse contexto que se seguiu à Grande Depressão favoreceu a paulatina dissociação entre a idéia de *plano* e a experiência comunista, tendo aberto um campo mais promissor para o emprego da terminologia com ele relacionada. No caso brasileiro, a primeira experiência de planejamento governamental ocorreu com o início da Segunda Guerra quando, em 1939, foi criado o *Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional*, plano quinquenal que seria complementado pela *Coordenação da Mobilização Econômica*, criada em 1942. De acordo com D’ARAÚJO (1992), “*em clima de guerra, esta Coordenação representou uma iniciativa inédita de intervenção do governo no campo da economia. Com este exemplo, fica claro que o planejamento implicou, desde o início, formas mais ou menos intensas de intervenção estatal. De 1943 a 1948, o país contou com o Plano de Obras e Equipamentos, que daria continuidade ao Plano Especial. A Constituição de 1946 avançou na questão do planejamento, ao estabelecer a criação de um Conselho Nacional de*



Economia, *regulamentado em fins de 1948.*” Sendo assim, cabe frisar desde já a intensa participação de Orlando Valverde nos estudos prévios de caráter geográfico que forneceram suporte para a implementação e viabilização dessas iniciativas do governo federal, compromisso balizador de seu labor para além dos limites temporais do Estado Novo e no âmbito do qual o estudo sobre o vale do São Francisco que passamos a tratar configurou tão somente um passo inicial.

13. Esse aspecto é abordado no capítulo 3.
14. A expedição foi estabelecida pela Resolução n. 128 de 3/03/1943 que estabeleceu o programa de expedições científicas naquele ano. Além da expedição ao Vale do São Francisco, ocorreram outras dirigidas para as regiões do Jalapão (noroeste do estado da Bahia), Rocandor-Xingu, vale do Rio Doce e estados do Paraná e Santa Catarina. Todas elas mereceram tratamento no estudo de PENHA (1993:94-95).
15. Nas palavras de PENHA (1993:90-91), a análise regional “*consistia em diagramar as relações analíticas da Geografia Física, Humana e Econômica, convergindo, posteriormente, para uma ‘síntese regional’*” (PENHA, 1993:90-91).
16. Jorge Zarur havia viajado para os Estados Unidos em 1942 afim de realizar aperfeiçoamento na Universidade de Winsconsin, onde graduou-se como *Master of Arts* no ano seguinte (ALMEIDA, 2000:46), tendo obtido treinamento de mestres da escola regionalista como Leo Waibel (PENHA, 1993:90). Nesse período também freqüentou a Universidade de Chicago onde estudou pesquisa de campo, ocasião em que tornou-se amigo de Cotton Mather e Clarence F. Jones (ALMEIDA, 2000:113). Essas duas universidades e a de Northwestern eram especializadas em estudos regionais voltados para o processo de ocupação do território. Foi no trâmite de sua estadia nos Estados Unidos que esse geógrafo articulou a ida de geógrafos brasileiros para cursos de aperfeiçoamento em Geografia Regional e pesquisa de campo entre as autoridades desse país e o IBGE (ALMEIDA, 2000:46), intercâmbio colocado em marcha a partir de 1945 e no qual Orlando Valverde também esteve envolvido. Trataremos essa questão no capítulo 3.
17. “*Agências de Inteligência americanas como o Office of Strategic Service (OSS), e o Army Map Service (AMS) empregaram muitos geógrafos durante a Segunda Guerra como Cotton Mather, Clarence F. Jones, Preston James e Richard Hartshorne. Foi através desses geógrafos que Jorge Zarur (funcionário do IBGE), convidado pelo governo americano a se especializar nos Estados Unidos, tomou contato com a escola americana de Geografia voltada para o planejamento espacial do New Deal de Franklin Roosevelt, da qual o planejamento do Vale do Tennessee foi um dos principais projetos.*” (ALMEIDA, 2000:113).
18. Concebido em 1933, no governo Roosevelt, o Tennessee Valley Authority (TVA) perdurou até 1944 na condição de órgão flexível e descentralizado para atuar no vale do Tennessee, cujas terras empobrecidas e depauperadas pela erosão mantinham a população com baixo nível de renda. Sua abrangência compreendeu sete estados cuja área de influência foi inferior à de Pernambuco. O TVA notabilizou-se em função da exemplaridade com a qual gerenciou um plano federal em colaboração com os governos e as instituições locais. Em sua execução, vários empreendimentos foram realizados, entre eles: vinte e oito grandes represas para geração de energia hidrelétrica, projetos de navegação, de controle de inundações e de reflorestamento, construção de fábricas de adubos químicos, de fertilizantes, de explosivos, de eletrometalurgia etc. Foi concebido para funcionar em bases industriais, e, mais tarde, sediou até mesmo usinas nucleares. Foi diante dessas realizações que o TVA serviu de inspiração para os planos de ação e para o formato organizacional da Comissão do Vale do São Francisco e, mais tarde, da SPVEA. Em que pesem as diferenças quanto ao tamanho e aos recursos naturais envolvidos, isso ocorreu graças aos sucessos

alcançados na experiência norte-americana relativos ao planejamento integral, execução rápida dos projetos, concentração dos recursos na execução dos projetos básicos, prestação de contas frente ao Congresso, integração das comunidades locais na empresa, espírito pioneiro e missionário, aplicação de recursos e técnicas científicas. O TVA constituiu-se, assim, num exemplo bem-sucedido de como o planejamento ganhara espaço entre as economias liberais desenvolvidas e de sua utilidade para o enfrentamento dos problemas do desenvolvimento nos países às voltas de caminhos solucionadores para o seu “atraso”. Desse modo, o TVA não foi tomado como modelo enquanto exclusividade brasileira, pois sua repercussão foi internacionalmente reconhecida como ideal de planejamento regional e de administração planificada (D’ARAÚJO, 1992). Essa orientação do investimento público para a área deprimida da bacia do Tennessee utilizou-se da abordagem regional, aspecto relacionado ao aumento da capacidade financeira do Estado. EGLER (1995:219) comenta este ponto, considerando o TVA como uma iniciativa condizente com o sentido schumpeteriano de “avançar” recursos para o desenvolvimento econômico e a utilização planejada do gasto público. O autor ainda comenta que tal empreendimento não foi realizado tão somente para amparar as políticas anticíclicas de cunho keynesiano, mas cumpriu o objetivo de alçar o Estado como promotor do crescimento da economia nacional e solucionador das desigualdades sociais e territoriais dele resultantes.

19. D’ARAÚJO (1992) explicita em seu estudo que a idéia de “desenvolvimento planejado” foi parte constitutiva dos projetos do governo brasileiro desde os anos 30, mas que somente ganhou impulso pronunciado após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir da Carta de 1946 sob o governo de Eurico Gaspar Dutra. O trabalho da autora, elaborado a partir de uma consulta a fontes bibliográficas produzidas, em sua maior parte, nas décadas de 1940 e 1950, demonstra como a criação da Comissão do Vale do São Francisco (1948) constituiu a primeira experiência de planejamento regional moderno no Brasil, sendo seguida posteriormente pela SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, e pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), instalada em 1959.
20. Conforme aponta MARTIN (1993:9), a substituição do paradigma “territorial” pelo “regional” não vigorou apenas na paragem brasileira, tendo adquirido notória influência em todo mundo por intermédio da expressividade da Geografia Regional francesa cujos pressupostos veicularam a tese de que a cientificidade contida no conceito de “região” era incompatível com a excessiva politização trazida pela noção de “fronteira”.
21. Para um detalhamento sobre os antecedentes dessa divisão regional, ver CABREIRA (1996:68-80). Conforme sintetiza ALMEIDA (2000:74-75), o trabalho *Divisão Regional do Brasil* “lança as bases para a primeira regionalização oficial do país, adotada no mesmo ano pelo Governo Federal. Primeiramente foi feita uma defesa do conceito de divisão única, que englobasse tanto os aspectos físicos, quanto econômicos. Segue-se uma explanação sobre o método de definição de região natural que serviria de base para a posterior regionalização chamada por Fábio de uma única divisão regional prática. Observa-se claramente uma forte influência da escola francesa dos *Annales de Géographie* através das citações bibliográficas de Vidal de La Blache, Camille Vallaux, Jean Brunhes, Lucien Febvre, Lucien Gallois e Pierre Deffontaines. Outro ponto de convergência pode ser também percebido nas cinco conclusões gerais sobre o conceito de região natural, todas perfeitamente em sintonia com as idéias desses mestres. (...) A parte final do artigo é dedicada a análise das nove divisões regionais propostas por outros autores e suas conclusões apontam para uma solução de compromisso entre a de Delgado de Carvalho, baseada nas regiões naturais e a do Conselho Técnico de Economia e Finanças, apoiada em critérios econômicos. O resultado desse trabalho foi a homologação pelo governo federal em 1941 de uma regionalização oficial em cinco regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste que perdurou até o final dos anos 60.” Em outro trecho, ALMEIDA (2000:168) complementa: “O artigo de Fábio de Macedo Soares analisou a necessidade de

*uma regionalização que tivesse uso estatístico e que apresentasse um alto grau de estabilidade ao longo dos anos para fins de comparabilidade espacial e por isso optou por uma divisão que desse preferência às características naturais das regiões delimitadas, embora argumentando que já havia uma tendência, ainda que incipiente, em definir regiões preferencialmente por critérios econômicos, com na divisão do Conselho Técnico de Economia e Finanças adotado em 1939 por ocasião da Conferência Nacional de Economia.” GEIGER (1988:71), por sua vez, a respeito da divisão regional dos anos 40 preconizada por Fábio de Macedo Soares Guimarães, desfecha o seguinte parecer: “(...) uma divisão regional hierarquizada, segundo unidades físicas expressaria a divisão do território como instrumento do controle e da operacionalização de projetos econômicos pelo poder central. Argumenta-se que a divisão regional dos anos 40 (Guimarães, 1941) fundou-se em unidades físicas por objetivar a comparação de séries estatísticas temporais. Esta teria sido a razão de mesmo as unidades menores, diferenciadas pela ocupação humana, terem sido designadas de zonas fisiográficas, para dar o sentido da maior estabilidade dos quadros naturais. No entanto, a visão de regiões diferenciadas economicamente, para fins estatísticos, amparadas em quadros naturais e permanentes é pura perspectiva vidalina.”*

22. Sobre os principais traços da estruturação argumentativa levada a cabo por Valverde nos estudos de sua primeira fase de produção, convém chamar a atenção para o fato de que os avanços analíticos são feitos por intermédio de: 1. propositura de questionamentos, o que confere coesão textual e de idéias sobre os assuntos investigados; 2. discordância e/ou complementação de teorias ou conhecimentos anteriores sobre os problemas investigados; 3. indicação da necessidade de novas pesquisas para questões que não tiveram a ocasião de serem aprofundadas pelo autor; 4. formulação de hipóteses explicativas estruturadas através da observação direta.
  
23. Sobre o delineamento de dois pontos de vista que estiveram na base da “região” a partir das tentativas de divisão da França no século XVIII, um que privilegiou a “paisagem” e outro que tentou uma interpretação mais integrada da “natureza”, não imediatamente inscrita e visível da paisagem, ver MARTIN (1993:47-48). Na esteira desses processos formulativos, o autor ainda discorre no mesmo período sobre a contribuição do apoio oficial às ciências da natureza, antecessor às humanas, que derivou na maior aceitação e desenvolvimento do conceito de “região natural”. Nesses idos, a afirmação da noção de que a divisão de um país poderia ser realizada em “regiões naturais”, ainda segundo o pesquisador, foi abalada na virada do século com a publicação da obra *Tableau de la Géographie de la France* de Vidal de La Blache. De qualquer forma, a fisionomia não deixou de ser considerada enquanto sendo a originalidade da região. A “paisagem”, lenta simbiose entre natureza e história, firmou-se como idéia fascinante para a Geografia francesa no período entre-guerras, tendo disseminado a “gênese de paisagens” como método para os estudos regionais (MARTIN, 1993:49). De maneira mais linear e abrangente, as origens da proposta da Geografia Regional segundo os desdobramentos da proposta lablachiana podem ser encontradas em MORAES (1983:73-83).
  
24. Cabe chamar a atenção para alguns aspectos que exemplificam essa influência no estudo sobre Pirapora e Bom-Jesus-da-Lapa. Nele Orlando Valverde lançou alguns pressupostos gerais sobre a relação entre sítios urbanos, ocupação humana e elementos da psicologia, oriundos de suas observações de campo. Nesse sentido, afirmou: “*Onde o homem encontra obstáculo à sua marcha, lá ele cria uma cidade. Esse obstáculo tanto pode ser uma cadeia de montanhas, uma cachoeira, uma floresta, ou um outro qualquer acidente geográfico que o obrigue a deter-se. Pirapora é o caso típico de uma cidade cuja situação é devida ao obstáculo da cachoeira.*” (VALVERDE, 1944b:68) Ou ainda: “*Quando o homem constrói uma cidade, imprime fatalmente traços da sua psicologia, das idéias que o preocupam, à medida que vai erguendo as casas, abrindo as ruas. Lapa é um exemplo característico. A idéia religiosa absorve os seus habitantes, por isso, a grande maioria das casas está*

voltada para o monte como para receber uma bênção que de lá venha. O rio é um acidente geográfico que se passa às suas costas, de somenos importância, como se não existisse.” (VALVERDE, 1944b: 78). Observa-se que para o primeiro caso (Pirapora), o autor empregou a naturalização do estudo da cidade, sublinhando a superioridade da “vontade humana” sobre o jugo ambiental. No segundo (Lapa), o geógrafo psicologizou a abordagem, assumiu uma descrição quase literária, ressaltando a religiosidade da população e tomando-a como definidora da paisagem urbana. Ambos traços, ao que tudo indica, advêm de sua filiação deffontainiana, conforme tratado no capítulo 1.

25. Conforme considera DINIZ (1993: 209): *“Através da melhoria das condições de saneamento e educação, bem como do desenvolvimento dos transportes e do povoamento, seria possível estimular a ocupação das áreas ainda virgens do hinterland. Nesse sentido, a campanha da ‘Marcha para Oeste’ praticamente sintetizaria os objetivos mais altos do Estado Novo. Através dela seria possível, a um só tempo, eliminar as disparidades regionais, dissolver as dicotomias cidade/campo e litoral/interior, impedir a formação de ‘quistos étnicos’; resgatar o genuíno caráter nacional das populações interioranas; e, por fim, colocar a totalidade dos recursos naturais do país a serviço de sua gente, garantindo a abundância que evitaria a eclosão da luta de classes.”*
26. *“ (...) deve-se lembrar que, dado o caráter ‘conservadorista’ dos discursos do regime, a legitimidade do Estado Novo reside no argumento de que este representaria uma recuperação de nossa tradição histórica, que se acharia perdida como resultado do modelo político adotado durante a Primeira República. Tal modelo teria negado a ‘vocalização centralizadora’ do brasileiro ao tomar por base o liberalismo, doutrina que impediria o Estado de desempenhar efetivamente sua função de organizador da vida social, fazendo com que interesses individuais e regionais prevalecessem sobre os interesses da nação. O resultado seria, de um lado, o caos social, a luta de classes e o desperdício da energia produtiva da sociedade e das riquezas naturais do país.”* (DINIZ, 1993:204 e 205)
27. Apenas para esclarecer que o teor dessa afirmação não é categórica, antes apenas visando remeter o leitor para a ambiência mais ampla na qual esses geógrafos se inseriam, cabe reconhecer que tal esforço, no entanto, não autoriza afirmar que em Aroldo de Azevedo tenha ocorrido a eliminação do determinismo. Veja-se, por exemplo, a análise de MARTIN (1993:210-212) a respeito, inclusive com a indicação de outros preconceitos gerados a partir da distância que o autor procurou manter ante as concepções deterministas que acabaram por remetê-lo para a afirmação de outros mitos que retrocedem ao imaginário do colonialismo.
28. Segundo BRAY (1987:4), as concepções da ideologia da cultura nacional surgidas na década de 1930, dentre as quais se destacam Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933) e Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), vinham de encontro à nascente geografia acadêmica no país, influenciada pelo culturalismo francês, que incorporou o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina e a abordagem sistêmica organicista como prática. A geografia nacional de tradição positivista herdaria ainda o firme propósito de construir um conhecimento científico neutro da realidade agrária-local, regional ou nacional. Ainda entre os estudos nos quais se baseia esta nossa afirmação, cabe indicar: GEIGER (1988:70-71), PENHA (1993:88-89), CABREIRA (1996:56 e 59) e MORAES (1983:76-79).
29. Para uma abordagem que analisa o conteúdo dessa obra sob a perspectiva de rompimento que causou perante as categorias antecessoras para pensar sobre o Brasil que remontam ao século XIX, o que aqui não é oportuno realizar, ademais demonstrando como suas idéias inspirariam mais tarde as teorias da CEPAL nos anos 50, ver OLIVEIRA (2001:154-155).

30. Sobre o tratamento conferido pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) à noção de região, ver DINIZ (1993:46-53).
31. Esse traço de seu escrito sofrerá um desenvolvimento posterior no interior de sua obra, fazendo com que passe mais tarde a conferir ênfase ao estudo dos regimes de propriedade e das relações sociais de produção na agricultura brasileira, tal como ocorreu, sobretudo, a partir dos trabalhos da década de 1960. Por ora, cabe tão somente pontuar esse delineamento, sem aprofundá-lo, o que exigiria disponibilizar outros aportes analíticos próprios do período citado que não convém no momento detalhar, procedimento que turvaria as especificidades de seus escritos no âmbito do contexto do Estado Novo.
32. Essa “transmutação” conceitual apenas ocorreu mais tarde nos escritos do geógrafo, ou seja, no estudo *O Noroeste da Mata Pernambucana (A Região de Timbaúba)*, publicado em 1960. Contudo, sob a vigência dos governos militares a partir de 1964, nos estudos relativos à Amazônia brasileira, Valverde voltaria a empregar o termo “povo”, somando-se a isso a utilização de outras expressões – soberania nacional, independência econômica.
33. A respeito dos argumentos anti-separatistas no Estado Novo: DINIZ (1993:207).
34. De fato, conforme chama a atenção MARTIN (1993:36), prevaleceu uma atitude metodológica usual em Geografia, particularmente derivada de Vidal de La Blache e frente a qual não saberíamos excluir Valverde, onde o pensamento e a ação não foram vistos como dois momentos do mesmo processo cognitivo, mas o conhecimento “técnico” e a “política” foram alocados como opostos, quando não contraditórios. Como sub-produto da disputa ideológica observada na Segunda Guerra Mundial, continua o autor, *“a Geografia ‘científica’ foi se distanciando cada vez mais da ‘Política’, ao encarar esta última como âmbito propício à manifestação das paixões humanas e esfera dominada pela irracionalidade, ao passo que um julgamento sereno e isento da realidade exigiria um reconhecimento detalhado do espaço objetivamente existente, o que estaria garantido antes de mais nada pela ‘Geografia Regional’.* Sobre a mutilação operada no pensamento vidaliano que permitiu a afirmação dessa perspectiva: MARTIN (1993:36-37).

Conforme indica o pesquisador, *“também nos Estados Unidos os estudos regionais passaram a ser vistos como o coroamento da pesquisa geográfica, uma vez que podiam integrar, de maneira cuidadosa e racional, um conjunto de conhecimentos tópicos que, desarticulados, não poderiam fornecer uma visão integradora e ordenada da superfície da Terra.”*

Os caminhos desbravados por essa concepção encontraram respaldo nas palavras de Richard Hartshorne, considerado o maior expoente da geografia norte-americana, para o qual *“o objetivo último da Geografia, ou seja, o estudo da diferenciação de áreas do mundo, expressa-se mais claramente na Geografia Regional”* (HARTSHORNE, 1939; Apud MARTIN, 1993:37). A preocupação em diferenciar e comparar regiões foi, de fato, apropriada de forma muito tênue por Valverde em seu estudo sobre o vale do São Francisco, com a qual, conforme tudo leva a crer, travou contato através de Jorge Zarur. Com efeito, ela levou o geógrafo a comparar regiões distantes umas das outras ou mesmo outras no interior da área por ele estudada, com a peculiaridade de assim proceder ancorado em critérios fisiográficos apesar de tê-los criticado quando relativizava, conforme mencionado, o peso concedido aos mesmos pela classificação de Ricchieri. Eis a passagem em questão: *“A região de Januária tem uma característica muito importante que a distingue das demais regiões do médio São Francisco: é lá que as formações cretáceas mais se aproximam do rio e onde há mais extensos afloramentos de calcáreo Bambuí perto do São Francisco.”* (VALVERDE, 1944a:33).

Todavia, esse recurso, inicialmente pouco utilizado nos escritos iniciais do autor, bem como a ênfase aos aspectos econômicos que o levaram a adotar outras nuances de método, foram cada vez mais utilizados nos trabalhos do geógrafo, sobretudo a partir de 1945, quando ocorreu a decisiva e mais importante influência teórico-metodológica em sua formação, efetivada por intermédio da geografia praticada e postulada por Léo Waibel.

De qualquer modo, apenas para contrabalancear as “amarras metodológicas” frisadas nos primeiros parágrafos desta nota, cabe lembrar ANDRADE (1995:122) quando sentencia a importância da contribuição da primeira geração de geógrafos à qual pertenceu Valverde. Sublinha, principalmente, seus esforços para a edificação de um conhecimento mais apurado do território brasileiro, relacionando seus resultados à montagem das estruturas para a consolidação do mesmo e das aspirações nacionais. Sob o zelo dessas ressalvas, em sentido complementar aos comentários de Martin, o geógrafo pernambucano considerou: “*A geração a que Orlando Valverde pertencia, formada no período ditatorial do Estado Novo, procurava, em sua maioria, evitar tomadas de posições que desagradassem o sistema de poder e desenvolver uma geografia despolitizada. Admitiam que o geógrafo não devia encarar a realidade provido de um referencial filosófico e ideológico, mas com a mente liberta de qualquer concepção. A partir da visão da realidade, então, o geógrafo passaria a descrevê-la e a procurar a inter-relação entre as formas e as origens. Muitas vezes ficavam apenas na descrição. Atribuía esta posição à influência da Escola Geográfica Francesa cujo expoente máximo era Vidal de la Blache.*”

### CAPÍTULO 3

1. Com efeito, desde 1942 ocorriam aclamações e manifestações reivindicatórias em prol da democratização do país, aglutinando tanto certos setores da intelectualidade quanto diversas forças políticas contestatórias à ditadura varguista. Entre elas estavam os comunistas, cuja desarticulação e perseguição vieram no encalço do levante da ANL em 1935 e durante o novo regime instalado em 1937. Apesar da conjuntura desfavorável, um dos grupos que permaneceu sobremodo ativo no cenário nacional foi o baiano, cujos integrantes expressivos foram Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Armênio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado, Jacob Gorender e Giocondo Dias, entre outros. Na primeira metade da década de 1940, o quadro da época contabilizou inúmeras tentativas de organização de movimentos de massa e a participação dos intelectuais na vida política sem que muitos deles tenham deixado de manter ligações “incestuosas” com figuras do regime. No que concerne os comunistas, a definição da linha política a ser por eles adotada esteve na dependência da posição que tiveram perante o regime de Vargas, divididos entre resistências e discordâncias. Esse pêndulo de posições evidenciou-se de forma mais nítida na ocasião da Conferência da Mantiqueira, ocorrida em maio de 1943, na qual vicejou apoio incondicional a Getúlio Vargas. No trâmite desses acontecimentos, muitos defenderam ao contrário a luta democrática como principal alvo e, desse modo, clamavam a aproximação com as forças de oposição ao regime. Foi no cerne dessa cisão que despontou a atuação de intelectuais comunistas como Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Astrojildo Pereira. A oposição e a aliança de certos setores da intelectualidade contra a ditadura varguista também se evidenciou com a realização do Iº Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) em janeiro de 1945, na cidade de São Paulo. Nesse evento cujos principais participantes e temas discutidos foram descritos por MOTTA (1978:137-153), o regime de Vargas foi associado com o fascismo, criticado a partir de um discurso que o via como cerceador das liberdades e excessivamente dirigista em matéria de ciência, artes e literatura. Na tônica das discussões, prevaleceu a idéia de que a democracia e a educação constituíam pré-requisitos para o equacionamento da questão social, chave solucionadora para o fato de que o “povo” era incapaz de edificar uma visão acerca dos impasses da nação, sendo vítima e sustentáculo da dominação em virtude de sua ignorância. Em analogia, na ABDE

prevaleceu a idéia de que o trabalho intelectual padecia do mesmo mal, ou seja, era oprimido pelo regime. Cabia aos intelectuais, portanto, a tarefa de educadores, desafio auto-imposto através de uma aliança conjuntural cuja organização ficou conhecida por Esquerda Democrática, contando ainda com a participação de comunistas que apoiaram a candidatura Eduardo Gomes e, posteriormente, constituíram como alternativa ao PCB o Partido Socialista Brasileiro (OLIVEIRA, 2001:142-143).

2. O ano de 1945 foi marcado pelos clamores do movimento queremista e trabalhista e pela atuação de várias forças políticas como, por exemplo, a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático). O surgimento do queremismo ocorreu num cenário político de transição democrática como um movimento dos trabalhadores temerosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior, projetando na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia para preservar as leis sociais e trabalhistas. Após a Constituinte de 1946, o resultado final de seus esforços consistiu na institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB. Já as chamadas “oposições coligadas” reuniram-se em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, contando com a participação de líderes udenistas, da Esquerda Democrática e de outras forças anti-getulistas (FERREIRA, 2003:24, 43).
3. Na Seção “Noticiário” da *Revista Brasileira de Geografia* de abril-junho de 1944 encontramos o relato das atividades do engenheiro Christovão Leite de Castro nos Estados Unidos à convite do governo deste país por intermédio do *Department of State*. Entre suas tarefas principais, consta o exame das possibilidades de especialização de brasileiros em cursos das universidades norte-americanas (IBGE, 1944:136-137). As razões que moveram essa iniciativa estiveram relacionadas com a “diplomacia de cooperação” entre Brasil e Estados Unidos no decurso da Segunda Guerra Mundial, cujos efeitos também se fizeram sentir na “geografia oficial” implantada por Getúlio Vargas e praticada no CNG. PENHA (1993:89-92) discorre sobre esse contexto, demonstrando que as atividades entre a alta cúpula dirigente do IBGE e a União Geográfica Internacional (UGI), “*espécie de matriz da Geografia francesa*”, permaneceram temporariamente suspensas com a Segunda Guerra Mundial. Nesse período ocorreu o estreitamento dos laços entre o CNG e organizações congêneres norte-americanas, como a *American Geographical Society* e o Instituto Pan-Americano de Geografia e História atrelado à OEA. Muito embora o governo brasileiro tenha reexaminado sua adesão e retirando-se temporariamente do IPGH em 1940, alegando a necessidade de um maior aparelhamento da Geografia nacional para se apresentar condignamente perante a comunidade científica e técnica dessa organização, em 1944, por intermédio da atuação do Secretário-Geral do CNG, Christovão Leite de Castro, o país retornou para o IPGH exaltando os feitos de Getúlio Vargas e da geografia brasileira até aquele momento. Em discurso proferido na 4ª Assembléia Anual do “*American Congress of Surveying and Mapping*”, em 3/6/1944, o Secretário-Geral do CNG justificou o interesse brasileiro em buscar uma maior aproximação com as organizações geográficas estadunidenses em função do “*sentido de utilidade*” da geografia praticada nesse país, identificando nisso o “*instrumento de pesquisa que a administração aproveite imediatamente nas suas multiformes aplicações*” para apoiar a “*nova e original prática de federalismo, conveniente à nossa evolução e aos nossos destinos, a qual se resume na centralização normativa e na descentralização executiva*”. No mesmo ano da viagem do Secretário-Geral do CNG, Jorge Zarur exaltava a Geografia praticada nos EUA em virtude de a haverem tornado “*ferramenta útil e básica para os administradores e planejadores*”, defendendo o “*puritanismo na Geografia*” que, segundo ele, consistia na delimitação do campo de estudo da disciplina de acordo com a análise regional. No artigo intitulado “*Geografia: Ciência Moderna ao Serviço do Homem*”, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, em 1944, o geógrafo desenvolveu essas concepções corroborando a necessidade de uma maior aproximação teórico-metodológica entre os geógrafos do IBGE e a geografia produzida nos EUA.

4. A invalidez dessa teoria também seria comprovada por Waibel em suas pesquisas no Brasil quando concedeu parecer sobre a estagnação e o empobrecimento dos colonos alemães instalados em lugares isolados no Sul do país (VALVERDE, 1968:75-76). Em função disso, julgamos oportuno discorrer minimamente sobre certos aspectos da trajetória do geógrafo alemão uma vez que influenciaram a produção valverdiana a partir de 1945, auxiliando decerto sua compreensão mais acurada.
5. Os *bôeres* constituem a população formada pelos descendentes de holandeses que, a partir de 1652, se estabeleceram na cidade do Cabo (África do Sul). Foram reforçados mais tarde por emigrantes alemães, escandinavos e protestantes expulsos da França.
6. Orlando Valverde comenta esse episódio na entrevista concedida a BUSS *et alli* (1991:232): “(...) *Estava ele [Leo Waibel] em tratamento de nervos, quando o geógrafo americano Richard Hartshorne, voltando de uma excursão à URSS, sendo um grande admirador das obras de Waibel, o visitou e se interessou em levá-lo para os Estados Unidos.*”
7. A tese de doutorado de ETGES (2000) constitui a mais importante obra em língua portuguesa sobre a vida e a obra de Leo Waibel. O engajamento do geógrafo alemão no projeto colonial-imperialista alemão e suas viagens e estudos à África foram objeto de pesquisa da autora, o mesmo tendo sido realizado a respeito de seu posicionamento frente à ascensão do nazismo na Alemanha. No estudo em questão, o primeiro assunto pode ser consultado nas páginas 54 a 68. A abordagem sobre o segundo encontra-se nas páginas 68 a 81.
8. É interessante observar que o ingresso de Waibel no Brasil foi efetuado num momento de democratização do país, antecedido pelas imposições restritivas à imigração consolidadas desde a Constituição de 1934 (ver a esse respeito LUIZETTO, 1975) e após as severas medidas do Estado Novo no mesmo sentido. Se pertinentes essas relações entre o geógrafo alemão e seu interesse em subsidiar a alocação de judeus nos países da América Central, é provável que sua vinda ao Brasil estivesse aprumada de acordo com os mesmos objetivos, uma vez que o Estado de Israel, como é conhecido, somente seria implantado em 1947. O contexto de democratização no país, assim, talvez tenha atraído Waibel em virtude das expectativas de que ele trouxesse maior flexibilidade jurídica para o recebimento de imigrantes, revertendo tendência contrária até então prevalecente na política imigratória brasileira. Sem perder de vista essas injunções, COHEN (1980:81) enfocou as etapas mais significativas da política imigratória brasileira a fim de que fossem encontrados subsídios representativos para justificar e analisar criticamente, dentro de um processo global, a imigração sistemática do judeu para o Brasil no decorrer de sua história e para o Rio Grande do Sul, especialmente no século XX. Para a autora, sobre o enfoque judaico deve ser identificada a existência de dois momentos bem definidos no estudo da vinda do judeu para o país. O primeiro momento corresponde aos primórdios da colonização até o final do século XIX. O segundo, por sua vez, corresponde do final do século XIX ao segundo pós-guerra, revelando uma ruptura bem pronunciada em relação à fase anterior no que se refere aos grupos e às motivações dos mesmos. Pode ser afirmado que os representantes dos dois ramos, *sefaradita* e *achquenazin*, chegam ao Rio Grande do Sul a partir do início do século XX, correspondendo à sua segunda fase imigratória para o Brasil.
9. “*Tomando a colonização num sentido amplo, seu conceito se confunde com povoamento, isto é, o processo de ocupação e valorização de uma área realizado por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado*” (TAVARES *et alli*, 1972:25).
10. A natureza dessas transformações merecerá maior atenção em outro capítulo do presente trabalho. No momento, não se mostra oportuno discorrer sobre eventos ou políticas oficiais da gestão Dutra que também conheceram certa projeção nos trabalhos realizados por Waibel e Valverde entre 1946-1951. Essa lacuna é voluntária e momentânea, pois do contrário



acarretaria ônus para os fins argumentativos perseguidos. Ou seja, espera-se tão somente delinear neste capítulo certas continuidades oriundas do regime estadonovista que, afora as mudanças perpetradas durante os anos de transição política, marcaram sobremaneira o campo intelectual e de representações acerca do povoamento do território existente entre os profissionais do CNG na época na qual Waibel iniciou e realizou suas pesquisas no Brasil.

11. A expressão é tomada de empréstimo de MONTEIRO (1980:12).
12. Conforme aponta DINIZ (1993:180), esse espírito foi refletido no Decreto-Lei de fevereiro de 1941, onde foi estabelecido que: “(...) o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e excepcionalmente, agricultores estrangeiros” (Decreto-Lei 3.059, de 14 de fevereiro de 1941). Mais adiante, oportunamente, será dedicada maior atenção sobre essa questão.
13. Nesse sentido, um Decreto-Lei vindo à tona em julho de 1942 determinou que à União caberia promover “a criação de núcleos coloniais agro-industriais, destinados a fomentar a prática racionalizada das indústrias agrícolas e contribuir para a estabilidade da família rural, mediante a preparação de ambiente favorável ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas aptidões pelo combate ao desnível econômico” (Decreto-Lei 4.504, de 22 de julho de 1942, Art. 1º, citado por DINIZ, 1993:180).
14. BERNARDES (1952), por ocasião do falecimento de Waibel, publicou na *Revista Brasileira de Geografia* uma esclarecedora biografia a respeito do mestre alemão, apresentando principalmente sua obra geográfica realizada no Brasil. Outra referência importante desse teor foi elaborada por VALVERDE (1968). Nesse último texto, cabe assinalar que Speridião Faissol e Jorge Zarur, embora tenham trabalhado ao lado de Waibel, não são citados pelo autor entre os geógrafos que, mais tarde, viriam a publicar trabalhos sob sua orientação direta, parecer que, ao menos com relação ao primeiro deles, não contraria o depoimento que o mesmo concedeu à PÓVOA NETO & RUA (1996:57). Entretanto, para ambos os casos, a partir de 1951 e mais pronunciadamente 1956, existiram razões adicionais de ordem política capazes de explicar a supressão de seus nomes da lista elaborada por Orlando Valverde cujo teor e detalhamento foram adequadamente relatados por ALMEIDA (2000:143) em vários trechos de seu trabalho sobre os geógrafos do IBGE (mais adiante, no capítulo 8, teremos a ocasião de abordar essa cisão política interna ao IBGE). De qualquer modo, cabe ressaltar que tal não foi o caso de Nilo Bernardes, Lysia M. C. Bernardes, Walter A. Egleer, Fábio de Macedo Soares Guimarães, do próprio Orlando Valverde e mesmo, em menor grau, de Pedro Pinchas Geiger (VALVERDE, 1968:82-83). Todavia, aproveitamos o ensejo para esclarecer que a formação de uma “escola geográfica” no Brasil originada a partir do legado geográfico de Leo Waibel não se limita a esses estudiosos que MONTEIRO (1980:12) referendou como tendo sido a “cúpula” do CNG. Decerto, o estudo dessa linhagem geográfica brasileira mereceria a atenção mais pormenorizada dos historiadores do pensamento geográfico no Brasil, desvendando suas contribuições e significado no esforço que empreenderam para o entendimento do país em conformidade com os reclames conjunturais de seu tempo. Haveria de se investigar, igualmente, os contatos travados entre Waibel e o pequeno grupo de pesquisadores do Instituto Tecnológico do Paraná liderado por H. Maack (MONTEIRO, 1980:17). Um ponto de partida para esse horizonte de estudos é o tópico 5.3. do trabalho de ETGES (2000:155-196), intitulado “A influência de Waibel em obras de geógrafos brasileiros”, onde a pesquisadora abordou os casos de Lysia e Nilo Bernardes, Walter Egleer, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Grabois e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Ademais, segundo o próprio professor Valverde, os desdobramentos dessa contribuição que,

entre outras implicações, foi a responsável pelo profícuo florescimento de uma verdadeira “escola geográfica”, excedem em muito o período no qual Waibel permaneceu no Brasil, ou seja, entre junho de 1946 e agosto de 1950. Em verdade, o mais férreo e importante entre seus discípulos empenhou-se na continuidade das pesquisas e divulgação da linhagem metodológica herdada de Waibel, formando e orientando novas gerações de geógrafos. Na entrevista que realizamos com o professor Valverde (ADAS, 2001), ele citou os seguintes geógrafos brasileiros com os quais manteve estreita relação e aos quais credita o orgulho de haver constituído sua “família intelectual”: Irene Garrido Filho, José Grabois, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Paulo César da Costa Gomes, Marcelo José Lopes de Souza, Cláudio Antônio G. Egler e Carlos Walter Porto Gonçalves. Já entre seus principais colaboradores, referendou na mesma ocasião: Miriam Gomes Coelho Mesquita, Rodolfo Pinto Barbosa, Maria Regina Mousinho, Henrique Batista Aranha, Plínio Barbosa da Costa, Helena Maria Mesquita Balacian e Wilio Barbosa da Costa. Como seus “irmãos intelectuais”, Valverde indicou Aziz Ab’Sàber, Manoel Correia de Andrade e Gervásio Rodrigues Neves.

15. WAIBEL, Leo H.. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1979, p 280-282; *Apud* ETGES (2000:130).
16. Muito antes da criação da referida unidade federativa, fluxos migratórios expressivos para ela acorreram em função quer da expansão da fronteira agrícola e mesmo em virtude de algumas medidas que aumentaram sua atratividade a partir da década de 1930. Conforme detalha DINIZ (1993:183): “*Foi o caso da fundação de Goiânia em 1933, cidade que se tornaria a sede da nova capital do estado em 1937. Também importante foi a construção da Estrada de Ferro Goiás em 1935, que fazia a ligação entre o Triângulo Mineiro e a cidade goiana de Anápolis, seguindo depois para o norte e oeste do estado numa distância de 150 a 200 Km dessa cidade (...) Nas matas ainda virgens contíguas à área ocupada pelas grandes fazendas de gado foram se alojando pequenos lavradores quase desprovidos de recursos, e foi justamente nessa faixa que se deu a instalação da CANG (...)*”
17. “*Em termos de seus efeitos para alavancar a ocupação do interior, temos que a CANG deu origem ao município de Ceres, em 1953, e serviu como ponto de partida para a expansão de rodovias no sentido norte-sul. Particularmente quanto a esse último ponto, deve-se notar que a ênfase dada à construção de estradas se devia aos objetivos pessoais do administrador Bernardo Sayão, que pretendia constituir um sistema de transportes terrestres e fluviais que ligasse a região central a Belém do Pará. Através desse sistema, seria possível escoar os produtos da região central sem recorrer aos portos do sul, bem como partir para a conquista da Amazônia. Mais preocupado em usar a Colônia como ponto de partida para esse projeto viário, Sayão tomou a iniciativa de alocar verbas prioritariamente na abertura de novas estradas, e em detrimento das normas legais e dos trabalhos necessários para a construção de casas e outras benfeitorias. Nem é preciso dizer que isso prejudicou em muito a fixação dos colonos em seus lotes, favorecendo o alto índice de evasão [venda de lotes para lavradores de fora] (48%) posteriormente verificado. Mas é claro que isso não chegava a preocupar o administrador, para quem ‘a colonização faz-se, a estrada o homem é quem faz’. Apesar do seu empenho individual, o projeto de Sayão de chegar a Belém do Pará não se realizou, tendo sido sua principal obra no período 37-45 a ligação entre Anápolis e a CNAG (hoje município de Ceres)*” (DINIZ, 1993:184-185).
18. O mesmo é válido para o preâmbulo da administração Dutra. Essa gestão, embora distinta sob inúmeros aspectos do regime predecessor, também reservou certa abertura para o surgimento de estudos direcionados para uma melhor fundamentação da tomada de providências da parte do governo para contornar a falibilidade de suas medidas concretas relativamente às intenções iniciais do programa “Marcha para o Oeste”. Voltaremos a essa questão oportunamente.

19. Demarcamos intencionalmente essa indicação nessa altura da exposição sem aprofundá-la, tendo em vista resgatar suas implicações oportunamente para o caso dos trabalhos de Orlando Valverde e, sobretudo, Leo Waibel. MONTEIRO (1980:12-13) chamou atenção para esse fato, discorrendo que: *“Embora sob a influência direta desses mestres europeus seria injusto afastar da formação geográfica desse período, a contribuição indireta que, dentro do panorama cultural de então, estudiosos brasileiros ofereceram à nossa formação. Desse período destacam-se contribuições fundamentais, por meio de obras respeitadas (e exaltadas inclusive pelos próprios mestres europeus), como as de Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Sérgio Milliet, Arthur Ramos, dentre outros.”*
20. Este último, diferentemente do primeiro, não trabalhou exclusivamente para o IBGE, mas também lecionou, tendo sido um dos principais articuladores do envio de geógrafos brasileiros para a França no pós-guerra para fins de aperfeiçoamento. Isso ocorreu logo do restabelecimento dos serviços culturais franceses por sua embaixada a partir de 1946 atingindo tanto geógrafos do Rio de Janeiro quanto os de São Paulo (MONTEIRO, 1980:16). Apenas para citar alguns exemplos relativos ao IBGE, esse foi o caso de Miguel Alves de Lima, Pedro Pinchas Geiger, Elza Keller, Miriam Mesquita e Hédio Xavier César. A partir de 1947, universidades e laboratórios de estudos de cidades francesas como Paris, Grenoble, Estrasburgo, Montpellier, Toulouse, Lyon e Bordeaux passaram a receber geógrafos brasileiros, cujo aprendizado de métodos e técnicas se processava na universidade ou nos estágios do IBGE, geralmente indicados pelos professores Francis Ruellan e Michel Rochefort. Sobretudo para os quadros ibegeanos, no pós-guerra esses foram os principais elos de consolidação de uma tradição de pensamento francês na Geografia brasileira, cuja predominância como é conhecido marcou profundamente os geógrafos que ingressaram na instituição entre 1938-1968. Um tratamento minucioso sobre a questão pode ser encontrado no capítulo 3 do trabalho de ALMEIDA (2000).
21. Valverde se refere aos encontros semanais realizados na cidade do Rio de Janeiro sob os auspícios do IBGE e que contaram com a participação de geógrafos e mesmo profissionais de diversas áreas para o debate sobre assuntos considerados à época de relevância geográfica. De fato, antes de seu contato com Leo Waibel, na primeira metade dos anos quarenta, ele freqüentou essas reuniões algumas vezes. Um exemplo comprobatório dessa afluência são os comentários constantes da “Nonagésima Tertúlia, realizada em 19 de dezembro de 1944”, publicados no *Boletim Geográfico* do IBGE de janeiro de 1945, nos quais, entre outros, os nomes e intervenções de Orlando Valverde e Francis Ruellan foram registrados a respeito do quadro físico do estado do Paraná (IBGE, 1945:1563).
22. Embora evitando entrar em detalhes, na mesma entrevista (ADAS, 2001) Valverde comentou algumas razões de sua inimizade com o geógrafo Speridião Faissol, assunto este que, em tom resolutivo e impermeável, preferiu não adentrar em pormenores.
23. O uso dessa expressão é propositado visando, ao menos, referir-se ao caso de Orlando Valverde. Na ocasião em que colhemos o depoimento do professor na cidade do Rio de Janeiro, em 2001, quando indagado se houvera em sua trajetória de pesquisador do IBGE coação ou qualquer direcionamento para a escolha de seus temas de pesquisa ou áreas de excursão, sua resposta foi negativa.
24. Afora a proeminência do aspecto ressaltado sobre o qual ademais recairá maior ênfase na abordagem reservada para o capítulo 7, especialmente reportando-se ao caso de Waibel outros interesses convergentes alimentados entre ele e a direção do CNG parecem ter emoldurado quer sua vinda como também suas atividades no Brasil. Conforme aponta ALMEIDA (2000:114), ao final da Segunda Guerra Mundial, à semelhança do que ocorria na América do Norte, os estudos de habitat rural e núcleos de população realizados no país atenderam as preocupações do governo brasileiro com relação a uma possível leva migratória de europeus. Esse contexto, seja dito de passagem, combinado com a deflagração

e solidificação da transição política brasileira, desempenhou importante papel na confecção da maioria dos trabalhos do geógrafo alemão e dos geógrafos brasileiros que com ele trabalharam ombro a ombro. Somente a título ilustrativo, a repercussão desse contexto pode ser sentida num artigo de Waibel que em breve merecerá maior atenção e que se tornou clássico, intitulado “Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil” (1949), no qual a perspectiva morfológica da escola alemã é notória. Para o geógrafo estrangeiro, num só lance conciliando sua visão eurocêntrica com as demandas nacionalistas então figurantes no ideal cívico ibegeano: “A colonização é o problema mais fundamental do Brasil; dela depende o futuro do Brasil como potência mundial e o futuro dos trópicos como habitat para o homem branco. O problema da colonização é, naturalmente, muito complexo e o seu estudo interessa muitas ciências. Não há dúvida, porém, que dentre elas a Geografia desempenha ou deveria desempenhar, um papel importante. O nosso modo de encarar a situação é espacial: onde há ainda terra disponível para expansão do povoamento? De que espécie é a terra? Quanta gente ela sustentaria? Qual será a melhor maneira de usar a terra?” (Waibel; *Apud* BERNARDES, 1952:75-76).

25. Esses polimentos lançados ante o progressivo distanciamento que Valverde operou relativamente ao geógrafo francês são inspirados nas considerações de MONTEIRO (1980:12), quando dissertou a respeito de Waibel e Ruellan: “O confronto entre a atuação dos dois mostrará diferenças fundamentais e mesmo opostas. O primeiro [Ruellan] foi de atuação mais ampla, abrangendo uma geração de estudantes universitários e técnicos do Conselho Nacional de Geografia. O segundo [Waibel] teve um contato mais seletivo, dirigido apenas à cúpula dos geógrafos do C.N.G. Ruellan, malgrado já possuir o seu grau de ‘doctorat d’Etat’ [sic] no seu país, vinha desenvolvendo sua carreira no exterior, no Japão (de onde saíra seu objeto de tese) e em Cuba. Waibel já era um renomado mestre universitário na Alemanha, com projeção internacional. Ruellan foi um grande incrementador da geografia pelo entusiasmo que soube infundir nos seus alunos geralmente atraindo-os através de um interesse inicialmente voltado aos estudos históricos. Suas atividades paralelas no C.N.G. e outros órgãos estatais brasileiros fizeram dele também um grande agenciador de empregos para os seus alunos, recrutados inicialmente para compor equipes de pesquisa por ele dirigida. A atuação de Waibel, diretamente afetando um número reduzido, pôde contudo marcar sensivelmente a geografia brasileira sobretudo na metodologia dos estudos agrários. Segundo a tradição alemã de valorização do teórico defendeu entre nós von Thünen, num momento em que a teorização estava em baixa. Seus estudos sobre as áreas de colonização européia no sul do Brasil para ele apenas completaram uma produção já extensa e famosa na Alemanha, África, Antilhas e Estados Unidos. De certo modo foram o coroamento de uma carreira que se iria findar não muito após o seu retorno aos Estados Unidos e à sua pátria. Ruellan, embora exercendo uma influência eclética especialmente no treinamento de geógrafos, teve sua produção pessoal mais dirigida à geomorfologia. Suas múltiplas atividades respondem, contudo, pela relativamente reduzida obra publicada entre nós onde a ‘Evolução Geomorfológica da Baía de Guanabara e regiões circunvizinhas’ (1949) e os ‘Dobramentos de Fundo’ (1953) são as obras capitais. De regresso à sua pátria, novas solicitações despertaram seu entusiasmo e dispersaram seus interesses, desviando-o de produzir algum trabalho sobre o Brasil que se esperava de uma permanência de dezesseis anos. Numa época em que o trabalho de campo e observação direta da natureza era condição essencial à Geografia, a influência de ambos nesse setor foi considerável. Nesse campo também, a atuação dos dois foi bem distinta. Ruellan, quase um diretor de massas, desenvolvia seu trabalho sob disciplina militar, onde os ensinamentos eram transmitidos hierarquicamente, do mestre através dos ‘chefes de grupo’. Waibel, atuando junto a uma elite, preocupava-se com o treinamento de uma observação objetiva e profundamente atenta aos fatos do campo, complementando-as pela ordenação sistemática e discussões interpretativas muito cuidadosas, em seminários.”

26. No entanto, apesar desses esforços conjuntos, iniciam-se crises no núcleo governamental de planejamento, primeiramente no caso da localização da futura capital. Crise essa que ficou mais ou menos circunscrita aos muros do próprio CNG, mas que, possivelmente, tenha dado subsídios para uma outra, muito mais forte e de graves conseqüências para o órgão no início dos anos cinquenta. Voltaremos ao assunto, oportunamente, no capítulo 8.
27. É oportuno registrar os comentários de Speridião Faissol sobre a visão que Waibel detinha da questão aludida. Referindo-se ao grupo por ele coordenado, considerou: *“O propósito deste grupo era descobrir qual seria a posição relativa mais adequada, associada à existência de sítios favoráveis. O Waibel tinha trazido da África a experiência de localizações urbanas, pequenas vilas etc... Preocupava-se com a existência de bacias de recepção de água, as quais procurávamos. Mas creio que o Waibel não imaginava, às vezes, que se tratava do sítio da capital do Brasil e não de uma cidade a mais no interior do país. A excursão era organizada de uma forma curiosa, o Fábio [de Macedo Soares Guimarães] era o responsável, a maior autoridade no Conselho de Geografia, mas Waibel não admitia que alguém dissesse o que fazer. Ele marcava todo mundo, não era fácil! Comentava com a gente, discutia, fazia reuniões. A idéia fundamental era, para ele, a posição da nova capital, que deveria ser mista, ao mesmo tempo de apoio ao pólo de desenvolvimento brasileiro e de projeção sobre a área não povoada. Mas não podia sair do pólo, não podia ser no ‘meio do deserto’. Concluiu-se pelo Triângulo Mineiro como melhor posição e fez-se o relatório.”* (PÓVOA NETO & RUA, 1996:60).
28. Em janeiro-março de 1948, a *Revista Brasileira de Geografia* publicou o artigo de Waibel intitulado “A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra: sua aplicação na Costa Rica”. Nesse trabalho, o geógrafo estrangeiro asseverou que a colonização constituía o problema central do Brasil daqueles dias chamando a atenção para o fato que, embora fosse assim, em torno dele não se encontrava *“acôrdo nem conformidade com referência aos princípios e à política que deveriam ser aplicados no povoamento das vastas áreas inabitadas do país”* (WAIBEL, 1948:3). Mostrando-se preocupado com essa lacuna nos estudos geográficos do período, ressaltou os aspectos da colonização sobre os quais os geógrafos deveriam verter sua contribuição de modo a subsidiar tanto o debate da opinião pública quanto as decisões do governo a respeito da questão. Conforme registrou, esses profissionais deveriam se concentrar em responder quais seriam as regiões e áreas mais indicadas para o povoamento e, em segundo lugar, qual o tipo de aproveitamento da terra que nelas poderia ser adotado. Deixou claro que o primeiro problema pertencia à geografia física (topografia, vegetação, condições do solo, clima etc.) e careciam de estudos pormenorizados antes de se dar início a qualquer “plano de colonização”. O segundo, por sua vez, consistia num problema de geografia econômica e de economia agrária: segundo ele, *“o aproveitamento da terra depende não só de condições físicas, mas também de fatores políticos, econômicos e sociais, e, acima de tudo, dos transportes e da distância das áreas de colonização aos mercados e ao litoral”* (Idem ibidem). Como se nota, sem contrariar os fundamentos do parecer que havia relatado à *Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil*, Waibel afirmou ainda que *“no Brasil, talvez mais do que em outro qualquer país do mundo, a distância entre as áreas de produção e os centros de consumo (ou exportação) é um fato cujo significado não é possível exagerar. Em torno do problema da distância gravitam muitos outros, e qualquer concepção ou teoria sobre o mesmo deve ser recebida com interesse no Brasil e carinhosamente estudada por estadistas e técnicos em economia rural e em geografia econômica”* (Idem ibidem). Passados alguns meses desde a publicação dessas idéias, a mesma revista publicou em seu número de junho-setembro outro escrito do geógrafo, “A vegetação e o uso da terra no Planalto Central”. Nele Waibel exprimiu contenda sobre a afirmação então largamente aceita no Brasil de que os campos serviriam unicamente para a pecuária e somente as áreas de mata poderiam ser usadas para a atividade agrícola. Para ele, tal assertiva representava um dogma não somente controvertido como também nefasto, pois nem era possível aceitá-lo cientificamente nem ele teria

influenciado beneficemente o povoamento e a estrutura econômica e sócio-política brasileira até aquele momento. O geógrafo estrangeiro, de acordo com suas pesquisas a respeito e suas preocupações mais amplas atinentes ao povoamento, posicionou-se a favor de franca defesa do uso das terras de campos também para a agricultura, parecer esse que, na época, representava a possibilidade de incorporação de 50% das terras disponíveis à prática agrícola. Aliás, conforme aponta ETGES (2000:128), as constatações que realizou em Carambeí (PR) em seu estudo “Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil” (1949) cumpriram papel essencial para a solidificação dessa convicção do geógrafo durante sua estadia brasileira.

29. Posteriormente, em 1961, esse artigo foi reproduzido no número 164 do *Boletim Geográfico* (pp. 612-617).
30. Cristóvão Leite de Castro, à época Secretário Geral do CNG, empunhou as argumentações acerca da questão no campo intermediário entre o técnico e o político. Já as discussões em âmbito técnico ficaram a cargo de Fábio de Macedo Soares Guimarães em artigos na *Revista Brasileira de Geografia* (GUIMARÃES, 1949). O debate técnico foi comentado em suas linhas gerais por Speridão Faissol na entrevista que concedeu à *Revista GEO UERJ* (PÓVOA NETO & RUA, 1996:59-61), sobretudo no tocante às questões entre decisões de Geografia Econômica e as argumentações geodésicas e geopolíticas.
31. Nas palavras de Leo Waibel: “*Os fatores humanos mereceram ali muito pouca ou nenhuma consideração, e aí está, sem dúvida, o mérito da Segunda Expedição Geográfica, que aplicou os princípios da geografia humana ao problema da futura capital. Se há um determinismo geográfico em algum dos dois relatórios, êle está no da Comissão Cruls e não no nosso! Nestas circunstâncias, a observação do senhor presidente de que ‘mesmo êsse (o nosso) relatório confirma e completa os dizeres essenciais do relatório da Comissão Cruls’ é para mim completamente desprovida de sentido.*” (WAIBEL, 1961:614).
32. Acerca da questão, Waibel manifestou-se nos seguintes termos: “*Mais uma vez êle errou; o que eu não quero é rebaixar o meu padrão profissional ao nível de um geopolítico! Para os geógrafos alemães a palavra Geopolitik tem sabor amargo. A geopolítica é aquela pseudo-ciência que é largamente responsável pela catástrofe da Alemanha atual (...)*” E prosseguiu: “*O grande problema é: qual a diferença entre a Geopolitik de Rudolf Kjellén e a Politische Geographie de Friedrich Ratzel? Esta pergunta nunca foi respondida satisfatoriamente.*” (WAIBEL, 1961:614-615). No capítulo 4 será possível entrever as razões dessa ojeriza que Waibel manifestou acerca do pensamento geopolítico na Alemanha recorrendo-se aos fundamentos e filiações metodológicas de sua obra.
33. Em verdade, numa visão de conjunto da obra de Orlando Valverde para além do estudo mencionado, a partir dele os efeitos da adoção seminal desses pressupostos de método se estenderam ao enfoque que concedeu à caracterização do uso da terra adotando a classificação dos sistemas agrícolas nesse momento afeito à problemática do povoamento e, mais tarde, já na década de 1960, sobre o objeto de estudo da Geografia Agrária. Tal fato, por si mesmo, já seria suficiente para validar a opção que ora fazemos em agudizar a atenção sobre esse trabalho do geógrafo, passando a analisá-lo com mais vagar nos capítulos seguintes. Não obstante a conveniência desse caminho pelo motivo indicado, trilhá-lo também é oportuno uma vez que possibilita descortinar o significado e adequação que seus aportes de método assumiram tanto sob a perspectiva político-econômica interna e externa quanto em face da ambiência geográfica relativos ao período 1946-1951. Para ambos os casos, é preciso levar na devida conta que o país e seus aparatos públicos estiveram atrelados às prerrogativas do governo do General Eurico Gaspar Dutra sem que isso tenha representado, todavia, uma ruptura inquestionável com certas questões que já haviam sido colocadas no regime anterior. Sendo assim, como será delineado adiante, uma incursão mesmo que sucinta sobre essas conjunturas é não somente oportuna como também

necessária para que seja possível realçar com mais propriedade as respostas que lhe foram dadas pela Geografia brasileira e, conseqüentemente, o significado que os métodos encampados por Valverde assumiram frente as demandas específicas relativas aos dois contextos políticos mencionados.

## CAPÍTULO 4

1. Por ordem de publicação, os três trabalhos mais importantes do geógrafo aos quais nos referimos são: JAMES, Preston Everett. “O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil”, in *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1. n.4, p. 70-84, out./dez.1939; “A Bacia do São Francisco: um sertão brasileiro”, in *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 11, n.1, p. 119-122, jan./mar.1949; e, finalmente, “Tipos de uso da terra no nordeste do Brasil”, in *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 18, n. 156, p. 353-377, maio/jun. 1960 (Transcrição de *Annals of the Association of American Geographers*, v. 43, n. 2, Jun.1953).
2. JONES, Clarence Field. “A Fazenda Miranda em Mato Grosso”, in *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 12, n.3, p. 353-370, jul./set.1950 e v. 12, n. 4, p. 587-588, out./dez.,1950.
3. BERNARDES, Nilo. “A colonização no Município de Santa Rosa (RS)”, in *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v.12, n. 3, p.383-392, jul./set. 1950.
4. No mesmo período, no que concerne à publicação de trabalhos demonstrando a relevância do temário colonização e imigração nos principais meios de divulgação do IBGE, somente a título de exemplo vale destacar: BECHIMOL, Samuel. “O aproveitamento das terras incultas e a fixação do homem ao solo”, in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 42, setembro 1946, 17 pp.; BITTENCOURT, Angelo. “Povoamento e fixação demográfica e o Estado do Amazonas”, in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 46, janeiro 1947, 8 pp.; BUENO, Coimbra. “I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização”, in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 75, junho 1949, 5 pp.; NEIVA, Arthur Hehl. “Aspectos geográficos da imigração e colonização do Brasil”, in Separata da *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, ano IX, julho 1946, 21 pp.; RIOS, José Arthur. “O imigrante e o problema da terra”, in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 76, julho 1949, 7 pp.; WAGEMANN, Ernest. *A Colonização Alemão no Espírito Santo*. IBGE, 1949, 104 pp.
5. RONDON, Frederico, Ten. Cel. “Colonização Nacional, Magno Problema Brasileiro”, in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 46, janeiro 1947, 11 pp.
6. “Durante quase três anos, eu e um grupo de jovens geógrafos brasileiros vimos estudando a colonização do Brasil no gabinete e no campo. Sou especialmente grato a ORLANDO VALVERDE, que me acompanhou em tôdas as minhas excursões e muito contribuiu para o êxito do meu trabalho (...)” (WAIBEL, 1988:203-204).
7. Mais tarde, na entrevista concedida por ele a BUSS *et alli* (1991:236), o geógrafo comentou: “Nós recebemos de Waibel a capacidade de fazer pesquisa sozinho, e fazer sobretudo pesquisa de reconhecimento.”

8. Nisso, ademais, não se conhece nenhum vestígio de que tenham enviado trabalhos para a conferência.
9. Tal característica já foi devidamente sublinhada no capítulo 2 do trabalho ora apresentado.
10. MOARES (1983:93-99) oferece uma análise sintética e clara sobre as transformações da sociedade brasileira no período correlacionadas com as mudanças operadas no interior da Geografia Tradicional como forma de se adequar às novas exigências político-sociais.
11. *“A Geografia, até as décadas de 1930 e 1940, apresentava uma divisão dual acentuada: Física e Humana. Nos aspectos humanos, a prioridade era dada aos estudos econômicos que tinham, na agricultura, o interesse principal. A hegemonia da agricultura fez com que não houvesse necessidade de definir um campo de estudo específico. O papel prioritário desempenhado pela atividade agrícola, no período, colocou-a como temática principal dos trabalhos”* (FERREIRA, 2002:29).
12. Os efeitos dessa atitude teórica poderão ser constatados no capítulo 10 na tipologia acerca do uso da terra que Waibel estabeleceu quando analisou a colonização européia no Sul do Brasil. Cabe assinalar que Valverde, tendo adotado a mesma classificação, também compartilhou do esquema do evolucionismo linear subjacente ao pensamento de Waibel sob a forma do historicismo romântico e positivista sobre o qual dissertou CAPEL (1981:315) no capítulo XI de sua obra, intitulado *“El historicismo y la geografía”*. Isso se impôs mais pronunciadamente nos escritos do geógrafo publicados entre final da década de 1940 ao início dos anos sessenta. De fato, ao longo desse período, com relação aos sistemas agrícolas, compartilhou da visão waiberiana segundo a qual certas etapas deveriam se suceder no tempo para se poder chegar a um estágio de desenvolvimento ideal cunhado como *“progresso”*. ETGES (2000), nas páginas 17, 147 e 207 de seu trabalho tratou em pormenores esse pressuposto teórico que açambarcou a produção geográfica dos dois autores, ressaltando, ainda, que ele tenha sido o principal responsável pela desconsideração da forma contraditória por intermédio da qual o capitalismo vinha se desenvolvendo na agricultura brasileira. Podemos complementar, aliás, que essa perspectiva, não resta dúvida, firmou-se como bastante adequada para aqueles que desenvolviam uma geografia a serviço do Estado, pois esteve respaldada ainda na conhecida neutralidade científica apregoada à Geografia nesse período. A esse respeito, SILVA (1996:172) bem sintetiza: *“O que se visualiza, até o momento (anos 50), na prática é a reverberação da concepção de Geografia no Brasil como uma leitura científica da realidade que vê a sociedade brasileira de forma naturalizada e principalmente tendendo ao equilíbrio, em que os geógrafos levantavam e organizavam os dados da melhor maneira possível, isto é, dentro das técnicas mais refinadas e entendidas como distanciadas das vitais questões políticas, expressas pela neutralidade do discurso.”*
13. Um tratamento mais acurado sobre a questão encontra-se no capítulo 5 do presente trabalho.
14. Em depoimento à PÓVOA NETO & RUA (1996:58), Speridião Faissol comentou sobre a geografia do período: *“A francesa era tida como a cultura humanista, conhecimento profundo, mas positivista no sentido de que a realidade existia, independente do observador, e era preciso achá-la no campo. Por isso a tradição de trabalho de campo se tornou muito forte. Teorização naquele tempo era sobre os princípios da Geografia, métodos etc. O grande método era o estudo de caso, pois raramente se pensava em fazer generalizações fora da Geografia Física e, mais propriamente, da Geomorfologia. Nos Estados Unidos, a Geografia era voltada para problemas específicos. Aí é um pouco a minha interpretação. Depois da Guerra, o desenvolvimento dos EUA e Europa Ocidental teve influência na formação dos geógrafos. Não era mais a formação para conhecer a Geografia e sim para usar dentro do ponto de vista da utilidade para o governo, para o país.”*



15. Conforme aponta MORAES (1988:129-131), a discussão acerca de padrões e modelos, característica sem dúvida proeminente em Waibel, bem se ajustava aos objetivos mencionados. Salienta o estudioso que mesmo as abordagens francesas de maior aplicabilidade tiveram no CNG e no IBGE veículos de sua assimilação, sendo interessante observar a presença de especialistas franceses notadamente da área de Geografia Física. Com efeito, quando se volta os olhos para as traduções realizadas por Orlando Valverde no período, notória são aquelas dedicadas aos textos de Leo Waibel e Jean Tricart, o que corrobora a avaliação do geógrafo paulista. Se antes de 1946 é incontestável a prevalência de traduções de textos de Pierre Deffontaines pelo geógrafo carioca, a partir desse período aquelas dedicadas aos trabalhos desses dois outros autores superaram em número as anteriormente dedicadas ao seu primeiro professor. Entre 1947 e 1949, Orlando Valverde traduziu textos originais do inglês de Leo Waibel e do francês de Jean Tricart. São os seguintes: 1. WAIBEL, Leo. “Uma viagem de reconhecimento ao Sul de Goiás”, in *RBG*, IX, n. 3, jul-set. 1947, pp. 313-340; 2. WAIBEL, Leo. “A vegetação e o uso da terra no Planalto Central”, in *RBG*, X, n. 3, jul-set. 1948, pp. 335-380; 3. WAIBEL, Leo. “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil”, in *RBG*, XI, n. 2, abr.-jun. 1949, pp. 159-216; 4. TRICART, Jean. “O relevo de cuevas”, in *Bol. Geogr.* VII, n. 80, nov. 1949, pp. 885-896, n. 81, dez. 1949, pp. 1002-1035. Após 1950, outros textos que mereceram o mesmo tratamento foram: 1. WAIBEL, Leo. “Determinismo geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital)”, in *Bol. Geogr.*, ano XIX, n. 164, set.-out. 1961, pp. 612-617; 2. TRICART, Jean. “O karst das vizinhanças setentrionais de Belo Horizonte”, in *RBG*, XVIII, n. 4, out.-dez. 1956, pp. 451-468; 3. TRICART, Jean. “Tipos de planícies aluviais e de leitos fluviais na Amazônia brasileira”, in *RBG*, ano 39, n. 2, abr.-jun. 1977, pp. 3-40. Textos de autoria de outros geógrafos nos dois períodos aqui considerados podem ser consultados no *Curriculum Vitae* de Orlando Valverde (ver Anexo 1).
16. Com os trabalhos de Waibel no Brasil, corporifica-se a influência, ainda que indireta, da escola alemã de Geografia, principalmente através de Alfred Hettner (1859-1941), seu professor em Heidelberg onde lecionou entre 1898-1928. Fato conhecido, a escola alemã exerceu significativa influência na geografia norte-americana adentrando a formação científica e as linhas de pesquisa de alguns de seus mais importantes professores que, mais tarde, disseminaram suas idéias entre os geógrafos brasileiros que foram discípulos de mestres alemães. Essa procedência intelectual mereceu a análise de WEST (1990) no capítulo introdutório de sua obra *Pioneers of Modern Geography: translations pertaining to german geographers of the late nineteenth and early twentieth centuries*. Entre os geógrafos norte-americanos influenciados por alguns geógrafos alemães estiveram Carl Sauer, Richard Hartshorne e Preston James que, por sua vez, sorveram metodologicamente alguns geógrafos brasileiros que, ao fim e ao cabo, tornaram-se líderes em suas áreas de pesquisa. Hilgard O'Reily Stermberg, por exemplo, professor da Universidade do Brasil e fundador do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB) manteve fortes relações com Sauer em Berkeley e, Jorge Zarur ao lado de Fábio de Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde, assistiram aos cursos de Geografia Regional de Hartshorne e Leo Waibel na Universidade de Wisconsin; Speridião Faissol, por sua vez, trabalhou inicialmente com Waibel no Brasil, mas, posteriormente, dele se distanciou ao estabelecer relações mais estreitas em Syracuse com Preston James com o qual, no início dos anos cinquenta, percorreu o interior do Brasil realizando estudos sobre colonização (ALMEIDA, 2000:115).
17. Embora não faça essa afirmação explicitamente, na malha argumentativa que fundamenta sua exposição sobre as correntes historicistas da Geografia na passagem do século XIX para o início do XX, CAPEL (1981:349) sem dúvida a autoriza quando, após dissertar sobre as características das propostas de geógrafos alemães que discutiam o conceito de paisagem, irrompe com a seguinte consideração: “*En la obra de Leo Weibel (1888-1951) la preocupación por el paisaje se formula, sobre todo, en términos de paisajes económicos: ‘toda área habitada – escribió – posee su tipo peculiar de economía. A este corresponde un paisaje económico particular que está determinado por el carácter de la forma de explotación*”

econômica (*Betriebsform*) y el objeto de la producción'. *Cada tipo de economia (Wirtschaftsform) da lugar a un tipo determinado de paisage econômico.*"

18. A obra de Otto Schlüter citada intitula-se *Die Ziele der Geographie des Menschen* (München/Berlin, Oldenbourg, 1906). Já no caso do trabalho de Waibel referenciado, trata-se do *Die Sierra Madre de Chiapas*, in *Verhandl.u.wiss. Abh. Dt. Geographentag Karlsruhe 1927*, editado por E. Fels, Breslau: F. Hirt, pp. 87-98. Nessa altura, certos elementos merecem ser aqui disponibilizados, pois são fundamentais para aclarar certas relações e afirmações que doravante aparecem em nosso texto. Buscando sanar a lacuna de exposição que nos seria inapropriada tratar no corpo-de-texto, pois nos desviaria muito das questões mais relevantes nele discutidas e também em função de não ser o nosso objeto de estudo, importa aqui considerar que Waibel era tributário de uma linhagem geográfica alemã que já acumulava significativas formulações desde o século XIX e que, na passagem das décadas de 1920 e 1930, se envolveu em acirrados debates metodológicos cuja confrontação dividiu os adeptos da Geografia da Paisagem e da Paisagem Cultural *versus* os defensores da Geopolítica e da Geografia Regional.

Sem pretender circunscrever esse assunto em sua totalidade e apenas voltando os olhos para os protagonistas teóricos mais afeitos à Waibel, compete esclarecer que ele legou à Valverde uma reformulação própria do conceito de paisagem a partir das reflexões que conduziu a partir de uma tradição específica. Em vista dessa associação, ETGES (2000), por exemplo, considera que entre os conceitos da contribuição de Waibel à Geografia Agrária, os de *paisagem cultural* reformulado pelo pesquisador e o de *formação econômica* despontaram como principais ao lado dos de *colonização* e *uso da terra*. Esses pilares, sem dúvida, também se firmaram como essenciais na produção geográfica valverdiana, colocando-o como herdeiro das reformulações que Waibel tingiu frente à tradição geográfica do qual provinha.

Os dois primeiros conceitos aludidos pela pesquisadora corresponderam às fases africana e européia da produção científica deste último, enquanto os dois últimos procederam da fase norte-americana. Com relação ao primeiro – a paisagem cultural –, a reformulação nele perpetrada por Waibel remete ao contexto das discussões geográficas da década de 1920 na Alemanha, especialmente no que diz respeito à concepção da *paisagem*, onde a participação dos homens e da sociedade passou a ser contemplada enquanto objeto de pesquisa. Amparados nas ciências da natureza, os trabalhos analíticos passaram a incorporar a problemática sócio-econômica. Em verdade, no transcurso dessa trajetória, Otto Schlüter, discípulo de Ritter, foi o primeiro a se manifestar claramente acerca da Geografia enquanto uma ciência das paisagens (*Landschaftskunde*) em sua aula inaugural em Munique, em 1906. Explicitamente manifestando uma reação contra uma Geografia estritamente corológica presente tanto nas formulações de Hettner como naquelas de seus seguidores e, sobretudo, posicionando-se contra uma derivação determinista das causalidades lineares de Ratzel, Schlüter parece ter se voltado para os princípios iniciais da disciplina seja com relação ao sentido da morfologia de Humboldt seja à uma visão holista de Ritter. Uma de suas orientações básicas para um estudo de cunho geográfico pautava-se no parecer de que era necessário partir de uma descrição fisionômica aplicada aos elementos da natureza e aos elementos provenientes da cultura que, quando combinados, davam origem a uma totalidade correspondente à paisagem. Para tanto, argumentou a favor da utilidade de uma *percepção imediata das formas sensíveis do ambiente*. A paisagem era considerada por ele enquanto o impacto total de uma área nos sentidos do observador, incluindo fenômenos invisíveis como temperatura e vento, tendo nela ainda incluído o homem. Nesse ponto, CLAVAL (1964:99), ao discorrer sobre as obras significativas do período sobre a Geografia nos moldes da *Landschaftskunde*, identificou claramente a influência que essa visão exerceu sobre N. Krebs que, na década de 1920, analisou a noção de paisagem em sua obra *Natur und Kulturlandschaft* (1923). Aliás, sobre a tradição geográfica comentada, ao se estabelecer essa noção onde os *aspectos observáveis*

(aparência uniforme) determinam uma região enquanto realidade concreta, BEROUTCHACHVILI & ROUGERIE (1991:30) consideraram que essa orientação já era renunciada pela Escola de Würzburg de Psicologia, baseada na teoria da *Gestalt* e, portanto, no valor da percepção como procedimento necessário para uma apreensão do conjunto das formas. Ao recomendar aos geógrafos para olharem primeiro para as coisas que se encontram na superfície da Terra e que podem ser percebidas através dos sentidos e totalmente através de suas percepções, Schlüter compreendeu que *as forças físicas e as ações humanas se conjugavam para modelar a realidade observável*, encaminhamento que o conduziu a analisar o ambiente e a sociedade sem embarcar na insolúvel questão do determinismo (CLAVAL, 1984:35). Já com relação à definição corológica da Geografia, o geógrafo objetou contra ela aceitando antes de tudo a paisagem como a matéria em questão na Geografia, ao passo que a mesma se tornava capaz de oferecer uma definição lógica para a disciplina, elevando-a a um estatuto científico semelhante às outras ciências. A seu ver, o *conteúdo não material da área* - instituições econômicas, organização política, crenças religiosas e até mesmo o levantamento estatístico do clima - não podia ser considerado como objeto primeiro da Geografia podendo, contudo, ser introduzido para explicar a paisagem. Assim sendo, em síntese, importa saber que contrariamente às formulações que lhe foram predecessoras, Schlüter conferiu muita ênfase na utilização de um *método geográfico-histórico na análise da paisagem*. Semelhantemente a Alfred Hettner, o precursor da *Landschaftkunde* manifestou uma preocupação com as características da face da Terra no sentido de “diferenciação das áreas”, tendo reconhecido a existência de diferentes tipos de área na Terra distingüidas por aquilo que se encontra no entorno e que apresentam certos graus de homogeneidade que poderiam ser definidas através da *análise específica das áreas*. No entanto, enquanto Hettner conferiu especial ênfase na Terra física, Schlüter visou uma análise das relações das características físicas ou naturais apenas na medida em que conferiam à região sua aparência distinta. Essas considerações resultaram, por sua vez, na postulação afirmada por ele acerca da distinção entre uma paisagem existente antes das grandes mudanças introduzidas pelo homem (*Urlandschaft*) e aquela criada pela cultura e presença humanas (*Kulturlandschaft*), tendo ainda estabelecido que a análise da seqüência dessas mudanças constituía-se na tarefa máxima da Geografia. Imbuído dessa preocupação, como manifestação ou aplicação dessas noções, Schlüter chegou a reconstituir a *Urlandschaft* da Europa Central onde, baseando-se nas descrições de geógrafos anteriores (principalmente gregos e romanos), restabeleceu um esquadramento dos assentamentos que teriam começado em 500 a.C. Assim sendo, distanciando-se de uma concepção estritamente naturalística que se constituía como característica marcante da Geografia desde o seu surgimento enquanto um corpo de saber mais ou menos organizado, Schlüter terminou por oferecer novos encaminhamentos ou diretrizes para a metodologia geográfica ao propor uma justificativa aos estudos de caráter histórico sobre a configuração das paisagens. No entanto, suas orientações somente foram desenvolvidas e aperfeiçoadas por outros geógrafos que, paulatinamente, firmaram a *Kulturlandschaft* como eixo condutor que deu origem a uma variedade de novas contribuições. Entre elas, destacou-se a de Siegfried Passarge.

Talvez, uma das formulações que mais aproxima este último de Otto Schlüter seja a concepção de que a *Landschaft* deve ser vista como um conjunto de elementos inter-relacionados, tanto de natureza física como humana. Contudo, a terminologia adotada por Passarge identificou o conceito de *Landschaft* a um “sistema espacial” que, a seu ver, encerrava a noção de *tipo*. Essa noção instituiu a necessidade de se estabelecer a análise focalizando-se os limites que podiam ser considerados em torno da área ocupada por um tipo, sendo este considerado enquanto um evento tomado como exemplo de uma classe ou grupo através de suas características comuns. Além disso, é importante salientar que Passarge contribuiu tanto para o estudo da *Landschaft* como área pequena como também área global, o que manifestou uma preocupação geográfica na medida em que se tratou do estudo de um fenômeno inserindo-o dentro de diversas escalas. Assim como Humboldt, Passarge conferiu ênfase na vegetação em escala global como indicador da extensão dos

tipos de paisagem, havendo demonstrado esse ponto de vista claramente em sua obra de 1923, intitulada *Landschaftsgürtel der Erde*. Afora isso, defendia o estudo de campo e empreendeu viagens à Argélia, Venezuela e Kalahari (1904) a fim de colocar em marcha o seu método. Os desdobramentos dessa linhagem aqui tão somente esboçada repercutiram também em outros avanços frente à tradição e que, como é de largo reconhecimento, foram encetados pela Geografia Cultural preconizada por Carl Sauer.

Apesar de encerrar várias especificidades no que tange tanto a metodologia geográfica quanto a temática dos estudos realizados, pode-se afirmar que algumas orientações da Geografia Cultural de Carl Sauer surgiram com O. Schlüter e S. Passarge na Alemanha do início do século com o desenvolvimento das postulações da *Kulturlandschaft*. Conforme procurou-se esboçar anteriormente, ainda que de forma sucinta, a Geografia cultural alemã considerava as paisagens como um conhecimento específico que serviria para diferenciá-la das outras ciências. A paisagem sendo entendida enquanto uma unidade espacial definida em termos formais, funcionais e genéticos constituía-se sua principal formulação para proporcionar um estatuto científico à Geografia frente às demais ciências. Na década de 1920, a versão mais sofisticada de análise desta unidade espacial encontrava-se formulada nas propostas de Schlüter que conferiam privilegiada posição ao estudo morfológico da paisagem. Via Sauer essa orientação passou a ser divulgada e aperfeiçoada tendo, posteriormente, implicado o desenvolvimento de outras contribuições hoje conhecidas ou costumeiramente designadas como Geografia Humanista, assunto cujos delineamentos foram devidamente estudados por HOLZER (1992), com fartas citações e análises a respeito.

O que cabe salientar é o fato de que Waibel, distintamente de Sauer, embora nutrindo-se na mesma tradição, paulatinamente tomou caminho diverso. Arregimentando-a com o campo específico da Geografia Econômica a partir de autores como Von Thünen e Christaller, empreendeu sua reformulação aderindo à incorporação de princípios e modelos sócio-econômicos em suas pesquisas geográficas. Nesse movimento teórico, passou a orientar-se para análises sistemáticas no campo da Geografia Econômica, especialmente no que diz respeito ao espaço agrário. Nos debates atinentes à Geografia da Paisagem (*Landschaftskunde*), a contribuição do geógrafo alemão consistiu em destacar o papel dos homens na formação da *paisagem cultural*, conceito este que, conforme é possível perceber, tinha a sua origem nas pesquisas sobre paisagem no início do século. Na Geografia Agrária, a *paisagem cultural* era entendida por Waibel como resultante dos usos da terra praticados pelos agricultores, isto é, do tipo de cultivos, técnicas utilizadas, estradas e instalações, aspectos determinados pela *formação econômica*. A seu turno, esse conceito surgiu pela primeira vez na obra de Waibel em 1927, no trabalho sobre a Sierra Madre de Chiapas e, a partir de então, firmou-se como uma de suas concepções metodológicas mais importantes. Segundo Waibel, analogamente a uma formação vegetal, uma *paisagem econômica contínua* pode ser denominada formação econômica. Geralmente, a agricultura emprega para estas unidades econômicas, quer extensas ou reduzidas, a denominação de “zonas” e fala, assim, de uma zona de hortaliças, triticultora ou de laticínios. Trata-se, portanto, de formações econômicas, ou de paisagens econômicas contínuas. Para identificá-las, para Waibel a observação no campo era considerada indispensável.

19. Os capítulos 5 e 6 se ocuparão desses desdobramentos interpretativos.
20. É a presença pronunciada de todos os procedimentos de método há pouco mencionados que permite avaliar a mudança de rumos nos trabalhos valverdianos a partir do contato com o mestre alemão. Sua validade sustenta-se mesmo quando se constata a permanência no trabalho em pauta de certos “lugares comuns” que evidenciam um relativo lastro de continuidade com os escritos predecessores. De fato, é inegável que em alguns de seus trechos Valverde manteve-se conceitualmente alinhado com a corrente francesa de sua formação geográfica inicial, não tendo deixado de empregar, por exemplo, noções utilizadas

nos trabalhos anteriores, tal como a de “gênero de vida”. Entrementes, imperou no trabalho uma readequação dessa herança em seu labor científico, fato que resultou, de um lado, da incorporação e utilização por Valverde de novas noções e terminologia sob a influência de Waibel. Assim, somente a título de exemplo, novos conceitos foram nele utilizados, tais como *tierra fria* e *tierra templada*, *strassendorf* e *waldhufendorf*, *umschlagplatz*, cuja procedência pode ser facilmente identificada nos escritos do geógrafo alemão. Os mesmos termos são largamente utilizados no trabalho de WAIBEL *A teoria de von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra: sua aplicação a Costa Rica* (1948). É o próprio Valverde quem define essas noções: ““Strassendorf” é um aglomerado de tipo linear (isto é, que se desenvolve ao longo de uma estrada. Esta estrada constitui a única rua do núcleo. Há vários tipos de Strassendörfer. Um deles é o Waldhufendorf (derivado de wald = floresta; hufen = faixas compridas de terra; dorf = núcleo de povoamento rural; isto é, um ‘aglomerado de lotes coloniais na mata’). Êle se caracteriza pelo fato de que as casas se espaçam com certa regularidade ao longo da estrada. Isto porque os lotes têm geralmente forma retangular, e as casas estão colocadas no meio da fachada de cada lote. O espaçamento das casas, que depende da largura dos lotes, dá em geral um tipo de povoamento disperso. (...) Outro tipo de Strassendorf (...) é a Strassendorf irregular. Neste, as casas ficam mais cerradas umas às outras e a estrada, que pelo menos originalmente é um simples caminho carroçável, tem traçado irregular. A Strassendorf irregular é um produto do agrupamento espontâneo (...)” (VALVERDE, 1948:12). Com relação à noção de Umschlagplatz, complementa o geógrafo: “A este tipo funcional de cidades, os geógrafos de língua alemã denominam Umschlagplatz, que significa ‘ponto de mudança de meio de transporte’.” (VALVERDE, 1948:12).

21. O trecho em questão é o seguinte: “A influência norte-americana menos clara não é desprezível. Em Hartshorne (1939) já se fazia sentir os ecos de suas preocupações sobre a ‘essência’ da Geografia. A abordagem de James Preston (*An Outline or Geography*) sobre os gêneros de vida nas grandes paisagens vegetais do globo é sobretudo sensível no Rio (Josué de Castro)” (MONTEIRO, 1980:14-15).
22. “Essa idéia já presente nas preocupações de Hartshorne sobre a natureza da Geografia está bem esclarecida num famoso estudo de E. A. Ackerman, onde é exaltada a necessidade imediata de incentivar o método sistemático (... ‘estamos num estágio da evolução da Geografia em que se deve dar ênfase aos métodos sistemáticos no treinamento e na pesquisa’ é o fecho conclusivo do ensaio)” (Idem *Ibidem*, 14-15).
23. No que concerne especificamente ao campo de análise das matrizes do pensamento geográfico, um dos mais importantes trabalhos a respeito é o artigo de BERNARDES (1982a) sobre as principais características do que se convencionou chamar de *pensamento geográfico tradicional*. O autor enfocou as principais correntes de pensamento geográfico tanto na Alemanha quanto na França e Estados Unidos sob um viés de análise que privilegiou alguns dos principais problemas epistemológicos atravessados pela tradição na primeira metade do século XX. Nele, inclusive, foram discutidas questões controversas como a luta entre as concepções deterministas *versus* o enfoque possibilista no meio geográfico europeu e norte-americano sem negligenciar suas conseqüências no Brasil. O autor discorreu ainda sobre a questão do conceito de corologia (arranjo e variação de um fenômeno no espaço) em relação ao conceito de cronologia (variação de um fenômeno no tempo) na tradição científica alemã de Immanuel Kant (1724-1804) e seus efeitos nos trabalhos de Ferdinand von Richthofen (1833-1905), Alfred Hettner (1859-1941) e Albert Penk (1859-1945). Analisou também, em suas últimas linhas, o conceito de região em suas diversas concepções, demonstrando como ele esteve envolto novamente na dicotomia físico-humana que resultou ordenando grupos diferentes de regiões tais como *região natural e região humana ou cultural*.

24. Mais especificamente, o resgate e o aprimoramento de Alfred Hettner operado por Richard Hartshorne (LENCIONI, 1999:128) - ambos fundamentando-se no neokantismo de Rickert e Windelband e não mais no positivismo de Augusto Comte tal como as geografias de Ratzel e Vidal de La Blache.
25. “*O caráter específico da Geografia (...) consiste em sua preocupação com as combinações integradas de fenômenos inter-relacionados espacialmente, inter-relacionados no mesmo lugar e inter-relacionados através do espaço com os fenômenos de outras áreas*” (HARTSHORNE, 1969:51).
26. Conforme apontou Hartshorne em seu estudo capital, em 1898 Hettner expôs seu parecer de que a Geografia deveria ter como objetivo o conhecimento das áreas da Terra na medida em que elas diferiam umas das outras. Entendendo que o homem está incluído como parte integrante da natureza de uma área (*Landesnatur*), compreendeu que a pura descrição dos fenômenos deveria ser substituída, em todos os ramos da Geografia, pela busca das causas. Em 1905, Hettner assim havia esboçado sua concepção sobre a Geografia: “*Ciência corológica da Terra ou a ciência das áreas e lugares terrestres em termos de suas diferenças e de suas relações espaciais*”, ou ainda, “*ciência da superfície da Terra em termos de suas diferenças regionais*”, procurando aclarar o que denominava como “caráter das áreas”.

Para Hartshorne, Hettner teria inspirado tal postulação na medida em que utilizou-se do termo *verschieden* que pode ser traduzido como “diferente” ou “variável”, ao invés de “similaridade” ou “diferenças”. Somando-se a isso, os *dois tipos ou espécies de conexões ou relações causais entre fenômenos da Geografia*, segundo Hettner, apontaram na seguinte direção: a) as relações mútuas que existem entre diferentes fenômenos, num mesmo lugar; b) ou em diferentes lugares que, neste caso, envolvem movimentos de uma área para outra fazendo-se necessário inventariar de modo explicativo as interconexões de lugares através de elementos como animais, água e ar, substâncias sólidas. Não obstante o elemento humano também tenha sido inserido por Hartshorne no escopo do conceito de “variação espacial ou diferenças entre áreas” hettneriano, suas relações foram por ele denominadas segundo outra terminologia. Para o geógrafo norte-americano, fisiologia ou “relações funcionais” representavam, dentro de uma orientação de Carl Ritter retomada por Alfred Hettner, os aspectos humanos.

Nessa retomada do pensamento de Hettner, as “variações” ainda podem ser vistas sobre outros dois prismas: variações de características estáticas, isto é, pertencentes ou presentes numa mesma área que são denominadas de *formas*; e variações de características de movimento, quer na mesma área, quer entre ela e outra, sendo denominadas de *funções*. Disso resultou o estabelecimento de dois tipos de regiões identificáveis na metodologia proposta por Hartshorne. A primeira delas foi designada como *região formal* ou *uniforme*, correspondendo àquela em que toda área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados. Por outro lado, obteve-se a *região funcional* ou *modal*, onde a unidade é conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área-núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais.

De acordo com a interpretação de Hartshorne, o estudo comparativo de tais áreas permitiria à Geografia utilizar-se de métodos similares aos das ciências experimentais, nas quais certos fatores são controlados e mantidos constantes, enquanto outros variam. Não obstante, dado ser o ponto de vista geográfico essencialmente global, em sua preocupação de analisar o caráter dos lugares, o mesmo difere qualitativamente do critério de uma ciência sistemática que, por sua vez, confere demasiada ênfase à análise de uma categoria particular de fenômenos. Dessa forma, conforme salientou Hartshorne, “*o propósito específico da Geografia consiste em buscar a compreensão do caráter variável das áreas*,

*em termos de todos os aspectos inter-relacionados, que constituem, em sua expressão de conjunto, exatamente esse caráter variável” (HARTSHORNE, 1969:26).*

Todavia, tal postulação não exime a Geografia de buscar a descrição e interpretação de seu objeto sem que se proceda de forma ordenada e racional a apreensão do caráter variável da superfície da Terra. Compreende-se, assim, que a busca de um estatuto científico da Geografia torna-se distinto na medida em que a disciplina geográfica é vista enquanto uma síntese das demais ciências sistemáticas, que tem por propósito uma explicação precisa e rigorosa da superfície terrestre.

Mas se isso, por um lado, esboça uma primeira orientação acerca da ciência geográfica, ao mesmo tempo implica na definição dos componentes inseridos na própria definição afim de se atingir uma maior inteligibilidade. Nesses termos, Hartshorne indagou para o que poderíamos entender pela expressão “superfície da Terra”. Eis então que se segue o terceiro capítulo de sua obra na busca de se explicitar o sentido que a expressão adquiriu ao longo da tradição geográfica.

Segundo o autor, em 1883, Richthofen havia oferecido uma formulação clássica sobre esse problema, ampliando o conceito de *Erdkunde* tratado por Humboldt e Ritter, e até mesmo por Kant em seus cursos de Geografia Física na cidade Königsberg. Ora, argumentou, que seja então a Geografia uma ciência de síntese que procura integrar uma diversidade de fenômenos heterogêneos visando uma compreensão da *Erdkunde*. Caberia se perguntar, entretanto, se esse modo de proceder é próprio ou peculiar à disciplina afim de melhor compreendê-la frente as demais. Se considera-se a variedade de fenômenos estudados pelos geógrafos, essa indagação adquire uma maior importância para que se faça um esforço por elucidá-la.

Nesse viés de reflexão, Hartshorne atentou para o fato de que a Geografia, apesar de apresentar acentuado contraste com os chamados “setores sistemáticos”, nem por isso pode ser deles separada. Ou seja, os geógrafos os consideram como “parte integrante do seu campo de estudos”, inserindo-os em suas matérias complementares (idéia essa, aliás, já preconizada e observada por Varenus). Como se posicionaram os diversos estudiosos da tradição frente a esse problema? Conforme salientou Hartshorne, Ritter não só acreditava que a heterogeneidade dos fenômenos deveria ser aceita num campo de estudo tal como a Geografia, bem como que tal aspecto se apresentava como a acentuada característica essencial da Geografia.

Na perspectiva de análise assumida por Hartshorne, diante desses impasses os conceitos de “região” e “paisagem” teriam sido desenvolvidos e defendidos por alguns geógrafos na esperança de dotar a Geografia de um objeto mais restrito. Contudo, ao se ver, não seria através de uma tentativa de limitação da diversidade de fenômenos susceptíveis de serem abordados pela Geografia que a mesma se tornaria apta para adquirir seu estatuto e fundamento. Ao contrário, a interpretação das relações entre os fenômenos exigia, no seu entender, a *compreensão do caráter dos diversos fenômenos*, cujas inter-relações se estendem através do espaço.

Dessa forma, conforme assinalamos anteriormente, visto se constituir numa preocupação básica da Geografia não só a descrição e inventário dos diversos fenômenos mas também o estabelecimento e busca de explicações dos mesmos, é preciso esclarecer que para Hartshorne a descoberta das relações intercausais deveria ser empreendida em três níveis elementares: tratava-se de lidar com o *orgânico*, *inorgânico* e aquilo que o geógrafo do Midle-West chamou de *superorgânico* ou *cultural*. Segundo seu parecer, convinha lembrar, entretanto, que a especificidade da ciência geográfica se fortaleceria na medida em que se conscientizasse que o estudo particular ou sistemático das ciências, a seu turno, não oferecia um critério para que se descrevesse ou explicasse de maneira sintética a integração

dessa diversidade de fenômenos afim de se estabelecer o caráter total das áreas. Sendo assim, chegou-se à postulação de que à Geografia caberia a tarefa de estudar fenômenos de *ilimitada diversidade*, segundo inter-relações da maior variedade.

No intuito de melhor sustentar essa posição, Hartshorne retomou a concepção de Humboldt segundo a qual não só a História Humana como também a História da Terra e de todos os seres vivos se assemelhavam à Geografia nesse particular mais do que as outras ciências. No que tange as ciências sistemáticas, asseverou que elas apresentam um grau de heterogeneidade limitado sendo o grau de integração apenas parcial, o que faz com que não atinjam a característica sintética possível e desejável na Geografia. Com relação a esse aspecto, assim procede Hartshorne: “(...) *a superfície da Terra não tem paralelo, no tocante aos nossos conhecimentos, pois é um objeto que consiste em integrações formadas por uma grande diversidade de fenômenos inanimados, biológicos e sociais, variando de lugar a lugar, com inter-relações significantes*”. E concluiu afirmando: “*por conseguinte, a meta da Geografia, a compreensão da superfície da Terra, abrange a análise e a síntese de integrações compostas de fenômenos inter-relacionados do mais alto grau de heterogeneidade, pertencentes talvez a todos os campos da ciência*” (HARTSHORNE, 1969:48).

27. Mas, paralelamente a essas considerações acerca do método geográfico, Hartshorne expôs um viés ou idéia complementar atinente à importância de que os estudos realizados pelos geógrafos, ao analisarem quaisquer que sejam os aspectos da superfície da Terra, não incorresse no erro de uma negligência frente aos fatores de *significância direta para o homem*. Retomando a crítica ao determinismo empreendida por Ottö Schlüter, Hartshorne conferiu grande importância ao que chamou de “morada” do homem.

Com relação à dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, o geógrafo norte-americano foi enfático: asseverou que através dela teria ocorrido a introdução de vários elementos desfavoráveis ao progresso das pesquisas. À maneira de Hettner, Hartshorne salientou a necessidade em se ponderar o fato de que a realidade não distingue entre o “humano” e o “natural” (HARTSHORNE, 1969:69). Ao tecer críticas ao determinismo, indagou sobre o grau em que as atividades do homem são determinadas pelo meio, opondo-se aos “partidários do condicionamento mesológico”. Ao seu ver: “(...) *na realidade, todos os geógrafos, quaisquer que sejam suas convicções, reconhecem que não poderíamos, de maneira alguma, explicar as escolhas e os atos do homem exclusivamente em termos de relações com o meio natural (...) povos diferentes, em meios idênticos, podem comportar-se de maneira diversa*” (HARTSHORNE, 1969:77). Aliás, nesse ponto da discussão, Hartshorne indica sua concordância com Carl Sauer no que se refere ao método geográfico. Ambos afirmaram que o determinismo somente poderia adquirir força tendo-se em vista o estatuto científico diante do meio positivista. Afora isso, cumpre que se analise, contrariamente às orientações deterministas, em primeiro lugar os processos humanos e sociais, tal como se faz nas Ciências Sociais, antes de se pensar em relações advindas da natureza. Segundo esses autores, somente procedendo-se dessa forma seria possível traspor a falta de possibilidades de progresso inerentes ao método determinista fazendo com que a Geografia se desenvolvesse de forma satisfatória.

28. A diferenciação e comparação entre áreas firmou-se como uma característica marcante ao longo de toda a produção valverdiana. Apenas para fundamentar essa afirmação, poderíamos ilustrá-la com um trecho recolhido do escrito *Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá*, publicado em 1972, no qual Valverde escreveu: “*Também ao sul de Corumbá, a distâncias inferiores a 50 km, elevam-se as referidas serras, de Urucum, Santa Cruz e Albuquerque, cujos pontos culminantes alcançam mais de mil metros. Esses terrenos acidentados não se prestam para a agricultura; devem ser conservados como reservas florestais. Além da exploração mineral, só é aconselhável o aproveitamento das serras para o plantio de madeiras de lei nas matas, e a construção de*



*moradias de lazer nos campos de altitude. O maciço de Urucum poderia desempenhar para a classe abastada de Corumbá o mesmo papel que a Serra do Mar (com Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo) em relação à mesma classe do Rio de Janeiro” (VALVERDE, 1972:132). Embora seja assim, o autor apenas teceu uma referência direta sobre a importância deste postulado para a geografia num escrito posterior, publicado em 1977, intitulado *Recursos naturais e o equilíbrio das estruturas regionais*, ocasião na qual explicitou a filiação alemã desse traço de sua obra, correlacionando-a com suas leituras da obra de Pierre George, autor que a partir dos anos sessenta se fez cada vez mais presente nas reflexões do autor. Em suas palavras: “O geógrafo alemão Alfred Hettner definiu como objetivo fundamental da Geografia ‘o estudo da diferenciação regional da superfície da Terra’. Esse estudo não se restringe a descrever os diferentes lugares da Terra, mas procura explicar as causas dessas diferenças. Esclarecer como interagem fatos e fenômenos, numa mesma região, certamente não constitui todo o escopo da Geografia; mas aquele em que o enfoque desta ciência se apresenta puro, sem que jamais possa ser disputado por qualquer outro ramo do saber. Com a simplicidade e precisão cartesianas que caracterizam o pensamento francês, Pierre George define a Geografia como o ‘estudo da organização do espaço regional’. Numa região desabitada, essa organização dependerá exclusivamente do equilíbrio entre fenômenos físico-químicos e biológicos; numa área povoada deverão entrar também componentes econômico-sociais, certamente os de maior relevância. Frisa P. George, a propósito, o caráter antropocêntrico da ciência geográfica.” (1977b:12).*

Com efeito, a partir da Segunda Guerra Mundial, a tradição vidaliana passa a ser sistematicamente questionada pela chamada Geografia Social, que se difundia na França e era liderada por Pierre George. Enquanto a Geografia Humana Clássica se preocupava em estudar os grupos humanos em seus assentamentos e organizações, segundo as noções de *habitat* e população (ao invés de sociedade), a Geografia Social de George que também pode ser designada como Geografia Econômica ou Ativa, estava empenhada no estudo da produção, transporte e comunicações. Esse aspecto encontra-se analisado por LENCIONI (1999:140-141 e 143). GEIGER (1988:72-75) referenda adequadamente os aportes teóricos da Geografia Econômica de Pierre George que acabaram relativizando o peso do naturalismo inerente ao possibilismo vidaliano, demonstrando como a nova orientação francesa, somada ao papel desempenhado por Waibel na Geografia Brasileira, representaria o início da superação da Geografia Física pela Geografia Humana. FERREIRA (1998:55), por sua vez, salienta que a década de 1960 ainda manterá características teórico-metodológicas das décadas anteriores, mas será somente no seu transcurso que a tendência a uma abordagem social começa a se fazer presente nos estudos geográficos, definindo paulatinamente a chamada Geografia Social que contará, entre suas contribuições, com os estudos com suporte teórico e metodológico marxista.

29. A recorrência com a qual Valverde se utilizou desses e outros parâmetros investigativos constitutivos do legado de Waibel para além do estudo sobre as áreas meridionais de colonização, transpondo sua aplicação para além do início dos anos cinquenta, permitiu a aderência como de uma “marca” em seu contributo (não isenta de certo teor depreciativo), identificando-o como um adepto da chamada Geografia Tradicional que passaria a sofrer diversas críticas a partir do movimento de renovação da disciplina ocorrido a partir do final dos anos 1970. O caso mais expressivo de contestação dos “núcleos duros” de seu fazer geográfico que jamais o abandonaram e que foram lavrados junto ao convívio e aprendizado com Waibel encontra-se corporeificado na tese de doutorado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, intitulada *Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen*, defendida em 1978 no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, ocasião aliás que contou com Orlando Valverde como um dos membros da banca examinadora.

No quarto capítulo desse trabalho, “A ‘atualidade’ da ‘teoria’ de Von Thünen na Geografia”, as concepções valverdianas acerca da Geografia foram sobretudo criticadas. Isso vale para os posicionamentos que assumiu ancorado em Waibel e Hartshorne a respeito de seu entendimento enquanto um saber aspirante à totalidade, sua concordância com a afirmação de que ela constituía-se uma ciência de síntese na “charneira” das demais bem como a manutenção de sua visão espacialista da região. Esses pilares do fazer geográfico de Valverde foram analisados com veemência metodológica a partir dos aportes do materialismo histórico-dialético.

De acordo com esse registro de análise, certas idéias compartilhadas entre ele e os dois geógrafos estrangeiros sobre a natureza da Geografia mereceram decodificações no prumo de uma interpretação rigorosa metodologicamente, sobretudo dirigida aos fundamentos da geografia praticada por Waibel. Porém, ao nosso ver, apesar desse mérito, a análise em pauta não contou com grau suficiente de contextualização histórica dos escritos do autor ao menos no que diz respeito aos condicionantes que desempenharam forte influência nas opções desse caráter. Isso, em parte, devido simplesmente por não ter sido este o objetivo do estudo em questão.

Feita essa ressalva, ainda que brevemente, de qualquer modo convém registrar as ponderações de OLIVEIRA (1978) sobre esses traços uma vez que reportam certas características do método valverdiano que foram até aqui discutidas.

De maneira sucinta, o estudioso empreendeu uma contextualização da incorporação dos princípios da Teoria de Von Thünen na obra de Orlando Valverde intitulada *Geografia Agrária do Brasil*, publicada em 1964. Foi nesse trecho de seu trabalho que ao comentar a metodologia da Geografia Agrária preconizada por Valverde, o autor bem identificou a necessidade por ele defendida para que o geógrafo incorporasse o estudo das influências econômicas como recurso auxiliar na interpretação da paisagem. Irretocável, salientou o crítico que a posição valverdiana a respeito do objeto desse ramo de pesquisas esteve ancorado nos estudos das paisagens ou, mais especificamente, no “*estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e da interpretação de suas causas*” (VALVERDE, 1964:21, citado inclusive por OLIVEIRA, 1978:426).

O estudioso ressaltou ainda que a aceitação desse enfoque por Valverde o conduziu à adesão de uma posição reconhecidamente espacialista, aliás levada às últimas conseqüências pelos adeptos da chamada “geografia teórica”, orientação, conforme teve por bem frisar, o geógrafo ibegeano jamais cogitou participar (OLIVEIRA, 1978:426), avaliação frente a qual não discordamos. Não obstante, isso não eximiu o crítico de considerar o que chamou de “desvio teórico muito sério” ou “choque teórico-metodológico” no labor valverdiano, qual seja o de haver tomado o espaço ou as diferenças espaciais como objeto da Geografia como recurso para lhe garantir um estatuto científico. A esse respeito, OLIVEIRA (1978:427) argumentou: “(...) *resta-nos dizer que se tomando o espaço como objeto da Geografia, ou melhor, as diferenças espaciais, parece-nos que se comete, a bem de se garantir um objeto à Geografia, um desvio teórico muito sério, que temos apontado e que continuaremos a apontar (...) Logo, uma concepção espacialista tem que ser compreendida no universo do discurso ideológico. Daí termos apontado na obra de Valverde um choque teórico e metodológico. Pois sabemos pelo seu trabalho que o mesmo encetou todo esforço no sentido de incorporar à análise a necessidade da compreensão da evolução histórica, das influências econômicas, das influências sociais, etc. Quer nos parecer que a procura da compreensão da totalidade por Valverde é uma verdade incontestável. Mas entre uma compreensão da totalidade (contraditória) com suporte teórico no materialismo histórico e suporte metodológico no materialismo dialético, e o instrumental teórico metodológico da Geografia, vai uma diferença fundamental.*”

No âmbito e limites deste trabalho, enveredar no detalhamento dessa questão não contribuiria para tornar sucinta a abordagem sobre os principais traços metodológicos e a visão regional contida na obra de Orlando Valverde, móvel interpretativo que buscamos respeitar. Por essa razão, não o faremos. O importante aqui é deixar claro que, de forma cumulativa e visceral, foram sem dúvida esses os marcos teórico-metodológicos apropriados no interior da produção valverdiana a partir do cruzamento operado por ele entre os pressupostos waiberianos e hartshornianos, ao menos entre fins da década de 1940 e início dos anos cinquenta e, posteriormente (justamente o período analisado por Oliveira), entre estes e os do materialismo histórico-dialético.

Atinente ao primeiro período, foi a partir das referências tratadas que o geógrafo ibegeano conferiu sentido e particularidade ao seu entendimento acerca da natureza e fins dos estudos regionais, delimitação importante para se compreender seu contributo nessa fase. Sendo assim, embora o “choque teórico-metodológico” e a “compreensão da totalidade (contraditória)” detectados por Oliveira quando discorreu sobre a “concepção espacialista” de Valverde possam ser considerados válidos para o segundo período, no caso do primeiro, a nosso ver, esse teor avaliativo não é recomendado uma vez que os aportes conceituais do registro de análise valorizados pelo geógrafo paulista ainda não haviam sido apropriados quer na obra valverdiana quer na ambiência geral da geografia praticada em sua época. Sendo assim, há que se fazer certa ponderação e relativização dos julgamentos endereçados à obra valverdiana por Oliveira, uma vez que suas avaliações são desfechadas sem considerar nem a particularidade e totalidade dos escritos do autor nem o momento no qual foram gestadas. Se essas ponderações suscitarem margem para uma relativização das críticas generalizantes tecidas à obra valverdiana que desembocam em considerá-la integralmente imersa num discurso contraditório, vamos de boa sombra. Ao menos assim alerta-se para a necessidade de compreendê-la na especificidade de suas partes.

Acreditamos que Oliveira desfechou sobre a obra valverdiana a qualidade de um discurso aparentemente contraditório e, por conseguinte, procurou demonstrar sua fragilidade uma vez que destoa de um referencial teórico que não era o seu e que somente a partir da década de 1960 iria começar a se antepor na cena das pesquisas geográficas. A nosso ver, cometeu-se, assim, no encaço de uma postura crítica senão de todo equivocada mas seguramente incompleta pelos motivos acima elucidados, uma interpretação nada rigorosa em termos históricos da obra do autor, descontextualizando-a sob o crivo de uma crítica que, não resta dúvida, estruturou-se cientificamente porque rebateu antigas e propôs outras ferramentas teóricas até então não hegemônicas no campo científico geográfico, mas cuja meta foi claramente política num contexto de apelos incipientes de democratização no país e de perguntas e engajamento a respeito de qual contribuição a geografia cumpriria nesse processo. No que tange às avaliações de OLIVEIRA (1978), portanto, após essa breve contextualização e referência às variáveis circundantes que compõem o nosso objeto de estudo, cabe dizer que tomar as diferenças espaciais como objeto da geografia, como o fez Valverde, antes de se constituir como afirmou o geógrafo paulista, num “desvio teórico muito sério”, permitiu ao geógrafo carioca estar consoante e coerente, sob o plano internalista do *continuum* de sua obra, com o desenvolvimento de sua ciência num momento datado em que ela se lhe apresentava ávida por reformulações capazes de contrabalançar o peso da influência francesa. Na verdade, utilizou-se disso para buscar, no bojo de seu desenvolvimento, desvincilhá-la de entraves próprios anteriores como, por exemplo, o determinismo, esforço este que, diante do emparelhamento dos fatores externos, também refletia o ideal de dotar a nação de um “sentido” próspero a ser perseguido, dotando-o de viabilidade ante aos impasses dualistas (arcaico/moderno; feudalismo/capitalismo; agrário/urbano) que passavam a se firmar com vigor nos horizontes intelectuais de seus contemporâneos.

Não foi outra também a razão da incorporação da teoria de Von Thünen na obra de Valverde a partir do estudo sobre as áreas de colonização antiga do Rio Grande do Sul.

Adentrar na forma de apropriação desse referencial que o mesmo percorreu sem dúvida exige avançar no elucidamento das questões até aqui apresentadas (é o que faremos doravante no corpo-de-texto deste trabalho).

Por último, vale ressaltar que as considerações até aqui apresentadas não visam fazer a apologia de Valverde, mas tão somente discordar de uma análise que, embora não reste dúvidas, apresenta-se rigorosa em termos metodológicos, não referencia por outro lado os condicionantes contextuais que cercaram a sua produção geográfica. Em síntese, se esse conhecimento não atingiu a crítica social tal como a Geografia Crítica começou a operar a partir dos fins da década de 1970 e 1980 é porque se inseriu numa geração que já encetava um grande esforço para romper com outros obstáculos teóricos que não ofereciam margens à visão de transformação da nação e da sociedade brasileiras e que em nada fica a dever em termos de inovação diante de sua sucessora quando entrevista em sua historicidade. Isso a despeito dos posicionamentos políticos ensejados pela apropriação desses referenciais metodológicos. Isso é deveras válido quando se considera, especificamente, a particularidade da trajetória de Valverde na passagem dos anos quarenta para os cinquenta. É no encaixe desse prisma de análise que somos levados a ponderar, embora não discordando, acerca do parecer de que a obra valverdiana comporta um “choque teórico-metodológico” ou mesmo um “desvio teórico muito sério”, procurando indicar a necessidade em se evitar sua generalização para todo o percurso intelectual de Orlando Valverde. Contudo, nessa seara é preciso registrar que uma atitude mais ponderada de Oliveira frente a crítica que dirigiu a Valverde neste trabalho de 1978 foi mais tarde redimensionada, adotando uma postura mais compreensiva diante da contribuição do geógrafo carioca quando afirma em publicação de 1996, ao comentar paralelamente a produção de Manuel Correia de Andrade e Pasquale Petrone: *“Foram nessas e outras obras, que nós geógrafos do final da década de 60 bebemos o saber geográfico produzido. E, talvez, aí esteja a raiz da contradição que levou hoje essa geração a colocar em questão toda a produção geográfica. Talvez esteja aí a origem de certas ingenuidades e os pontos fracos de várias críticas, às vezes rudes, até com os próprios mestres. Entretanto, entendemos que tudo isso foi próprio desse tempo, da urgência e da grande velocidade das transformações sociais a que temos estado submetidos. É fundamental também lembrar que o final da década de 60 foi rico em crises, quer no nível nacional, quer no nível internacional. E como produto dessa crise a que ninguém ficou imune, procurou-se avançar em direção a uma posição mais crítica na geografia agrária brasileira, frente à questão agrária.”* (OLIVEIRA, 1996:10).

30. Pode-se afirmar que o emprego da teoria de Von Thünen nos trabalhos científicos de Orlando Valverde ocorreu em dois momentos distintos, ambos tributários das orientações metodológicas adquiridas junto a Leo Waibel. O primeiro deles se estendeu entre 1948 ao início da década de 1970, período no qual a utilização desse modelo de interpretação mostrou-se incipiente, ou seja, pouco difundido, tendo sido o geógrafo um dos primeiros a incorporá-lo nas pesquisas geográficas brasileiras em virtude de sua filiação metodológica estreita e direta com Waibel. O segundo, marcadamente circunscrito aos anos setenta, pode ser delimitado em função dos desdobramentos dessa herança, cuja continuidade foi efetivada pelo próprio geógrafo, tendo passado adiante os ensinamentos de seu mestre para outros profissionais que aplicaram o mesmo referencial teórico em estudos geográficos agrários. Na literatura atinente à geografia agrária brasileira, os escritos valverdianos do primeiro período são pouco mencionados, carecem de tratamento adequado com exceção daqueles surgidos na década de 1960, enquanto sobre aqueles produzidos no segundo encontram-se menções mais significativas. Para os dois casos, convém chamar a atenção para o fato de que o geógrafo ibegeano não incorporou o instrumental teórico em pauta sem ressalvas, antes tendo avaliado sua pertinência conforme a especificidade das realidades ou casos geográficos que pretendeu explicar. Além disso, vale apontar previamente que nos dois períodos o autor aplicou Von Thünen com a agregação simultânea de outros referenciais metodológicos, motivo responsável por certas incongruências ou “tensões” não

resolvidas no seu pensamento, sobretudo resultantes de uma atitude constante ao longo de sua trajetória, qual seja a de sempre haver buscado uma conciliação entre antigos e novos aportes metodológicos que marcaram suas atividades profissionais.

31. A mesma questão apareceu em *Planalto meridional do Brasil*, Guia da Excursão nº 9 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro em 1957, trabalho este que pode ser considerado como um acúmulo das pesquisas realizadas pelo geógrafo até a data de sua publicação e no qual, ao discorrer sobre a colonização alemã no sul do Brasil, Valverde assim referendou a questão: “*Os padrões de uso da terra adotados pelos alemães têm uma lógica bastante coerente com a teoria de von Thünen. Junto da casa fica o potreiro, porque aí fica o seu gado, que requer maiores cuidados. De manhã, tira-o do estábulo e solta-o lá; à noite, recolhe-o. Se tudo estivesse afastado da casa, as viagens a pé seriam numerosas, muito o tempo perdido e, de noite, não seria possível velar pelas vacas e bezerras. A segunda faixa requer um pouco menos de cuidado; contudo, é preciso arar a terra, adubá-la, tratar enfim de uma área apreciável em cultivo. A última exige muito menos; geralmente só há trabalho nela nas épocas de colheita e do preparo das roças. A teoria de von Thünen se reproduz numa escala microgeográfica, dentro de uma propriedade.*” (VALVERDE, 1957:252).
32. Repercussão disso pode até mesmo ser observada na divisão estabelecida entre os itens do trabalho, onde não se dedica, como nos trabalhos anteriores, isto é, naqueles compreendidos entre 1942-1948, a primeira parte ao estudo dos fatores naturais ou físicos.
33. No primeiro capítulo do trabalho de TAVARES *et alli* (1972), intitulado “*Perspectiva Histórica da Colonização Dirigida*”, encontra-se uma identificação a respeito dos fatores aos quais os geógrafos do IBGE atribuíam os “sucessos” e “fracassos” das diversas experiências descritas em seus trabalhos sobre colonização. Ao lado disso, os pesquisadores do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) apresentam alguns conceitos por eles utilizados para medir o grau de sucesso. Entre os geógrafos do IBGE mencionados nesse trabalho, encontram-se: Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, Nilo Bernardes, Aluízio Capdeville Duarte e Armely Therezinha Maricato, Maria Rita da Silva Guimarães, Ariadne Soares Souto Maior, Manuel Maurício de Albuquerque, Antônio Teixeira Guerra, Ruth Magnanini e outros.
34. E abordando o problema do grande tempo despendido para a chegada das mercadorias da região até os principais centros urbanos do Sudeste do país, em virtude da estrada de ferro, VALVERDE (1948:36) comentou: “*A melhor solução para êsse problema foi encontrada com a recente construção de boas estradas de rodagem, que colocaram Caxias do Sul a duas horas e meia de Pôrto Alegre, a três dias de São Paulo e a quatro do Rio.*”
35. Outro trecho que ilustra a questão é o seguinte: “*(...) A lenha do eucalipto é vendida como combustível para a estrada de ferro. Esta é, pois, a grande responsável por essa transformação da paisagem. Mas a influência da ferrovia não se limita a isso. (...) a estrada de ferro possibilitou a difusão de pequenos centros industriais (...)*” (VALVERDE, 1948:40). Na página 43 do mesmo escrito, Valverde atribuiu ao “sistema agrícola” de caráter primitivo o isolamento cultural causado pela escassez de comunicações (transportes). Tal assertiva, ao nosso ver, converge com o ideário de integração territorial ou das regiões brasileiras do período do governo Eurico Gaspar Dutra, que nesse sentido representou uma continuação das políticas iniciadas por Vargas. O trecho também poderia dizer algo a respeito de uma “preocupação implícita” do autor, influenciado pelos desígnios atribuídos ao IBGE e do período anterior do qual certamente estava informado, em averiguar as conseqüências das políticas empreendidas durante Vargas e suas possíveis insuficiências para serem aprimoradas.

36. Não obstante, desde o início é importante ressaltar que a teoria de von Thünen nem sempre será adequada para o nosso autor levar adiante suas análises de certos casos específicos, como procuraremos demonstrar. Ou seja, Valverde não operou uma aplicação acrítica dos pressupostos desse modelo teórico, mas antes procurou averiguar sua pertinência frente às realidades analisadas, mantendo-se também aqui fiel aos ensinamentos do mestre alemão, que insistia sempre na necessidade de adequar a teoria aos fatos e não o contrário. De igual importância é a consideração que a aplicação do modelo de von Thünen em vários dos estudos do geógrafo deve ser compreendida à luz de seus esforços por combater os postulados deterministas ratzelianos e também prestando-lhe auxílio em sua tarefa planificadora.
37. Uma vez frisado esse enquadramento interpretativo, convém esclarecer que várias obras no campo dos estudos geográficos agrários no Brasil utilizaram o modelo de Von Thünen como suporte teórico ao longo da trajetória de constituição dessa área específica de conhecimento em nosso meio. Não obstante, não é nossa intenção arrolar como isso se efetivou, pois esse trabalho já foi adequadamente realizado em outros estudos (ver FERREIRA, 1998:219 e, particularmente, ETGES, 2000:155-196). De qualquer modo, conforme já foi mencionado, não resta dúvidas de que Orlando Valverde contribuiu para isso, tendo participado ativamente da formação científica de alguns geógrafos que adotaram esse modelo de análise.
38. PEREIRA (1997) sustenta sua afirmação baseando-se no seguinte trecho da obra de Delgado de Carvalho, publicada pela primeira vez em 1933: “*As citações (...) que acima fiz, não me colocam, evidentemente em ‘escola’ alguma, mas me permitem tomar discretamente posição entre as duas correntes principais que ocupam o campo dos estudos da geografia humana.*” (CARVALHO, Carlos Delgado de. *Geografia humana, política e econômica*. 3ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, p. 12).
39. Uma visualização mais circunstanciada sobre o papel desempenhado tanto pelos professores e pesquisadores estrangeiros quanto pelas instituições de Geografia internacional nos métodos da Geografia brasileira pode ser obtida através do estudo de BERNARDES (1982b). Mantendo-se fiel a essa preocupação, o autor comenta as especialidades e as contribuições deixadas por profissionais como, entre outros, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Francis Ruellan, Leo Waibel, Pierre Gourou, Preston James, Pierre Danserau, Gottfried Pfeifer, Jean Tricart, Michel Rochefort, Jacqueline Beaujeu-Garnier, John P. Cole, Brian Berry e André Libaut. Contempla do mesmo modo, a importância da União Geográfica Internacional (UGI) e do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) no processo de consolidação da geografia no país. ALMEIDA (2000), por sua vez, realizou mais recentemente intento semelhante quando, no capítulo III de seu estudo, concedeu atenção a alguns desses profissionais.
40. O geógrafo carioca fez alusão aos deterministas em vários trechos de seus trabalhos da década de 1950, refletindo assim a ambiência de oposição que então imperava aos seus argumentos. Somente para ilustrar o tom com o qual deferiu suas observações a respeito, vale disponibilizar o seguinte trecho do artigo “Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais”, publicado em 1958 na *Revista Brasileira de Geografia*: “*Do ponto de vista físico, a região de Ubá é em tudo semelhante à de Leopoldina e Cataguases, mas do ponto de vista da atividade humana é tão diferente que levaria ao desespero um determinista.*” (VALVERDE, 1958:51).
41. Conforme sublinha ETGES (2000), em 1937, no livro *As áreas de matérias-primas da África Tropical*, WAIBEL havia tecido a seguinte consideração: “*Por último, as minhas exposições são muito mais historicamente sustentadas, do que usualmente acontece hoje nos trabalhos de Geografia Econômica. Isto decorre da convicção de que na realidade não podemos entender nenhum fenômeno da vida humana sem fazer referência ao seu percurso*

no tempo. Uma reflexão geográfica que tenta deduzir tudo do condicionamento natural permanece crua e presa à superfície. A Geografia dos homens, assim como a Geografia Física, não podem dispensar uma base histórica, na medida em que freqüentemente nisto encontram a definição da sua problemática. Isto já era conhecido por Ritter e seus alunos e praticado em suas obras; a Geografia da paisagem de hoje, no entanto, esqueceu este ensinamento fundamental, mesmo que sempre de novo muitos importantes geógrafos tenham feito referência ao significado de uma reflexão histórica.” A autora considera essa passagem de extrema valia, pois elucida a filiação de Waibel à corrente historicista que foi assimilada no interior do pensamento geográfico alemão que remonta à Ritter (ETGES, 2000:41-44).

42. Nos próprios escritos do autor, o indício dessa aproximação é encontrado no seguinte trecho onde, referindo-se à Waibel, observou: “No tratamento de questões de Geografia Econômica ou de Geografia Cultural, atribuía grande valor à evolução histórica dos fatos, à qual dava a denominação inglesa: ‘Historical approach’. Não foi sem razão, por conseguinte, que, nos últimos anos de sua permanência no Brasil dedicou a maior parte do tempo à leitura de obras básicas de historiadores, como Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, e cronistas antigos como Antonil.” (VALVERDE, 1968:80). E, segundo o próprio Waibel: “Peço licença ainda para mais uma observação sobre os livros de Geografia em geral, e os livros de Geografia do Brasil em particular; a maioria dos autores destas obras, refiro-me agora somente aos estrangeiros, contentam-se com o estudo da literatura geográfica no sentido limitado não dando a devida atenção à rica literatura histórica existente no país. Eu incidi no mesmo erro e só no último ano [1949] comecei a estudar obras históricas. Com isso, fiz uma descoberta surpreendente: que historiadores e sociólogos como CAPISTRANO DE ABREU, OLIVEIRA VIANA e CAIO PRADO JÚNIOR possuem uma extraordinária compreensão das inter-relações geográficas (...)” (WAIBEL, 1950:70). O resultado mais evidente da aproximação entre Waibel e os historiadores e sociólogos brasileiros pode ser observada no escrito inacabado, “As zonas pioneiras do Brasil” (in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, nº 4, outubro-dezembro de 1955, p. 3-36).
43. Nesse sentido, OLIVEIRA (1996:9), ao comentar o período em questão, teceu considerações sobre o compromisso com a transformação social que a partir de então passou a estar presente nas obras *Geografia Agrária do Brasil* (1964), de Orlando Valverde, e *A terra e o homem no Nordeste* (1964), de Manoel Correia de Andrade. Analisando a produção geográfica nesse período da história do país, o geógrafo paulistano discorreu sobre as novas perspectivas que passaram a influenciá-la oriundas das transformações sociais e políticas no pós-guerra. A esse respeito, referendou que “como sempre, nas crises da sociedade em geral, criou-se o espaço para que, sob o populismo, o debate político chegasse à geografia. E é óbvio que esta intervenção dos geógrafos foi sobre a questão agrária.”
44. Esse móvel de análise traduziu-se em tintas discursivas semelhantes às que se seguem: “O estudo da arregimentação do índio na economia ocidental e do povoamento do sul do Brasil pelos brancos e seus descendentes não obedecerá rigorosamente a uma seqüência cronológica dos fatos históricos. Tal método, aparentemente vantajoso, não daria ao leitor uma impressão geral sobre os rumos, planejados ou não, que orientaram as diferentes ondas povoadoras, nem uma visão clara sobre a estrutura econômica e social de cada uma delas. Isto só poderá ser conseguido através do estudo dos ciclos econômicos, os quais proporcionam uma compreensão ordenada dos fatos, facilitada pela circunstância de que eles não se superpõem no espaço, embora nos forcem, às vezes, a fazer retroagir a roda da História.” (VALVERDE, 1957:91)
45. A mesma observação é válida para outros aspectos que lhe interessaram quando buscou uma compreensão rigorosa sobre seu objeto de estudo como, ainda no artigo sobre o município de Corumbá, sua tentativa objetiva em compreender as origens de Nhecolândia, distrito de

Corumbá. É assim que lemos: “A fazenda Firme teve uma evolução fundiária mais curiosa. Ela se alongava pela margem do Taquari, sem alcançar a margem esquerda do Paraguai, pois aí se interpunham as terras da fazenda Palmeiras. Foi seu fundador, como vimos, gente da Jacobina, Joaquim José Gomes da Silva, que recebeu o título de barão de Vila Maria. Por ocasião da Guerra do Paraguai, em 1865, foi ele quem veio à corte para dar a notícia da invasão de Mato Grosso. Terminada a guerra, decidiu um de seus filhos restaurar a fazenda Firme. Chamava-se Joaquim Eugênio Gomes da Silva, mas tinha o apelido de Nheco. Seu entusiasmo transmitiu-se a vários outros membros da família, como Gabriel Patrício de Barros (cunhado), Francisco Gomes da Silva (primo), João Batista de Barros, Manoel Gomes da Silva e outros. Retornou esse ramo da grei de Jacobina à mesopotâmia Taquari-rio Negro e, por partilha sucessória, o velho latifúndio da fazenda Firme fracionou-se num grande número de fazendas, que constitui o cerne do distrito de Nhecolândia – nome dado como justa homenagem ao restaurador da fazenda, coração pastoril do município de Corumbá. Como a sociedade pastoril é tradicionalmente endogâmica, a maioria dos fazendeiros da Nhecolândia traz, até hoje, os sobrenomes de Gomes da Silva ou Barros.” (VALVERDE, 1972:107)

O mesmo se aplica para suas interrogações sobre a origem do gado e a pecuária primitiva na área analisada. A breve contextualização que realizou sobre a organização da economia pastoril na região de Corumbá, buscando sua explicação na história econômica, também demarcou o emprego desse pressuposto metodológico: “Para se compreender o súbito interesse de capitais platinos na pecuária pantaneira, é mister entender também a fase da história econômica por que passava o Rio da Prata. Na Argentina e no Uruguai instalaram-se, nesse período, que foi o da belle époque do imperialismo, grandes frigoríficos pertencentes a cartéis britânicos. A Argentina e, em menor escala, o Uruguai conheceram, nessa fase, um progresso extraordinário. Basta dizer que quase ao mesmo tempo (1909) que o Rio de Janeiro abria a primeira avenida larga – a Avenida Rio Branco – a capital portenha inaugurava seu metrô. Os capitalistas platinos, ligados a interesses ingleses, organizaram a economia pastoril dessa grande região, independentemente de fronteiras políticas, e se tornaram portanto profundos conhecedores da pecuária. Muitos se transferiram para o Pantanal e lá se radicaram. Como foi intensa a imigração italiana no Rio da Prata, naquele tempo, essa é a possível origem de vários sobrenomes italianos de famílias atuais do Pantanal. Por outro lado, os investimentos estrangeiros em latifúndios pastoris se explicam por exigirem estes relativamente pequeno capital, proporcionando lucro fácil, com mão-de-obra restrita e barata, havendo ainda, com o decorrer do tempo, valorização do imóvel.” (VALVERDE, 1972:114-115)

Pautando-se nos trechos apresentados, nota-se que o entendimento da paisagem requeria para Valverde, em consonância com Waibel, a “interpretação histórica”, ainda que tal procedimento estivesse acompanhado ou se manifestasse na forma de pormenores sobre o fracionamento fundiário responsável pelo surgimento de um aglomerado urbano. Mesmo num estudo para fins de planejamento, o autor colocou em prática o que havia enunciado em 1964, na parte metodológica do trabalho *Geografia Agrária do Brasil*, onde havia asseverado ser primordial realizar a “interpretação histórica” buscando, para o caso da geografia agrária, as causas do desaparecimento e surgimento de culturas. Isso, aliás, ao seu ver, é o que permitiria identificar a dinâmica das paisagens em áreas de economia de especulação. Nas suas próprias palavras: “Para se compreender uma paisagem é mister, muitas vezes, fazer o que os geógrafos ingleses chamam de ‘historical approach’, isto é, o estudo, a interpretação histórica. Frequentemente a cultura de um produto que desaparece vai influir sobre a de um outro que o sucede. Muitas vezes, a simples introdução de uma nova cultura sofre a influência de outra que já era praticada há mais tempo no mesmo lugar, sem que esta desapareça necessariamente. Isto é assaz comum em países novos como o Brasil, em que a economia de especulação gera tipos muito dinâmicos de paisagens.” (VALVERDE, 1964:29)



Uma última consideração a respeito do recurso à “interpretação histórica” operada por Valverde em consonância com os pressupostos legados por Waibel pode ser extraída do trecho acima referenciado. Convém notar que Valverde sustenta, em harmonia com o princípio de que a geografia deveria se aproximar da economia, que a geração de tipos de paisagens em países novos como o Brasil é em grande parte resultado da economia de especulação. Os pormenores que envolvem essa questão serão tratados em outro capítulo. No momento, convém abordar outro delineamento que esteve respaldado na influência metodológica de Waibel sobre os escritos valverdianos a partir do estudo de 1948 sobre a colonização estrangeira no Sul do Brasil.

## CAPÍTULO 5

1. FERREIRA (2002:35) adverte sobre a inadequação em se utilizar a denominação “geógrafo agrário” nesse período da Geografia brasileira. Considera precipitado designar tão nitidamente esse especialista até mesmo tomando-se como referência período posterior, isto é, o da década de 1950, pois o geógrafo, ao longo desse período e de uma forma geral, se denominava físico ou humano, podendo ainda identificar certa especificidade quanto ao tratamento conferido à Geografia Econômica. Salienta a pesquisadora que o geógrafo *“estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra em razão dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivo) e da população (hábitat, modo de vida). Essa é a Geografia Agrária da década de 1950: imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica.”*
2. A argamassa desses apelos, conforme tratado no Capítulo 1 do presente trabalho, transpareceu de forma contundente tanto no anúncio de Vargas referente à “Campanha Marcha para o Oeste” na passagem de 1937 para 1938 quanto no seu célebre discurso proferido em 1º de maio de 1941. O Capítulo 3, por outro lado e de forma complementar, tratou de estabelecer as relações entre o ideário expresso nessas ocasiões e a perenidade por ele adquirida nas atividades geográficas de Waibel e Valverde na segunda metade da década de 1940. Na altura atual de nosso texto, conferimos, assim, continuidade ao sentido mais amplo de nossa argumentação anteposta naqueles capítulos, desdobrando e aprofundando questões conforme as demandas de investigação requeridas pelo artigo valverdiano de 1948.
3. Passamos a conferir tratamento às idéias caiopradianas visando desprender, no capítulo seguinte, certas aproximações e distanciamentos entre elas e os escritos de Valverde (1948) e Waibel (1949) sobre colonização européia. Lança-se aqui, portanto, um feixe de explanação que seja capaz, ao fim e ao cabo, de descortinar um melhor entendimento sobre o trabalho do geógrafo brasileiro surgido ao final dos anos quarenta. Essa opção é oportuna diante da evidência concreta disponível sobre a penetração que as idéias de Caio Prado Júnior adquiriram em sua trajetória científica a partir desse momento. A elucidação desses laços, embora já indicada no capítulo 4, merecerá uma retomada no capítulo 6. Além desse esclarecimento, cabe uma observação complementar sobre o caminho interpretativo aqui apenas descerrado. É certo que na mesma época outros geógrafos paulistas, tal como Pasquale Petrone, também verteram estudos sobre o temário povoamento e que esse flanco comparativo igualmente ajudaria a iluminar as eventuais especificidades do caso valverdiano enquanto profissional do CNG. Muito embora assim seja, admitimos voluntariamente essa lacuna tendo em vista o escopo mais amplo de nosso trabalho, no qual nas décadas de 1950 e 1960 Valverde parece ter estado bastante atento às formulações de

Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré sobre a questão agrária brasileira. A interdição confessa daquela outra via interpretativa, portanto, descende de nossa opção em desde já estabelecer as bases para um fluxo de continuidade de autores ao longo do trabalho que, em primeiro plano, parecem ter exercido influência mais pronunciada sobre as idéias e posturas valorativas de Orlando Valverde.

4. Esse aspecto merecerá atenção no Apêndice II de nosso trabalho, cabendo por ora tão somente indicá-lo da seguinte forma: “*De fato, a Constituição de 1934 estabeleceu uma quota de entrada de imigrantes, posteriormente reiterada pela Constituição de 1937. A quota era de 2% ao ano sobre o total de entradas para cada nacionalidade nos últimos 50 anos, com exceção dos portugueses. Em 1938, havia sido estabelecido que 80% dos imigrantes deveria ser composto de agricultores*” (ETGES, 2000:123).
5. Para uma compreensão acerca das linhas político-ideológicas que se expressaram nos discursos parlamentares ao longo do trabalho da Assembléia Constituinte de 1946, o trabalho de TAPIA (1986) oferece uma abordagem dedicada a substanciá-los em três grandes tendências, vistas sob o enquadramento da questão agrária: o conservadorismo tradicional, o conservadorismo moderno e os reformistas. Contudo, a leitura e consulta do referido trabalho tendo em vista nossas preocupações não angariou aportes significativos que pudessem exigir a necessidade de aclará-las. Isso explica o fato de não adentrarmos aqui num tratamento mais pormenorizado sobre esse assunto.
6. O caminho percorrido por Caio Prado Júnior na geração desse diagnóstico já havia sido esboçado em outro artigo de sua autoria em 1944, intitulado “Problemas de Povoamento e a pequena propriedade”, publicado no *Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio*. Conforme será tratado no próximo capítulo, o referido texto não passou despercebido à Leo Waibel. Por ora, cabe tão somente salientar que naquela ocasião o intelectual paulista ocupou-se em apontar que a política de povoamento no Brasil havia se mantido atrelada a um fator principal, qual seja ao das exigências da mão-de-obra nas grandes lavouras; o autor identificara a suspensão da necessidade premente de braços importados em virtude da decadência que assolou a última das grandes atividades brasileiras - o café. Tal fato, a seu ver, fazia com que o problema do povoamento se apresentasse sob prisma inteiramente diverso no momento em que escrevia. Tratava-se de angariar soluções para os graves inconvenientes que haviam resultado do passado político brasileiro buscando-se corrigir a defeituosa distribuição da população brasileira que nada mais seria senão o reflexo da secularmente desordenada exploração do território. Plantadas essas anotações, no começo do ensaio de 1946 cujo *leit-motiv* consistiu justamente numa crítica endereçada à “Campanha Marcha para o Oeste”, o autor aprofundou a mesma opinião. Lembrou que a atenção inquietante com a falta de uma política de povoamento no país era na verdade um acontecimento “recente”, resultante de uma longa transição ainda vigente e atravessada pela nossa formação social essencialmente produtora (a colônia de produção) em direção para uma economia que se deparava com a necessidade para erigir seu próprio eixo e mercado. Todavia, esse desafio ainda se confrontava com os entraves oriundos de um padrão histórico de assentamento populacional que vertia no presente os prejuízos de uma “exploração desordenada” do território onde “num vaivém contínuo, formou-se esta coletividade caótica que é o povo brasileiro”. Sem enraizar grupos expressivos e havendo concentrado os assentamentos no litoral, as formas de povoamento que haviam marcado a história brasileira haviam deixado como legado esses dois traços inadequados, “graves inconvenientes” que naqueles idos era urgente remediar. Colocando sua acuidade histórica a serviço do objetivo de seu ensaio, Caio Prado Júnior alertou para o risco de repetição desses antigos equívocos na campanha oficial de povoamento que tinha em mira alvejar, estando sujeita àquelas mazelas que haviam acompanhado quer a primeira forma de povoamento outrora condicionada pelo tráfico escravo para engenhos e fazendas e mesmo outras sucessivas pertencentes à movimentação dos ciclos, na forma livre de imigração e na época da diversificação das economias açucareira e do algodão após a crise do café em 1929. No

dizer de Caio Prado Júnior, além dessas razões de ordem histórica, era de esperar que o período pós-guerra que traria para o mundo tantas e tão profundas modificações trouxesse igualmente para o Brasil a solução do seu angustiante e persistente problema demográfico, impelindo-o a superar essas dificuldades estruturais.

7. Ressaltamos essa tendência no capítulo 1 do presente trabalho. Quanto ao mais, ela doravante se estenderia década de 1950 adentro. Esse tema será retomado oportunamente no capítulo 9, desprendendo-se dele as projeções lançadas sobre os trabalhos geográficos de Orlando Valverde nesse período.
8. Para Caio Prado Júnior, impelida aos deslocamentos de grande vulto, a população brasileira sempre fora exposta a “verdadeiros movimentos de massa” desde o traçado das direções fundamentais de suas rotas históricas: do Nordeste para o Norte, do Nordeste para São Paulo e de São Paulo para o Oeste. Posteriormente perpetuada, essa qualidade também acompanhou as migrações de expressivos contingentes humanos tanto entre as diferentes regiões quanto no interior das mesmas, repetindo-se ainda no caso dos deslocamentos locais.
9. Esse parecer foi assim expresso nas próprias palavras do autor: “(...) *para fixar os caracteres próprios e profundos da pequena propriedade, é preciso analisá-la, sobretudo, onde predomina e encontra ambiente propício. Assim, na chamada zona colonial do Rio Grande do Sul, encontramos uma população de pequenos e médios proprietários solidamente radicados na terra; a instabilidade que se observa em regiões predominantemente de fazendas, como São Paulo, é aí inexistente. De modo que me parece certo afirmar que a pequena propriedade é um fator de estabilidade rural; muito superior, nesse sentido, em todo caso, à fazenda. E, sendo assim, não poderíamos nos servir deste elemento único de estabilidade que se encontra no campo brasileiro para tentarmos com ele a solução para o problema que nos propusemos, isto é, a fixação da população rural? Em vez de recorrer a especulações e planos teóricos, que poderiam ou não dar resultado na prática, não será muito mais fácil partir de um elemento que já existe na estrutura social e econômica do nosso campo, embora ainda embrionária? Numa palavra, procurar a transformação da organização agrária do Brasil na base da substituição atual do sistema dominante da fazenda e do grande domínio, pelo da pequena propriedade?*” (PRADO JÚNIOR, 1977:220).
10. Esses foram apenas alguns dos reflexos da estreita ligação estabelecida pelo governo Dutra à estratégia norte-americana no preparo das fronteiras da Guerra Fria, para os quais muito colaborou a atuação de Raul Fernandes no Ministério das Relações Exteriores do país em contraste com as posições de Oswaldo Aranha, então presidente da Assembléia Geral da ONU, onde o Brasil ocupava a vaga de membro temporário do Conselho de Segurança. Julgando-se um aliado privilegiado dos EUA acima do perfil de relacionamento internacional, Dutra e a diplomacia brasileira não apenas alinharam-se automaticamente com as posições norte-americanas nas organizações internacionais como também às vezes chegaram aos excessos em seu apoio. O rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e as iniciativas internas citadas, conforme analisa VIZENTINI (2003:199-200), não foram devidas apenas às concepções ideológicas e demandas sociais do Governo. O caráter um tanto exagerado das mesmas vinculou-se à necessidade de evidenciar perante aos EUA o engajamento do país na luta contra a “subversão esquerdista”, num tempo, ademais, no qual as considerações em prol do alinhamento brasileiro fiaram-se nas expectativas em torno de um agradecimento da participação do país na Segunda Guerra em função do envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália ao lado dos Aliados.
11. Tramitou até 1961 quando, por sugestão do deputado Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE), foi anexado aos projetos Coutinho Cavalcanti formando o substitutivo José Jofilly, levado à apreciação do Congresso em agosto de 1961.

12. *“A Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) foi criada em 1897. Até 1930, a SNA foi uma entidade muito ativa, desempenhando um importante papel na defesa da agricultura, especialmente dos plantadores de café. Depois de 1930, a SNA teve sua importância diminuída face ao crescimento da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e de outras associações ligadas ao café em São Paulo, e pela política seguida por Vargas, de atender setorialmente às demandas da agricultura através de órgãos específicos (Instituto do Mate, Instituto do Açúcar e do Alcool, etc). Ao longo dos anos 40 e 50, a SNA se manteve mais próxima do governo do que outras congêneres, como a SRB. Quanto à questão agrária, a SNA adotou uma posição francamente contrária à reforma agrária, defendendo um conjunto de medidas que visavam a modernização da agricultura”* (TAPIA, 1986:130-131).
13. *“A SRB foi criada em 1919 congregando pecuaristas, cafeicultores e agricultores em geral. Ao longo da sua existência, a SRB se caracterizou por assumir posições conservadoras frente às questões sociais, opondo-se tenazmente às propostas de reforma agrária. Mesmo representando majoritariamente os interesses da burguesia cafeeira, a SRB abrigava outras categorias de agricultores (algodão, frutas cítricas) e criadores”* (TAPIA, 1986:135).
14. A esse respeito, TAPIA (1986:141) sintetiza: *“A diferença fundamental entre a proposta do Código Rural e a da Reforma Agrária era que enquanto o Código delimitava direitos e deveres, dando um marco jurídico-institucional às relações existentes no campo, a Reforma Agrária implicava, necessariamente, em algum tipo de alteração no uso e posse da terra. Ou seja, o Código Rural, nos termos em que era apresentado, representava uma fórmula conservadora de resposta ao problema agrário. Para os setores agrários, a aprovação do Código Rural permitiria afastar dois aspectos inquietantes, presentes nas propostas de Nestor Duarte e Afrânio de Carvalho. De um lado, evitaria qualquer ‘deslocamento’ dos interesses rurais, na medida em que se afastava a possibilidade de alteração no direito de propriedade. De outro, evitaria o perigo do dirigismo estatal, a subordinação dos lavradores ao Estado, receio este reiterado por esses setores.”*
15. Para além desses argumentos, sem escapar dos receios tão comuns daquele período, Álvaro Machado também reafirmou seu apoio à pequena propriedade por outros motivos. Via na sua disseminação um incentivo para que o operário transformado em proprietário tomasse distância das sugestões internacionalistas e conjurasse toda a luta de classes. Sob esse dístico, sublinhou que era dever do Estado amparar a pequena propriedade com assistência técnica e creditícia, entre outras, pois colonização eficiente era aquela que radicava a família a terra, tornando necessário o assalariamento de seus membros para a reprodução da mesma. Desse modo, o articulador entrevia que a simples concessão da terra era medida insuficiente para se garantir o desenvolvimento da pequena produção, mas de resto iniciativa básica para arrefecer certos ânimos políticos de então.
16. SARETTA (2002:100, 103-104), pesquisador dedicado ao estudo da política econômica do governo Dutra, tece uma síntese oportuna a respeito da configuração do quadro internacional logo após o término da Segunda Guerra Mundial congregando particularidades importantes sobre suas implicações na economia brasileira. De acordo com sua contribuição: *“A II Grande Guerra terminara havia pouco, as principais economias européias e a economia japonesa estavam bastante destruídas, e os Estados Unidos emergiam do conflito, tanto econômica quanto politicamente, bem mais poderosos do que no período anterior à sua entrada na Guerra. A II Guerra Mundial repercutiu favoravelmente no sistema produtivo brasileiro, sobretudo na indústria manufatureira. As dificuldades comerciais inerentes ao quadro da Guerra possibilitaram para certos ramos do setor industrial, sobretudo o têxtil, um desempenho extremamente favorável no comércio internacional. Dessa maneira, ao término do conflito e no início da administração Dutra, contava o País com um saldo em cambiais da ordem de 700 milhões de dólares, volume realmente significativo para a economia brasileira de então. Esta quantidade inusitada de divisas, associada às expectativas de regularização do comércio internacional como se*

*havia acordado em Bretton Woods, além da esperança de que os Estados Unidos recompensassem a participação brasileira ao lado dos Aliados na guerra, levou a uma política econômica externa, em boa parte extemporânea, frente ao quadro concreto da economia mundial. O caráter inconsistente da política econômica concretizou-se rapidamente, pois que as proposições de Bretton Woods não foram seguidas no imediato pós-guerra e medidas protecionistas tornaram-se regra geral no comércio internacional e as relações de troca se tornaram fortemente desfavoráveis aos produtos primários.”*

17. Uma particularização acerca dos protagonistas envolvidos nesse debate pode ser encontrada em BIELSCHOWSKY (2000:344-345).
18. Segundo SARETTA (2002:108 e 111), no plano interno, quer na concepção ou mesmo na execução da política econômica do governo Dutra buscou-se, sobretudo, a derrocada da inflação por intermédio da redução dos gastos públicos e certa minimização da presença do Estado na atividade econômica. A seu ver, é possível afirmar que tais objetivos foram alcançados, tendo de fato surtido efeito no equilíbrio do orçamento, na diminuição da emissão monetária e mesmo na queda da inflação. Registra o historiador econômico que os dois primeiros ministros da Fazenda do governo Dutra, os banqueiros Gastão Vidigal e Pedro Correia e Castro patentearam sua política nesses termos. Ambos, mas principalmente o segundo, obtiveram o esforço apregoado. No turno da gestão Correia e Castro, iniciada logo após a promulgação da Constituição de 1946 e finda em meados de 1949, as principais propostas destacadas foram o combate à inflação, o estímulo à produção, além de reforma do sistema bancário. Ao fim e ao cabo, o aperto que conseguiu atribuir à política de crédito concorreu para o equilíbrio do orçamento do Governo Federal e, no decurso de sua administração, *“diminuiu-se a emissão, retirou-se o dinheiro de circulação, o que, ao lado da queda do nível geral dos preços, significou para o sistema econômico uma sensível queda no seu ritmo de crescimento”* (SARETTA, 2002:109). Segundo a mesma fonte, do ponto de vista das metas de curto prazo, o segundo Ministro da Fazenda do governo Dutra foi bem sucedido uma vez que houve *superávit* fiscal e queda da inflação.
19. Sobre o desempenho desse órgão durante o Estado Novo e seu esvaziamento a partir da queda de Vargas, ver: DRAIBE (1985), capítulo 2 da parte 1 e capítulo 2 da parte 2.
20. SARETTA (2002:112-113) lembra, por exemplo, o episódio em que o DASP travou contenda com o Ministério da Fazenda a respeito dos recursos orçamentários que este liberava para a execução do Plano Salte, cuja administração era conduzida pelo órgão de planejamento criado em 1938 por Getúlio Vargas. Após lembrar que o Plano também teve importância de natureza política uma vez que sua decolagem fez parte do Acordo Inter-Partidário de 1948 entre PSD e UDN, o pesquisador clarifica uma síntese a respeito nos seguintes termos: *“A dificuldade de Dutra em administrar os conflitos intra-burocráticos como os do DASP, com o Ministério da Fazenda, e mesmo deste com o Banco do Brasil, exprimem, de certa maneira, a força dos interesses que se constituíram ao longo da primeira administração Vargas. Este continuísmo não se observava apenas na permanência de uma burocracia que, de uma maneira geral, estava comprometida com o avanço da indústria e com a participação do Estado neste processo, mas também nos interesses privados que haviam se beneficiado das medidas a favor do crescimento e da diversificação industriais encetadas por Getúlio Vargas no período de 1930-1945”* (SARETTA, 2002:113). Ademais, relativamente ao período do Estado Novo, embora reconheça que no início do governo Dutra tenha ocorrido uma espécie de “ressurgência liberal”, BIELSCHOWSKY (2000:267) sem divergir das considerações da primeira fonte mencionada, adverte: *“O clima liberalizante é, contudo, apenas metade da história do pensamento econômico do imediato pós-guerra. A outra é dada pela forma como a ideologia desenvolvimentista sobre o futuro do Brasil, originada no período anterior, resistiu a esse clima, passando, sem recuos, inclusive pela prova de fogo da confusão*

*ideológica entre liberalismo político e liberalismo econômico, que a conjuntura da época propiciava.”*

## CAPÍTULO 6

1. A referência em pauta são as palavras de Vargas disponíveis na publicação *As Diretrizes da Nova Política do Brasil* (Editora José Olympio, sem data, p. 284-285; *Apud* VELHO, 1979:147-148): *“Após a reforma de 10 de Novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja o nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.”*
2. Esse assunto mereceu menção no capítulo 3.
3. De forma similar, as inquietações de Vargas atinentes à densidade demográfica e o desenvolvimento industrial também não estiveram ausentes das preocupações do geógrafo, muito embora nesse particular convenha permitir o avanço de nossa exposição para que seja possível demonstrar de que maneira esse registro não menos importante foi tratado no escrito do autor de 1948. Embora menos direta, a mesma relação é passível de ser estendida à Waibel quando, em seu artigo sobre a teoria de Von Thünen, esclareceu as intenções de seu trabalho: *“(…) embora pequena como é, Costa Rica dá algumas significativas lições sobre o aproveitamento da terra a todos os países maiores, da América tropical. Tais lições são: 1) Não efetuar rotação de terras, mas de culturas. 2) Estabelecer pequenas fazendas entregues a famílias. 3) Proporcionar a estes pequenos fazendeiros um nível de educação tão elevado que eles possam passar facilmente de um sistema agrícola a outro. 4) Adaptar estes sistemas agrícolas tanto às condições naturais quanto às econômicas, especialmente à distância das fazendas ao mercado. Assim, com a condição de que a terra seja fértil e localizada na tierra templada poder-se-ia desenvolver, mesmo nos trópicos, uma próspera população de pequenos fazendeiros brancos”* (WAIBEL, 1948:32).
4. A despeito de embargar uma explanação temporalmente linear sobre as permutas entre os escritos dos dois autores, esse desbaste é capaz de carrear outro olhar perceptivo sobre os mesmos e, de resto, aliás, também imprescindível para se demonstrar não somente o

segundo sentido da ambigüidade contida naquele trecho como, desse modo, ela própria, sem afastar a hipótese de que ela tenha sido instaurada em atitude voluntária por Valverde.

5. PRADO JÚNIOR, Caio. “Problemas de povoamento e a pequena propriedade”, in *Boletim Geográfico*, ano I, n. 12, IBGE, Rio de Janeiro, março de 1944, pp. 17-31.
6. De soslaio, esse último parecer não é de somenos importância quando se considera o fato de que Waibel participou da excursão que deu origem ao trabalho valverdiano sobre as áreas de colonização antiga do Rio Grande do Sul. Com efeito, ao longo de seu esmero, o jovem geógrafo foi submetido a reescrevê-lo três vezes sob sua orientação científica e, muito provavelmente, impelido a decepar possíveis arestas de conotação política de seu texto. É importante destacar essa mudança no estilo do autor quando se compara o artigo em evidência com aqueles elaborados antes do contato com o geógrafo estrangeiro. Nesse intercâmbio acirrado, tudo indica que seus esforços estiveram dirigidos para adequar seu escrito não somente em conformidade com o salto qualitativo bastante expressivo que a algebeira teórica waiberiana representava naquela fase da Geografia brasileira - aspecto tratado no capítulo 4 -, como também para aprumá-lo de acordo com as valorações que essa bagagem proporcionou ao geógrafo estrangeiro acomodando-o num patamar avaliativo incomum e não hegemônico à época sobre as diretivas de ocupação e colonização do território.
7. É preciso considerar que no momento no qual Valverde redigia seu escrito, Getúlio Vargas ocupava cadeira no senado e o trabalhismo demonstrava ascensão na cena política brasileira após a cassação dos mandatos dos deputados do PCB, estruturando-se uma aliança que mais tarde seria consolidada nas eleições de 1951. Portanto, um eventual regresso de Vargas à direção da nação não era perspectiva infundada nesses idos e, certamente, não passou despercebido para aqueles que em muitos pontos identificavam-se com seus reclames políticos. Essa colocação, ademais, pode ser considerada igualmente oportuna para se explicar a ausência já assinalada de pronunciamentos mais contundentes da parte de Valverde a respeito da política imigratória restritiva que vigorou durante o Estado Novo no referido interlúdio político. Para além do cômputo das razões expostas, há que se considerar ainda que as indeterminações político-ideológicas vislumbradas no trecho valverdiano tornam-se mais compreensíveis diante das características do período que solaparam as possibilidades de um fazer geográfico politizado. Nesse registro adicional, tanto o fragmento derradeiro do escrito de 1948 ora comentado quanto o silêncio de suas sentenças a respeito do problema dos quistos étnicos também podem ser visualizados como sendo expressivos da voga naqueles idos largamente aceita de que aos geógrafos estaria reservado um labor científico baseado na neutralidade e na dissociação política, parâmetros a serem perseguidos a todo custo para dotar de credibilidade e perenidade sua área de conhecimento ante o jogo das contrariedades ideológicas. SILVA (1996:172), por exemplo, considera que até os anos cinquenta “os geógrafos levantavam e organizavam os dados da melhor maneira possível, isto é, dentro das técnicas mais refinadas e entendidas como distanciadas das vitais questões políticas, expressas pela neutralidade do discurso”, atitude que ao final reverberou em suas práticas uma concepção de Geografia do Brasil calcada na leitura científica da realidade cujos efeitos foram a visão naturalizada da sociedade brasileira e principalmente a convicção de que ela apresentava uma tendência ao equilíbrio. Conforme será analisado no capítulo 7, Valverde apenas ofereceu uma relativização desses entraves em momento produtivo posterior, ou seja, na obra *Planalto Meridional do Brasil*, publicada em 1957, quando então tematizou tanto a questão da política imigratória restritiva prevalecente nos anos aqui em pauta quanto a proeminência neles adquirida pelo problema dos quistos étnicos nas colônias homogêneas do Sul do Brasil.
8. Queremos crer que o caráter irrevogável dessa última constatação não só exigiria como também fortaleceria a opção em se seguir adiante capturando os desdobramentos de análise despertados pelo primeiro sentido da dubiedade alegada. Todavia, enveredar nessa escolha não

é de todo aconselhável quando se trata de interpretá-la amparando-se em outros fatos e processos que tiveram lugar no momento histórico no qual foi efetivamente redigida pelo geógrafo brasileiro.

9. Detentor de uma perspectiva segundo a qual o problema da soberania política apenas podia ser equacionado em função das condições nacionais, Oliveira Vianna demonstrou grande admiração pelo funcionamento da democracia inglesa, assinalando ao mesmo tempo quão distante estava de nós brasileiros. A seu ver, ao contrário daquela, a opinião pública organizada era um dado inexistente no Brasil. Considerada como a manifestação de um hábito secularmente sedimentado na sociedade inglesa, a opinião pública organizada constituía seu fundamento. Nesse sentido, discordando dos “idealistas políticos brasileiros”, Vianna dizia não ser a democracia liberal o produto da aplicação de um princípio universal ou dispositivo jurídico, mas antes o resultado de um hábito, de uma cultura tal como atestado pelo exemplo daquele outro país. Conforme esclarece BEIRED (1999:167), “*para Oliveira Vianna, democracia significava regime de opinião pública organizada, algo que no Brasil não seria possível alcançar por meios tradicionais, sempre alardeados por nossas elites políticas e intelectuais. Isto é, por uma reforma política liberal, pois a maioria absoluta do eleitorado vivia no campo em meio à ignorância e ao domínio dos grandes proprietários, a quem chamava de ‘os mandões locais’. O estabelecimento da democracia era antes um problema de natureza social e econômica, devendo-se propiciar condições materiais de independência da plebe rural diante dos grandes fazendeiros.*”
10. Nesse sentido, imaginava, com sua concepção de “opinião pública”, um grande debate em torno da forma e organização social que garantisse a todos a satisfação de suas legítimas necessidades. No contexto brasileiro dos anos quarenta, munido desse espírito, Caio Prado Júnior asseverou que era absolutamente fundamental a preservação da democracia, em que a sociedade civil organizada, expressa na opinião pública, diferenciada do Estado e resguardada por limites bem definidos pela lei, pudesse processar-se livremente. Mais tarde, entre 1955-1964, ele publicou a *Revista Brasiliense*, editada por vários intelectuais e dedicada a debater, entre outros temas, as causas do atraso econômico brasileiro. A revista fechou em 1964, ano do golpe militar, e o historiador passou uma semana detido no DOPS.
11. Com efeito, as especificidades de Orlando Valverde e de suas considerações a respeito da colonização e uso da terra no final dos anos quarenta e sobre a questão agrária no transcurso dos anos 50 até 1964 emergem tanto da natureza dos métodos de pesquisa e referenciais teóricos adotados quanto dos aspectos político-ideológicos subjacentes à sua forma de inserção no contato com o campo brasileiro. O discurso ou diagnóstico por ele estruturado acerca dos problemas da agricultura estiveram ora atracados no viés planejador do IBGE e nos desígnios assumidos pela instituição conforme as oscilações do quadro político-institucional do país naquele primeiro período, ora nas ações do segundo governo Vargas (1951-1954) e da gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961) expressas, respectivamente, nas iniciativas de instalação de Missões Rurais como parte da Campanha Nacional de Educação Rural (1952) e, posteriormente, na Campanha de Erradicação do Analfabetismo (1957). Esses assuntos serão abordados nos capítulos referentes a Parte III do presente trabalho.
12. Compartilhamos nesse ponto do mesmo parecer de ETGES (2000:124) quando aborda o caso de Waibel.
13. “*Se fizéssemos o exercício de classificar a obra de Caio Prado Jr., teríamos duas construções mais gerais sobre a formação social: a do agrarismo de grande empresa e a dissertação sobre o industrialismo, de menor visibilidade. Subdividindo a primeira, ainda distinguiríamos: a) a teorização agrária propriamente dita, vale repetir, ‘agrária’ e ‘nacional’ sobre a ‘revolução brasileira’ como conclusão das obras da Independência, da Abolição e da República; e b) uma reflexão geográfico-agrarista na qual veríamos a*



*constante busca caiopradiana por integração e homogeneização, no caso da problemática específica do interior, em termos de uma associação da questão do povoamento com as virtualidades da pequena produção familiar num programa de 'recolonização' das regiões já constituídas" (SANTOS, 2001:40).*

14. A esse respeito, ver LIMA (2001:77-100).
15. Esse último aspecto merecerá tratamento no próximo capítulo (capítulo 7). Constitui, na verdade, o ponto de inflexão que auxilia compreender a sobrevivência dos laços políticos do escrito valverdiano de 1948 frente aos princípios advogados pela "Campanha Marcha para o Oeste".
16. É interessante observar que estudiosos contemporâneos como SEYFERTH (1994), adotando os pressupostos de análise de Waibel e Valverde, utilizaram-no para fins de estudo da etnicidade alemã, enfoque não enfatizado diretamente pelos dois geógrafos: *"A venda de terras públicas constituiu o fundamento do sistema de colonização, mesmo nas colônias administradas por companhias particulares que obtinham grandes concessões para depois repassá-las aos colonos, atomizadas em lotes padronizados de 25/30 hectares. Sendo assim, as colônias alemãs, mesmo quando situadas geograficamente próximas das capitais provinciais, ficaram um longo tempo social e espacialmente distantes da sociedade brasileira - isolamento relativo, que contribuiu para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva estruturada pelo próprio processo histórico de colonização."*
17. Particularmente no tocante a essa questão, nota-se claramente certa convergência de idéias entre as preocupações conservacionistas de Afrânio de Carvalho e as de mesmo teor que não deixaram de estar presentes no escrito de Caio Prado Júnior de 1946 e o de Leo Waibel de 1949. Já no caso de Orlando Valverde, seu escrito surgido no mesmo ano daquele de Afrânio de Carvalho não acolheu de forma pronunciada a mesma preocupação a exemplo dos outros três aqui comentados. Esse pleito somente assumiu maior notoriedade em suas sentenças a partir do estudo sobre a Baixada Fluminense, publicado em 1952.
18. Somente a título de exemplo, no início do mesmo ano no qual Waibel dedicou-se ao problema, ou seja, em janeiro de 1949, um dos membros do Instituto de Economia Rural da SRB, Plínio Adams, vociferava que a colonização era viável em virtude de ainda existir "muito sertão" para projetos que visassem atendê-la. Na *Revista Rural Brasileira*, no artigo intitulado "Sugestões para o Estado de uma Reforma Agrária", atacou a proposta governamental expressa no Projeto Afrânio de Carvalho (1947) sob a alegação de que a solução do problema alimentar não dependia da redistribuição de terras. A seu ver, a abundância dessas tornava essas intenções desnecessárias quando, na verdade, a carência era de braços para explorá-las adequadamente. Segundo Adams, para os aspirantes à tornar-se proprietários havia muito sertão a ser desbravado, com muita terra de valor menor podendo ser adquirida a preços acessíveis. Sob a lápide desses comentários, acusou o referido projeto de buscar a socialização da propriedade rural, orientação que nas suposições de Adams franquearia caminho para a socialização de todas as outras atividades econômicas.
19. De acordo com esse raciocínio, Machado ainda entendia que caberia ao Estado utilizar os dispositivos de desapropriação por interesse social quando o proprietário revelasse uma conduta anti-social, não adotando métodos modernos e deixando de obter um nível de produtividade aceitável. Esta aceitação dos preceitos constitucionais, com o reconhecimento da ação do Estado como limite ao direito de propriedade, contrastava, também, com a posição dominante das entidades rurais. Como será abordado nos capítulos 8 e seguintes, tal parecer também foi endossado por Valverde em seus escritos da década de 1950.
20. Voltaremos atenção para esse aspecto oportunamente no capítulo 13.

21. A partir do escrito em pauta, a interdependência entre esses fatores indicados pelo geógrafo se tornou largamente recorrente em seus escritos, transcendendo a década de 1960 e apenas tendo merecido relativizações de sua parte a partir dos anos oitenta, sobretudo em estudos dedicados à Amazônia. É oportuno sublinhar tal fato, pois ele demonstra a importância do momento histórico e do escrito do autor que ora comentamos seja em seus contornos metodológicos quanto valorativos que certamente deixaram rabeiras essenciais em sua produção posterior.
22. Aliás, há que se notificar que foi durante os anos de confecção desses escritos que Waibel e Valverde vislumbraram o projeto de escreverem uma obra dedicada à pecuária no Brasil, intento que não foi concretizado em virtude do posterior falecimento do geógrafo alemão quando retornou para o seu país de origem em 1951.
23. Com efeito, seguindo essa ambiência, já em 1945 os partidos políticos em vias de criação haviam apresentado seus programas abastecendo-os quase sempre com declarações de princípios sobre a economia nacional (BIELCHOVSKY, 2000:267-269).
24. Leo Waibel, próximo ao final de seu trabalho publicado em 1949, ressaltou: “*Quais são as exigências sociais e culturais de uma colonização europeia próspera e florescente no Brasil? Omitirei o aspecto legal da questão e restringir-me-ei somente aos aspectos que podem ser estudados e analisados por um geógrafo de campo. Posso adiantar que os meus assistentes e companheiros de viagem brasileiros participam da minha opinião e chegaram à mesma conclusão, observando e comparando muitas colônias*” (WAIBEL, 1988:256).
25. Não constitui foco prioritário em nosso trabalho analisar o lugar da noção de *zonas pioneiras* formulado por Waibel. Tal encaminhamento nos distanciaria de manter em primeiro plano as relações fundamentais entre seu contributo e o de Valverde. Considerações esclarecedoras a respeito podem ser encontradas no trabalho de MACHADO (1995b:185-192).
26. Daniel de Carvalho assim expressou sua posição a respeito: “*(...) os industriais não de compreender que uma lavoura próspera do norte ao sul do país, com alto padrão de vida assegurado à população rural, será condição prévia e indispensável para o desenvolvimento das indústrias, que nela encontrarão compradores para os seus produtos*” (CARVALHO, 1946:343-344, *Apud* BIELSCHOWSKY, 2000:271).
27. Outras repercussões derivam dessa afirmação. Os resultados finais do Relatório da Missão Abbink apontaram ainda para outros problemas adicionais para além daqueles já frisados que, sem dúvida, foram tratados sob uma discursividade similar àquela que se fez presente nos escritos publicados por Orlando Valverde na década de 1950. Sem pretender abordar o ponto nesse trecho, cabe apenas registrar que uma série de medidas propugnadas pelo referido Relatório no final da década de 1940 lembram certos argumentos que o geógrafo veio a utilizar no decorrer das quadras da seguinte, quando então realizou estudos que mantiveram relações com as concepções encampadas em duas campanhas efetivadas durante o segundo governo Vargas (1951-1954) e o de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que foram, respectivamente, a *Campanha Nacional de Educação Rural* e a *Campanha de Erradicação do Analfabetismo*. Em apanhado ligeiro, o Relatório Abbink ainda reconheceu que o desempenho da agricultura estava sendo prejudicado por várias deficiências gerais da estrutura econômica e social do país. Entre elas, conferiu destaque ao sistema de transportes pouco desenvolvido, as dificuldades de armazenamento e conservação dos produtos, a carência e inadequação do crédito agrícola, os preços baixos pagos aos agricultores, a falta de suprimento adequado de fertilizantes, a grande incidência de doenças nas populações rurais e o analfabetismo. O elenco de medidas específicas sugeridas por Bulhões e o Relatório para solucionar esses problemas indicavam o incentivo à educação rural, medidas de assistência técnica ao agricultor (conservação dos solos, mecanização e organização da

propriedade rural, entre outros), Banco Rural e a criação de linhas de crédito especializado voltado para atender as necessidades do longo prazo dos agricultores. Na década de 1950, grande parte desses princípios também esteve presente nas duas campanhas mencionadas, a partir das quais Valverde se debruçou sobre estudos de implantação de missões rurais no Nordeste brasileiro. Esse assunto será tratado mais adiante, no capítulo 8 e seguintes deste trabalho.

28. Aos observadores e aos próprios setores interessados no Salte era conhecida a virtual impossibilidade da sua execução, em virtude da inexistência de fontes de financiamento. Antes do envio do referido Plano ao Congresso, em maio de 1948, havia até um certo consenso quanto à necessidade de uma ação mais efetiva do Governo para a solução dos problemas econômicos, “contra o espírito de rotina da nossa organização ecoinômica”. Mas, como já era esperado, o Plano Salte teve resultados pouco significativos: apenas uma quarta parte dos projetos alcançou índices de execução em torno de 75% (COSTA, 1970). Mas, não deve ser esquecido que o Plano também teve importância de natureza política, já que seu lançamento fez parte do Acordo Inter-Partidário de 1948, além de ter sido, como já mencionado, obra de setores da burocracia que haviam sido politicamente fortes no governo anterior. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Salte não ordenava convenientemente as medidas no tempo, carecendo de reais instrumentos de coordenação e planejamento. Chamava-se a atenção, por exemplo, para o fato de que poderia ocorrer em virtude dessa desarticulação um congestionamento da produção agrícola, no qual o aumento de produção poderia ser perdido devido às deficiências do sistema de transportes, cuja conseqüência era um tratamento inadequado ao problema de abastecimento dos centros urbanos que tinham nas dificuldades de escoamento o seu maior problema (TAPIA, 1986:101). Alegavam também a necessidade de complementação do Salte com a criação de um crédito agrícola direto ao produtor como forma de aprimorar o fomento das diversas culturas que careciam de uma escala de prioridade. Por último, a atenção dedicada aos problemas de conservação do solo, melhoria de sementes e cultivos experimentais não se traduziu na destinação de recursos necessários à exploração e produção de fertilizantes agrícolas. O Plano desagradou também aos setores liberais-conservadores, principalmente os segmentos da burguesia exportadora. Para estes, o Salte expressava a nefasta orientação planejadora e seu conteúdo dirigista contrariava os anseios da lavoura. Ainda no diapasão liberal-conservador, Eugênio Gudín solicitava o arquivamento do Salte e a adoção de uma política de corte dos gastos públicos (TAPIA, 1986:102). Como observa DRAIBE (1985:156), o Plano Salte visto no seu conjunto, indicava a inflexão redutiva dos esforços industrializantes do Estado, na medida em que seus objetivos se limitavam ao atendimento das carências mais urgentes de infra-estrutura - energia e transporte - e não previa a ampliação e diversificação nas indústrias de base, nem a expansão das empresas estatais já instaladas (Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Nacional do Alcalis e Fábrica Nacional de Motores).
29. Sobre a dificuldade em se sustentar ideologicamente a tese da vocação agrária na sociedade brasileira de meados da década de 1940, ver BIELCHOVSKY (2000:270 e seguintes). O autor analisa o assunto provido de ricas análises e citações acerca das duas correntes econômicas então predominantes, liberais e desenvolvimentistas. Trata em pormenores as polêmicas dessa natureza travadas entre o líder dos liberais, Eugênio Gudín, e o então líder dos desenvolvimentistas, Roberto Simonsen. A seu turno, VELHO (1979:120-121), considerou a tese da vocação agrária nos seguintes termos: *“De acordo com a ideologia dominante [século XIX] o Brasil possuía uma ‘vocação agrícola’ e tinha que ser fiel a esta. Aceitava-se que jamais seríamos capazes de produzir bens industriais tão bem quanto a Inglaterra e outros países e que se o tentássemos e nós [sic] tornássemos protecionistas certamente sofreríamos represálias contra as nossas exportações agrícolas. Enquanto não houvesse uma crise realmente séria no mercado internacional, o liberalismo no sentido econômico e a idéia de uma divisão internacional do trabalho ‘natural’ satisfazia plenamente à classe dominante.”* Comentando a questão sob o governo Dutra, o mesmo

autor chama a atenção para o fato de que “o capitalismo havia crescido dentro do país e embora não funcionasse ‘automaticamente’ e prosseguisse dependendo de controle administrativo, não podia ser ignorado. Os preços dos bens industriais tendiam a subir no mercado internacional e as bases da antiga divisão internacional do trabalho ou mesmo de uma mudança muito gradual nela estavam enfrequencidas. Tentar voltar a uma política de produtor agrícola clássica não era possível. Havia novos e importantes fatores em jogo. No longo prazo não se podia ir senão adiante com a industrialização, mesmo sem essa intenção. Obviamente, é muito difícil julgar intenções e é difícil saber até que ponto e para quem a política industrializante não era intencional. É verdade, no entanto, que na época muitas autoridades e setores da opinião pública acreditavam que o Brasil devia ser fiel a sua vocação como um ‘país essencialmente agrícola’” (VELHO, 1979:160-161).

## CAPÍTULO 7

1. No Apêndice II ao final de nosso trabalho o leitor poderá consultar, caso tenha interesse, outros elementos contextuais de profundidade igualmente importantes quando se pretende alinhar a compreensão sobre os propósitos enviesados do escrito valverdiano de 1948.
2. Entre as obras de Emílio Willems que parecem ter influenciado a visão de Waibel e Valverde sobre a colonização européia no Sul do Brasil, podemos destacar ao menos duas delas: *Assimilação e populações marginais no Brasil - Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940; e *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1946.
3. Sobre o termo *germanismo*, ver GERTZ (1980:207-208).
4. O objetivo dessas iniciativas era, apenas entre os mais importantes, a redução das tensões sociais, através dos deslocamentos da fronteira agrícola, promovendo, ao mesmo tempo, o povoamento de regiões até então desabitadas.
5. Apenas para citar um exemplo, dentre as implicações do contexto da política de nacionalização das fronteiras levada à cabo pelo Estado Novo, uma delas consistiu no desburocratamento da Companhia estrangeira que explorava a Mate Laranjeira no Mato Grosso e, numa ambiência marcada pelo combate ao “banditismo”, há quem tenha sugerido que os interesses de companhias colonizadoras gaúchas estivessem por trás da criação dos territórios federais de Iguazu e Ponta Porá. Durante a tomada de decisões do regime discricionário referentes ao assunto, despontou a ameaça de criação do Conselho Nacional do Mate para sobretaxar a exportação do mate cancheado. Tal medida, associada ao incentivo da sua produção industrializada nos Estados de Santa Catarina e Paraná, objetivava claramente quebrantar os vínculos mantidos entre a Companhia e os moinhos argentinos, responsáveis pela industrialização da matéria-prima brasileira. Elementos fartos sobre o assunto são apresentados por LENHARO (1986:60-66), onde o autor demonstra a preocupação do Estado Novo relativas à nacionalização das fronteiras.
6. Explicação pormenorizada sobre as relações existentes entre o Terceiro Reich e a política argentina tanto no decorrer quanto após a Segunda Guerra Mundial podem ser consultadas em COSTA (2004:269, 283-284, 287-288).
7. Apenas para complementar as atividades desempenhadas pelo geógrafo nesse momento, também é oportuno disponibilizar a informação de que, alguns meses antes dessa conferência, em setembro de 1949 e após a *I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia*, o Conselho Nacional de Geografia denominou três excursões para diferentes

regiões brasileiras. Uma delas, designada como “Excursão C” foi endereçada ao estado do Paraná e contou em sua chefia com Orlando Valverde. A síntese do guia dessa excursão organizado pelo geógrafo brasileiro e que prestou a orientar os visitantes pátrios e estrangeiros no deslocamento ao longo das áreas e cidades percorridas foi publicado entre abril e junho de 1950, na Seção “Noticiário” da *Revista Brasileira de Geografia* (p. 172-179). Esse trabalho do geógrafo não suscita a necessidade de comentários uma vez que em seu conteúdo predominaram descrições técnicas relativas, sobretudo, ao quadro físico das áreas visitadas. Embora se constate alguns trechos diminutos mencionando quer o uso da terra quer o povoamento das mesmas, os mesmos não suscitam razões para outras digressões, pois não guardam relação com o assunto aqui focado. Tal não é o caso do tratamento que conferiu a esses assuntos em outro trabalho, *Planalto Meridional do Brasil*, publicado em 1957, sobre o qual oportunamente teceremos alguns comentários, mesmo por que, com relação às valorações etnicistas, as visões de Waibel e Valverde destoaram sobre a caboclicização dos colonos, descortinando diferença entre um provável nativismo do segundo e eurocentrismo do primeiro, sugerindo preconceito desse último muito próximo do sentido atribuído por Willems às idéias predominantes entre os colonos europeus no Brasil.

8. A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, tendo como modelo o *National War College* dos EUA, baseava suas concepções no binômio *segurança e desenvolvimento*, defendendo para o país um projeto econômico de capitalismo associado ao bloco internacional, nos quadros de uma Doutrina Interamericana de segurança anticomunista (VIZENTINI, 2003:199).
9. O aspecto salientado pelo geógrafo adquire respaldo histórico e, visto em relação com seu escrito de 1948, pode ser percebido como tendo sido uma motivação de fundo capital para sua confecção. Essa assertiva adquire clareza considerando-a como procedente da constatação de que os anos da Segunda Guerra definitivamente intercederam para tornar incontestes a precariedade das atenções estatais frente às colônias estrangeiras do Sul do país e como essa falta poderia acarretar um sério revés aos seus desígnios de integração nacional. A dimensão do aspecto frisado pelo geógrafo à época mereceu a atenção do diplomata brasileiro Sérgio Corrêa da Costa. O referido autor o descreveu da seguinte forma: “*É evidente que o Brasil se encontrava na alça da mira da Alemanha, não apenas por seu importante papel no comércio internacional - no fim dos anos 30, éramos o maior supridor do Terceiro Reich em algodão, café e borracha - mas pela nossa posição estratégica nas rotas marítimas. Outro fator de especial significação: possuíamos uma comunidade germânica de quase um milhão de pessoas. Um em cada quatro habitantes de Santa Catarina era alemão nato (classificado no consulado alemão como Reichsdeutsch) ou filho de alemães (classificado Volksdeutsch); no Rio Grande, um em seis; no Paraná, um em oito. Inúmeros conservaram zelosamente a cidadania alemã. Só no Rio Grande e em Santa Catarina havia mais de 1.200 escolas, em boa parte mantidas com recursos recebidos da Alemanha. Quanto ao estágio de alunos, os que não podiam arcar com as despesas de viagem eram facilmente subsidiados. Quando Hitler subiu ao poder, não apenas aumentaram os recursos disponíveis para esse intercâmbio aliciador, como foi iniciado um programa de financiamento para que as escolas dependessem menos das verbas locais. A abundância de recursos nas escolas alemãs, não apenas do Brasil, mas igualmente da Argentina e do Chile, comparada à escassez crônica das demais chamou a atenção dos diplomatas americanos. Verificaram que tais escolas gastavam consideravelmente mais do que suas receitas conhecidas. Segundo informação enviada a Washington, o principal complexo de escolas alemãs em todo o hemisfério ocidental era o do Rio Grande do Sul. A receita conhecida não passava de 60% da despesa efetiva. Com efeito, o ministério alemão destinava verbas consideráveis a título de subsídio à educação de alemães e seus filhos na América Latina. O orçamento alemão de 1937 - portanto dois anos antes da guerra - já destinava especificamente a essa finalidade 4 milhões de Reichmarks, além de um suplemento de 3 milhões proveniente de um segundo fundo. Numa convenção de professores estrangeiros de origem alemã, em 1936, foi proclamado, quase como um*

slogan: 'América do Sul, nossa grande esperança.' Com efeito, o recenseamento do IBGE em 1940 mostra que mais de 600 mil brasileiros natos utilizavam o alemão como língua principal no lar. O fato de serem cidadãos pelas leis brasileiras pouco interessava à Alemanha, que não abria mão de considerá-los Volksdeutsche, portanto sob proteção alemã" (COSTA, 2004:23-24).

## CAPÍTULO 8

1. Esse episódio, conforme tratado no capítulo anterior, enquadrou-se nas preocupações relativas ao aprimoramento de uma almejada "presença multiforme" do Estado brasileiro no Sul do país diante de certas razões contextuais expressivas naquele momento.
2. Em ordem cronológica, alguns exemplos da tendência apontada são: GUERRA, Antônio Teixeira. "Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do Núcleo Colonial Seringal Empresa", in *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, n. 4, outubro/dezembro 1951; BERNARDES, Nilo. "A colonização européia no Sul do Brasil", in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 109, julho/agosto 1952, 7 pp.; CARVALHO, Manuel Pacheco de. "Plano Nacional de Recuperação e Colonização da Amazônia", in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 109, julho/agosto 1952, 15 pp.; FAISSOL, Speridião. "O Núcleo Colonial Barão de Antonina (SP)", in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 109, julho/agosto 1952, 2 pp.; FAISSOL, Speridião. "O que é colonização?", in *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, n. 3, julho/setembro 1952, 5 pp.; BERNARDES, Nilo. "Expansão do povoamento no Estado do Paraná", in *Separata da Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, n. 4, ano XIV, outubro-dezembro 1952, 29 pp.; e, finalmente, FAISSOL, Speridião. "Alguns aspectos do problema da colonização no Brasil", in *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 111, novembro/dezembro 1952, 22 pp.
3. No Apêndice III ao final de nosso trabalho são apresentados subsídios para o leitor com a síntese dos resultados de nosso percurso investigativo acerca do tema "reforma agrária e mobilização político-social" referente ao período 1951-1964. O referido Apêndice tem sua razão de ser no fato de que, durante a elaboração de nosso trabalho, sentimos a necessidade de interar-nos mais acuradamente desse tema para que fosse possível compreender o panorama social concernente as propostas para o campo brasileiro.
4. Em 1952, Valverde também elaborou o trabalho *Excursão à Itatiaia - Guia*, publicado pelo Serviço Gráfico do IBGE/CNG. Não apresentamos explicações sobre esse título no corpo-de-texto em virtude de que o mesmo não merecerá tratamento, pois se trata de um trabalho de ocasião, dedicado, sobretudo, aos aspectos físicos da área excursionada, sem relevância para os fins perseguidos em nossa análise.
5. De outra parte, sem exceções, em todos os escritos apontados salta à vista diversos vestígios interpretativos e terminológicos cuja procedência remonta às particularidades da época na qual foram elaborados. Pode-se dizer que tanto nesses quanto em outros trabalhos do geógrafo surgidos nos anos cinqüenta até 1964, ele carrou para o interior de seu discurso geográfico algumas visões em voga sobre o campo brasileiro, tais como aquela relativa aos seus supostos traços feudalizantes.
6. Em 1954, a CNER já contava com grande número de Missões Rurais em funcionamento e outras em fase de instalação em diversos Estados. Uma discriminação das mesmas pode ser encontrada em BARREIRO (1989:142-144). Sobre os Centros Sociais de Comunidades que

estavam se organizando sob orientação das Missões Rurais, a mesma fonte os classifica nas páginas 146-147. Aproveitando o ensejo, convém mencionar que Miguel Alves de Lima, desenhista do CNG e geomorfólogo da mesma geração de Orlando Valverde, também se envolveu nos trabalhos das Missões Rurais. Publicou, na década de 1950, o artigo “ O problema da escolha de áreas de trabalho na Campanha Nacional de Educação Rural” (in *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1:31, julho de 1954).

7. No Apêndice III ao final de nosso trabalho são apresentados subsídios para o leitor a respeito das Ligas Camponesas e de outros movimentos político-sociais que se desdobraram afirmativamente e com crescente capacidade de mobilização no cenário sócio-político brasileiro.
8. Para maiores detalhes sobre a ocupação dos cargos no IBGE e CNG entre 1951-1956, ALMEIDA (2000:47) disponibiliza a seguinte relação: no referido período, como presidentes do IBGE, Djalma Poli Coelho (02/05/1951-09/09/1952), Florêncio Carlos de Abreu e Silva (15/09/1952-21/09/1954), Elmano Gomes Cardim (27/09/1954- 17/11/1955), José Carlos de Macedo Soares (17/11/1955-03/05/1956); no referido período, como Secretários Gerais do CNG, Virgílio Alves Corrêa Filho (12/07/1950-28/04/1951), Edmundo Gastão da Cunha (03/05/1951-29/09/1952), Luís Eugênio Peixoto de Freitas Abreu (03/10/1952-13/02/1953), José Veríssimo da Costa Pereira (13/02/1953-14/04/1953), Deoclécio de Paranhos Antunes (14/04/1953-27/09/1954), Fábio de Macedo Soares Guimarães (30/09/1954-22/11/1956).
9. Nesse trabalho, os intervalos de tempo são bastante claros e definidos por fatos marcantes da história da Geografia. Sua referência é importante porque trata nitidamente da história da Geografia Agrária no Brasil quando utiliza as temáticas dos estudos como parâmetro para a definição da periodização (FERREIRA, 2002:59-60). O primeiro dos períodos elencado por MONTEIRO mereceu a designação de “implantação da Geografia Científica (1934-1948)”, para o qual o autor identificou como marcos significativos a criação dos cursos de Geografia e a fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). No caso específico da Geografia Agrária, ele registrou a realização de estudos desenvolvidos por Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Léo H. Waibel, tendo orientado e refletido nas monografias, sobretudo, os pressupostos da escola francesa adaptados para fins de explicação da realidade nacional e agrária nessa época.
10. Conforme salienta FERREIRA (2002:57-58) referindo-se à segunda e terceira fases da classificação em pauta, respectivamente: “*Os estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatístico-matemáticos, caracterizam o fim da década de 1960 e início da de 1970. A terceira fase, a partir de 1975, é marcada pelos estudos de desenvolvimento rural, os quais procuraram analisar a agricultura no contexto da estrutura espacial brasileira. Para GUSMÃO (1978), as três fases assinaladas não foram excludentes e os enfoques acumularam-se, sendo possível identificar a sua coexistência ainda hoje. Outro aspecto assinalado pelo autor diz respeito à tendência seguida pelos estudos rurais brasileiros em relação ao paradigma da ciência geográfica. Há uma conjugação entre os enfoques detectados e os paradigmas geográficos.*”
11. O geógrafo consignou o mesmo parecer no depoimento concedido para ALMEIDA (2000:133), no qual justificou sua avaliação ressaltando justamente a vinda entre 1935 e a década de 1960 do grupo de professores e pesquisadores, marcando claramente com Michel Rochefort e Jean Tricart (anos sessenta) o final do período considerado por ele como o mais produtivo e de melhor qualidade.
12. Merecem menção aqui os títulos dos trabalhos publicados para esse fim e seus respectivos autores: 1. Planalto Centro-Occidental e Pantanal Mato-Grossense (Fernando Flávio M.

- Almeida e Miguel A. de Lima), 2. Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce (Ney Strauch), 3. Roteiro do Café e Zonas Pioneiras (Ary França - Universidade de São Paulo), 4. Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Região de São Paulo (Aziz Ab'Sàber - Universidade de São Paulo - e Nilo Bernardes), 5. Planície Litorânea e Região Açucareira do Estado do Rio de Janeiro (Lysia Bernardes), 6. Bahia (Alfredo Porto Domingues e Elza Coelho S. Keller), 7. Nordeste (Mário Lacerda de Melo - Faculdade de Filosofia de Pernambuco) e 8. Amazônia (Lúcio de Castro Soares).
13. A primeira publicação originalmente em forma de artigo é de outubro-dezembro de 1958, em italiano: VALVERDE, Orlando. “La Vecchia Imigrazione Italiana e la sua Influenza Sull Agricoltura e Sull Economia del Brasile”, in *Rev. Agric. Subtrop e Trop.* (Publicação do Instituto Agrônômico per L’Oltremare - Florença), III, n. 10-12, outubro-dezembro de 1958, pp. 532-564.
  14. Apenas a título de complementação, para além dos escritos do geógrafo até aqui sinalizados e surgidos sobre o governo de Juscelino Kubitschek, Valverde publicou o artigo *Antropogeografia* (VALVERDE, 1957a), outro trabalho que merece destaque em função de conservar relações mais visíveis com os estudos sobre gênero de vida com enfoque cultural (ALMEIDA, 2000:179).
  15. Aspecto por demais estudado por BESSA (1994). Retomaremos esse assunto no capítulo 9, item 9.2.
  16. Conforme observa ALMEIDA (2000:92), no BS 229 de 30/11/1956: “(...) na área referente aos atos do Secretário Geral do CNG, constam a portaria de elogio aos funcionários do gabinete e memorandos à Diretoria de Administração sobre férias. Ao final da seção de processos, aparece também uma correspondência datada de 31 de outubro de 1956 enviada pelo gabinete da Divisão de Geografia encaminhando o plano de trabalho da obra *Geografia do Brasil em três volumes para ser elaborada entre 1956 /1957*. O plano de Orlando Valverde é exposto nas páginas 3 e 4 do BS.” Passada a solenidade de posse de Speridião Faissol ao cargo de Diretor da DG, a “Seção de Instruções e Ordens de Serviço” do BS 232 de 21/12/1956 fez constar a OS de 12/12/1956 por ele deferida, na qual dava início ao processo de modificação dos Grupos de Trabalho para a realização daquele intento inicialmente coordenado por Valverde. Nele, Faissol extinguiu o GT de Mapas de População, tendo distribuído as tarefas entre os setores de Estudos Sistemáticos e de Atlas e Ilustrações, integrou o GT Planalto Centro-Occidental na “Seção Regional Centro-Oeste”, suspendeu temporariamente as atividades do GT de Transportes, designou o Prof. Kurt Huck para a chefia do GT de Fitogeografia e transferiu o geógrafo Roberto Galvão para a “Seção Regional Norte”, integrou o GT de Relevo ao Setor Geomorfológico da “Seção de Estudos Sistemáticos” e o GT de Geografia das Indústrias ao Setor de Geografia Econômica, além de determinar transferências de quatro funcionários do GT de Geografia Urbana de volta a seus postos anteriores.
  17. No trecho da entrevista no qual nos apoiamos, é notório o esforço de Valverde para evitar comentar em pormenores o afastamento de Faissol da equipe de Waibel naquela ocasião. Sobre essa passagem, quando questionado sobre quem eram os participantes da equipe de geógrafos que trabalhavam ao lado de Waibel no Planalto Central, Valverde um tanto lacunar, apenas redarguiu: “Não. Aliás, o Faissol esteve, mas depois foi afastado, de maneira muito áspera, muito ruim. Ele publicou um trabalho dele, de seminário nosso, de Waibel, com o nome dele sem... dizendo que o Waibel e o Preston James tinham estudado aquele assunto. Simplesmente ele [Waibel] expulsou o Faissol da equipe... Mas isso eu não posso contar... Não quero essas coisas negativas. Eu estive... até depois eu encontrei até obstáculos, algumas pesquisas que não puderam sair integralmente” (ADAS, 2001).



18. Abordagem sucinta sobre esse aspecto, porém elucidativa, será oportunamente apresentada mais adiante, no capítulo 9.
19. E, no fluxo do depoimento, Valverde ainda complementou: “*Eu o chamo [Rodolfo Pinto Barbosa] de Mercartor brasileiro porque é o melhor cartógrafo para cartografia temática que eu conheci na minha vida inteira! E ele apresentou uns trabalhos que depois eu tive que roubar porque era de minha autoria e não deram nem para mim e nem para o Barbosa. Então, eu furtei! E tenho muito orgulho desse furto, ouviu!? De uma biblioteca que estava lá jogado. Você acredita que eu quis apresentar numa reunião que houve, quando veio aqui... aquele francês que anda em baixo d’água... aquele... um repórter super equipado... o Jacques Cousteau veio ao Brasil, fizeram uma recepção em Juiz de Fora sobre questões ambientais e eu disse: ‘- Eu vou apresentar uma nota prévia sobre a pesquisa do babaçu e tal’, e o sujeito me disse: ‘- O senhor está proibido de publicar isso! É assunto confidencial, o senhor não pode publicar isso.’” (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).*
20. Republicada anos mais tarde em MARIGHELLA, Carlos *et alli*. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1980. Nessa publicação, em nota os editores esclarecem que o texto de Orlando Valverde foi originalmente publicado na *Revista Estudos Sociais*, em 1962, informação sobre a qual nos apoiamos. Contudo, no *Curriculum Vitae* de Orlando Valverde, segundo ele próprio organizado com a ajuda de uma das filhas, atribui-se a data de publicação do referido texto ao ano de 1961.
21. Este último texto foi republicado posteriormente no livreto *Reflexões sobre a geografia* (São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980b).
22. Ao que tudo indica, o texto de Orlando Valverde - muito mais afeito à esquematização de uma aula - teve sua origem no Curso de Informações Geográficas de julho de 1961, destinado para professores do ensino secundário. Conforme salienta ALMEIDA (2000:286), de acordo com o regimento publicado nas páginas 5-6 do referido Curso, ele “*era oferecido preferencialmente para professores residentes no Estado da Guanabara e nos municípios fluminenses, cabendo as vagas excedentes aos candidatos dos demais estados ou territórios, mesmo assim sem direito a bolsas de estudo e à excursão.*” Comportando 16 aulas que foram ministradas entre 21-26 de julho de 1961, a aula de apresentação do referido Curso foi ministrada por Orlando Valverde, então diretor da Divisão Cultural, e seu programa congregava a seguinte divisão: 1) Didática da Geografia (4 aulas) - Prof<sup>o</sup>. Maurício Silva Santos; 2) Geografia Física (3 aulas) - Prof<sup>o</sup>. Alfredo José Porto Domingues; 3) Geografia Humana (4 aulas) e População (2 aulas) - Prof<sup>o</sup>. Aluízio Capdeville Duarte; 4) Cidades (2 aulas) - Prof<sup>a</sup>. Lysia Bernardes; 5) Geografia Econômica (5 aulas) e Geografia Agrária (3 aulas) - Prof<sup>o</sup>. Orlando Valverde; 6) Geografia das Indústrias (2 aulas) - Prof<sup>o</sup>. Pedro Pinchas Geiger. Conforme relata a mesma fonte, como complemento às aulas foi realizada uma conferência do Prof<sup>o</sup>. Dárdano de Andrade Lima sobre Vegetação do Nordeste. Foram ainda realizadas visitas técnicas ao Museu da Divisão Cultural e à exposição dos trabalhos feitos pela Divisão de Geografia para a Reunião Pan-Americana de Geografia que seria realizada em Buenos Aires no mês de agosto daquele ano. Dos 50 alunos inscritos, 32 eram da cidade do Rio de Janeiro, 5 de cidades do Estado do Rio, 9 de Minas Gerais, 3 de São Paulo e 1 da Bahia. Dos cariocas, 9 tornaram-se pesquisadores do IBGE, ingressando na casa na década de 1960: Edmon Nimer, Edna Mascarenhas (Sant’Ana), Elisabeth Fortunata Gentile, Maria Elisabeth Correa de Sá (Távora Maia), Maria Luiza Braga Behrendorf, Miguel Guimarães de Bulhões, Maria Therezinha Alves Alonso, Ney Julião Barroso e Olga Maria Buarque de Lima (ALMEIDA, 2000:286).
23. O torneio decisivo do autor para os estudos amazônicos seria consolidado pouco mais tarde, a partir de 1965.

24. Seu trabalho, juntamente com Catarina V. Dias, sobre a rodovia Belém-Brasília, onde apresentou os processos de ocupação agrícola em espaços cortados por estradas de integração na região Norte e Centro-Oeste abriu as primeiras pistas para a questão da importância do sistema urbano na Amazônia (VALVERDE & DIAS, 1967). Posteriormente, no final da década de 1980, coordenando uma equipe multidisciplinar, Orlando voltaria ao tema, focalizando a Amazônia Ocidental através da rodovia Transamazônica (VALVERDE, 1989). Ver a esse respeito, ALMEIDA (2000:190).
25. Conforme vimos no capítulo 5.
26. Faissol lembra da “gangorra” de postos de poder entre os grupos de Fábio e Zarur ou mais modernamente Lisia e Faissol que ocorreu entre 1956 e 1968:“(…) grupo Zarur x Grupo Fábio. Isso era AGB e era IBGE. Quando eu entrei para ser o Diretor da Divisão de Geografia foi o negócio, uma derrubada, veio a Revolução, aquela coisa toda e voltou o grupo do Fábio, passou a Revolução o grupo do Fábio saiu, voltei eu e ficou naquele negócio. Mas isso já na década de 70 praticamente tinha terminado, passada aquelas raivas, aqueles ódios, que eram meio pessoais.” (Apud Depoimento de Speridião Faissol a ALMEIDA, 2000).
27. De posse das balizas fornecidas e sem perdê-las de vista, passemos assim para o tratamento dos aspectos contextuais mais amplos - tendências sociais, políticas e intelectuais - que se somaram às vicissitudes institucionais vividas pelo geógrafo nos anos 1951-1964, de modo a aprofundar alguns elementos até aqui tão somente pontuados, mas, decerto, carecedores de uma explanação mais detida em virtude das relações que mantiveram com sua produção nesses anos. Ao fim e ao cabo, conforme é intenção fazer prevalecer, em apanhados de síntese gradativos, tal procedimento permitirá apreender a especificidade do texto valverdiano nesses anos nos quais se assistiu a importância crescente dos assuntos relativos ao campo brasileiro. Desse modo, o capítulo 9 e os Apêndices III, IV e V buscam articular igualmente outros elementos de conjuntura essenciais para se atingir o objetivo perseguido, entre os quais se destacam: no capítulo 9, o teor das políticas do segundo governo Vargas relativas à questão agrária, os pressupostos da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), a ausência de propostas políticas veementes para o problema agrário durante os anos JK e a particularidade do período 1961-1964 no que tange à questão; no Apêndice III tecemos um panorama bastante sucinto relativo às mobilizações sociais no campo brasileiro durante o período 1951-1964, justamente o relativo à fase de produção geográfica de Orlando Valverde colocada em linha de mira para ser analisada doravante nos demais capítulos de nosso trabalho; no Apêndice IV distinguimos certos traços marcantes da história da Educação Popular no Brasil a fim de se enquadrar de forma mais apropriada a natureza dos propósitos carreados com o surgimento da CNER no decurso da fase de produção do geógrafo brasileiro que se estendeu entre 1951 a 1964; e, no Apêndice V, são esboçados os posicionamentos de intelectuais brasileiros representativos do período no tocante ao campo brasileiro. Sendo assim, essas quatro partes de nosso trabalho compõem uma unidade explanativa, na verdade essencial, para se atingir o deslindamento das determinações históricas mais significativas que desempenharam em maior ou menor grau um importante papel na produção do autor relativa ao período sublinhado. Paralelamente ao perfil das partes citadas, os capítulos 10, 11, 12 e 13 encetarão o esforço de identificar as inflexões ou influências contextuais tomando-se em riste os próprios textos valverdianos lavrados entre 1951-1964. Sendo assim, o esforço ora iniciado, somado às condições institucionais de trabalho do geógrafo apresentadas neste capítulo, repercutirá de forma paulatina numa melhor identificação acerca das congruências e dissensões entre seus trabalhos e a ambiência social, político-ideológica e intelectual na qual se desenvolveram, permitindo, assim, auferir seus avanços e recuos diante dos posicionamentos de variados e representativos segmentos da vida brasileira perante o tratamento da questão agrária no período em evidência.

## CAPÍTULO 9

1. Vale lembrar, a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 não contemplou os trabalhadores rurais. Somente no governo João Goulart, na década de 1960, é que foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural. Nesse sentido, o Programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) antecipou-se como proposição à lei, que somente se tornaria realidade muitos anos depois da fundação do partido em 1945. No que se refere à questão agrária, se ao menos em certos círculos intelectuais e reformistas do aparato governamental ela havia despontado como assunto valorizado na segunda metade dos anos quarenta, refletindo-se, inclusive, em propostas encaminhadas ao Congresso Nacional, a partir da década de 1950 ela passou a ser alvo de debates e diligências institucionais mais acirrados. De um lado, isso ocorreu em virtude do já assinalado panorama social reivindicatório a seu favor (veja notas 3 e 7 do capítulo 8) e, de outro, em função da prevalência de um fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos principais partidos atuantes desde 1945 na conjuntura política brasileira, qual seja o fato do PTB ter incluído as questões sociais na sua plataforma programática ainda que como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto aos trabalhadores urbanos e rurais (DELGADO, 1989).
2. IANNI (1971) e WEFFORT (1972) enfatizam o total ineditismo da proposta de Vargas enquanto LESSA e FIORI (1983) frisam o continuísmo de seu segundo mandato. Porém, prevalece em todos esses autores a interpretação de que o dirigente da nação não teria dado atenção à questão agrária enquanto política de desenvolvimento. Articuladas em diferentes razões, essas visões encaram que a problemática agrária nesse governo apenas contabilizou um aspecto secundário em seu programa de desenvolvimento. Diante do projeto varguista, sustentam a ausência de uma proposta alternativa para o enfrentamento da questão agrária, enquanto DRAIBE (1985:181-182), inaugurando uma nova linha interpretativa, demonstrou que a questão agrária mereceu uma grande atenção no Segundo Governo Vargas e ocupou um papel importante dentro do seu plano geral de industrialização. A autora levantou dois aspectos de indiscutível relevância para fundamentar esse posicionamento: de um lado, houve uma proposta definida de Vargas para a questão agrária que não pode ser interpretada como simples continuidade e desdobramento da orientação do governo Dutra; de outro, o elenco de medidas delineavam um programa de modernização capitalista do campo, o qual estava organicamente articulado ao plano global de industrialização do Segundo Vargas. Essas duas hipóteses defendidas pela pesquisadora basearam-se na aceitação de que prevaleceu um projeto específico de industrialização no qual um dos eixos fundamentais consistiu na transformação em bases capitalistas modernas da estrutura agrária. Analisando os graus de interpenetração do Estado no processo de acumulação, privilegiando a questão da “inflexão da forma do Estado”, a autora destacou esse viés interpretativo considerando o delineamento do formato das transformações estatais no cumprimento das tarefas básicas da industrialização assumidas durante o Segundo Vargas.
3. Aspecto relevante para se entender, por exemplo, conforme aponta ANDRADE (1997:178-182), a influência dessa orientação sobre o geógrafo pernambucano Josué de Castro.
4. Passados os olhos nessas orientações de cunho geral e deveras abrangente, no que tange à análise do diagnóstico da situação da agricultura e das sugestões apresentadas por Vargas, cabe destacar a criação da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) e seus principais projetos. Entre estes, de um lado despontou a tentativa de regulamentação da Desapropriação por Interesse Social operada durante a gestão em pauta, reconstruindo não somente os principais dispositivos do projeto e as críticas que recebeu como também o intenso debate sobre o tema que engajou ilustres representantes das principais tendências políticas e econômicas da época, o que permite visualizar o alinhamento das diversas forças

sociais frente à reforma agrária. De outro, Vargas acenou para a criação do Serviço Social Rural (SSR) e a tentativa de extensão dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho ao campo, tornando visível seu interesse em incorporar os trabalhadores rurais ao esquema getulista (TAPIA, 1986:181).

Aproveitando o ensejo, convém precisar que a Comissão Nacional de Política Agrária, do mesmo modo que o Conselho de Desenvolvimento Industrial ou mesmo o Conselho Nacional de Bem-Estar, era uma comissão interministerial que visava dotar o Estado de instrumentos para elaborar e executar, com agilidade, eficiência e harmonia, as políticas nacionais para o setor agrário. A CNPA foi criada em 25 de julho de 1951, através do decreto n. 29.803. O novo órgão teria a incumbência de estudar e propor ao Presidente da República medidas para a organização e o desenvolvimento da economia agrícola e bem-estar rural (TAPIA, 1986:190). Criada na condição de órgão de coordenação geral, a CNPA não era uma estrutura adequada para a execução de políticas setoriais; assim foram criados os órgãos encarregados de elaborar e implementar os projetos econômicos e sociais para o setor rural: o Instituto de Imigração e Colonização (INIC), a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas, o Conselho Nacional de Administração e Empréstimos Rurais e o Serviço Social Rural (DRAIBE, 1985:215).

Do ponto de vista da articulação entre Estado e interesses privados, DRAIBE (1985:224) observa que prevaleceu no caso da CNPA o modelo corporativista dominante desde os anos trinta. Contudo, uma pequena diferença pode ser sublinhada: ao ser feita através de órgãos setoriais, a participação das “classes produtoras” se fez de modo fragmentado. De qualquer modo, durante o segundo Vargas se realizou a constituição da moldura institucional voltada para o enfrentamento da questão agrária, sendo que o tratamento da problemática agrária durante esse mandato não se resumiu a um conjunto de intenções discursivas, mas avançou dentro de uma perspectiva global do avanço industrial, no sentido da armação de estrutura institucional dirigida para a elaboração de uma política agrária orgânica e articulada com o plano geral de industrialização. Esse traço, conforme mencionado no corpo-de-texto de nosso trabalho, foi distintivo do segundo Vargas em relação ao período do presidente Eurico Gaspar Dutra e, não menos importante realçar, mesmo em relação ao período 1930-1945 (TAPIA, 1986:190).

Nascida sob inspiração da corrente reformista dentro do governo Vargas, ainda é interessante observar que a CNPA, na verdade, veio à lume por iniciativa de Rômulo de Almeida, dirigente da Assessoria Econômica da Presidência da República. Seu objetivo era o de propor, através de um colegiado, mudanças na estrutura agrária a serem encaminhadas pelo Executivo ao Congresso Nacional. Em sua composição, a CNPA era presidida pelo Ministro da Agricultura, João Cleofas, fazendo parte dela representantes dos Ministérios da Fazenda, da Educação e Saúde, da Justiça e Negócios do Interior, do Trabalho, Indústria e Comércio; e representantes de entidades ligadas às classes agrárias como a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) (TAPIA, 1986:190). Incomodados com a composição inicialmente bastante conservadora da CNPA, seus idealizadores reformistas, Rômulo de Almeida e Aluisio Afonso Campos, empreenderam rearranjos integrando alguns assessores do governo e excluindo alguns membros efetivos da Comissão, buscando nisso reforçar as posições favoráveis às mudanças no campo.

Entre os oito objetivos definidos pelo novo órgão, constou o aumento da produtividade, o amparo ao trabalhador rural, a organização das classes agrárias (cooperativas), a extensão progressiva da previdência social e assistência aos meios rurais, a revisão das regras que regulavam as relações entre proprietários e demais categorias do campo (parceiros, meeiros, arrendatários, entre outros) buscando maior garantia aos trabalhadores. Também fizeram parte de suas metas a assistência ao pequeno proprietário, o barateamento do preço da terra

pelo desencorajamento de sua posse improdutiva ou especulativa e a melhor utilização das terras de domínio público visando a elaboração de um plano nacional de colonização (TAPIA, 1986:191-192). A estratégia escolhida pelo governo com relação à CNPA configurou uma “estratégia dos múltiplos projetos” para o qual, conforme pode ser observado nos objetivos indicados, dotava os órgãos responsáveis pelas políticas setoriais como o INIC e SSR de grande importância. Por razões não meramente técnicas, mas, sobretudo, de caráter político, ao invés de apresentar um único projeto amplo, “na prática irrealizável”, o governo optou por seguir uma linha de projetos específicos que, ao final, no seu conjunto, permitissem consolidar um projeto amplo de reforma agrária.

Não obstante esses intentos, BENEVIDES (1981:190) notificou que nenhum dos projetos da CNPA chegou a ser examinado devidamente em virtude do ecletismo de seus membros, tendo desfechado o parecer de que a Comissão não realizou efetivamente nenhuma mudança na estrutura agrária. Apesar disso, nessa altura de nossa exposição é importante buscar uma qualificação do conteúdo do ideário reformista nos trabalhos da CNPA.

Sendo assim, em agosto de 1951 o ministro João Cleofas divulgou, em entrevista amplamente difundida na imprensa, o sentido da reforma agrária defendida pelo governo. Entre os pontos por ele destacados, lembrando a moderna legislação social que Vargas havia legado ao país por vias pacíficas, enfatizou que as iniciativas vislumbradas pela CNPA e pela SSR deveriam ser apoiadas uma vez que consistiam no remédio mais eficaz para evitar o fantasma da propagação do comunismo. Identificando a posição de Vargas com um tipo de reforma agrária levada a efeito em países que haviam optado por ela em moldes permanentes, num processo contínuo de revisão das relações entre o homem e a terra, distanciando-se dos casos mexicano e soviético nos quais prevalecera uma posição obstinadamente contra a realização de qualquer reforma agrária nesses moldes, Cleofas ainda ressaltou que a política de colonização deveria levar em conta os trabalhos existentes e atender preferencialmente o trabalhador nacional. Defendeu na mesma ocasião o apoio financeiro aos pequenos proprietários observando que era uma medida altamente conservadora, pois em diversos países europeus a classe média rural era o principal obstáculo ao comunismo. Finalmente, ressaltou a importância da regulamentação dos arrendamentos dada a sua grande incidência e tocou na questão da legislação agrária adequada à diversidade regional, tanto no que dizia respeito ao cultivo da terra, regime de propriedade como no que se referia às disponibilidades de infra-estrutura como, por exemplo, transportes (TAPIA, 1986:193-194).

Em setembro de 1952, o presidente Getúlio Vargas se manifestou favoravelmente ao documento a ele encaminhado pela CNPA, intitulado “Diretrizes para a Reforma Agrária”. Importante para a compreensão das linhas mestras da orientação varguista sobre a questão agrária naquele momento, esse registro patenteou os princípios básicos que deveriam nortear suas propostas. Naquele registro oficial, a CNPA reconhecia como instrumento básico a adoção do princípio constitucional previsto no artigo 147 da Carta Magna de 1946, ou seja, o ponto de partida seria a aplicação do preceito constitucional que condicionava o direito de propriedade ao bem-estar-social (TAPIA, 1986:194-195). Em apanhado sucinto de suas partes, o documento propunha que a legislação deveria impedir a fragmentação indiscriminada das terras, toda vez que ela viesse a implicar uma depreciação econômica da região, seja pela qualidade das culturas ou tipo de exploração agrícola. O documento dizia ainda, com respeito ao combate aos latifúndios improdutivos, ser necessário privilegiar o dispositivo constitucional do artigo 147 em detrimento do parágrafo 16 do artigo 141, o que possibilitaria condicionar a propriedade à sua função social e assegurar sua distribuição de modo amplo.

Com relação ao cálculo da indenização, o governo manifestava uma clara disposição de restringi-lo ao que considerava essencial, isto é, ao seu custo histórico. As diretrizes

definiam como terras prioritárias para fins de desapropriação aquelas situadas próximas aos centros urbanos, segundo critérios de satisfação do abastecimento urbano (TAPIA, 1986:196). As terras preferenciais para fins de desapropriação seriam as que não se achassem cultivadas, apesar da existência de condições favoráveis; as que, por critérios técnicos, estivessem manifestadamente mal-cultivadas; e aquelas adquiridas para fins especulativos e mantidas inexploradas. No caso das terras valorizadas por obras públicas, quando constituíssem latifúndios suscetíveis de aproveitamento econômico para fins de colonização, seriam desapropriados previamente, cabendo ao proprietário uma extensão de terra equivalente àquela cultivada por ele. As áreas próximas dos centros urbanos, cuja cultura fosse necessária para o abastecimento, não poderiam ser loteadas, ficando seus proprietários obrigados a seguir um plano de zoneamento agrícola.

5. No decurso de nossa investigação, quando nos deparamos com as relações estabelecidas entre Valverde e a CNER e que foram explicitadas no capítulo anterior, julgamos válido indagar o surgimento dessa Campanha no segundo Vargas remontando-se aos interesses da educação rural capitalista na formação social brasileira. Sem sombra de dúvidas, o percurso sobre as condições históricas explicativas do surgimento dessa Campanha merecem alguns comentários a fim de revelar seus objetivos, métodos e teor filosófico-ideológico, pois cremos que isso nos ajudou a desvendar seu significado no período que atraiu nosso interesse. Esse percurso encontra-se apresentado no Apêndice IV ao final de nosso trabalho.
6. Porém, somente em 27 de março de 1956, no Governo de Juscelino Kubistschek, a CNER foi definitivamente regulamentada, passando a dispor de verbas próprias, pelos decretos ns. 38.955 e 39.871. Em 1956, realizou-se um perfeito entrosamento financeiro, técnico e ideológico estabelecido entre a CNER e o Ponto IV e a CNER e a CARE (Cooperativa Americana de Remessas para o Exterior dos EUA), ambos de procedência americana. O Acordo com o Ponto IV, do Governo dos EUA, através da *United States Operation Mission-Brazil*, estabelecia uma cooperação com as organizações municipais, estaduais e federais que trabalhavam em prol do desenvolvimento dos níveis de padrões de vida das populações rurais. Além de equipar vários Postos de Educação Áudio-Visual, esses acordos também efetivou a doação de ferramentas para agricultores e para carpinteiro rural. No dia 7 de dezembro de 1956, sob o espectro do mesmo acordo, instalou-se em Colatina, Espírito Santo, o primeiro Centro Regional de Educação de Base no Brasil, sob a orientação da CNER. A programação desenvolvida junto às professoras rurais caminhava no sentido de levá-las a substituírem, na comunidade onde atuavam, aspectos da cultura camponesa considerados pela CNER como atrasados (BARREIRO, 1989:116-117 e 120). Mais tarde, em 1960, Orlando Valverde publicou na *Revista do Serviço Social Rural (SSR)* o trabalho “Os distritos meridionais de Colatina - Espírito Santo”. Nota-se, assim, que no desenvolvimento das políticas educativas voltadas ao campo brasileiro e a despeito de suas mudanças institucionais, o geógrafo dirigiu seu labor científico justamente para as áreas onde as atividades das mesmas foram realizadas. Os desdobramentos dessa relação serão tratados, principalmente, no capítulo 11.
7. Ainda na década de 1950, foram criados mais dois programas vinculados ao Desenvolvimento de Comunidade e, a exemplo da CNER, inspirados em experiências americanas, voltados para a modernização da agricultura. O primeiro deles foi o da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criado em 1956. O segundo programa, o do Serviço Social Rural (SSR), foi instituído pelo projeto de lei n. 84 de 11/11/1948, sendo instalado em 1955. O SSR foi um dos programas extencionistas criados nesses anos, de âmbito nacional e diretamente subordinado ao Ministério da Agricultura. Criado em dezembro de 1951, teve sua etapa inicial de implantação por volta de 1958, e objetivava dotar os trabalhadores da agricultura de uma instituição nos moldes já existentes para os operários e trabalhadores do comércio (SESI, SESC). Nas décadas de 1940 e 1950, a criação desses programas no meio rural objetivou reorganizar e racionalizar o processo de trabalho requerido pela modernização no campo. No meio urbano, essa preocupação existiu

desde o fim da Primeira Guerra, ganhando corpo, porém, a partir de 1931, com a criação, em São Paulo, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), dedicado à formulação de estratégias de institucionalização de ciência e tecnologia em torno da organização racional e industrial no processo de trabalho entre 1931-1945 (BARREIRO, 1989:104-105).

8. Assunto tratado no Apêndice III de nosso trabalho.
9. Entretanto, conforme a análise desenvolvida por BARREIRO (1989 e 1997) em dois trabalhos dedicados ao assunto, esse princípio jamais foi colocado em prática durante os trabalhos da CNER. Ao invés de propor uma pedagogia que contribuísse efetivamente para a transformação social, a autora analisou várias facetas desse programa que permitem qualificá-lo como uma modalidade de “Educação Rural Capitalista” para assegurar os intentos já mencionados.
10. E pautando-se nos elementos explicitados nas notas 3 e 7 do capítulo 8 sobre as reivindicações populares e à esquerda do espectro político relativas ao campo brasileiro.
11. Doravante, a fim de introduzir um esboço sobre os principais posicionamentos relativos à questão agrária durante os anos 1956-1964, vale precisar algumas questões colocadas no tópico anterior. Em primeiro lugar, no que tange as reações da burguesia agrária perante as propostas da CNPA, vale complementar as informações fornecidas dizendo que no decurso do segundo mandato de Getúlio Vargas prevaleceu uma aliança entre dois segmentos desta tendência, cujo alicerce estribou-se num posicionamento contrário ao teor reformista daquele centro de propostas governamental. Mais especificamente com respeito ao problema da reforma agrária, no referido período político os setores agrários conservadores mantiveram-se divididos entre duas inclinações predominantes: de um lado, os partidários das idéias modernizantes e, de outro, a identificação de parcelas significativas de seus representantes com uma orientação nitidamente anti-industrialista. Na verdade, embora não conservassem identidade de pontos de vista sobre o campo brasileiro, fato importante a ser ressaltado é o de que os partidários das duas correntes mantinham arraigada oposição à CNPA, disso resultando certo elo discursivo comum entre o teor de suas manifestações. Contudo, pode-se dizer que a partir de 1954 ocorreu uma inflexão nesse parâmetro até então unificador de suas vocalizações. O ponto inaugural de tal fato veio à cena com a realização da “IIIª Conferência Rural Brasileira”, realizada naquele ano, instaurando então uma mudança no discurso e no tratamento dedicado pelos setores agrários conservadores à questão agrária.

Em apanhado de síntese, a partir da referida ocasião, algumas diferenças começaram a se explicitar entre as duas inclinações mencionadas. Nela, os setores defensores da modernização agrária parecem ter assumido a hegemonia dentro da burguesia agrária e esta mudança, ao contrário do período antecessor, fez com que a rejeição das teses reformistas não mais significasse necessária recusa de transformações na estrutura agrária. Com efeito, a partir desse momento, a burguesia agrária sinalizou maior reação ao desafio reformista, propondo alternativas que contemplassem mudanças na estrutura agrária sem implicar, entretanto, em redistribuição da propriedade fundiária. Tal posição somente adquiriu plenas feições em 1956, durante a “IV Conferência Rural”, realizada em Fortaleza, cuja orientação foi nitidamente a favor de medidas capazes de modernizar o campo, as quais prescindiriam de profundas alterações na distribuição da propriedade da terra. A bem dizer, na prática concreta dos setores agrários, essa mudança também esteve condicionada ao fato de que o getulismo fora derrotado em agosto de 1954. Como um de seus desdobramentos, principalmente no Congresso Nacional, as forças reformistas atuantes viram-se enfraquecidas. Assim, exorcizando o fantasma do “getulismo”, o clima de discussão sobre a questão agrária tornou-se menos relacionado com aquele temor aventado até o final dos anos cinquenta, quando novamente adquiriria ares de “ameaça” acompanhando a

radicalização da luta no campo, cujo ápice adviria em março de 1964 com o célebre decreto relativo à desapropriação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

Transposto esse cômputo breve sobre certas questões candentes referentes ao período 1951-1954, há que se atentar que o resgate percorrido permite observar com mais atenção que os ataques dirigidos contra as iniciativas governamentais relativas à questão agrária foram também condicionados pelas mudanças trazidas após a morte de Getúlio Vargas. Vale insistir neste ponto, pois ele constituiu a pedra de toque responsável por descerrar uma compreensão mais justa sobre o momento político ora em foco de interesse, isto é, aquele relativo aos anos 1956-1964. De um lado, nota-se que entre 1952-1954 realmente houve uma mobilização global dos setores agrários conservadores contra as propostas da CNPA, centrada na desnecessidade de uma reforma agrária redistributiva, na inconstitucionalidade da desapropriação pelo custo histórico, na inconveniência da extensão automática da Consolidação das Leis do Trabalho ao mundo rural, assim como do sindicalismo. De outro, com a instauração da mudança substancial há pouco frisada, advinda com a ascensão do pensamento modernizante no interior dos posicionamentos da burguesia agrária, pode-se dizer que as críticas indicadas foram qualificadas, comportando inclusive a tese redistributivista. Assim, no desfraldar da campanha eleitoral de 1955 e, na seqüência, em direção à entrega do cargo presidencial nas mãos de Juscelino Kubitschek, sem alterar totalmente suas posições sustentadas anteriormente, entre outros assuntos polêmicos os agrários passaram a admitir, em casos especiais, a divisão e a distribuição das propriedades, bem como a elaboração de um código trabalhista para reger as relações de trabalho na agricultura. Ao mesmo tempo, mantiveram a condenação da tese da desapropriação pelo custo histórico e das iniciativas reformistas que propunham privilegiar a questão da estrutura de propriedade fundiária na resolução dos problemas agrários.

Passo adiante, para além das inovações valorativas já indicadas, talvez mais oportuno e certamente mais próximo do que nos interessa por ora é sublinhar que, conforme apontado no corpo-de-texto, a partir de 1954 assistiu-se a uma crescente convergência entre as posições assumidas pela burguesia industrial e os setores agrários modernizantes.

12. O livro de Cassiano Ricardo, “Marcha para o Oeste”, teve sua quarta edição em 1970. Nela, o autor acentuou no capítulo final o prosseguimento do “espírito bandeirante” estatal para além do Estado Novo, enfatizando como marcos, sobretudo, a construção de Brasília, a Rodovia Belém-Brasília, o Projeto Rondon e a Rodovia Transamazônica. Vale frisar duas análises a esse respeito: a de VELHO (1979:147) e GUIMARÃES NETO (2002:49, 52 e 84).
13. Com efeito, as principais avaliações de sua administração são uníssonas em afirmar que a realização do Plano de Metas foi coroada de sucesso (LAFER, 1970; BENEVIDES, 1979; MARANHÃO, 1985; SKIDMORE 1979).
14. No tocante ao assunto, IANNI (2004:259), por exemplo, considera que a orientação ideológica das iniciativas governamentais de JK entre 1956-1961 esteve principalmente ancorada no desenvolvimentismo neobismarckiano do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), na verdade pontificado por Hélio Jaguaribe, relativo a uma primeira fase talvez mais homogênea do órgão (1955-1958), quando, neste último ano, Jaguaribe dele se desligou. Grassados com as condições favoráveis para a criação de uma “ideologia do desenvolvimento” visando torná-la uma espécie de “idéia-força” do capitalismo industrial, isto é, monopolista e que adquiria um impulso excepcional nos anos cinquenta, o grupo de intelectuais isebianos dessa primeira fase do órgão defenderam algumas idéias, cujas tonalidades essenciais podem ser assim resumidas.

Em primeiro plano, convém frisar que toda a discussão a respeito do que fazer tinha como ponto de partida a idéia de que a sociedade brasileira era sobremodo tradicional,



arcaica, composta com escassos segmentos modernos. Tinha-se em mente ser necessário dinamizar esses últimos, horizonte vislumbrado em função de que essa transformação poderia até mesmo incentivar e modificar o conjunto da sociedade. Ou seja, a compreensão isebiana da sociedade brasileira comportava uma visão dualista e, sendo assim, na base da sua concepção de progresso ou desenvolvimento, a modernização constava como a articuladora de suas metas almejadas.

Em segundo lugar, no que tange ao aparelho de Estado, os isebianos conferiam um papel não somente relevante como também principal na definição e condução do desenvolvimento econômico. Pleiteava-se a substituição do chamado “Estado cartorial”, entendido como característico da sociedade tradicional e arcaica, e, em seu lugar, a instauração do que era tido como o “Estado funcional”, ou seja, aquele ao qual cabia municiar com as condições de programar e realizar políticas e projetos de desenvolvimento.

Uma terceira idéia capital imiscuída na visão isebiana da sociedade brasileira comportava o parecer de que caberia às elites esclarecidas e deliberantes - sobretudo empresários industriais e intelectuais - colocar a ideologia do desenvolvimento em marcha. Para tanto, era tido como essencial angariar o controle ou a influência no aparelho de Estado.

Por implicação dessas idéias-mestras e em quarto lugar, desprende-se que o pensamento isebiano não atribuía qualquer papel político singular às classes sociais ou às suas frações. Na verdade, tal atribuição recaía sobre a burguesia empresarial ou industrial, setor que encontraria seus intérpretes e servidores nas elites intelectuais ou mesmo técnicas.

Em quinto lugar e igualmente como desdobramento do já exposto, na concepção isebiana o desenvolvimento econômico capitalista deveria ser realizado por um Estado autoritário (IANNI, 2004:255-256). Não obstante, e é bom que se esclareça, isso não significa que a questão do autoritarismo tenha sido expressa numa correlação exata quando remetida ao pensamento dos isebianos. DEBERT (1988) afirma que tanto a Escola Superior de Guerra quanto o ISEB procuraram marcar a distância de suas propostas em relação a esse discurso, argumentando que a intervenção do Estado no social não se traduzia, necessariamente, numa proposta autoritária. Na ESG, o autoritarismo tinha como exemplo vivo os regimes comunistas, cuja essência era definida pela existência de uma casta de burocratas que detinha o poder e conduzia a política em seu próprio benefício. A intervenção do Estado desejada era aquela conduzida por princípios técnicos e científicos a serviço do desenvolvimento econômico e social. No ISEB, a intervenção estatal desejada era aquela guiada por princípios técnicos e científicos, mas que não podiam desvincular-se de um compromisso com as parcelas mais pobres da população. Para os dois casos analisados pela pesquisadora, a distância em relação ao discurso autoritário era marcada pela ênfase na necessidade de uma participação intensa e direta da população nas tomadas de decisões políticas. A idéia do planejamento como condução técnica e científica do desenvolvimento econômico foi uma idéia que ganhou uma autonomia discursiva. No ISEB, tratava-se de mostrar que as opções técnicas implicavam em opções políticas. Na ESG, ao contrário, havia a preocupação de separar as questões que diziam respeito ao planejamento e à segurança nacional das questões propriamente políticas que a escola se eximia de discutir.

Julgando não ser conveniente adentrar em demasia nas características das diversas análises que se voltaram ao estudo das propostas do Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) e de suas relações com a defesa da plataforma nacional-desenvolvimentista de JK, cabe tão somente atentar que os escritos do ISEB não lograram sair de um determinado campo teórico e conceitual com o qual os intelectuais engajados pensaram a realidade brasileira na década de 1950. No rol dos conceitos difundidos por seus intelectuais a fim de difundir os projetos de mudança social propugnados pelo grupo, constaram bastante vivos e loquazes os de “situação colonial”, “mercado interno”, “clientelismo”, “imperialismo”, “reforma

agrária”, “integração nacional”, todos alinhavados segundo o norte das preocupações atinentes ao desenvolvimento econômico e para com a sistematização de uma ideologia de mobilização política. No dizer de BESSA (1994:115), “*estes eram os temas caros, mas ‘inegociáveis’ pelas forças progressistas que propunham uma via de desenvolvimento ao capitalismo brasileiro.*”

Para o que aqui nos interessa e a partir dos elementos apresentados, talvez seja mais proveitoso destacar que a reflexão isebiana sobre a tensão existente entre capitalismo e democracia desnudava os diferentes interesses econômicos, sociais e políticos, então em jogo e em conflito que potencialmente punham em risco o projeto social acalentado pelo grupo. Com efeito, se os interesses industrialistas eram fortes, também o era o poder dos ruralistas, cuja ação política esse agrupamento presumia ser contrária à industrialização. Na verdade, a despeito da reconhecida heterogeneidade na visão dos intelectuais isebianos, pode-se dizer que preponderava certo consenso entre eles de que a democratização, ocorrida a partir de 1946, havia tornado o cenário nacional ainda mais complexo. Entreviam-no como abertura para a crescente participação e organização política popular, cujas aspirações e demandas poderiam não coincidir com aquelas defendidas e esperadas pela burguesia e, menos ainda, dentro da visão isebiana, com os interesses da oligarquia rural. Num quadro político ainda fortemente marcado pela presença da elite rural conservadora, a ascensão das demandas populares era um desafio político bastante considerável. Disso não tinha dúvidas, aliás, nenhum intelectual ou político minimamente sensível e observador da experiência democrática (MOREIRA, 2003:164).

15. Trabalho interessante sobre o teor das idéias veiculadas pela *Revista Brasiliense* com realce para as relações entre seus editores e o programa político do PCB é o de LIMONGI (1987). Nele, o autor sistematiza uma compreensão contextual da referida publicação ao tomar como ponto de partida o cenário mais amplo no qual se desenvolveu, estabelecendo seus laços e vínculos com o mundo político ideológico vigente. Inicialmente, o foco de análise adotado concentra-se justamente neste ponto, buscando apontar as relações existentes entre a publicação e os partidos políticos, em particular com o PCB e com o movimento nacionalista. O pesquisador considera ser este um aspecto essencial para uma visão de conjunto da *Revista Brasiliense* no cenário político, sustentando que nele sua posição esteve marcada pelo isolamento. Ademais, este texto ainda sugere que a revista deve ser analisada tendo em conta os seus vínculos com o mundo cultural paulista e as transformações pelas quais passou durante o período de sua publicação (1955-1964). Embora de posse de trabalhos dessa natureza, optamos por não adentrar demasiadamente no tema do nacionalismo econômico, articulado no meio intelectual da época principalmente pelos colaboradores mais ativos da *Revista Brasiliense*, tais como Caio Prado Júnior, Heitor Ferreira Lima, Elias Chaves Neto, entre outros. Para uma visão mais acurada sobre o assunto, ver COLISTETE (1990), BESSA (1994) e MOREIRA (2003).
16. Apenas para ilustrar onde e como essa conotação se manifestou nos anos cinqüenta, basta lembrar o teor das formulações de Celso Furtado no referido lustro, nas quais despontou como meta a ser alcançada a equalização do espaço nacional, o que resultaria numa superação das regiões como unidades diferenciadas. Ademais, o entendimento negativo da questão regional também esteve imiscuído nas concepções geográficas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cuja investidura de propostas foi passada em revista assaz ligeira mais atrás (nota 14). Conforme afirma MORAES (2002:172), referindo-se ao respectivo centro disseminador de idéias, ele em verdade apenas aplicou no país a visão espacial de desenvolvimento contida na teorização da CEPAL. No dizer do estudioso, “*segundo esta orientação o desenvolvimento resultaria em homogeneização do território, a qual expressaria a meta básica perseguida pelos cepalinos: a consolidação do mercado nacional.*”

17. Aliás, esse enquadramento de análise encontra respaldo em outros estudiosos, tais como, apenas a título de exemplo, CAMARGO (1986), MOREIRA (2003) e IANNI (2004).
18. Para um tratamento pormenorizado sobre essa questão, consultar o trabalho de MOREIRA (2003:166-169). A historiadora aborda a atuação dos chamados progressistas, a figura proeminente de José Joffily nos debates, bem como caracteriza as tendências políticas manifestas na “Ala Moça” (PSD) e “Bossa Nova” (UDN) e, ainda, o significado político da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). A “Ala Moça” foi o nome com que eram chamados os parlamentares progressistas do PSD. Entre os seus mais ilustres integrantes estavam Ulisses Guimarães, Renato Archer, Oliveira Britto, Cid Carvalho, José Joffily, Vieira de Melo e Nestor Jost. Já a Frente Parlamentar Nacionalista foi um dos principais agrupamentos supra-partidários, composto por parlamentares nacionalistas defensores das reformas de base. Entre seus representantes mais ilustres encontravam-se Leonel Brizola, Neiva Moreira, Sérgio Magalhães, Bento Gonçalves, Fernando Ferrari, Eusébio Rocha e Temperani Pereira. Por último, a “Bossa Nova” foi o nome dado ao grupo de parlamentares udenistas que apoiavam os projetos reformistas - lei anti-truste e de remessa de lucros, a defesa das riquezas nacionais, a reforma da lei do imposto de renda, entre outras. Os principais inspiradores da “Bossa Nova” foram José Aparecido de Oliveira, José Sarney, Clóvis Ferro Costa e João Seixas Dória (BENEVIDES, 1981:115).
19. Parecer semelhante é compartilhado por SKIDMORE (1979:214).
20. Deixamos a(o) leitor(a) o desbravamento das minudências de tais estudos, a bem dizer de interesse insuspeito para os geógrafos preocupados em estabelecer relações entre os projetos político-ideológicos vigentes de então e suas ressonâncias territoriais na concepção da nação. Diante da natureza e limites de nosso trabalho, enveredar por esta seara decerto causaria dano à síntese almejada do período político aqui passado em ligeira revista, cujo teor, na medida do possível, obedece sobremodo às necessidades colocadas por nosso trabalho, isto é, apenas busca dar conta, sem constituir ponto central de análise, de certo “esfriamento” na discussão da questão agrária durante o Governo JK para melhor situar mais adiante (capítulos 10 e 11) nosso objeto de estudo, isto é, o teor da obra geográfica vertida nesses idos bem como retomar algumas características explanadas no capítulo 8 a respeito das vicissitudes institucionais vividas por Orlando Valverde nessa fase.
21. Durante a sua campanha, o candidato vitorioso Jânio Quadros defendeu a extensão da legislação social às populações rurais e a elaboração de uma lei agrária objetivando o acesso à terra, assegurando à propriedade o seu sentido social. Empossado no cargo, Jânio Quadros continuou a defender mudanças na estrutura agrária.
22. Sem desejar aqui adentrar em demasia nessa seara por demais específica e igualmente interessante, pode-se dizer que entre as limitações em vias de superação vislumbradas pela PEI janista constou a busca da multilateralização das relações internacionais brasileiras, em substituição à ênfase antes conferida para os intercâmbios com os EUA e para a inserção do país no contexto hemisférico. Maiores detalhes a respeito podem ser consultados em VEZENTINE (2003:207-215, principalmente).
23. Geralmente o governo Quadros é interpretado a partir do conflito entre uma política interna de corte conservador e uma política externa independente. CAMARGO (1986:169) defende uma interpretação alternativa, segundo a qual “(...) *uma revisão histórica dos curtos sete meses do governo Quadros indica a profundidade de algumas modificações que pretendia introduzir no plano social e que conduzem, seja por inconformismo, seja por pressão, ao impasse de sua renúncia.*” Para a autora teria existido um projeto reformista janista onde a questão agrária e outras reformas estariam “*organicamente ligadas à projeção internacional brasileira e à questão de sua soberania, reforçando a concepção de que seria*

*indispensável um sólido respaldo interno para que o país definisse as bases de sua vocação hegemônica” (CAMARGO, 1986:170).*

24. Assunto passado em revista na nota 7 do capítulo 8.
25. Um tratamento ajustado sobre o assunto poder ser consultado em TAPIA (1986:486-494).
26. Na perspectiva conservadora coube ao deputado pessedista Gileno De Carli a apresentação da crítica global ao substitutivo Joffily. Ele exprimiria a reação das bases ruralistas do partido contrárias ao espírito do substitutivo. A proposta De Carli propunha a realização tão somente de um programa sócio-econômico de distribuição das terras, a partir da utilização das terras devolutas pertencentes à União. Ademais, o ponto de vista expresso pelo Projeto De Carli era compartilhado por vários parlamentares da UDN e do próprio PSD. Assim, os deputados da bancada mineira da UDN, Geraldo Freire e José Humberto, insistiam na necessidade de manter a forma de pagamento das indenizações prevista na Constituição e na necessidade de privilegiar as terras devolutas para fins do programa de redistribuição de terras. Ao passo que Carlos Gomes (UDN-AL) e Rubem Nogueira (PSD-BA) apresentavam emendas suprimindo a desapropriação temporária e o cálculo baseado na declaração para fins de imposto territorial rural. Outro mineiro, Último de Carvalho (PSD), importante figura nos meios conservadores, apresentou emenda supressiva dirigida, no essencial, para os artigos que versavam sobre os casos passíveis de desapropriação, a possibilidade de desapropriação temporária e o cálculo da indenização das desapropriações. Na justificativa, Carvalho acusava o substitutivo de inexecutável e inconstitucional. Mais tarde, a direção do PSD utilizaria a mesma argumentação para impedir a votação do projeto Joffily (TAPIA, 1986:477-479). Como se percebe, a trajetória do substitutivo Joffily foi marcada por resistências localizadas nos principais partidos, inclusive no PSD. No Congresso, o partido se dividiu entre o substitutivo e o projeto De Carli. A natureza dos projetos em confronto demarcava, explicitamente, posições políticas e ideológicas divergentes entre, de um lado, os setores progressistas abrigados na chamada “Ala Moça” e, de outro, os setores ruralistas e conservadores que insistiam na intocabilidade da Constituição. Também o PTB não parecia disposto a hipotecar apoio ao projeto Joffily. Com isso, a sorte do projeto Joffily passou a depender da resolução do “impasse” interno do PSD.; Esse se resolveu através do exame do projeto por uma comissão designada por Amaral Peixoto e composta por Gustavo Capanema, Ulisses Guimarães e Oliveira Brito. O parecer da Comissão foi pela inconstitucionalidade do substitutivo. Esta decisão antecipou o destino do projeto. Em 23 de agosto de 1961, reunida para examinar o parecer, a bancada na Câmara o ratifica, inviabilizando a aprovação do projeto Joffily. Essa atitude do PSD não significou um fechamento de questão, inflexível, diante da questão da reforma agrária. Como observa HIPÓLITO (1985:226), a posição conservadora expressa por parlamentares como Último de Carvalho era minoritária nesse momento. A atitude do PSD não se limitou a uma mera rejeição da reforma agrária. Assim, na declaração final da IX Convenção Nacional, realizada em março de 1962, o PSD se posicionava admitindo a aprovação de uma emenda constitucional, a desapropriação dos latifúndios improdutivos, medidas financeiras e técnicas modernas. Posteriormente, entre 1962-1963, coube ainda ao PSD um papel importante nas tentativas de negociar a aprovação de uma reforma agrária. Seguindo o excelente trabalho de Lúcia Hippólito, pode-se afirmar que o estreitamento das condições de negociação, a partir do segundo semestre de 1963, e a virada à “direita” do PSD, explicam, em boa parte, a inviabilidade da aprovação da reforma agrária e o próprio colapso do regime populista.

## CAPÍTULO 10

1. Esse itinerário foi percorrido no capítulo 8.
2. Tanto neste quanto nos próximos capítulos teremos a ocasião de esclarecer essa pontuação.
3. Essa afirmação pauta-se na interpretação a qual chegamos ao final do capítulo 3, onde apontou-se que foi a partir da essência das representações e prerrogativas territoriais estadonovistas consubstanciadas na “Campanha Marcha para o Oeste” que Orlando Valverde extraiu as diretrizes fundamentais para a consecução de seu labor geográfico tanto no decorrer dos anos de vigência do regime quanto mesmo após dele.
4. Aliás, tal ideário não tendo estado ausente também do esforço mais amplo de (re)construção nacional propugnado por Cassiano Ricardo quando mitificou as Bandeiras no sentido de fundamentar inclusive nesse patamar a nova conquista do oeste (ZORZENON COSTA, 1999:74).
5. VARGAS, Getúlio. *Diretrizes da Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, s.d., p. 285; *Apud* ZORZENON COSTA, 1999:74.
6. Esta última fase terminava com a formação de líderes (BARREIRO, 1989:115), onde o treinamento dos técnicos era realizada nos EUA ou nos próprios centros de Educação de Base fundados no Brasil e coordenados pela CNER.
7. Aliás, a questão pontuada nos remete para outras mais amplas, pois a opção terminológica de Valverde pelo emprego largo do termo “lavradores” também demarca uma diferenciação básica entre seu discurso e aquele presente quer na linguagem dos movimentos populares quer de certos intelectuais de esquerda no mesmo período. Resgataremos essa questão no tópico 13.2 do capítulo 13.
8. No ano subsequente, o sociólogo José Arthur Rios foi designado coordenador dos trabalhos da Campanha, permanecendo até 1953. Havendo publicado vários trabalhos para asseverar seus respectivos fins (para outros artigos do autor, ver BARREIRO, 1989:151-152), vale aqui tão somente destacar os mais importantes, ou seja, dois deles: “Educação de Base e Missão Rural”, publicado em 1955, na *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*; e “Educação dos Grupos”, vindo à lume em 1957 pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária. Esse último escrito foi fundamentado na educação de comunidade, entendendo-a como meio para “*promover o levantamento dos níveis de vida de uma comunidade inteira, através do planejamento democrático de suas possibilidades e recursos*” (RIOS, 1957:18, *Apud* BARREIRO, 1989:152). A influência do pensamento de Rios nos trabalhos da Campanha desponta não somente através dessa obra, como também pelos seus artigos publicados na Revista do programa. Sua contribuição deu-se também através de comunicação realizada no “Seminário de Educação de Adultos”, nos dias 12 a 26 de maio de 1957, em Porto Alegre.

Em síntese, o objetivo desse Seminário foi discutir o processo da técnica de “Desenvolvimento de Comunidade” no Brasil. A participação de José Arthur Rios no evento deu-se através de uma comunicação, na qual ele se baseou em vários pensadores, tais como Jacques Maritain e Padre Le Bret, filósofos que retomaram São Tomás. Rios apresentava simpatia pela filosofia tomista e a CNER também foi influenciada em sua constituição filosófica e ideológica pelos pressupostos teóricos adotados pelo Serviço Social Brasileiro que, a partir da década de 1940, importava dos EUA o funcionalismo e a filosofia tomista (AGUIAR, 1985:57-58; IAMAMOTO & CARVALHO, 1988:350). Diante desses elementos, compete dizer que estas novas orientações do Serviço Social exerceram influência nos trabalhos da Missão Rural de Educação de Itaperuna e também na CNER, na

medida em que esses programas tratavam as populações rurais como “desajustadas”. A influência da filosofia tomista na CNER se fez presente não somente por intermédio da atuação de Rios como também de Aylda Pereira, assistente social que compôs a primeira equipe da Experiência de Itaperuna (BARREIRO, 1989:155-156). Ainda nos anos cinquenta, foi publicada a terceira obra sobre Organização de Comunidade, sob autoria de Balbina Ottoni Vieira, intitulada *Introdução à Organização Social da Comunidade* (BARREIRO, 1989:125).

O que é significativo indicar aqui é que os aspectos essenciais de cada uma dessas obras demonstram como o pensamento das mesmas se articulou e serviu como fundamento aos trabalhos da CNER. Através delas, é possível entrever alguns aspectos filosóficos e ideológicos do programa.

Desse modo, no que diz respeito à obra do Ministério da Agricultura, nela se expressou que a atuação da Missão Rural deveria se dar em âmbito municipal e em resposta a problemas locais, sem repercussão nas estruturas sociais. A extensão agrícola pautada no modelo americano, entre outros objetivos, visava a conservação dos recursos naturais - justamente um dos temas caros nos escritos valverdianos de então -, combate às pragas, organização de clubes agrícolas, não constando entre as atividades, por exemplo, reflexões e ações sobre a estrutura agrária e sobre as relações sociais de produção vigentes no meio rural brasileiro (AMMANN, 1987:46). A ênfase política da publicação recaiu, pois, na fragmentação localista. Seguiu essa mesma orientação o trabalho de José Arthur Rios, onde defendeu a idéia de que não havia democracia sem um mínimo de regionalismo, de localismo, de municipalismo (RIOS, 1957:47). O trabalho de Rios, a partir dessa postura, ao invés de engajar os grupos e as comunidades, e mais especificamente as classes populares nos processos decisórios da nação, acabou por promover a fragmentação e isolamento desses grupos e comunidades em ações e decisões de âmbito estritamente local (AMMANN, 1987:48). Isto, evidentemente, foi estratégico para contrapor-se ao movimento dos camponeses (Ligas Camponesas, processo de sindicalização e inúmeras revoltas por todo o Brasil) que então eclodiam e começavam a projetar nacionalmente sua luta. Os estudiosos da questão, aliás, identificam o mesmo “localismo” demobilizador em relação à obra mencionada de Balbina Ottoni Vieira citada mais atrás.

No que diz respeito aos fundamentos teóricos dessa obras, tanto em Ottoni quanto naquela publicada pelo Ministério da Agricultura, nota-se que embasaram-se na teoria de Augusto Comte, adotando, para sua estratégia de ação, o tripé positivista indivíduo/família e comunidade. Por ter sido considerada instituição de controle e de manutenção da ordem, a família foi vista pelo positivismo como símbolo da hierarquia, da obediência e da autoridade que deveriam reger a sociedade, sobressaindo ainda nessas considerações a figura da mulher. Outra idéia articulada com o positivismo nessas obras foi a de localismo, nelas veiculada na medida em que a teoria subjacente não negou as diferenças no interior da sociedade, porém acobertou o antagonismo de classe. Nesse sentido, as obras referidas procuraram dar soluções e restringir os problemas ao nível da comunidade, da região, sem articulá-los à sociedade global e às estruturas que os determinam, ignorando a existência de classes sociais antagônicas (BARREIRO, 1989:51 e 129).

Por último, cabe referendar que as três obras comentadas, publicadas na década de 1950, especialmente a de José Arthur Rios e a do Ministério da Agricultura, constituíram-se em pilares de sustentação dos fundamentos filosóficos e ideológicos da CNER. Além do positivismo comteano nelas presentificado, é preciso distinguir, especialmente na obra de Rios, a contribuição da teoria funcionalista adquirida da leitura de autores da sociologia americana e, sobretudo, de Talcott Parsons. Sobre o trabalho de Rios, AMMANN (1987:54) teceu as seguintes considerações: “A grande tônica desse trabalho é a noção de integração, com a qual Rios embasa seu conceito e sua tipologia de comunidade. Para ele, existem três ordens de comunidade: a imatura, a integrada e a desintegrada. A comunidade integrada,

*seguindo os postulados funcionalistas, é apresentada como modelo ideal onde 'a cooperação é plena e total' e onde se registram características, tais como: alto grau de sociabilidade e civismo; sistemas avançados de agricultura e indústria (...)*”.

Esses traços da teoria funcionalista se fizeram presentes na atuação prática da CNER. A obra de Rios, de acordo com os elementos apresentados, estruturou-se articulada à política desenvolvimentista, na medida em que, para responder aos interesses das classes dominantes no sentido da “modernização do meio rural”, procurou “*desenvolver entre as populações adultas 'marginalizadas', o sentido de ajustamento social*” (RIOS, 1957:55) tal como, em endosso, justamente preconizava a ideologia desenvolvimentista. De outra parte, a obra *Educação de Grupos* também insere-se nessa ideologia cujo eixo nuclear consistiu na modernização, com salvaguarda da paz social e o controle social a ser assegurado pelas instituições básicas da sociedade que fornecem normas de conduta aos indivíduos, o combate a “ideologias indesejáveis como o comunismo”, todos dísticos que acabaram indo em socorro à política desfraldada por JK a partir de 1956 e que mereceu nossa atenção no capítulo anterior (BARREIRO, 1989:131-132).

9. Todavia, ao prenunciar o vigor desses lastros no fazer geográfico do autor relativo ao intervalo de tempo mencionado, não se trata de desviar a atenção para o fato de que, realmente, ao lado da projeção de algumas determinações históricas de fundo, ele também incorporou outros métodos e quadros de referência teóricos, valorações e posicionamentos ideológicos mais afeitos às injunções sociais e político-institucionais que perpassaram essas quadras da história brasileira, nas quais, importa ressaltar e em sentido retrospectivo, sobretudo na passagem dos anos cinquenta para os sessenta se assistiu a um recrudescimento do pleito relativo à questão agrária no país, em grande parte estimulado pela ascensão de movimentos sociais rurais e com repercussões nada desprezíveis nos discursos parlamentares e na opinião pública brasileira quanto ao tema (aspecto tratado no Apêndice III). Sendo assim, sob a ótica já tornada explícita de nosso estudo, as dificuldades que emergem ao analisar esse período produtivo de Orlando Valverde advêm justamente da imbricação entre esses elementos aos quais se soma, ainda e como apresentado no Apêndice V, a contribuição de intelectuais de estirpes diferenciadas na discussão do assunto, cuja ressonância não esteve ausente em seu discurso geográfico (ver Capítulo 13, item 13.2, por exemplo), porém tendo estado submetida às limitações ou amarras metodológicas de sua disciplina de atuação. Contudo, responder à pergunta se isso se realizou no labor de Orlando Valverde revertendo ou não, por completo ou parcialmente – e para além do término dramático e imprevisto do segundo mandato Vargas (1954) – uma visão de mundo lastreada no trabalhismo corporeificado nesse líder político, eis outro desafio de ponta que será perseguido ao longo das páginas seguintes.

No que tange a articulação entre os trabalhos do geógrafo e as feições institucionais e contextuais já elencadas nos capítulos 8 e 9 a fim de se atender os dois propósitos enunciados, ela será tecida por intermédio da eleição de um modo específico de enquadramento e de aproximação frente aos seus escritos, qual seja uma abordagem que recai sobre o privilegiamento temático de seus trabalhos, reunindo-os e analisando-os, por assim dizer, não linearmente ou cronologicamente, mas sobretudo através dos elos comuns que os mesmos parecem ter conservado quanto ao tratamento dos temas sobre os quais incidiram. Contudo, cabe esclarecer que de acordo com a perspectiva adotada em nosso estudo, apesar de constarem com aparições numerosas e de terem merecido dedicação quase constante nos textos de Orlando Valverde relativos ao período 1951-1964, alguns temas não serão objeto de discussão. Entre os assim considerados, cabe esclarecer que não incidiremos sobre aqueles que guardam alguma relação com os seguintes aspectos: tipo de análise do relevo, utilização da classificação de Köppen, relações estabelecidas entre elementos de geografia física e ocupação, feições de narrativa geomorfológica (na qual o geógrafo se utilizou, inclusive e a largos passos, das contribuições de Francis Ruellan), tratamento sobre tipos de solos e vegetação (com destaque para a diferenciação entre campo e mata e

conhecimentos sobre a caatinga), apropriação de conhecimentos de várias ciências afins na caracterização dos aspectos físicos das regiões excursionadas, ênfase nas relações de interdependência entre clima-relevo-vegetação e preocupações com as chamadas *ghost landscapes* em decorrência da devastação florestal, entre outros.

Dito isso, para se colocar em marcha o deslindamento das indagações mencionadas *in limine*, passemos à análise e comentários sobre as temáticas mais significativas e recorrentes com as quais Orlando Valverde municiou seu discurso geográfico sobre o campo brasileiro entre o início da década de 1950 e primeira metade dos anos sessenta. Durante esse percurso, conforme se fizer necessário e na medida do possível, serão também trazidas à baila certas tendências dos estudos geográficos agrários no mesmo período de modo a estabelecer um contraponto entre eles e a obra valverdiana vertida nessas quadras.

10. *“Em suas pesquisas de geografia agrária no sul do Brasil, o Prof. Leo Waibel concluiu distinguindo quatro sistemas agrícolas diferentes. Estes sistemas correspondem a outros tantos estágios culturais, que entretanto não se sucedem necessariamente em ordem cronológica. Tem havido casos de estagnação e talvez mesmo de retrocesso”* (VALVERDE, 1957c:144).
11. Embora, desde o início da década de 1950, não tenha deixado de conceder tratamento à coleta comercial (VALVERDE, 1952b:37), esta atividade não constituía para Valverde um sistema agrícola (VALVERDE, 1952b:53), mas antes um “sistema rudimentar” (VALVERDE, 1957b:9) ou uma “economia rudimentar de subsistência” (VALVERDE, 1952a:5), cujo exemplo mais significativo talvez tenha sido identificado pelo geógrafo tomando-se o caso dos caboclos no artigo “Geografia econômica e social do babaçu no meio norte”.
12. *“No Brasil meridional, êste sistema de rotação de terras primitiva quase só é encontrado entre pequenos proprietários habitantes de regiões de relevo acidentado, ou em áreas de terras devolutas, praticado pelos ‘caboclos’, longe dos centros povoados e dos principais mercados. No caso em aprêço, não se trata nem de um nem de outro tipo e sim de uma zona de grandes propriedades, a menos de 50 km do maior mercado do Brasil - o Grande Rio de Janeiro”* (VALVERDE, 1952a:8).
13. Consideramos que todo o percurso analítico desenvolvido pelo autor no artigo sobre a Baixada Fluminense (VALVERDE, 1952a) insere-se na busca de uma fundamentação científica dessa idéia (extinção do sistema de roças). Já para o caso do escrito sobre o Centro-Norte cearense, esse apelo foi explicitado pelo geógrafo numa passagem específica (VALVERDE, 1952b:49).
14. O trecho em questão é o seguinte: *“Quando as estradas melhoraram e já há acesso ao lote do colono através de um caminho carroçável, manifesta-se geralmente o surto de progresso na região. Criam-se em cruzamentos de estradas pequenos centros comerciais; aí são fundados também moinhos para o processamento dos produtos vendidos pelos colonos, que são estabelecidos, em sua maior parte, pelos antigos vendedores.”* (VALVERDE, 1957c:146-147).
15. *“Uma vez discriminados os diferentes sistemas agrícolas adotados no sul do Brasil e os níveis econômicos e sociais correspondentes, seria de especial importância saber-se quantos colonos atingiram cada um dos estágios e qual a sua situação econômica. Tal avaliação é, entretanto, muito difícil, em virtude da falta de dados estatísticos. Apoiando-se numa experiência de quatro anos de pesquisas de campo e de gabinete, o Prof. Leo Waibel, apresentou uma avaliação na qual me baseei para formular o seguinte: dos colonos empenhados em trabalhos agrícolas no sul do Brasil, 30% estariam ainda no primeiro estágio (rotação de terras primitiva), 50% no segundo (rotação de terras melhorada), 10%*



no terceiro (rotação de culturas primitiva) e 10% no quarto (rotação de culturas melhorada). Quanto à situação econômica Waibel estima que 25% estariam bem; 50% moderadamente prósperos e 25% pobres e miseráveis” (VALVERDE, 1957c:153).

16. Valverde assim procedeu enfatizando, por exemplo, o “tipo social” e a habitação dos colonos: “*Nas zonas agrícolas recentemente abertas, o tipo social do colono e a sua habitação se assemelham mais aos do estágio pioneiro; mas nas zonas mais antigas, são comparáveis aos que se encontram na fase próspera do segundo estágio*” (VALVERDE, 1957c:151).
17. “*É esta a explicação dada por Waibel: 1º - Quase todos os colonos europeus vindos para o sul do Brasil eram pobres e sem experiência agrícola; 2º - Foram, em sua maior parte, colocados em áreas remotas, longe de qualquer mercado urbano. Isto os compeliu a praticar uma lavoura de subsistência e a empregar sistemas agrícolas primitivo; 3º - Levando em conta que os colonos empregariam uma rotação de terras, as autoridades deveriam dar-lhes lotes maiores. Não obstante, os departamentos de terras estabeleceram arbitrariamente um padrão de 35 hectares, sem que até hoje se tenha encontrado para isto justificação aceitável. De qualquer forma, os lotes são, em geral, excessivamente pequenos para a rotação de terras*” (VALVERDE, 1957c:154).
18. O trecho em questão é o seguinte: “*(...) Solução muito mais eficiente e mais barata seria dada se, ao invés de sustentar um complexo corpo de funcionários, o governo do Estado contratasse técnicos japoneses ou italianos na cultura do arroz, introduzisse algumas centenas de agricultores experimentados na região e enviasse ao Extremo Oriente e à Itália alguns agrônomos para estudar o assunto*” (VALVERDE, 1957c:162). De qualquer forma, resgataremos essa questão no capítulo 12, tópico 12.1.
19. Vide, por exemplo: ZARUR, Jorge. “Geografia: ciência moderna ao serviço do homem”, in *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, julho-setembro de 1944, p. 5-18.
20. Na comunidade dos geógrafos brasileiros, as preocupações conservacionistas expressas na atenção que dirigiram ao rápido esgotamento dos solos em função do nomadismo da agricultura brasileira remontam a vários outros estudiosos que, mesmo antes da década de 1940, já vinham semeando seus princípios. Somente a título de exemplo, convém lembrar que em 1932, Walter A. G. Braun já afirmava: “*(...) a quase inexistência das práticas conservacionistas na agricultura brasileira, e esta que ocupa, em sua maior parte, terrenos declivosos, encontra como principal causa de seu declínio a queda da fertilidade do solo, que tem na erosão um de seus mais importantes indutores. Esta mobilidade da agricultura brasileira urge ser sustada, pois traz em conseqüência a perda da melhor parte das terras do país, localizadas perto dos grandes centros consumidores e cuja recuperação irá requerer o emprêgo de práticas dispendiosas e de lucro não imediato; por outro lado, acarreta os desflorestamentos contínuos, que abalam as suas reservas florestais.*” (BRAUN, Walter A. G.. “Contribuição ao estudo da erosão no Brasil e seu controle”, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXIII, n. 4, p. 593; Apud GUERRA, Antônio Teixeira. *Recursos naturais do Brasil: conservacionismo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1969, p. 52). No entanto, cabe frisar que não é a intenção do presente estudo recuperar essa linhagem de contribuições porque, segundo avaliamos, as repercussões do conservacionismo no interior dos escritos de Orlando Valverde se operou por intermédio do contato travado pelo autor com obras inscritas nesse, porém elaboradas na década de 1940 e não antes dela.
21. TÔRRES FILHO, A. (1949). “Conservação da fertilidade do solo como medida básica de defesa da agricultura nacional”, in *Boletim Geográfico*, ano 7, n. 76, 1949, p. 395-402.
22. DEFFONTAINES, Pierre (1949). “As nossas responsabilidades geográficas nas zonas tropicais”, in *Boletim Geográfico*, ano 7, n. 75, 1949, p. 229-33.

23. Expressão dessa orientação pode ser encontrada mesmo no final da década de 1950 quando Antônio Teixeira Guerra, citando o conteúdo das conclusões finais do discurso de abertura do XVIII Congresso Internacional de Geografia proferido pelo Prof<sup>o</sup> L. Dudley Stamp, em agosto de 1956, registrou as preocupações dos geógrafos no que concerne a conservação e melhor planejamento da utilização dos recursos naturais tendo em vista o crescimento demográfico. A esse respeito, vide: GUERRA (1969:16-17). A nosso ver, tal evidência apenas indica que essa inquietação não fez senão aumentar desde o início dos anos cinquenta, já estando representada no escrito de Valverde sobre a Baixada Fluminense no início desse período (1952).
24. DUQUE, J. G. (1950). “Apreciações sobre os solos do Nordeste: conservação da fertilidade e economia da água”, in *Boletim Geográfico*, ano 8, n. 93, 1950, p. 1033-71.
25. DUQUE (1950), *Op. Cit.*, p. 1043, *Apud FERREIRA* (1998:153).
26. SETZER, José (1951). “O caboclo como formador do solo”, in *Boletim Geográfico*, ano 8, n. 96, 1951, p. 1441-4.
27. SETZER (1951), *Op. Cit.*, p. 1444.
28. Menções enfáticas do geógrafo sobre a desejabilidade da agricultura intensiva e pecuária intensiva são encontradas em quase todos os seus escritos publicados entre os anos 1951-1964. Entre as mais expressivas, destacam-se os casos onde dissertou sobre a “maneira cuidadosa e racional como é conduzida a lavoura do algodão” (VALVERDE, 1955a:24) e sobre o emprego de “técnicas intensivas” ou de “sistemas agrícolas mais intensivos” em geral (VALVERDE, 1955a:25; e 1955b:55-56).
29. “Apesar disso, o tempo que o solo fica em repouso não é suficiente para que ele possa restaurar a fertilidade primitiva; há, portanto, um progressivo empobrecimento do solo e, em conseqüência, dos colonos” (VALVERDE, 1957c:134). Esgotamento dos solos: “(...) Então os primeiros sinais de esgotamento do solo se manifestam: ravinas causadas pela erosão, invasão de plantas daninhas, como a “barba-de-bode” (*Aristida sp.*). As colheitas começam a ser menos compensadoras, obrigando o colono a pôr sob cultivo uma área maior. Sendo limitado o lote de que ele dispõe, vê-se obrigado, em conseqüência, a reduzir o período da rotação de terras, o que vem acelerar o processo de esgotamento do solo” (VALVERDE, 1957c:148).
30. A referida frase consta no artigo “Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais”: “O caráter imprevidente, ou melhor, predatório da agricultura transparece, de vez em quando, na paisagem” (VALVERDE, 1958:58).
31. Como, por exemplo, no trabalho “Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais”, onde ao discorrer sobre o Vale do Paraíba e Zona da Mata, considerou: “A própria tectonia das duas regiões é semelhante: uma estrutura apalacheana que forma vales e cristas alinhadas. No vale do Paraíba, porém, esse tipo de relevo é muito mais pronunciado, tornando-se perceptível até no terreno: Sucessão de serras orientadas, grandes estirões de vales retilíneos e paralelos. Na Zona da Mata isto também ocorre, mas de maneira muito mais disfarçada. Em certos trechos, há feixes dessas cristas que atravessam a região, deixando vestígios bem claros na morfologia e na drenagem, observáveis sobretudo nas fotografias aéreas. O exemplo mais perfeito disto é dado pelo alinhamento que cruza a Zona da Mata na direção NE-SW, de um extremo ao outro, e é cortado pelo rio Pomba entre Astolfo Dutra e Cataguases. Mas, de modo geral, esta não é a regra; há longos trechos em que não se pode discernir a estrutura apalacheana, nem no campo, nem na fotografia aérea. Tais condições no vale do Paraíba tornam os gradientes muito mais acentuados, favorecendo, assim, a erosão dos solos, uma vez removida a cobertura

*florestal. Os sinais de erosão acelerada estudados por Sternberg são, portanto, muito mais evidentes e mais típicos do vale do Paraíba do que da Zona da Mata.” (VALVERDE, 1958:23).*

32. Não é demais lembrar que mesmo Caio Prado Júnior já enveredara nessas notas. Salientamos esse aspecto no capítulo 5 do presente estudo.
33. A mesma questão surge em “O sertão e as serras. O centro-norte do Ceará. Estudo geográfico para a localização de uma missão rural” (1952b), quando Valverde discorreu sobre a cultura de cereais no município cearense de Pacoti, na serra do Baturité. O autor assim referendou a questão: *“Em consequência do uso deste sistema agrícola tão primitivo, as terras têm dado sinais de cansaço. Algumas encostas íngremes com solos rasos ou pedregosos mostram vestígios de erosão”* (VALVERDE, 1952b:45). E, de maneira semelhante, no mesmo estudo quando abordou o vale do Santana, na serra de Uruburetama: *“Estas condições da agricultura acarretam, como é natural, uma aceleração da erosão, especialmente nos declives mais fortes, conforme se pode observar em alguns lugares”* (VALVERDE, 1952b:49).
34. *“No Brasil meridional, este sistema de rotação de terras primitiva quase só é encontrado entre pequenos proprietários habitantes de regiões de relevo acidentado, ou em áreas de terras devolutas, praticado pelos ‘caboclos’, longe dos centros povoados e dos principais mercados. No caso em apreço, não se trata nem de um nem de outro tipo e sim de uma zona de grandes propriedades, a menos de 50 km do maior mercado do Brasil - o Grande Rio de Janeiro.”* (VALVERDE, 1952a:8).
35. Aliás, conforme visto no capítulo 5, orientação vigente desde os anos Dutra como atestam as propostas contidas no Plano Salte e no relatório da Missão Abbink.
36. Resgataremos essa questão no capítulo 13, principalmente no tópico 13.1. Com efeito, descendo às filigranas da consideração pontuada, a resposta conferida pelo autor à pergunta sobre qual fator determinante poderia explicar a persistência do sistema de roças numa região povoada e próxima ao Rio de Janeiro na verdade o conduz à porta de entrada para localizá-lo no debate acerca da questão agrária que marcaria toda a sua produção no intervalo 1951-1964. Desse modo, é partindo da essencialidade da resposta dada pelo autor ao problema aludido que torna-se possível aprofundar sua participação numa época em que as reivindicações agraristas marcaram a história brasileira para além ou aquém das tendências reformistas presentes quer no cenário político quer no interior do aparato de Estado, e compreender, igualmente, o papel por ele assumido nos embates sobre a reforma agrária estando assentado na profissão de geógrafo e atento aos meios de legitimação de seu campo de conhecimento específico. Vale dizer que o conteúdo apresentado no Apêndice V ao final de nosso trabalho sinaliza parte do percurso investigativo percorrido a respeito do assunto.

## CAPÍTULO 11

1. A despeito dessa última menção, a posição adotada pela Comissão não chegou a tanto, preferindo a manutenção da propriedade particular, devidamente condicionada por dispositivos emanados do poder público. As formas previstas de acesso à terra eram a aquisição e o arrendamento (TAPIA, 1986:203).
2. *“Êsses alinhamentos são de extraordinária importância neste clima semi-árido, porque os boqueirões facilitam a construção de açudes”* (VALVERDE, 1952b:34).

3. *“O sertão é o domínio do latifúndio. J. Guimarães Duque, no seu livro ‘Solo e Água no Polígono das Secas’, frisa bem a impossibilidade da sobrevivência das pequenas propriedades no sertão, em condições econômicas. O sertão tem que ser explorado por grandes unidades, que nas condições atuais se exprimem pelo latifúndio particular. Assim sendo, é forçosa a adoção de sistemas de agricultura e pecuária extensivos”* (VALVERDE, 1952b:36-37).
4. Isso parece ser ainda bastante verossímil quando se considera que o uso do termo “povo” por Valverde é antigo e anterior ao escrito em evidência e que o mesmo, desde antes, passou a ser empregado em sua tinta no compasso de sua denotação populista desde o Estado Novo.
5. Depois de travar contato com o conteúdo das proposições da CNPA, Vargas não deixou de referendar várias vezes e com energia tais assuntos em seus discursos. Apenas para ilustrar, num deles, pronunciado a 7 de março de 1953, o líder político e então Presidente abordou com maior ênfase a *“questão do Polígono das Secas”*. Nessa ocasião, defendeu como solução para o problema, a desapropriação dos latifúndios da região. Segundo Vargas, a lição dos últimos três anos mostrava que os trabalhos de irrigação e de açudagem eram insuficientes para alterar a fisionomia econômica e social da região assolada pelas secas. Atribuía a maior parte de responsabilidade pelos resultados limitados obtidos até aquele momento ao que chamou de *“incúria dos particulares”*. Estes eram os únicos beneficiários das obras públicas e pouco uso faziam desses melhoramentos no cultivo de suas terras, que valorizavam suas propriedades (VARGAS, 1969:272). Por isso, o governo pretendia efetuar a desapropriação *“de amplos latifúndios do sertão nordestino e das terras vizinhas aos açudes, quando seus proprietários não as souberam aproveitar para lavoura”* (VARGAS, 1969:272-273).
6. Apenas a título de exemplo, quando tratou sobre o hábitat disperso-concentrado da colônia Augusta Vitória (VALVERDE, 1957c:199-200) ou sobre as modificações profundas no hábitat de áreas da Zona da Mata, identificando, neste último caso, a passagem de hábitats naturais dispersos para hábitats nucleados com a conseqüente modificação no padrão do uso da terra (VALVERDE, 1958:36-37). Nessas ocasiões, o geógrafo não abandonou mas levou em linha de páreo a minuciosa descrição das habitações tão comum aos seus escritos como, por exemplo, quando, no *“Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais”*, redigiu: *“(…) As casas têm paredes de sopapo, revestidas, a maioria das vezes caiadas, mas não de tamanho bem maior do que o comum no Brasil tropical. Nota-se que há muita casa velha, não reformada. Os telhados são cobertos de telhas em meia cana. Raros são os ricos dentre a população rural, mas os miseráveis também são poucos. Em toda esta região a agricultura não só é muito importante, como também alcançou níveis técnicos desconhecidos nas áreas vizinhas”* (VALVERDE, 1958:52). No mesmo escrito, ao discorrer sobre a subzona dos sítios de café que começava em Manhumirim, Valverde também se preocupou em revelar o *“padrão da ocupação humana”* de acordo com a metodologia empregada. Apenas para se registrar como dissertava nesses casos, vale disponibilizar o seguinte trecho: *“A população rural é relativamente densa; o habitat, linear disperso. É uma região típica de pequenas propriedades: de sítios de café. O padrão da ocupação humana é esquematicamente o seguinte: a estrada segue a parte inferior da encosta; a partir da casa, o cafezal, ora com milho intercalado, ora separado do milharal, sobe o morro. Mais acima, pastos com pouco gado e, em seguida capoeirões e matas secundárias até o alto”* (VALVERDE, 1958:59).
7. Uma explicação metodológica de Orlando Valverde sobre os diferentes tipos de habitat rural (habitat disperso, habitat nucleado) pode ser vista em VALVERDE (1957c:180).
8. Isso não eximiu o autor de asseverar, por vezes, conforme os casos que analisava, a mecanização da lavoura como, por exemplo, em VALVERDE (1955a:9) e VALVERDE (1955b:81).

9. A atenção do autor para a questão da capacidade de carga ou sustentação dos pastos também se fez presente em outras ocasiões de sua obra. Apenas a título de exemplo, após discorrer sobre os aspectos físicos e sobre os latifúndios dos Campos Gerais do Paraná, ele registrou: “(...) Segundo MAACK, a capacidade de sustentação dos pastos naturais situados em solos derivados do arenito Furnas é muito reduzida: 3 alqueires (7,26 ha) para uma cabeça de gado” (VALVERDE, 1957c:204). Assim pontuada a questão, ele passaria a desenvolvê-la em pormenores, utilizando-se do critério de diferenciação de área para comparar a “*pobreza dos Campos Gerais*” com outras regiões de criação do Paraná, estabelecendo a relação para cada caso entre quantidade reses/alqueire e hectare. Esse percurso, ademais, ocorreu intercalado com outro procedimento bastante usual em seus escritos, qual seja, a descrição da composição florística, muitas vezes lastreada ou comprobatória de relatos deixados por viajantes europeus como Saint-Hilaire e outros. No mesmo escrito, ou seja, na obra *Planalto Meridional do Brasil*, na seqüência do trecho antes citado e ao tratar sobre os campos limpos do Paraná, Valverde redigiu valendo-se igualmente do paradigma da diferenciação de áreas: “*Há dois aspectos dos campos limpos do Paraná que os fazem diferir do esquema clássico das estepes úmidas: a presença de termitas e a ocorrência de cações de mata mista de araucárias e árvores latifoliadas de folhas perenes*” (VALVERDE, 1957c:205).
10. Abordamos essa questão no capítulo anterior.
11. Assunto tratado na nota 5 do capítulo 9.
12. Reveja nota 5 do capítulo 9.
13. “*As casas rurais típicas do vale do Itapecuru têm, em geral, paredes de sopapo, forma retangular, muitas vezes com um ‘puxado’ atrás, para a cozinha. A cobertura é de fôlhas de babaçu (fig. 13). Entremeadas nestas casas, e com elas quase rivalizando em número, há outras cujas paredes são feitas também de palha de babaçu. As janelas têm safenas de esteiras, tecidas igualmente com a palha da palmeira*” (VALVERDE, 1957b:20).
14. “*A população é pobre, reside em casas miseráveis, de sopapo, piso de terra batida e cobertas de telhas ou palha. Muito dificilmente terão oportunidade de progredir e adotar padrões de vida mais elevados*” (VALVERDE, 1955b:58).
15. “*Até a Abolição, as construções rurais na Zona da Mata rerproduziam fielmente os modelos do vale do Paraíba: a casa grande, vasta, acachapada, quase sempre de dois pavimentos; muitos quartos, paredes grossas, janelas de guilhotina envidraçadas e telhados grandes, formando largos beirais, com telhas de meia calha. (...) Durante o dia, no período da colheita, o fazendeiro podia assistir confortavelmente da varanda à secagem do café. À noite distraía-se toda a família com a música dolente, os batuques e as danças dos escravos. Velava, assim, de perto o fazendeiro as suas ‘peças da Guiné’, que representavam o seu maior empate de capital (...) O conjunto das habitações grupavam-se, deste modo, junto às sedes das fazendas, que iam pontilhando os vales para obter facilmente água para as pessoas e animais, para os serviços da casa, o monjolo, as moendas, ao mesmo tempo que a floresta retrocedia. Formou-se assim um habitat nucleado, seguindo uma diretriz linear que era o vale (...) A Zona da Mata jamais conheceu cafezais muito extensos; nada que se assemelhasse à paisagem de ‘mar de café’ do planalto paulista.*” (VALVERDE, 1958:30).
16. “*A delimitação pelo sul é muito mais imprecisa. Aí, não só a vegetação natural tende a uniformizar a paisagem da Zona da Mata e do Vale do Paraíba; também elementos históricos, como a marcha do povoamento, a cultura do café, etc.*” (VALVERDE, 1958:22-23).
17. No estudo “O Noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, publicado em 1960, depois de destacar a “*involução dos padrões técnicos e culturais*” dos colonos alemães

em função do isolamento das comunicações, aspecto recorrente em seus trabalhos após o contato travado com Waibel, discorre sobre o peso dos fatores naturais para o atraso econômico da região do noroeste da Mata pernambucana. Escreve o autor: *“Há por conseguinte, um fator natural que, nos quatro séculos da civilização do açúcar, concorreu como uma constante para o relativo atraso econômico dessa região (noroeste da Mata pernambucana). Esse fator foi o grande desenvolvimento da superfície das chãs, com seus solos pobres, ao norte do vale do Capibaribe (...)”* (VALVERDE, 1960b:26). Neste mesmo trabalho, é interessante observar que o autor emprega a expressão “capital regional” tanto no contexto de seu estudo quanto naquele do Brasil colônia (1960b:25).

18. Com o objetivo de exemplificar como isso aparece nos escritos do autor, convém disponibilizar o seguinte trecho: *“A Zona da Mata permaneceu como terra sem história, uma área anecumênica até o limiar do século XX. Concorreram para isso razões naturais e razões políticas. Dentre as causas naturais avulta, sem dúvida, a densa cobertura florestal contínua, que constituía um obstáculo sério à penetração. Como um complemento a esse obstáculo figuravam os índios que aí habitavam - cataguás, puris -, os quais não pertenciam ao grupo tupi. Representantes deste grupo devem ter-se juntado aos primitivos ocupantes da Zona da Mata, em virtude de terem sido rechaçados pelos povoadores brancos da faixa litorânea. Houve, entretanto, uma política deliberada, por parte do governo português, de manter as condições desfavoráveis dessa região. Desde o momento que passou a interessar o seu desbravamento, tanto o governo - a princípio lusitano, depois brasileiro -, quanto os colonos, por iniciativa própria, facilmente venceram o homem e a natureza agrestes.”* E continua o autor: *“A política adotada pela coroa portuguesa de manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e a abertura de atalhos, tinha por objetivo impedir o que na linguagem da época se chamava ‘o descaminho do ouro’, isto é, o seu contrabando. Tal medida só foi anulada em 1805, quando as aluviões auríferas das Minas Gerais já estavam esgotadas. Houve em tudo isto uma exceção, permitida aliás pelo próprio governo. No auge do ciclo da mineração, em 1720, Garcia Rodrigues Pais, filho do ‘Caçador de Esmeraldas’, rasgou uma estrada através do ângulo sudoeste da Zona da Mata e do vale do Paraíba, alcançando o Rio de Janeiro. Por que esta exceção? Para explicá-la, devemos admitir que, antigamente, administrar era fazer estratégia.”* (VALVERDE, 1958:25-26).
19. As grandes arenas de pesquisas dos geógrafos especialistas do IBGE nos anos sessenta foram, fundamentalmente, os processos de industrialização e urbanização no Sudeste brasileiro. Sobre o privilegiamento do urbano e do funcionamento da economia como categoria essencial das regionalizações realizadas pelo quadro ibegeano de geógrafos a partir das influências de Rochefort (estudos sobre hierarquia urbanas) e de Perroux (teoria da polarização), consultar SOUZA (1993:394). No estudo indicado, a autora comenta os casos de Pedro Pinchas Geiger e Fany Davidovich. O mesmo assunto pode ser complementado com o trabalho de ALMEIDA (2000:96-97; 165; 168-171; 185-186), no qual contextualiza as razões conjunturais do país que explicam a afirmação desse campo de pesquisas bem como reúne, num esforço de síntese, um detalhamento sobre os trabalhos de regionalização publicados pelos geógrafos do IBGE entre o início da década de 1960 até o final da década de 1980.
20. Esse aspecto mereceu atenção detida nos capítulos 8 e 9.
21. Uma síntese sobre os trabalhos de Geografia Urbana de Pierre Deffontaines pode ser consultada em ALMEIDA (2000: 183).
22. Uma visão de conjunto sobre o peso dessas noções entre os geógrafos franceses inscritos na linhagem lablacheana e suas derivações nos trabalhos do IBGE até fins da década de 1950 pode ser obtida consultando-se ALMEIDA (2000:175-178). É interessante e oportuno “pinçar” deste trabalho citado as considerações que dirigiu sobre o abandono dos estudos

sobre habitat na Geografia brasileira. Demarca o pesquisador que essa tarefa não é arejada, isto é, nada fácil de trilhar “*em virtude dos fortes componentes emocionais e ideológicos que sempre gravitaram em torno de dois grupos de geógrafos: os agrários e os urbanos*” (ALMEIDA, 2000:175). Essa fonte esclarece ainda que a referida questão é antiga e não atinete somente ao caso brasileiro, tendo sido inclusive discutida por Max Sorre que “*já havia percebido que a noção de gênero de vida, e suas conseqüências para os estudos do habitat na França do pós-guerra, encaminhavam-se para além do mundo rural em direção ao urbano*”, havendo explicitado quatro tipos de desenvolvimento do estudo do habitat numa de suas obras. Nas palavras de ALMEIDA (2000:175-176): “*Para Max Sorre, o mecanismo das migrações também teria um papel crucial nos estudos futuros sobre o habitat, pois grandes alterações já eram pressentidas por ele, em razão do forte processo de industrialização por que o mundo estava passando no pós-guerra*”, e conforme sugeriu o pesquisador brasileiro para o caso pátrio, “*devemos ter em mente que o aparente abandono dos estudos sobre habitat no Brasil tenha se dado mais em função de um fortalecimento dos estudos urbanos (sistemas de cidades), que ocorreu após 1956, por influência de Michel Rochefort, do que por causa da efêmera Geografia Quantitativa (que conseguiu um feito importante, ser mais discutida do que efetivamente trabalhada, em virtude da reconhecida inabilidade do geógrafo brasileiro médio em trabalhar com a matemática e a estatística). É válido também considerar, que o forte enfoque econômico adotado por uma boa parte dos trabalhos de geógrafos agrários após a década de 60, também tenha contribuído para esse abandono. Apesar do caráter inescapavelmente polêmico da questão, é necessário considerar que os geógrafos das décadas de 60, 70 e 80, quantitativos, marxistas, tecnocratas ou o nome que se queira dar, viraram as costas para a Geografia Física, e que com isso, asfixiaram perigosamente a mais importante tradição da Geografia legada pelos franceses - a relação Sociedade/Meio. Tal situação somente veio apresentar modificação no final dos anos 80 e início dos 90, com a emergência dos estudos ambientais (assim mesmo, por estarem agregados aos dólares que agências internacionais e ONGs estão acenando).*”

23. Não é nossa intenção transpor o limite temporal delimitado (1951-1964) para adentrar em aspectos que prevaleceram na produção do autor para além dele. Contudo, sobre a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, Valverde observou: “*(...) os legisladores, vários deles desejosos de beneficiar seus Estados ou áreas de seu eleitorado, dilataram brutalmente os limites oficiais da região, criando a chamada “Amazônia Legal”, com 5.035.070 km<sup>2</sup>, isto é, 59% da área do Brasil. Jamais, em qualquer país no mundo, um departamento de planificação regional teve a seu encargo uma superfície tão vasta!*” (VALVERDE, 1982:106).

## CAPÍTULO 12

1. Aliás, com relação a esse ideal, cabe dizer que ele era perseguido por praticamente todos os espectros políticos do período, variando, contudo, a forma de entendimento e ordem de prioridades sobre como promovê-lo. Reveja as considerações sobre a tendência sublinhada no capítulo 5 do presente estudo.
2. “*(...) Porém, Terra Nova goza de uma situação econômica razoavelmente boa, enquanto que Augusta Vitória permaneceu estagnada*” (VALVERDE, 1957c:216).
3. Trata-se do seguinte trecho, no qual se nota, ainda, a mudança terminológica e conceitual na obra do geógrafo procurando sorver seu discurso de elementos marxistas, porém atado às condições pretéritas de seu fazer geográfico que não permitiram de fato atingir o cerne dessa filosofia e do método científico a ela atrelado: “*As observações sobre as indústrias de Timbaúba permitem tirar conclusões válidas para tôda a economia industrial nordestina. A mão-de-obra abundante e miserável do Nordeste exerce na economia capitalista privada*

*um efeito atrativo para a instalação de indústrias, mas negativo para a evolução destas. Há uma tendência para a persistência das suas formas primitivas: artesanato e manufatura. Neste ponto há, por conseguinte, uma semelhança perfeita entre a escravidão propriamente dita (escravidão legal) e a escravidão econômica. Nenhum industrial será realmente compelido a aumentar o seu investimento em máquinas e instalações (capital constante) ou a racionalizar o trabalho, se ele já obtém lucros avultados com um operariado mal pago e desorganizado, embora sem qualificação, e um vasto ‘exército industrial de reserva’ disponível. Aquêles que, por espírito de iniciativa, fazem progredir tecnicamente suas indústrias, fazem-no apenas para aumentar ainda mais a margem de suas rendas, sem contudo melhorar as condições econômicas e sociais de seus operários. Esta lei econômica é a recíproca da que se observa nos Estados Unidos, onde os altos níveis de salários conquistados pelo proletariado acarretaram a alta mecanização e racionalização industrial. No Nordeste, só as empresas industriais estatais ou de capitais mistos avançaram muito, quer no plano técnico, quer no econômico e social. De cada estágio evolutivo da indústria encontram-se exemplos característicos no Nordeste. São exemplos de centros artesanais: Crato e Juazeiro do Cariri, no Ceará; de centros manufatureiros: Timbaúba e Nazaré da Mata, em Pernambuco; de indústrias adiantadas quanto ao capital e à técnica, mas socialmente atrasadas: fábricas de tecidos, de Paulista, e de alimentos enlatados, em Pesqueira (Pernambuco), e usina Leão Utinga, em Alagoas; por fim, exemplo de empresa de capital misto (estatal e privado): Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em Paulo Afonso (Bahia).” (VALVERDE, 1960b:39).*

4. “(...) Os alimentos básicos do colono açoreano são o peixe e a farinha de mandioca. Tem, por isso, o aspecto doentio, já descrito por Saint-Hilaire, em 1820” (VALVERDE, 1957c:271).
5. É a seguinte passagem de texto a mais significativa, a nosso ver, para se entrever ponto de contato entre a atenção de Valverde para determinados problemas da saúde no campo e o que então era sugerido nas obras de Josué de Castro: “A alimentação é formada pelos alimentos acima discriminados: farinha de mandioca, o ‘fubá’ e pouco xarque (para poder comprar um quilo dêste, o morador teria de trabalhar 2 dias). As instalações sanitárias são o mato e o rio. Êste é também o banheiro. Tal como na cidade, a chistosomose lavra, sobretudo entre as crianças, que têm ventres e aspecto desnutrido: braços e pernas finos, ombros estreitos, os olhos vivem com remelas nos cantos. Quando alguém está doente ou a mulher vai ter filho, é o senhor de engenho que, por caridade, paga-lhes os remédios e o tratamento. Se porventura uma criança morre e não há dinheiro para o entêrro, fazem um caixão e enterram clandestinamente, à noite, no cemitério abandonado do engenho Pindoba” (VALVERDE, 1960b:48).
6. “(...) onde facilmente poderiam ser construídos viveiros de peixes.” (VALVERDE, 1955b:54).
7. Em outro trabalho elaborado posteriormente, “O Noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, o IAA também foi alvo de críticas do geógrafo, quando, ao analisar o caso da Usina Cruanji, afirmou: “Com êste esquema rígido, aceito pelo I.A.A., não se poderia alterar um sem modificar o outro. É utópico, no atual sistema econômico do país, imaginar que os usineiros permitiriam tal coisa; êles têm o contrôle da situação, e os fornecedores dêles dependem” (VALVERDE, 1960b:52).
8. Veremos pouco mais adiante a visão de Orlando Valverde sobre os intermediários, assunto que viria a adquirir ênfase no cenário político principalmente a partir do início dos anos sessenta, nos governos Jânio Quadros e João Goulart.
9. A esse respeito, considerou: “A duplicidade na organização das empresas Hennig-Sinimbu foi talvez inspirada no cartel internacional a que pertence a Companhia Souza Cruz. Este



*cartel se dividia em duas partes: a British Tobacco, que cuidava somente da esterilização do fumo, e a Manufacturing Company, que se dedicava apenas à fabricação do cigarro. Ambas eram parte do mesmo cartel, com sede na Inglaterra.” (VALVERDE, 1957c:314)*

10. Depois de salientar que a cultura do fumo e a fabricação de cigarros constituía um setor econômico muito mais rentável ao governo do que a indústria de vinhos, o geógrafo concluiu: *“A lavoura do fumo no sul do Brasil, vinculada, como está, a grandes organizações capitalistas, tem uma estabilidade pouco vulgar em nosso país. Tal como sucede com as culturas do algodão, do café e outras, grandes cartéis internacionais estão interessados nela e controlam, direta ou indiretamente, a sua agricultura, indústria e comércio.” (VALVERDE, 1957c:317-318).*
11. Vale esta ressalva, pois, anos antes, no artigo “O uso da terra no leste da Paraíba”, Valverde já havia salientado sua preocupação com a cultura do algodão. Nessa ocasião, referendou: *“(…) No seu relatório já mencionado, N. BERNARDES prevê o desaparecimento da cultura do algodão no Curimataú. Êste processo de abandono já deve estar bem adiantado, pois que em princípios de 1954 não encontrei nenhum campo plantado com aquela malvacea” (VALVERDE, 1955b:77).*
12. Preocupação do autor que também esteve presente no artigo “Geografia econômica e social do babaçu no meio norte”, onde, adotando uma posição de crítico das estruturas do Estado para o caso do arroz no Maranhão, considerou: *“(…) o arroz maranhense só pode manter essa concorrência devido ao seu baixo preço (…). Essas propriedades resultam do mau sistema de distribuição de sementes feita pelo govêrno (…). A carestia sempre crescente do custo de vida nos grandes centros tem levado as classes pobre e média a adquirir os alimentos mais baratos, embora de qualidade inferior; esta é a causa por que o arroz do Maranhão está entre os tipos que têm maior venda (…).” (VALVERDE, 1957b:15).*
13. A Rodovia Rio-Bahia (Vargas 1937-1945) foi tomada como parâmetro avaliativo em diversos escritos do geógrafo. Ele a referendou em várias ocasiões e contextos argumentativos, tais como, apenas para citar um exemplo, VALVERDE (1957c:112). Para o caso dos efeitos da construção da Rodovia Getúlio Vargas, quando o geógrafo analisou o caso de São Marcos, o mesmo procedimento avaliativo foi por ele realizado: *“A construção da rodovia Getúlio Vargas, que passa junto à vila, teve uma tremenda influência no seu progresso. Foram construídos desde então muitos edifícios novos” (VALVERDE, 1957c:294).* Já no “Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (1958), a Rio-Bahia também mereceu a atenção do geógrafo como parâmetro comparativo para a análise do caso da Rio-Belo Horizonte e de suas estradas secundárias (VALVERDE, 1958:38 e 42).
14. Uma das passagens onde isso fica evidente é o seguinte: *“Quando as estradas melhoraram e já há acesso ao lote do colono através de um caminho carroçável, manifesta-se geralmente o surto de progresso na região. Criam-se em cruzamentos de estradas pequenos centros comerciais; aí são fundados também moinhos para o processamento dos produtos vendidos pelos colonos, que são estabelecidos, em sua maior parte, pelos antigos vendedores (…). Nestas condições, além das culturas indígenas anteriormente citadas, os colonos passam a cultivar também o trigo, o centeio, a batata-inglesa, o arroz de terra enxuta. Uma área maior é posta em cultivo; isto leva o colono a adquirir um arado (um aradinho, pequeno em geral) e uns poucos cavalos para puxá-lo, bem como uma carroça de quatro rodas com que leva suas mercadorias para vender e sua família à missa dominical.” (VALVERDE, 1957c:146-147).*
15. No que tange ao assunto citado, o geógrafo formulou: *“Combinando com o primitivismo do sistema de exploração e das relações de produção estava o sistema de transportes. Todo o café produzido em Minas, assim como o do vale do Paraíba, era conduzido para os portos*

*do mar por tropas de muares. Não foi por outro motivo que a província de Minas importou, no decênio terminado em 1862, 150.000 bestas de carga” (VALVERDE, 1958:31).*

16. No que diz respeito à presença das vias férreas e sua relação com o maior avanço da frente pioneira, Valverde referendou em complementação ao trecho acima transcrito: *“O transporte por muares não estendeu indefinidamente as suas linhas: em 1867, a estrada de ferro chegou a Entrerrios (atual Três Rios), no limiar da Zona da Mata. Daí, por diante, as tropas se deslocavam apenas entre as áreas de produção e as estações terminais. O trem era meio de transporte barato, de grande capacidade de carga e muito mais rápido. Portanto, ele estimulava uma penetração maior das fazendas de café, fazendo avançar mais depressa a frente pioneira. A evolução ferroviária na Zona da Mata deu-se sempre na retaguarda da franja pioneira” (VALVERDE, 1958:31).*
17. Já no tocante ao crescimento da rede ferroviária sem planejamento prévio e as razões explicativas para tanto, o geógrafo articulou: *“(…) A rede de estradas de ferro cresceu, entretanto, de maneira desordenada, caótica, devido a vários fatores: falta de um plano diretor único, seguido pelos diversos governos do estado; constituição de várias pequenas empresas privadas independentes e, por fim, o relevo em geral fortemente ondulado, típico das rochas cristalinas em clima tropical úmido. Nestas condições, quando a Leopoldina Railway conseguiu encampar todas as pequenas companhias, viu-se a braços com um décalo de linhas e ramais” (VALVERDE, 1958:31).*
18. Vale disponibilizar o trecho onde essas questões foram colocadas pelo geógrafo para se perceber como assumiu a tarefa de indicar ao governo os pontos de “estrangulamento” de suas iniciativas modernizadoras. Nele, Valverde desfechou: *“Toda a região é cortada por estradas, dando a impressão de formarem um xadrez dos dois lados da área, atravessado pela Amaral Peixoto. É nos cruzamentos dessas estradas e ao longo das mesmas que se situam os ‘portos’, estabelecimentos que servem para concentrar e vender a produção. O comércio é feito por uma rede de intermediários em que aparecem os ‘porteiros’, donos dos ‘portos’, proprietários de caminhões-agentes do Mercado Municipal, das indústrias química e farmacêutica de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O transporte é feito pelos compradores e estes, em geral, são pertencentes a firmas atacadistas do Mercado Municipal que controlam o comércio. ‘Porto’ é qualquer estabelecimento que trata da venda e guarda a caixaria. Pode ser um café, uma venda, a residência de um proprietário, barbearia, simples barracão coberto de telhas ou sapê e até mesmo um barraco feito de caixotes. A concentração dos ‘porteiros’ não se limita à vizinhança de Bacaxá; ela se prolonga pelos dois lados da rodovia federal, onde foram observados, num percurso de 14 quilômetros, 14 portos. Esse comércio é muitas vezes fraudulento, pois é comum ver-se um ambulante que paga apenas Cr\$ 24,00 de imposto anual ser também ‘porteiro’, cujo imposto é no mínimo de Cr\$ 400,00. O preço da mercadoria varia segundo a qualidade do produto.” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:16-17).*
19. Assuntos tratados no capítulo 9.
20. No referido estudo, o geógrafo limitou-se à seguinte consideração a respeito da questão: *“Infelizmente, parte dessa nobreza rural foi perdendo os seus líderes, porque muitos dos seus descendentes, especialmente a partir da segunda geração, tornaram-se absenteístas; deixaram a fazenda entregue a um administrador, e foram viver no Rio ou em Paris” (VALVERDE, 1967:55).*
21. A íntegra do trecho que cuidamos em sintetizar no corpo-de-texto é a seguinte: *“A amostragem estatística efetuada por Hilton Cunha deixa, no entanto, a impressão de que a metade dos proprietários de fazendas, no município de Corumbá, residiria no seu imóvel rural. Na excursão pelo distrito de Nhecolândia, todas as sedes de fazenda estavam fechadas, com o proprietário e sua família ausentes. O mesmo se notou na curta visita de*

avião ao sul do distrito de Paiaguás. Somente na estrada da Piúva, no pantanal de Jacadigo, foi encontrado um velho proprietário na sede de sua fazenda, o que se explicará por ser o lugar de difícil acesso, mesmo na estação seca. Os fazendeiros do município de Corumbá com as respectivas famílias são, hoje em dia, cidadãos, residentes na sede municipal ou, se forem mais abastados, no Rio de Janeiro ou São Paulo. Não é raro encontrar, entre eles, homens de nível de educação superior. E a razão em geral alegada por eles para residir na cidade é o problema da educação dos filhos. A velha ascendência de Cuiabá como centro educacional desapareceu completamente do município de Corumbá, depois que a estrada de ferro e as linhas aéreas deram fácil acesso às metrópoles do Sudeste.” (VALVERDE, 1972:122)

## CAPÍTULO 13

1. Ou mesmo a grande diferença nas condições econômicas e sociais entre os sítiantes da chã do Condado e os de Macaparana e São Vicente Ferrer no estudo sobre o Noroeste da Mata Pernambucana (VALVERDE, 1960b:61).
2. Valverde, aliás, sempre manteve bastante viva a preocupação em precisar os termos utilizados em seus estudos, explicitando seus usos ou ocorrências regionais. Assim, definiu: “*Os empregados rurais, chamados ‘moradores’, trabalham sob um regime que no Nordeste é denominado ‘de condição’ e, na Zona da Mata, de Minas Gerais, ‘por turma’*” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:7).
3. Apontamos tão somente a maior ênfase dedicada pelo autor ao assunto no referido texto tomando-se como parâmetro a extensão de suas considerações. Na verdade, em trabalhos anteriores a situação dos meeiros ou “moradores” e sua exploração pelos proprietários já havia sido tratada por ele. Assim ocorreu no estudo “O Sertão e as serras - o centro-norte do Ceará. Estudo geográfico para a localização de uma missão rural”, onde considerou: “*Aqueles que não possuem engenho dão a cana para moer à ‘meia’.* (Já há quem dê somente 40%). *Os ‘moradores’ (isto é, meeiros) têm geralmente que vender a outra metade da cana que produzem ao dono da terra. Assim sendo, há uma exploração tórpe que se faz duplamente: primeiro, quando o proprietário tira 50% da cana moída; segundo, quando tira o lucro sobre a outra metade que o ‘morador’ lhe vendeu*” (VALVERDE, 1952b:45). No mesmo artigo, o geógrafo também não desconsiderou a situação dos arrendatários e parceiros, salientando: “*Naturalmente, há falta de terras para esses pequenos proprietários, que são compelidos a trabalhar nas grandes fazendas como arrendatários e parceiros. O arrendamento das terras é feito na base de Cr\$ 200,00 por mil covas (o que corresponde a 25 braças quadradas: a braça vale 2,20 m) nas terras pobres; nos vales, nem por Cr\$ 1.000,00 se consegue arrendar terras. Nos vales e beiras de lagoa, os grandes proprietários hoje em dia dificilmente aceitam parceria à terça; estão exigindo a meia. A causa desse encarecimento no regime de parceria é o excesso de mão-de-obra. Eis como a má distribuição das terras e a exploração do trabalho humano estão criando nesta zona condições de um regime de minifúndio, de que resulta alguma emigração*” (VALVERDE, 1952b:39-40).
4. Outra expressão utilizada por Valverde para referir-se aos moradores. Ela foi de fato utilizada num estudo publicado no mesmo ano daquele ora comentado no corpo-de-texto, isto é, no artigo “O Noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, onde, após descrever a rotina do trabalhador rural concluindo que “*as condições dos trabalhadores e suas famílias são de extrema miséria*” (VALVERDE, 1960b:47), o autor ainda afirmou: “*A sociedade rural nas zonas de sítiantes é mais liberal, no sentido de que maior número de*

*famílias consegue entre elas uma repartição mais eqüitativa da riqueza. A situação dos 'lavradores de condição' permanece, contudo, a mesma; talvez até um pouco pior, já que o sitiante lhes paga somente Cr\$ 20,00 por dia e não lhes dá assistência de espécie alguma, pois não tem crédito nem lastro econômico para isso” (VALVERDE, 1960b:59).*

5. A mesma observação é válida para o tratamento conferido por Valverde aos parceiros, no estudo “Geografia econômica e social do babaçu no meio norte”, quando considerou: “No meio da mata do vale do Parnaíba, observam-se roças de algodão, milho e mandioca, formando clareiras, algumas ponteadas de palmeiras de babaçu isoladas. No vale do Parnaíba impera também o latifúndio, mas não se notam sintomas de decadência pelo simples fato de que aí não houve nenhum surto de progresso. A fazenda patriarcal existe desde as origens do povoamento. Os proprietários geralmente exigem dos parceiros o pagamento de um fôro em espécie, que para o arroz é de um alqueire (30 kg) por ‘linha’ (0,3 ha), o que corresponde a 100 kg por hectare” (VALVERDE, 1957b:21).
6. Veja a respeito o Apêndice VI.
7. Somente para citar um exemplo, essa observação é igualmente válida para o artigo “Geografia econômica do nordeste potiguar”, publicado na *Revista Brasileira de Geografia* em 1962. Nele, quando Valverde discorreu sobre a distribuição dos rendimentos nos engenhos, considerou: “Os trabalhadores queixam-se do baixo salário. Num dos engenhos visitados, os que trabalham na parte agrícola recebem uma diária de Cr\$ 100,00, e os da parte industrial Cr\$ 110,00. Noutro, êstes recebem Cr\$ 70,00 de diária, a sêco, assim como o apanhador de cana. O cortador ganha Cr\$ 5,00 por carga. Neste caso, para compensar esta desvantagem, o dono permite que seus empregados cultivem também na várzea, pôsto que o seu engenho é nôvo e sua produção de aguardente ainda pequena, de maneira que êle não precisa utilizar tôdas as suas terras de várzea” (VALVERDE, COELHO MESQUITA & SCHEINVAR, 1962:38).
8. Veja Apêndice VI.
9. “O grosso desta classe é, porém, constituído pela massa demográfica dos parceiros e moradores. Na realidade, é difícil discernir uns dos outros, que são designados englobadamente pelo termo genérico ‘meeiros’” (VALVERDE e COELHO MESQUITA, 1961:29).
10. Atentar para tal ponto é decerto salutar, pois, entre outros motivos, quando nos dias correntes muitos(as) geógrafos(as) das novas gerações tecem comentários a respeito da contribuição de Orlando Valverde à sua comunidade científica, percebe-se uma associação quase que espontânea entre sua imagem e a afirmação de uma renovação alvissareira da Geografia, colocando-o como antecipador do que ocorreria mais tarde no panorama da Geografia brasileira.
11. Essa afirmação baseia-se na investigação realizada sobre o tema para os fins deste trabalho e que se encontra consubstanciada no Apêndice VI.
12. Aspecto tratado no capítulo 8.
13. “M. Correia de Andrade (...), usando provàvelmente a nomenclatura de A. Serra, denomina esta massa de ‘ar Tépido Calaariano’, designação que não me parece adequada, visto que o deserto de Kalahari ocupa no sul da África uma posição central, afastada da costa. Independente disso, a Ta deveria chamar-se, a rigor, de massa ‘Subtropical Atlântica’, pôsto que ela fica ao sul do trópico de Capricórnio e a designação de ‘tropical’ é geralmente reservada para a faixa situada entre os dois trópicos.” (VALVERDE, 1960b:12).

14. “Apesar de ser o relêvo do vale do Capibaribe-Mirim, de maneira geral, mais movimentado do que o do Siriji; apesar também da pequena profundidade dêste solo, não observou o autor nenhum deslissamento coletivo de terra, como o que foi documentado fotograficamente por MANUEL CORREIA DE ANDRADE.” (VALVERDE, 1960b:19).
15. Vale aqui disponibilizar um dado instigante para pesquisadores interessados na história do pensamento geográfico em nosso meio. Na entrevista realizada com o Profº Orlando Valverde em 19 de maio de 2001, em seu apartamento no Leme, Rio de Janeiro, bem como em três conversas telefônicas com ele mantidas nas cercanias desse período, ele chegou até a sugerir que nosso trabalho abarcasse uma visão comparativa entre sua produção e a dos dois geógrafos citados, defendendo a idéia com convicção. A seu ver, estava a faltar um “balanço” entre as escolas geográficas de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, lacuna que, não resta dúvida, poderia vir a ser sanada em futuros trabalhos. Aproveitando o ensejo, cabe dizer que na ocasião da entrega do título de *Doutor Honoris Causa* ao Profº Orlando Valverde, ocorrida em 8 de junho de 2001, no Rio de Janeiro, sob iniciativa da UFRJ, em seu discurso ele não mencionou o geógrafo pernambucano, mas, por outro lado, teceu breves considerações sobre o geógrafo paulista. Esse último dado, somado com as impressões colhidas em conversas informais, explica a afirmação colocada no corpo-de-texto entre parêntesis.
16. “É mais do que um sistema agrícola; é uma forma de economia (típicamente colonial) (...) É um grande empreendimento simultaneamente agrícola e industrial, dirigido por pessoas com cultura técnica, o qual, com grande dispêndio de mão-de-obra e de capitais, vende um produto agrícola de alto valor, processado ou semiprocessado, para os grandes mercados. A industrialização acarreta divisão do trabalho e monocultura. Esta é devida à maquinaria especial, cuja compra e instalação requerem capital avultadíssimo” (VALVERDE, 1964b:50).
17. “Conseqüências: rápido esgotamento dos solos (donde, necessidade de adubação); fragilidade do sistema: sensibilidade extrema às mudanças climáticas, às doenças e pragas (o boll weevil ou coruquerê, no sul dos Estados Unidos), às perturbações políticas (Haiti, Indonésia, Indochina), aos novos inventos técnicos (açúcar no Nordeste do Brasil; anil) e às flutuações de preços nos mercados (algodão no Maranhão). Daí resulta uma grande instabilidade das plantations, quer no tempo (Ceilão - século XIX: canela, café, quinina, chá e borracha), quer no espaço (café, no Sudeste do Brasil). O problema da mão-de-obra no Nôvo Mundo foi resolvido de maneira brutal, com o tráfico de escravos negros” (VALVERDE, 1964b:50).
18. Segundo a caracterização de Valverde, baseada em Pierre George, os dois tipos de *plantations* são: “o da especulação espontânea, empreendida pela população autóctona, ou nacional, de um país (exemplos: café e açúcar, no Brasil)” que gerava “formas precoces e estáveis de independência política (Brasil, EUA)”; e “o da especulação autoritária, introduzida no meio colonial pela classe dirigente colonizadora, em seu proveito (exemplos: borracha, na Indonésia e Malásia; banana, na América Central; açúcar, em Cuba pré-revolucionária)”, responsável pela “intervenção profunda do capital estrangeiro na política interna do país, daí resultando longa submissão colonial ou semicolonial (Exemplos: Malásia, Guiana Inglesa, países centro-americanos)” ou “reações tardias e violentas (Cuba e Indonésia)” (VALVERDE, 1964b:51).
19. Um trecho que exemplica esse procedimento surge quando o autor comparou, em outro escrito, outras áreas da região estudada com aquela onde se desenvolvia a *plantation* da SACKRAFT, citada na nota anterior: “É sempre útil comparar os baixos vales do Açú e do Jaguaribe, já que as condições naturais são semelhantes, assim como as atividades econômicas, o habitat e a elevada densidade de população (...) Os indícios de um nível geral de vida da população mais elevado que no Açú transparece em vários elementos da

*paisagem (...) Quaisquer perspectivas de progresso, no baixo Açu num futuro próximo, são limitadas, porque todos os projetos vão esbarrar, em última análise, na arcaica estrutura fundiária e no pauperismo generalizado” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:32).*

20. Tivemos a ocasião de assinalar esse posicionamento do geógrafo nos capítulos 10, 11 e 12. Em todo caso, nesse particular, ele assim expressou seu pensamento: *“O solo pobre do cerrado é, de fato, um obstáculo sério à formação de pequenas propriedades agrícolas e pecuárias. Na hipótese de se manterem os sistemas extensivos de uso da terra, o fracionamento conduziria à miséria os pequenos proprietários, que teriam suas terras absorvidas pelos latifúndios. O emprêgo de sistemas intensivos exigiria, por outro lado, um empate vultoso de capital em máquinas e adubos, de maneira que só seria compensador se empregado em grande escala. Ora, a grande lavoura é incompatível com a pequena propriedade. Esta última hipótese só se verificaria se êsses lavradores fossem organizados numa forma muito adiantada de cooperativismo” (VALVERDE, 1955a, p. 29).*
21. *“O processo de beneficiamento empregado aqui consiste no seguinte: O café é levado com a terra para o tanque. Daí cai numa vala com água; onde há uma série de armadilhas para a terra. No fim desta vala, o café é separado em duas partes num tanque: o que pousa no ‘fundo’ é o cereja; o que flutua chama-se ‘bóia’. O ‘bóia’ sai para outro tanque. O ‘fundo’ vai para o despoldador, que tira a casca externa. Este café que sai é o chamado ‘despoldado’, que é o melhor. Depois, este fica 24 horas imerso em água para tirar o pergaminho, que fermenta. Em seguida, vai para o terreiro, a fim de secar e, logo depois, para a máquina de beneficiar, onde sai o último envoltório, que é a ‘película prateada’. Hoje em dia usam um fermento para tirar o pergaminho; os caboclos fazem isto com soda cáustica. O ‘bóia’ vai, do segundo tanque, direto para secar no terreiro” (VALVERDE, 1958:45).*
22. *“É de admirar que um observador sagaz como Carlos Prates não tenha deixado registros do processo de beneficiamento do café na Zona da Mata, que é o processo úmido; não o adotado nas Índias Ocidentais, mas exatamente o mesmo que se empregava no vale do Paraíba, e é minuciosamente descrito por Van Delden Laërne [autor da obra *Brazil and Java*. London, 1885, 637 p.]” (VALVERDE, 1958:45).*
23. *“Os cafezais duram nesta zona de 10 a 12 anos, geralmente; nos terrenos melhores podem alcançar até 15 a 20 anos. Os seus rendimentos são muito baixos: um que tivemos oportunidade de observar produzia de 21 a 23 arrobas por mil pés. O processo comum de colheita é o da ‘derrixa’; só nas fazendas melhores colhem o café maduro em mais de uma vez. As culturas de ciclo curto, como o milho, têm pouca importância e são praticadas segundo o sistema de roças ou rotação de terras primitiva, exceto o arroz, que é de brejo, e do qual há áreas apreciáveis, em cultivo somente entre Itamuri e Muriaé, na Rio-Bahia, e a sudoeste de Mirai, na estrada de Cataguases. A região, que denominamos de ‘zona dos latifúndios de pecuária de corte’, poderia ser bem chamada ‘zona de Cataguases’, pois esta é, sem dúvida, a principal cidade que nela se encontra. Deste município ela se expande para o norte, compreendendo o de Mirai e, a partir de Muriaé, as terras vizinhas da Rio-Bahia até Fervedouro” (VALVERDE, 1958:49).*

## **NOTAS DOS APÊNDICES**

## APÊNDICE I

### A criação da Universidade do Distrito Federal (UDF)

1. Quanto a Pedro Ernesto, VIANNA (1990b:592) considera que: “O prefeito do Distrito Federal era socialista e intransigente antifascista, o que lhe valia o ódio dos integralistas e simpatizantes da AIB, principalmente Góis Monteiro. Adepto da ANL e admirador de Prestes, Pedro Ernesto era considerado o primeiro dos ‘tenentes civis’, pois desde 1922 participava abertamente do movimento ‘tenentista’. Mas Pedro Ernesto era também grande amigo de Getúlio e estava entre os ‘tenentes’ que, embora contra o Governo, acreditavam que Vargas poderia ser recuperado para ‘os verdadeiros ideais’ da revolução de 30.”
2. No que se refere ao Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), ver MACHADO (2002:31-32) e SALEM (1982:117-118, 125).
3. Aliás, no tocante ao surgimento de uma acepção valorativa da universidade na cultura brasileira no início dos anos vinte, atribuindo-lhe a função de cultivar as ciências despreocupando-se de sua aplicação e as discussões posteriores a respeito na ABE (Associação Brasileira de Educação) a partir de 1924, ver PAIM (1981:31-56; 1982:36-50). O que realmente convém ressaltar aqui, em complemento à afirmação feita no corpo-de-texto, é que o conflito indicado já se arrastava desde a Revolução de 1930 quando a Igreja Católica passou a exercer pressão cerrada sobre Francisco Campos, na época à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, para que o Governo Provisório se mantivesse fiel ao estabelecimento de laços estreitos, em nível nacional, entre a Igreja e o Estado. A Igreja buscava suplantar o ostracismo político a que tinha sido relegada pela Constituição de 1891, de inspiração positivista (SALEM, 1982:98, 111, 130-131), nos marcos da debilidade endêmica da ordem política instaurada no país com a Revolução de 1930 que a tinha convertido em força social de peso para a legitimação do novo arranjo de poder. Em 1931, o ensino religioso passou a ser permitido nas escolas públicas, desagradando os educadores de bandeira escolanovista, estendendo as discordâncias entre as duas concepções educacionais durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Segundo PAIM (1981:64-65), em 1934 foram aprovadas emendas religiosas que inflamaram o ímpeto dos católicos para continuarem lutando a favor do ensino religioso e pelo ensino confessional e, nesse mesmo ano, os vínculos entre Igreja e Estado são fortalecidos com a nomeação de Gustavo Capanema para o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública (SCHWARTZMAN *et alli*, 2000:71-79; SALEM:1982:112). Um entendimento mais acurado desse conjunto de questões pode ser entrevisto no trabalho de SALEM (1982:108-112), quando esmiuça a atuação de Alceu Amoroso Lima à frente das idéias educacionais católicas entre 1928 a 1941.
4. Sobre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e a polêmica travada na ocasião entre a postura filosófica de Anísio Teixeira em contraposição à postura sociológica de seu principal redator, Fernando Azevedo, ver PAGNI (2000:29). Pormenores acerca do conflito entre escolanovistas e pensadores católicos podem ser vislumbrados em SALEM (1982:112-119).
5. Aliás, em 1934, Anísio Teixeira publicou obra de grande repercussão, *Educação Progressiva – uma introdução à filosofia da educação* e, em 1936, a obra *Em marcha para a democracia*, uma análise da sociedade norte-americana e, brevemente, da sociedade européia, discutindo a tendência democrática das civilizações modernas. Com essas obras e com a sua atuação vanguardista na administração pública fluminense, Anísio passou a representar uma ameaça ao pensamento conservador, sobretudo, ao pensamento católico. Acusado de comunista e subversivo no Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) e diante das resistências católica e direitista à sua gestão, em dezembro de 1935 pediu demissão ao prefeito Pedro Ernesto do cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito



Federal, refugiando-se no sertão da Bahia. Voltaria ao panorama educacional somente em 1946 à convite da UNESCO. Para uma análise pormenorizada sobre as idéias educacionais do educador, ver ADAS (2003:69-96). Para uma elucidação interessante acerca da interpretação e contestação dos postulados escolanovistas a partir da perspectiva e dos princípios católicos, consultar SALEM (1982:114-117).

6. Conforme MACHADO (2000), além da criação da UDF em 1935, outros órgãos importantes foram forjados nos moldes centralizadores do governo federal nos anos trinta. No ano de 1930, o Ministério de Educação e Saúde (hoje transformado em Ministério da Educação e Ministério da Saúde), o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (hoje transformado em Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério do Trabalho); em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia (hoje Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais incorporado ao atual Ministério da Educação), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporada ao Ministério da Cultura) e o Conselho Nacional de Geografia; e, finalmente, em 1938, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (que incorpora o Conselho Nacional de Geografia) em 1938.
7. No que tange a perspectiva nacionalista, o lastro de ideais nela apoiados entre as décadas de 1920 e 1930 pode ser encontrado nas abordagens de IANNI (1979) e OLIVEIRA (1999).
8. Convém aproveitar a oportunidade para sugerir um texto sobre Alceu Amoroso Lima que, sem dúvida, poderia se constituir como ponto de partida para futuras análises de historiadores do pensamento geográfico, quiçá interessados em se dedicar ao estudo sobre o discurso geográfico inerente às idéias do pensador católico. MENEZES (1998) ressalta que a discussão e a investigação sobre o que definiria o caráter nacional do povo brasileiro constituíram um velho debate na construção histórica de nossa cultura como país independente. Tendo acompanhado incessantemente inúmeras vertentes do pensamento brasileiro – historiografia, ficção, poética, crítica, sociologia, psicologia, antropologia, filosofia, etc. – constituindo-se sua nota dominante, essa polêmica sempre esteve presente em todas as suas etapas de formação. Pensando nisso, Afrânio Coutinho forjou uma expressão altamente significativa: *a tradição afortunada*. Segundo MENEZES (1998:8), “*essa tradição se vem constituindo pelo menos desde José Bonifácio, provavelmente o primeiro a formular o problema do caráter brasileiro, até os que se lhe seguiram, tais como José de Alencar, Sílvio Romero, Machado de Assis, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Alberto Torres, Afonso Celso, Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Alceu Amoroso Lima, Viana Moog, José Honório Rodrigues e muitos outros. Assim, o nosso autor não faz mais do que enriquecer essa longa estirpe de intérpretes do Brasil. Para não mencionar outra extensa linhagem de estrangeiros que se debruçaram, argutamente por vezes, sobre esse enigma.*” Partindo desse enquadramento, MENEZES (1998:14-15) baliza o esforço de Alceu Amoroso Lima, encetado em várias obras do autor e principalmente no artigo “Psicologia do Povo Brasileiro” (in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 60, 1934, pp. 119-139), para caracterizar a nossa diferenciação psicológica utilizando-se do emprego de um quadro tripartido das supostas três grandes famílias tipológicas do homem brasileiro, reduzindo-as aos dois eixos principais – Litoral e Sertão, e Norte e Sul – que estruturam o espaço analítico com que a nossa *tradição afortunada* pretendeu dar conta da “problemática da aporia ôntica da brasilidade”.

## APÊNDICE II

### Visões e políticas imigratórias para o Sul do Brasil

(1824-1945)

1. Aliás, no limite, numa visão histórica mais distendida, admite-se que não seria caminho inapropriado traçar o atual perfil misto de pescadores e agricultores de subsistência entre os seus descendentes remontando-se, em virtude dos constrangimentos indicados, à dedicação de muitos dos ilhéus no Rio Grande do Sul à vida mais livre e lucrativa do pastoreio e, no litoral de Santa Catarina, à pesca (TAVARES, 1972:28).
2. Um detalhamento oportuno dessa questão encontra-se realizado no capítulo 9 de nosso trabalho. Sua projeção nos textos valverdianos expressou-se, sobretudo, a partir da década de 1950, fato que justifica não incorrerem num detalhamento dessa questão na altura de nosso texto ora percorrida, reservando-o para mais tarde. Cabe aqui tão somente, portanto, não deixar passar despercebida essa dimensão.
3. Análise interessante sobre esse assunto encontra-se no capítulo 1 do trabalho de BANDEIRA (1994). Ademais, em recente obra dedicada ao assunto o diplomata brasileiro Sérgio Corrêa da Costa tratou o assunto. Em certo trecho, tratando sobre esses temores, afirma: “*A América Latina não se desenvolverá sem a nossa vigorosa liderança, declarou o Führer, que se deteve sobre esse projeto em 1933, portanto nos primeiros meses como chanceler. Sua atenção se concentrou principalmente no Brasil, que considerava maduro para a revolução e que ele se dispunha a transformar, em poucas décadas, ou até mesmo em alguns anos, ‘de um Estado mestiço e corrupto em um domínio alemão’*” COSTA (2004:33).
4. Esses aspectos são tratados em profundidade por LUIZETTO (1975) nas páginas 118-121 de seu estudo.
5. “*Estas observações nos levam a concluir que, vincular a política anti-imigratória à política nacionalista, sem explicar a natureza da segunda, não leva à compreensão das manifestações de preconceito e discriminação racial e étnica: o nacionalismo é uma ideologia e não uma categoria analítica. Circunstâncias particulares dão origem a esta política, que oculta a existência de conflitos que precisam ser resolvidos. O nacionalismo pode expressar tanto um conflito entre grupos de diferentes nações, não por serem compostos por indivíduos de nacionalidade diferente, mas por estarem se enfrentando em alguma forma de competição, como pode expressar, também, um conflito entre grupos que vivem numa mesma nação. Nesta última situação, uma classe social pretende a hegemonia, e através de uma política nacionalista cria as condições que favoreçam o exercício de um maior controle sobre o conjunto da sociedade, fazendo com que se acreditem ser da nação, como um todo, os seus interesses particulares. Em qualquer caso, porém, e sob qualquer condição específica, o nacionalismo configura-se como uma justificativa ideológica, e, portanto, como uma forma de luta. Assim sendo, parece inócuo querer compreender a política de restrições à imigração pelo nacionalismo, sem que, antes, se procure compreendê-lo também*” (LUIZETTO, 1975:117-118).
6. SEYFERTH (1994) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, a doutrina da superioridade ariana surgiu nas colônias alemãs por intermédio da propaganda sistemática realizada por membros da Liga Pangermânica a partir de 1890, reforçando os aspectos racistas da ideologia étnica. Sob a designação de *Alldeutsche Verband*, a associação pangermanista pretendia a união de todos os alemães do mundo conforme sua própria denominação. Ideologicamente, de um lado caracterizou-se por afirmar a superioridade da

raça germânica defendendo a tese do espaço vital (*Lebensraum*) e do expansionismo imperialista e, de outro, inspirava-se em doutrinas afinadas com os dogmas do racismo moderno, entre outras naquela de Chamberlain, Gobineau e no darwinismo social. Nas teias da lógica pangermânica, os teuto-brasileiros eram alemães no estrangeiro (*Auslanddeutsche*) cuja mobilização era necessária em virtude dos interesses do Império Alemão. Segundo a pesquisadora, malgrado a contradição à assimilação e a defesa etnocêntrica a respeito da preservação da germanidade tenham sido afirmadas na maioria das publicações teuto-brasileiras, a categoria *Auslanddeutsche* parece não ter sido aceita como étnica em nenhum momento, tendo prevalecido entre os colonos a identidade *Deutschbrasilianer*. Não obstante, a radicalidade das investidas contra a assimilação pôde ser constatada em alguns jornais, como foi o caso do *Urwaldsbote*, de Blumenau, nitidamente influenciado pelo pangermanismo. Salvo alguns casos, nele como em outros os brasileiros foram considerados enquanto representantes de raças não civilizadas ou inferiores. Em decorrência disso, o discurso racista defendeu a pureza racial germânica e não poupou palavras sobre os riscos da miscigenação, associando-a com a idéia de decadência. Embora esse discurso tenha conquistado a simpatia confessa de parte da elite teuto-brasileira, num olhar retrospectivo salienta a autora que a vinculação política com a Alemanha jamais foi cogitada. Mas, decerto compreensível, diferente foi a percepção que os contemporâneos dessa situação nutriram. Esse contexto, de fato, acirrou as especulações no tocante as intenções separatistas dos colonos alemães concentrados no sul do Brasil. De uma parte, na seara das relações internacionais, a retórica expansionista da Liga Pangermânica semeou solo fértil para denúncias norte-americanas, francesas e inglesas sobre os interesses da Alemanha na América do Sul. De outra monta, excitou as suspeitas de brasileiros já preocupados com o que então era conhecido como “perigo alemão”, ou seja, o suposto risco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se transformarem numa colônia da Alemanha ou mesmo num Estado independente com apoio alemão. Para eles, a secessão do sul era plausível diante das dificuldades acumuladas para assimilar, abrasilizar e caldear uma população enquistada e de mentalidade diversa que se recusava a falar o idioma nacional. Assim, nas duas primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira conviveu com as inflamadas discussões a respeito do “perigo alemão”. O Congresso Nacional não permaneceu ileso diante desse temor e, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial, quando a imprensa teuto-brasileira se posicionou a favor da Alemanha, acolheu discussões desse teor. Não faltaram propostas visando restringir a imigração alemã como forma de evitar a formação de um Estado dentro do Estado. Nesse contexto, mesmo antes de serem tomadas medidas efetivas pelo Estado Novo que traduziram suas preocupações com a nacionalização do ensino, brasileiros notáveis tal como Sílvio Romero, Alberto Torres, Manoel Bonfim e Afrânio Peixoto denunciavam a colonização alemã como instrumento do imperialismo germânico e ameaça à integridade nacional e, sem torneos, apontaram a necessidade da assimilação forçada (BOMENY, 1999:154).

7. SEYFERTH (1999) tratou com maestria o assunto dos estudos e opiniões gerais sobre colonização considerando, entre outros, os casos de Arthur Hehl Neiva, Gavião Gonzaga, Oliveira Vianna, Lourival Câmara, Emílio Willems e Ribeiro Couto. BIELCHOVSKY (2000:278-279), por sua vez, salientou o fato de que nesse contexto a discussão sobre o problema da imigração no Brasil era alimentada pela crença de que havia pleno emprego na economia, ressaltando ainda que ela merecia tratamento afeito à inclinação ideológica da época onde começava a ser a de assimilação da industrialização como pré-requisito para a transição do Brasil de país agrário à nação industrial, onde sobressaía a freqüente referência à ligação entre industrialização e formação de um “mercado interno”, em contraste com a dependência dos mercados internacionais.
8. Apenas para complementar, vale lembrar que não destoando do pangermanismo, o nazismo também influenciou parte da imprensa e das instituições comunitárias tais como a “escola alemã”. De outra parte, cabe complementar a afirmação feita sobre a “regermanização” recorrendo-se à consideração de SEYFERTH (1994) sobre a retórica da “regermanização”.

Ao seu respeito, comenta a pesquisadora: “A retórica da ‘regermanização’ é um indicador preciso da especificidade étnica teuto-brasileira: embora se considerassem legítimos representantes de uma nação alemã etnicamente concebida, os teuto-brasileiros foram vistos pelos nazistas como excessivamente brasileiros.”

9. O assunto é tratado em pormenores por TOTA (2000), especialmente no capítulo 1 de sua obra intitulado “Uma verdadeira ‘fábrica de ideologias’: o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*”. As menções do autor a respeito da saliência que os imigrantes alemães no Sul do Brasil adquiriram no período diante da escalada do nazismo são tecidas nas páginas 86 a 89. O estudioso ainda ressalta as cogitações do governo dos EUA sobre uma possível invasão física do Sul do Brasil no mesmo período para deter o “perigo alemão”, após a apresentação de um suposto mapa nazista representando a divisão dos territórios do subcontinente sul-americano. COSTA (2004:292), por sua vez, esclarece que os ingleses temiam que uma incursão nazista nos países da América do Sul pudesse privar os Aliados de inúmeros materiais estratégicos. O eventual mergulho do subcontinente numa guerra civil poderia criar para os norte-americanos um desafio militar de tal magnitude que acabaria por impedi-los de participar do conflito na Europa. Para a Alemanha, pensavam os ingleses, seria opção bem menos arriscada que a do ataque à União Soviética. Foi nesse contexto que veio à lume um mapa apreendido no Rio de Janeiro pelo *British Security Coordination* (BSC), mostrando a redistribuição territorial da América do Sul a ser imposta pela Alemanha depois da vitória. O subcontinente seria reduzido a apenas quatro países e uma colônia, todos sob proteção alemã. Para o caso argentino, além de reconstituir as fronteiras do vice-reinado do Prata, as intenções nazistas figurantes no mapa deceparia uma faixa do Chile e asseguraria a Buenos Aires a almejada saída para o Pacífico. Quando mostrado ao Presidente Roosevelt, o referido mapa foi por ele citado em discurso irradiado em 27 de outubro de 1941 (COSTA, 2004:289 e 291). Daí por diante, no Brasil e justamente no período formativo mais significativo de Orlando Valverde no aparato estatal, o mapa nazista adquiriu extrema notoriedade nos debates da época. Após uma breve reconstituição sobre a conjuntura latino-americana no fim da década de 1930, sem negligenciar a mobilização emocional promovida pelo Terceiro Reich nas colônias alemãs do Sul do Brasil e ressaltando o quadro político autoritário e o papel dos militares em países como Brasil, Argentina e Chile, COSTA (2004:292) ainda reforça parecer de que “o perigo de uma invasão, coordenada com revoluções locais estimuladas pelo Reich, pode hoje nos parecer fantasia, mas não poderia ser ignorada naquela conjuntura.” Maiores detalhes sobre as relações do Terceiro Reich com a América Latina podem ser consultadas em COSTA (2004:219 a 248).
10. De certo modo, essa visão sobre o problema não é somente compartilhado como também alargado por COSTA (2004), quando enfatiza em recente livro as conexões entre o III Reich e a Argentina. Maiores detalhes a respeito das relações almejadas entre o Terceiro Reich e o Brasil podem ser consultados em COSTA (2004:249 e 261).

### APÊNDICE III

#### **Reforma agrária e mobilização político-social (1951-1964)**

1. Cabe ressaltar que as tensões no campo já eram conhecidas da sociedade brasileira antes desse período, já no final dos anos quarenta e início dos cinquenta. Conforme indica REIS FILHO (2002:79), salientado a presença ativa e participativa dos comunistas em dois episódios, “nas áreas rurais, um processo molecular de auto-organização se chocava com a tradicional brutalidade dos senhores de terra. Em duas regiões - Porecatu, no norte do Paraná, e Trombas do Formoso, em Goiás -, posseiros, em defesa de suas reivindicações,

*chegaram a entrar em choque armado com forças policiais. Em muitos estados, os trabalhadores rurais, enfrentando duríssima e impiedosa repressão, lançavam, regadas a sangue, a vidas e sacrifícios imensos, as bases do que viria a ser mais tarde o poderoso movimento das ligas camponesas e da formação dos sindicatos rurais.”*

2. Um exemplo desse processo é o diagnóstico dos cafezais paulistas realizado pela FAO, CEPAL e IBC, em 1957, por intermédio do qual se justificou a intervenção direta do Estado na maneira de produzir e na promoção da mudança das relações de trabalho que iria resultar, entre 1960-1980, na expulsão de 2,5 milhões de pessoas do campo paulista, entre parceiros, colonos, arrendatários, pequenos proprietários. Para uma análise adequada desta questão no âmbito de uma abordagem que enfoca as legislações que foram implementadas a partir do Governo João Goulart e suas conseqüências na agricultura paulista, ver o trabalho sociológico de MORAES SILVA (1999:61-79).
3. Para uma compreensão acerca desta questão durante o Governo João Goulart, ver VIANA (1980:131-133).
4. Ver também a respeito: MARTINS (1985:20-21). Do mesmo autor, particularmente no que tange o poder dos “coronéis”: MARTINS (1995:41-50). Vale frisar ainda que, para valer-se de uma abordagem sucinta, a leitura deste último trabalho é de reconhecida importância para se compreender os vários aspectos relativos à realidade camponesa no período aqui analisado.
5. No caso de Porecatu (1950-1951) e suas relações com a estratégia da “revolução agrária e antiimperialista” e criação das “frentes democráticas de libertação popular” da parte do PCB, ver MEDEIROS (2000:216-217). Outros trabalhos que tratam da questão são os de FALEIROS (1989) e BASTOS (1984).
6. Com efeito, a proscrição do Partido Comunista em 1947 havia sido acompanhada do fechamento das Ligas Camponesas que então emergiam no cenário sócio-político brasileiro. Até essa época, a bem da verdade, não haviam sido formados líderes camponeses de grande envergadura nacional, regional ou local, pois as Ligas Camponesas eram “organizações-apêndice” (MORAIS, 2002:13) da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista. Com a adoção daquela medida arbitrária, o governo Dutra, ressentindo-se e procurando tirar proveito daqueles ares internacionais em vigor, espalhou para o setor rural o estancamento ao menos temporário daquele processo organizativo incipiente, mas que recobriria fôlego, como se verá, alguns anos mais tarde.
7. Fechando o ano de 1953, é interessante chamar a atenção para a realização da “Vª Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro”, onde as deliberações dele resultantes, incluindo a proposta política geral, a questão sindical e a questão agrária, faziam um cotraponto com o PCB. Francisco Julião mantinha relações com o PSB e seu caso exemplifica os contrastes com os comunistas no encaminhamento desses assuntos que então estavam na ordem do dia. Para maiores detalhes, consultar: VIEIRA (2002:170-171, principalmente).
8. Conforme salienta MARTINS (1995:81): “a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato”. Para uma análise mais pormenorizada sobre os agentes envolvidos na “tutela política do campesinato” no período em questão, principalmente as dissonâncias entre as visões sobre ele traduzidas nos documentos do PCB, nas postulações das Ligas Camponesas e da Igreja, vide: MARTINS (1995:81-92).
9. “A vitória da Revolução Chinesa foi recebida com surpresa e euforia pelos comunistas brasileiros, na época agrupados em torno do Partido Comunista do Brasil. A euforia tinha fundamento. Em plena Guerra Fria, o capitalismo internacional sofria uma grande derrota.

*O mundo socialista, no mesmo movimento, saía engrandecido em territórios e população (...) Os comunistas encontravam-se na clandestinidade, acuados pela polícia política, desfeito o sonho da legalidade e da participação ativa nas lutas institucionais. Desde janeiro de 1948, sucediam-se conclamações inflamadas à radicalização das lutas sociais e políticas. O processo de viragem à esquerda alcançaria o clímax com a formulação do Manifesto de agosto, de 1950, a mais completa sistematização da orientação política do Partido Comunista no período. Menos de um ano depois da vitória da Revolução Chinesa, verificada em outubro de 1949, é possível detectar ressonâncias do acontecimento em propostas centrais do Manifesto de Agosto. A defesa da revolução agrária e antiimperialista colocava para o povo brasileiro, como bandeiras centrais, os eixos da luta recém-vitoriosa do povo chinês: a questão da terra e a questão nacional.” (REIS FILHO, 2003:201-202).*

10. Quando se reporta ao tratamento dos camponeses, o programa de 1954 não explicita o significado exato de “camponeses ricos” enquanto categoria sociológica incluída na “revolução democrático-popular” preconizada. Anuncia ainda que “só serão confiscados” os setores da burguesia nacional que “traírem os interesses nacionais e se aliarem aos imperialistas norte-americanos”. Para REIS FILHO (2002:96), essas duas propostas, transpostas sem mediações para a sociedade brasileira, evidenciam a relação entre o programa de 1954 e o processo revolucionário chinês.
11. Nos limites deste Apêndice, evitando correr o risco de ampliar em excesso o escopo de referências que auxiliam a compreensão sobre o significado da questão agrária no período abordado, o que também poderia representar a perda de inteligibilidade dos argumentos essenciais necessários para a consecução de seus objetivos, mantemos a opção de não detalhar em demasia aquelas pertencentes ao cenário internacional. Sobre a conjuntura externa dos anos 50-60 e, mais especificamente, o papel exercido pelas idéias da Revolução Cubana em seu contato com a realidade brasileira e o impacto do castro-guevarismo sobre a esquerda brasileira, ver BRANDÃO (2003:259-316).
12. Os dois líderes afastados e representantes das duas tendências foram Agildo Barata e Diógenes de Arruda Câmara. Para uma abordagem mais detalhada acerca das propostas nacionalistas e democráticas do primeiro momento sobre o seu posicionamento quanto a formação de uma frente única do proletariado e do campesinato em direção à construção do socialismo, destoando das propostas do PCB, ver SANTOS (2003:244-246).
13. Importa registrar, baseando-se em BASTOS (1984), que as Ligas Camponesas organizadas por Francisco Julião e emergentes na segunda metade dos anos cinquenta não devem ser confundidas com as ligas surgidas na segunda metade dos anos quarenta, em especial no Nordeste. “Liga” inicialmente designava associações de trabalhadores do campo e foram duramente reprimidas, conforme mencionado mais atrás, no período em que o PCB foi relegado à ilegalidade. No caso da associação surgida no engenho Galiléia, em Pernambuco, em meados dos anos cinquenta, ela passou a ser nominada “liga”, principalmente pelos grandes proprietários da região, com o intuito de criar uma identificação com as antigas ligas comunistas e, assim, predispor a opinião pública contra ela.
14. Conforme aponta BOMBARDI (2004:71-72), a Revolução Cubana talvez seja o maior expoente do significativo impacto que teve uma revolução em meio à expansão socialista no mundo. Afora o significado proeminente com o qual se revestiu em virtude de ter sido deflagrada num país do continente americano, o país de sua ocorrência guardou a peculiaridade de uma localização estratégica.
15. Para evitar mal-entendidos a partir desta afirmação, importa complementá-la com a observação de MARTINS (1995:92-93): “A revolução camponesa não chegou a definir-se como um projeto naqueles primeiros tensos anos da década de 60. A rigor, não chegou a

*surgir nenhuma organização de amplitude nacional que o formulasse com contornos precisos. O máximo a que se chegou foi a proposta da reforma agrária radical, que, se concretizada, implicaria numa profunda transformação no regime de propriedade da terra. A revolução camponesa surgiu muito mais definida no temor dos seus opositores de direita e de esquerda daquela época. Como tal, como temor, como hipótese a ser combatida, chegou a aparecer com razoável clareza nas posições e nas ações da Igreja, do PCB e do governo Goulart. Depois do golpe militar de março de 1964, a pressuposição da revolução camponesa apareceu claramente na justificativa da raivosa repressão que se desencadeou sobre os trabalhadores do campo, particularmente os das Ligas Camponesas, sobre as lideranças sindicais e até mesmo sobre os partidos e grupos políticos que, especificamente a respeito, tinham posição vacilante.”*

16. Conforme referenda TAPIA (1986:461-462): “(...) as ligas camponesas, ao defenderem a reforma agrária radical centrada na distribuição de terras aos camponeses e extinção plena da grande propriedade, ao atribuírem ao campesinato um papel dirigente no processo de transformação social, ao definirem como socialista a etapa da revolução brasileira, apontavam para um caminho alternativo para a questão agrária dentro do espectro de posições de esquerda.”
17. Este é o caso das discordâncias entre as Ligas Camponesas e a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), cujas propostas foram expressas no Congresso de Belo Horizonte, realizado em 1961. Para um detalhamento destes embates, ver MEDEIROS (1982:38-55) e MORAIS 2002: 38-41; 60-65).
18. Afora os condicionantes citados, o *tour* dos dirigentes das Ligas em direção à luta armada também contou com a contribuição de outros acontecimentos, tais como, a retomada da guerra de libertação nacional no Vietnã a partir de 1960, com a projeção internacional adquirida por um novo maoísmo internacionalista no contexto das divergências crescentes sino-soviéticas e com a vitória da revolução argelina, em 1962.
19. Conforme sintetiza MORAIS (2002:67): “O primeiro foi em agosto de 1954, com a morte trágica do presidente Getúlio Vargas; o segundo golpe foi tentado pelo presidente Carlos Luz, em 1955, para impedir a tomada de posse do mandatário eleito. Segue-se no governo Kubitschek as revoltas militares de Jacareacanga e de Aragarças. A crise política artificialmente criada durante a greve universitária de Recife (abril de 1961), seguida de uma exagerada mobilização de forças militares, obrigou o presidente Jânio Quadros a mudar o seu escritório de despacho para um sítio nos arredores de São Paulo, seu grande reduto eleitoral. O golpe militar parecia inevitável e se sucedeu quatro meses depois, com a renúncia de Quadros. No mês seguinte, os civis retomaram o poder, com a posse de João Goulart. No entanto, a implantação de uma ditadura militar era questão de poucos meses.”
20. Para fins elucidativos sobre a questão, cabe recorrer à síntese expressa por STÉDILE (2002:308-309): “O PC do B, que surgiu do PCB, a partir de 62, em função do que aconteceu na URSS, no Congresso de 56, basicamente não rompe com essa tese. Mesmo que a sua militância tenha tido uma aparência de maior combatividade, de maior organização no campo. O PC do B rompe com PCB, ideologicamente, e num primeiro momento, começa a se afinar com as idéias de Mao Tsé Tung e passa a adotar como estratégia política para o Brasil a ‘guerra popular prolongada’, ou seja, eles acreditavam que para fazer uma revolução no Brasil era necessária uma longa guerra, de anos e anos, igual ao que foi na China onde as massas camponesas iam se levantando no interior e devagarinho iam cercando as cidades, isolando a burguesia, até chegar à tomada do poder. Com essa estratégia política, se eles tinham que organizar a guerra popular prolongada, obviamente que eles passaram a priorizar naquela época o trabalho de organização dos camponeses porque, afinal de contas, seria no campo que se daria o conflito da guerra popular prolongada. E foi a partir dessa visão que chegaram a organizar a guerrilha do

*Araguaia, a partir de 1970 e que foi eliminada pelo exército depois de várias tentativas durante mais de três anos, em 73. Mas, embora o partido tenha priorizado, deslocado quadros para o campo para trabalhar com os camponeses, na prática e nas idéias, ele não rompe com as teses anteriores de que, para fazer uma reforma agrária ou para fazer as mudanças no campo, havia necessidade de se aliar com setores da burguesia nacional. Mesmo porque isso tinha acontecido também na China. E então, quase como uma transposição mecânica, imaginava-se que aqui no Brasil também poderia ser possível uma aliança com a burguesia nacional e assim fazer as mudanças necessárias.”*

21. As propostas da AP (Ação Popular) sobre a reforma agrária serão abordadas um pouco mais adiante, ainda neste tópico.
22. A influência cubana nas diferentes organizações da esquerda brasileira se deu em três momentos principais, centrados em três grandes iniciativas: conforme mencionado mais atrás, primeiramente no período de ressurgência das Ligas Camponesas e, no momento ora tratado, na resistência nacionalista de Brizola e na Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Para um tratamento acurado e minucioso sobre essas três vertentes frente as quais o PCB, nos anos sessenta, se posicionou negativamente, ver BRANDÃO (2003:259-316).
23. Segundo MARTINS (1995:10): *“Certamente, o que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, disputa apoiada nas lutas camponesas que irromperam, então, em vários pontos do país. Da aliança tácita entre católicos e comunistas, excluídas as Ligas, surgiu o mais importante resultado político desse período, para o campesinato - a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e a estrutura sindical que lhe corresponde.”*
24. Apenas para balizar o grau de mobilização e a complexidade dos atores envolvidos, na conjuntura política marcada pelo retorno ao presidencialismo e pela apresentação do Plano Trienal, o PDC (Partido Democrata Cristão) realizava a sua convenção anual na cidade paulista de Águas da Prata, no final de março de 1963. Nessa ocasião, se desfechava embate frontal entre duas tendências existentes entre os democratas-cristãos; de um lado, a conservadora, contando com Juarez Távora e a maioria dos dirigentes da seção pedecista carioca e, de outro, a nacionalista-reformista, tendo à frente Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio. Embora fosse minoria, esta última conseguiu contornar as dificuldades para o estabelecimento de um conjunto de dez propostas de reformas da estrutura sócio-política e econômica, entre as quais uma referente à reforma agrária que versava: *“O PDC tem posição firmada em favor da Reforma Agrária com emenda constitucional que permita a desapropriação de terras inaproveitadas mediante o pagamento, a prazo, em títulos da dívida pública, para propiciar o desenvolvimento econômico, o processo social e o soerguimento humano dos meios rurais”*. Um trabalho excelente sobre o PDC é o de Busetto (2002:258-263, sobretudo), onde foi analisada a relação entre a proposta de reforma agrária deste partido no período e a *Mater et Magistra*, de João XXIII. Ademais, a referência indicada também aborda em pormenores o papel desempenhado na questão por Plínio de Arruda Sampaio, democrata cristão, então deputado federal. Ainda relacionado com essa conjuntura e desdobramentos específicos, vale destacar o trabalho de BOMBARDI (2004, sobretudo o capítulo 2) para fins de consulta e aprofundamento sobre a atuação do PDC, no qual a proposição da *Lei de Revisão Agrária* de Carvalho Pinto (Estado de São Paulo) contou com uma contextualização bastante interessante. A pesquisadora salienta que a contenção do comunismo, em função da expansão dos movimentos sociais no campo na passagem dos anos cinquenta e sessenta, somada ao desejo paralelo de um setor da burguesia nacional em buscar uma solução para o subdesenvolvimento, orientou várias iniciativas estatais no sentido da reforma agrária. Entre elas, constou a *Lei de Revisão Agrária* aludida. No tratamento abnegado conferido pela geógrafa ao tema, ela reconstitui



um quadro contextual amplo demonstrando como esses movimentos sociais no campo e a posição que o Estado adotou frente a eles desempenharam um papel preponderante no desencadeamento do que veio a ser o Golpe Militar de 1964.

25. De outro lado, no quadro político de oposição às demandas nacionalistas-reformistas, no legislativo nacional atuava a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que, embora composta por parlamentares de diferentes partidos, mantinha a predominância de udenistas e pessedistas. Opondo-se radicalmente ao projeto de reformas do governo Goulart, defendia a internacionalização da economia capitalista brasileira e programas econômicos liberais. A subvenção da maioria dos membros da ADP provinha do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão montado para a defesa dos interesses de grupos econômicos internacionais que, conjuntamente com o Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais (IPES), não mediu esforços nem verbas para financiar grupos políticos ou da sociedade civil contra qualquer investimento favorável ao nacionalismo-reformista mais consistente. Sobre a ação do IBAD e do IPES e as suas participações no movimento golpista de 1964, ver: DREIFUSS (1981). Para um tratamento das idéias e papel do IBAD sobre a reforma agrária neste período, consultar: TAPIA (1986:463-469).
26. Vários pensadores católicos mais avançados subsidiaram com suas idéias a JUC e, de forma geral, os católicos de esquerda no período. No caso da JUC, o método “ver, julgar e agir” foi incorporado criativamente na linhagem dessa tradição, constituindo uma forma de posicionamento ante os problemas sociais brasileiros. Num momento posterior, no *Documento Base* da AP, lê-se: “*Visão, opção e ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo de nossa presença na história de que não somos espectadores, mas atores conscientes*”. Para RIDENTI (2002:232), esse trecho evidencia a ligação da AP com o método da JUC.
27. Vale frisar que este trabalho é de extrema valia para se compreender as origens de setores políticos brasileiros inscritos na vertente do marxismo-cristão, particularmente a AP antes e após do golpe de 1964. Além de contextualizar e ressaltar a importância da JUC e da AP para o posterior desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina, o autor tece significativas referências acerca dos pensadores católicos franceses que inspiraram essas organizações, oferece elementos de compreensão sobre a relação entre os frades e a ALN (Ação Libertadora Nacional) de Carlos Marighella a partir de 1967, aborda a filiação de destacados intelectuais e políticos atuais na cena brasileira que na década de 1960 participaram dos quadros da AP. Obviamente, não teríamos as condições de tratar neste Apêndice todos esses aspectos.
28. Conforme síntese bem expressa por OLIVEIRA (2001:152): “*Os conceitos de cultura alienada, de colonialismo, de autenticidade cultural tiveram presença nas obras dos isebianos nos anos 50 e se difundem na sociedade, passando a constituir as categorias de compreensão do país, agora chamado de realidade brasileira. O Movimento de Cultura Popular no Recife e o Centro Popular de Cultura da UNE são movimentos do início dos anos 1960 que pretendem vencer a alienação cultural do povo brasileiro. A hegemonia desse pensamento penetra tanto as forças de esquerda marxista quanto o pensamento social católico. Alienação, de matriz hegeliana, acoplada ao existencialismo francês e ao conceito de situação colonial formam os parâmetros que marcam o pensamento dos anos 1950.*”

## APÊNDICE IV

### Os interesses da educação rural capitalista na formação social brasileira e a CNER (Campanha Nacional de Educação Rural)

1. Ver, principalmente, o capítulo 1 da obra citada.
2. Essas demandas ocorreram coetâneas a outros fatores já analisados no tópico II.2. do Apêndice II, no qual discorremos sobre a valorização do trabalhador rural brasileiro no âmbito dos trabalhos da Constituinte de 1934.
3. FERNANDES (1981:21-22), por exemplo, aclarou como o domínio norte-americano propagou-se lentamente em todos os níveis da economia nacional, sem deixar de salientar seu enraizamento na política, na segurança, na educação, na cultura e no âmbito das comunicações; o sociólogo considerou tal movimento como o de incorporação de toda a América Latina ao espaço sócio-econômico e cultural dos EUA.
4. E como nos parece ter ficado claro untando-se esses elementos com os tratados no Apêndice III, também para se fazer fente às incursões comunistas no campo brasileiro.
5. Com relação às informações apresentadas, vale complementá-las com duas adicionais. Em primeiro lugar, no que se refere as Missões Rurais de Educação, estas foram inspiradas nas Missões Culturais Mexicanas (AMMANN, 1987). Na verdade, o surgimento das Missões Culturais do México foi decorrente da necessidade de formar pedagogicamente os missionários, isto é, os voluntários dispostos a trabalhar nas zonas rurais; surgiram em 1922 quando, logo após o triunfo da Revolução Social do México, o governo federal lançou uma campanha para a construção de escolas primárias destinadas à população indígena ou mestiça (a respeito do assunto, consultar BONILHA Y SEGURA, 1950). **Em segundo lugar**, como diretor e secretário geral, o “1º Seminário Interamericano de Educação de Adultos” contou com a participação ativa do Profº Lourenço Filho, na época diretor geral do Departamento Nacional de Educação de Adultos (SOUZA, 1999:31). PAIVA (1973:195) não deixa de mencionar o caráter entusiástico dos participantes durante sua realização, uma vez que ele coincidiu com um dos melhores momentos da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA) implantada por Lourenço Filho desde 1947. Segundo a análise de SOUZA (1999:33), esse evento confere margens interpretativas para considerá-lo mais do que fruto de entusiasmo e voluntarismo, pois nele transpareceu de forma contundente *“a preocupação efetiva do Estado com o domínio do tema e a necessidade premente de planejamento e ação sobre o mesmo.”* A última autora citada considera ainda que *“Lourenço Filho, nosso principal planejador da questão educacional nas décadas de 40 e 50, explicitava suas idéias sobre educação, enquanto uma forma de manutenção das instituições democráticas. De uma maneira geral, no discurso do Desenvolvimento, a Educação é citada como instrumento de renovação das estruturas (pela qualificação da mão-de-obra, por exemplo), mas, em suas entrelinhas, podemos identificar a preocupação com a manutenção da ‘ordem’ e do sistema. Mais do que uma instância de intervenção sobre a realidade social e econômica, os projetos educacionais elaboraram-se com a clara intenção da interferência política”* (SOUZA, 1999:64). Abordagens mais detalhadas sobre Lourenço Filho podem ser consultadas em SOUZA (1999:85-106) e no Arquivo “Lourenço Filho” da CPDOC-FGV. No que concerne aos aspectos das políticas educacionais no governo Dutra e o papel nelas desempenhado por Lourenço Filho e Anísio Teixeira que, nesse período, voltou à cena gestora do país, consultar SOUZA (1999:71 e seguintes).

## APÊNDICE V

### Agrarismos dissonantes e a superação do “atraso”

1. “No campo da centro-esquerda, que ia do ISEB ao PCB, Nelson Werneck Sodré evoca como principal marca das suas teses sobre a ‘revolu o brasileira’ - como ele chamava as transforma es do p s-30 - um modo ‘pecebista’ (a sua filia o ao PCB continua ponto discreto) de enfatizar o pretérito aqui particularizante de uma ordem moderna ascendente; uma referência a um pretérito em declínio, numa lógica que requeria supressão do atraso transverso   forma o social. Era o tema da ‘contemporaneidade do não-coetâneo’ (conceito de um historiador de música chamado Pinder, sempre citado por alguns isebianos)” (SANTOS, 2001:18).
2. A fonte das orienta es que serão apresentadas nos próximos parágrafos acerca do assunto em foco foi extraída do capítulo 4 desta obra intitulado “A produ o do espaço ibero-americano” (MORAES, 2000:91-117). Uma outra classifica o acerca das diferentes concep es sobre o capitalismo no campo brasileiro a partir de interpreta es historiográficas pode ser consultada no artigo de GORENDER (2002:19-24).
3. E complementa (MORAES, 2000:93-94): “*Numa variante deste entendimento, aparecem os autores que distinguem o componente senhorial na ordem feudal, como   o caso de Frédéric Mauro que define o feudal como uma organiza o política, ao passo que o senhorial diria respeito a certas institui es socioecon micas (...). Igualmente para este autor, às institui es feudais se contrapõem as estatais, também transplantadas para as colônias (...).*” Em seu trabalho, o geógrafo e cientista social paulista aborda vários outros autores envolvidos no debate sobre o feudalismo/capitalismo colonial brasileiro. Como não podemos traduzir nos limites deste Apêndice as suas ricas referências, caso o leitor tenha interesse, entre os estudiosos abordados na referida obra constam: Orlando Fals Borda, Hector Malav -Mata, Horácio Ciafardini, Sedi Hirano, Ernesto Laclau, Carlos Semplat Assadourian, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Juan Carlos Garabaglia, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Jacob Gorender, Eugene Genovese, Antonio Barros de Castro, Gunder Frank, José Roberto do Amaral Lapa, Fernando Novais e Maria Sylvia de Carvalho Franco.
4. Para uma discussão aprofundada sobre o assunto ver: SILVA (2000:22-28, principalmente).
5. As indica es acerca da filia o teórica de autores como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré com as teses do livro de Lênin, convergentes na avalia o aqui apresentada de Guido Mantega e, na introdu o deste trabalho, naquela de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, destoam do parecer de Ricardo Abramovay, quando este último afirma: “*  interessante observar que a referência fundamental dos formuladores da ‘tese feudal’ não são os clássicos marxistas da questão agrária. Mais que isso, a tese dominante  , de certa forma, contrária,   que está presente n’O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de Lênin, livro do qual não encontrei sequer uma cita o nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré. N’O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a idéia   de que o desenvolvimento do mercado interno não tem absolutamente nada a ver com reforço do campesinato*” (ABRAMOVAY, 2002:97). Sem entrar em detalhes sobre essa pol mica interpretativa que exerceu e continua a influenciar posicionamentos teóricos sobre a agricultura camponesa nos trabalhos de geógrafos, economistas, sociólogos e antropólogos, sem falar de suas implica es nas políticas públicas dirigidas ao campo brasileiro tanto no passado como no presente, importa frisar que neste trabalho adotamos a perspectiva dos dois primeiros autores. Tendo em vista os seus limites que não permitem aprofundar essa que seria uma outra linha de análise, recomendamos, entretanto, para um maior esclarecimento sobre as diferenças que estão na base dessa discordância, a leitura das obras: OLIVEIRA (1996:45 a 65); SOARES (1981:169 a 214); VELHO (1979:61 a 93); e ABRAMOVAY (1992:31 a 97).

6. Conforme adverte SILVA (2000:59): “A publicação do livro de Maurice Dobb, *Studies in the development of capitalism, em 1946, e a crítica de Paul Sweezy deram origem a uma polêmica que teve lugar na revista Science and Society de 1950 a 1953 e, desde então, continuam a ocorrer intermitentemente discussões relevantes sobre o tema da transição. O essencial do debate está em R. Hilton (ed.), La transición del feudalismo al capitalismo, 5ª ed. Barcelona: Grijalbo, 1987. Desdobramentos recentes estão em T. H. Aston e C. Philpin (org.), El debate Brenner: estructuras de classes agrarias y desarrollo económico en la Europa pre-industrial. Barcelona: Grijalbo, 1988.*”
7. “Na fase primitiva de penetração das idéias marxistas no Brasil, o materialismo foi usado para a interpretação de uma economia pré-capitalista ou, no caso de Caio Prado Júnior, de uma economia colonial capitalista, com características distintas de uma economia capitalista madura, para a qual seriam suficientes as categorias de O Capital. Numa segunda fase, que se iniciou nos anos cinqüenta, passou a predominar a análise do capitalismo brasileiro, se bem que a questão da transição, ainda bastante presente até pelo menos os anos oitenta, tivesse mantido acesa a discussão de categorias pré-capitalistas” (MANTEGA, 2002:148-149).
8. Conforme aponta SANTOS (2001:20), é interessante observar que, ao contrário de Caio Prado Júnior, “Nelson Werneck Sodré manterá as suas teses controversas, sobretudo a da ‘regressão feudal’, por mais de trinta anos, durante os quais, exceto ao interior do ISEB, e afora o PCB, elas nunca teriam acolhida expressiva, nem os seus escritos iriam servir como pontos de partida para investigações posteriores, como ocorre um pouco com Caio Prado Jr. (por exemplo, Fernando Novaes).”
9. Aproveitando a ocasião, desde já cabe chamar a atenção para o fato de que a ressalva “em certos casos” também é indício aproximativo entre Valverde e Prado Júnior, pois, em sentido inverso a vários autores do período, ambos não descuram em evitar generalizações, mais apegados do que aqueles à diversidade empírica das realidades agrárias do país, procedimento que dificulta, por sua vez, principalmente em Valverde, a extração de uma compreensão monolítica que o pudesse classificar.
10. “É claro que os historiadores da época sabiam que o Brasil não era feudal da mesma maneira que os países europeus da Idade Média. O que eles queriam assinalar com este termo (feudalismo) eram duas coisas basicamente. Primeiramente, a ligação entre o homem e a terra que muitos sociólogos depois, sem usar o termo ‘feudalismo’, chamaram de imobilização do trabalho: são vínculos personalizados, muitas vezes clientelísticos que ligam o trabalhador a uma fazenda, através do barracão, do cambão, do colonato, da morada nas usinas de cana-de-açúcar, etc. Além disso, o termo feudal significava também, esta falta de integração do mercado capitalista de consumo, de crédito, de produtos, etc.” (ABRAMOVAY, 2002:96).
11. “O período 1945/1964 foi denominado de populista e recebeu alta carga negativa em avaliações de época e posteriores. Por populismo entendia-se um processo de mobilização das massas e uma disposição de ir ao povo. Esses seriam os traços marcantes das sociedades atrasadas; no caso brasileiro, identificado com o varguismo, o janismo, o ademarismo e até com o catolicismo popular dos anos 1960. Em vários autores, populismo refere-se à ‘assincronia nos processos de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial’. Mas, referindo-se ou não ao populismo, a intelectualidade da época está discutindo a revolução brasileira. Como é possível a ‘aceleração do tempo histórico’? Que forças sociais aceleram ou retardam o desenrolar das forças sociais, econômicas e políticas da sociedade ou do povo brasileiro?” (LIPPI OLIVEIRA, 2001:153).

12. Complementa o autor: “(...) *Ressalta-se o surgimento de uma terceira, esta já nos anos 70, que procurará superar esta dicotomização rural/urbano, e centrar sua análise na racionalidade do capital (...)*” (GONÇALVES NETO, 1997:52).
13. Assunto abordado no Apêndice IV.
14. Analisando essa questão, DELGADO (2003:143-144) chama a atenção para o fato de que o ano de 1954 pode ser considerado chave tanto para a História do Brasil quanto para a própria história do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Com efeito, com a morte de Getúlio Vargas, esse partido de imagem fortemente vinculada à do presidente até então, passou a obter maior autonomia em relação ao personalismo varguista. Ademais, deu início à incorporação em seus quadros de alguns políticos que, embora fossem getulistas, portavam personalidades marcantes e empunhavam projetos no sentido de transformar o PTB em uma agremiação trabalhista ainda mais comprometida com a causa nacionalista e com a defesa de reformas sociais e econômicas profundas no país. Esse quadro de mudanças e de tendências no interior do PTB constituiu o que a autora chama de “aprofundamento de ênfase”, responsável por levá-lo a prosseguir liberando-se de um trabalhismo marcadamente getulista em direção a um trabalhismo menos personalista e mais reformista. Foi a arrancada de tal movimento no PTB que provocou uma rearticulação no espectro de suas alianças políticas e sob a qual nos apoiamos para sustentar a assertiva relativa à Orlando Valverde. Especificando um pouco mais o caso do PTB entre o final dos anos cinquenta até 1964, por um lado nesse período sua ligação umbilical com o PSD perdeu a força motriz do laço inicial que unia as duas agremiações getulistas. Há de ser destacado que esse processo foi coincidente com o pedido de exoneração de Orlando Valverde do cargo de Diretor da Divisão de Geografia do CNG, episódio passado em revista no capítulo 8. Na verdade, em algumas ocasiões como a relativa ao intervalo temporal aqui em questão, quando então o PTB aproximou-se de seu antigo adversário, o PCB (e onde igualmente muitos integrantes do PSD, principalmente de origem oligárquica, não hesitaram em aliar-se a antiga adversária, UDN), em especial quando se tratava da defesa ou da negação da reforma agrária, os dois partidos chegaram a ficar em campos opostos no Parlamento Nacional. Por outro lado, a oposição inicial do PTB ao PCB foi se transformando em aproximação e muitos militantes comunistas chegaram a se utilizar da legenda trabalhista para concorrer a cargos eleitorais, uma vez que seu partido não era registrado no Tribunal Superior Eleitoral. O acolhimento dos militantes do PCB traduzia uma nova realidade, mais profunda e significativa em relação a um projeto para o Brasil. Trabalhistas e comunistas compartilharam, mesmo que conjunturalmente, alguns objetivos. Entre eles, destacaram-se projetos reformistas de forte impacto social e econômico e propostas nacionalistas, que complementavam o elenco dos objetivos reformistas. A aproximação dos trabalhistas com os comunistas foi um elemento diferenciador no cenário político brasileiro e acabou sendo usada como uma das justificativas para a intervenção militar em 1964. Em plena era da Guerra Fria e da bipolaridade, o conjunto dos articuladores da deposição do presidente trabalhista, João Goulart, consideraram que o avanço do trabalhismo era uma caminho aberto para a penetração comunista no Brasil. Por isso, não hesitaram em intervir no processo político através de uma ação suscetível de ser definida como tendo sido a de “golpe preventivo”.
15. Entre os estudos geográficos, conforme salienta OLIVEIRA (1998), esta interpretação pode ser encontrada nos trabalhos do geógrafo ibegeano Orlando Valverde, particularmente no livro *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*, na tese de doutoramento de Miguel Gimenez Benites, *Brasil Central Pecuarío: interesses e conflitos*, e na dissertação de mestrado de Maria Aparecida Serapião Teixeira, *A diversidade e diversidade dos produtores de leite: de pecuaristas-mercantis a proletários ou a empresários*, defendidas no Departamento de Geografia da USP.

16. E, mais recentemente, José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay, entre outros. Para uma melhor contextualização sobre os autores inscritos nessa linhagem de estudos, consultar: NAVARRO (2001:87).
17. Esse molde teórico comum presente nessas duas vertentes representaria, portanto, uma defasagem interpretativa em face do reconhecimento dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária que adquiriram maior visibilidade nas duas últimas décadas, com implicações políticas expressivas.
18. Na área da Geografia Agrária, Regina Sader, Iraci Palheta e Ariovaldo Umbelino de Oliveira filiam-se nessa vertente cujo substrato teórico remonta à Rosa Luxemburg, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos. A classificação do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira aqui adotada em parte coincide com a realizada por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira Silva que, em sentido complementar e especificamente no que concerne aos camponeses, inclui também Maria Rita Loureiro, Octávio Guilherme Velho, Francisco de Oliveira e Maria da Conceição d'Incao e Melo como autores que modificaram *“a ‘tese capitalista’ advogada pelos primeiros opositores radicais da tese feudal, em função de um marco teórico-metodológico mais sofisticado”* que consistiu, em última análise, *“em demonstrar a capacidade que tem o processo de desenvolvimento capitalista de não apenas refuncionalizar formas preexistentes, como também de criar e recriar relações não capitalistas de produção”*, contrastando com os esquemas desenvolvimentistas que prevaleceram na década de 1950 até meados dos anos sessenta (LINHARES & SILVA, 1981:67).
19. Cabe frisar que as questões da revolução burguesa na formação social brasileira e da defesa da tese feudal não estiveram restritas apenas às décadas de 1950 e 1960, sendo por isso mais antigas, remontando, no primeiro caso, ao III Congresso da COB (abril de 1920) com influxo do marxismo de versão leniniana, e, no segundo, à obra de Octávio Brandão intitulada *Agrarismo e industrialismo* (1924). Para maiores esclarecimentos a respeito, julgamos oportuno indicar o trabalho de DEL ROIO (2002:11-68). Este ainda possui o mérito de resgatar nuances do pensamento e ação de Astrojildo Pereira e Luis Carlos Prestes sobre essas especificidades. Sobre a leitura da realidade brasileira de Prestes no início dos anos 30 e sua aproximação daquela amadurecida pelo PCB no seu III Congresso e adequada às conclusões do VI Congresso Mundial da IC, ver também DEL ROIO (2003:59-121; sobretudo p. 96-104).
20. Atendo-se à preocupação de restringir o escopo de análise, outras propostas oriundas do pensamento cristão não serão tratadas, como é o caso, por exemplo, do PDC (Partido Democrata Cristão), que também participava com seus dirigentes e quadros no debate sobre a reforma agrária no início dos anos sessenta. Por diversas razões, tanto a AP quanto o PDC tinham propostas diferentes do PCB, muito embora, no caso do primeiro, o registro de pensamento inscrevia-se claramente no marxismo, enquanto o segundo continha várias tendências em seu interior, as quais, de acordo com as vicissitudes políticas, ora se aproximavam ou se distanciavam da esquerda brasileira. De outro lado, diante da impossibilidade em detalhar neste trabalho a participação de Antônio Delfim Netto, Affonso Celso Pastore, Pereira de Carvalho e Ruy Miller Paiva na discussão da questão agrária, recomendamos para uma análise acurada dos mesmos os seguintes estudos: LINHARES & SILVA (1981:59-66) e GONÇALVES NETO (1997:66-76).
21. Para maior esclarecimento sobre essa questão, consultar SCHWARTZMAN (1987).
22. Sobre a dinâmica da industrialização via substituição de importações, consultar o trabalho clássico de TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. Para uma compreensão e contextualização deste trabalho no

- conjunto da intelectualidade na primeira metade da década de 1960, vide: PÉCAULT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990, p. 222 e 223 (também as seguintes).
23. Inscrito e corolário da tese do setor atrasado como obstáculo ao desenvolvimento, esse diagnóstico sofreria mais tarde reformulações importantes no interior do pensamento brasileiro. Conforme referenda Francisco de Oliveira: *“Três pontos receberam atenção, para completar a forma específica do subdesenvolvimento brasileiro. O primeiro deles dizia respeito à função da agricultura de subsistência para a acumulação interna de capital. Aqui, a Cepal, Prebisch e Furtado, haviam empacado com a tese do setor atrasado como obstáculo ao desenvolvimento, tese aliás que esteve muito em moda na teorização contemporânea, como a de Arthur Lewis sobre a formação do salário em condições de excesso de mão-de-obra. Tal tese não encontrava sustentação histórica, posto que a economia brasileira experimentou uma taxa secular de crescimento desde o século XIX, que não encontra paralelo em qualquer outra economia capitalista no mundo. E os estudos sobre o café mostraram que o modo inicial de sua expansão utilizou a agricultura de subsistência dos colonos, intercalada com o café, para prover-lhes o sustento, o que depois era incorporado pela cultura do café. Benfeitorias como ‘acumulação primitiva’. Aliás, o próprio Furtado, ao estudar as culturas de subsistência tanto no Nordeste quanto em Minas, viu sua ‘função’ na formação do fundo de acumulação e na expansão dos mercados a partir de São Paulo. Sustentei, então, que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização.”* (OLIVEIRA, 2003:5).
  24. A esse respeito, consultar: FURTADO (1965). Outra interpretação sobre o lugar da agricultura no pensamento de Celso Furtado pode ser consultada na obra de LINHARES & SILVA (1981:67). Já com relação as discordâncias entre Caio Prado Júnior e as teses da CEPAL, sobretudo no que diz respeito à participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, vide: COLISTETE (1990).
  25. Ver nesse particular: RICUPERO (1998:63 a 66).
  26. *“A despeito de todos esses acontecimentos, que fizeram estremecer seu imenso poderio, o sistema latifundiário mantém até os nossos dias, com a máxima firmeza, o controle de nossa economia agrária. E não seria um exagero asseverar que em suas mãos ainda está, de certo modo, o controle da economia nacional.”* (GUIMARÃES, 1968:202).
  27. *“Agora, já penetrou na opinião nacional a consciência de que há, no campo, relações de produção caducas que precisam ser substituídas por novas relações de produção, sem o que as forças produtivas de nossa agricultura não estarão desimpedidas de desenvolver. Quais são essas relações de produção caducas? Essas velhas relações de produção que travam o desenvolvimento de nossa agricultura não são do tipo capitalista, mas heranças do feudalismo colonial. A primeira e mais importante dessas relações de produção, cuja destruição se impõe é o monopólio feudal e colonial da terra, o latifundismo feudo-colonial”* (GUIMARÃES, 1968:34).
  28. *“Tudo isso significa que amadureceram as condições indispensáveis para a sua destruição total, como sistema, através de uma reforma profunda da estrutura latifundiária da agricultura brasileira”* (GUIMARÃES, 1968:162).
  29. *“A partir do final da Segunda Guerra Mundial, o debate [feudalismo/capitalismo] assumiria o enfoque do subdesenvolvimento. O instrumento teórico novo a unir o problema seria o conceito de dualismo, a delinear-se no seio do pensamento da CEPAL, cujo arcabouço analítico centrava-se na idéia de desenvolvimento desigual da economia mundial: a agricultura pré-capitalista e latifundiária representava o setor retardatário e o núcleo industrial identificava-se com a fração capitalista da economia. Com a obra de Celso*

*Furtado, a caracterização da economia colonial ampliou as perspectivas de análise. Embora concordasse com Simonsen e Caio Prado Júnior, quanto à gênese capitalista do sistema colonial, constatava ter o sistema, num dado momento da evolução, regredido, esclerosando-se em formas pré-capitalistas. Posição semelhante assumira Jacques Lambert, para quem o Brasil arcaico ainda era dominado pelo latifúndio com características feudais. Sua abordagem, formulada em termos sociológicos, marcou época no debate sobre a natureza da sociedade brasileira, e mesmo autores marxistas adotariam posturas próximas a essa (...)*” (FERLINI, 1989:229-230).

30. *“La economía que las metrópolis ibéricas organizaron en América fue de incuestionable índole colonial, en función del mercado centro-occidental europeo. El propósito que animó a los productores luso-hispanos en el nuevo continente tuvo igual carácter. No fue feudalismo lo que apareció en América (...), sino capitalismo colonial. No hubo servidumbre en vasta escala, sino esclavitud con múltiples matices, oculta a menudo bajo complejas y engañosas formulaciones jurídicas. Iberoamérica nace para integrar el ciclo del capitalismo naciente, no para prolongar el agónico ciclo feudal.”* (BAGÚ, 1994:136).
31. Para uma análise pormenorizada sobre a interpretação de Nelson Werneck Sodré sobre o passado colonial brasileiro e sua concep o acerca da revolu o brasileira, vide: DEL ROIO (2000:84 a 95).
32. Na conclusão de sua obra de 1962, intitulada *Forma o Histórica do Brasil*, o historiador militar dissertava sobre o conteúdo da democracia, aludindo, na época,   visão leniniana: *“A defesa do regime democrático, no processo da Revolu o Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas na sua compreensão de que a democracia   o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de altera es econômicas, políticas e sociais, capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modifica es radicais nas rela es de produ o”* (SODRÉ, 1962:401).
33. Embora Andrew Gunder Frank tenha participado nos debates econ micos do início dos anos sessenta no Brasil, principalmente acerca do caráter feudal ou não da agricultura do país, neste trabalho suas interven es neste assunto não serão abordadas. Gunder Frank utilizou-se amplamente das obras de Caio Prado Júnior para contradizer a visão feudal da economia brasileira, dedicando-se a analisar as teses burguesas e marxistas do feudalismo. Algumas referências que auxiliam a contextualiza o das posi es do autor no debate referido são: GUNDER FRANK (1964); GONÇALVES NETO (1997:62-63); COLISTETE (1990:280).
34. Nesta como na primeira edi o de 1979, esta obra   uma compila o dos artigos publicados pelo autor na *Revista Brasiliense*, entre 1960-1964.
35. *“Sem d vida, o conceito de ‘camponês’ tem-se mostrado bastante controverso. Caio Prado evita expressamente o uso do termo, a não ser para identificar uma posi o contrária   sua, aquela   qual ele atribui uma conota o pouco adequada   realidade brasileira. De fato, na sua interpreta o dos fundamentos históricos dos problemas agrários do país, tende a reduzir a grande massa de produtores rurais ao papel de fornecedores de mão-de-obra para a empresa comercial (...)*” (MONTEIRO, 1989:158).
36. *“Entre outros elementos,   na interpreta o sobre as categorias assimiláveis ao salariado, especialmente a parceria, que Caio Prado desenvolve sua tese ‘antifeudalista’ sobre a natureza das rela es de produ o na agropecuária brasileira. Para ele, o caráter mercantil da grande explora o se faz sobre um mercado de trabalho juridicamente livre, onde concorrem compradores e vendedores de força de trabalho. As formas não-monetárias que caracterizam, sob certas circunstâncias, o pagamento dessa mercadoria*



*não caracterizariam uma renda pré-capitalista nem se dariam ‘por nenhuma restrição de ordem jurídica e institucional, e sim unicamente por conveniências práticas e circunstanciais’.*” (FALEIROS, 1989a:146).

37. Para uma discussão das vias de desenvolvimento agrário expressas nos modelos russo, inglês, americano e prussiano e a posição das idéias de Caio Prado Júnior sobre a reforma agrária com relação aos mesmos, vide: RICUPERO (2000:184-185); SILVA (2002:191 a 194); COUTINHO (1989:118-119).
38. *“Aquilo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores”* (PRADO JÚNIOR, 1966:62-63).
39. *“Nesse sentido, em vez de obsoletas ou anacrônicas ‘sobrevivências feudais’ que obstacularizariam e se oporiam ao desenvolvimento capitalista, a essência das formas não-monetárias de remuneração, realizadas através do produto in natura ou da concessão do uso da terra para fins próprios ao trabalhador, é de ‘locação de serviços’, ‘uma forma capitalista de relação de trabalho’, independente do tipo de remuneração que receba pelo serviço prestado. Portanto, as formas mistas que permeiam as relações no campo, contraditoriamente, de um lado, permitem a fixação do trabalhador na propriedade e ‘a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista’ e, de outro, significam, além de um maior índice de produtividade, ‘um tipo superior de relações de trabalho e produção quando comparadas às puras e típicas relações capitalistas que são o salariado’. Dadas as vantagens identificadas na relação da parceria para os diferentes agentes econômicos, ela não consistiria em um foco de contradições com potencial revolucionário”* (FALEIROS, 1989a:146-147).